UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ALINE MAGNA DE AGUIAR VIEIRA

**A representação do movimento estudantil paulista
na mídia impressa: um estudo histórico-discursivo**

Versão Corrigida

São Paulo

2018

ALINE MAGNA DE AGUIAR VIEIRA

A representação do movimento estudantil paulista na mídia impressa: um estudo histórico-discursivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo.

De acordo,

Versão Corrigida

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

VV657r Vieira, Aline Magna de Aguiar
 A representação do movimento estudantil paulista
 na mídia impressa: um estudo histórico-discursivo /
 Aline Magna de Aguiar Vieira ; orientador Paulo
 Roberto Gonçalves Segundo. - São Paulo, 2018.
 222 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Letras Clássicas e
 Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua
 Portuguesa.

 1. Movimento estudantil. 2. Jornalismo impresso.
 3. Linguística textual. 4. Análise do discurso. I.
 Gonçalves Segundo, Paulo Roberto , orient. II. Título.

VIEIRA, Aline Magna de Aguiar. **A representação do movimento estudantil paulista na mídia impressa**: um estudo histórico-discursivo. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Letras pelo Programa de Filologia e Língua Portuguesa.

Aprovada em: 24 de setembro de 2018

Banca examinadora

Profa. Dra. Eliane Gouvêa Lousada Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Paula de Souza Gonçalves Morasco Instituição: Externo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias Instituição: PUC-SP/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico, este trabalho, aos meus amados avós, Eudenes de Aguiar Vieira e Antonio Vieira, pelo apoio e afeto incondicionais ao longo de minha trajetória

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo, por todo zelo, dedicação, ensinamentos, oportunidades e amizade ao longo desta jornada — que foi inaugurada na Iniciação Científica. Obrigada pela paciência e compreensão que teve nos momentos mais difíceis. Saiba que, em grande parte, este trabalho é também mérito seu.

À Profa. Dra. Eliane Gouvêa Lousada, pelos ensinamentos, oportunidades e atenção ao longo de minha Graduação, bem como por ter aceitado compor minha banca de qualificação. Seus comentários, sugestões e críticas construtivas contribuíram imensamente para a realização desta pesquisa. Merci pour votre aide.

À Profa. Dra. Paula de Souza Gonçalves Morasco, por gentilmente ter aceitado o convite para integrar a banca de qualificação. Pelos apontamentos, sugestões, críticas construtivas e indicações que foram de caráter primordial para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

À Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias, por me instigar aos estudos discursivos em meu primeiro ano de graduação, no curso de Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa II. Obrigada por aceitar o convite para fazer parte da banca de defesa.

Aos meus avós, Eudenes de Aguiar Vieira e Antonio Vieira, por todo amor, cuidado e carinho. Pela presença e participação em todos os momentos. Pelo apoio, incentivo e por acreditarem sempre em meu potencial, mesmo quando até eu não acreditava.

Aos meus pais, Antonio Cesar de Aguiar Vieira e Elizeth Magna da Silva, por me concederem a vida. Pelo amor, cuidados e pela exigência sempre rigorosa e desafiadora, que me fizeram e fazem buscar o melhor de mim constantemente.

Aos meus irmãos, Amanda Victoria Silva de Godoi e Yan Andrade Vieira, pelo afeto, carinho e cumplicidade. Obrigada por tornarem a minha vida mais alegre até nos instantes mais improváveis.

À minha madrastra, Cristiane Marcia Andrade Vieira, pelo afeto, assistência e desvelo.

À minha prima, Camila, por todo apoio, estima e companheirismo. Pela grande colaboração no processo de edição e revisão do *corpus* dessa pesquisa.

Aos demais integrantes da minha família, por todo carinho, suporte e, principalmente, por torcerem pelo meu êxito pessoal, profissional e acadêmico.

Aos amigos, Natália Tae, Gizelle Oliveira, Sérgio Kobayashi, Fernando Bufalari, Marina Melo, Silvia Regina Frigatto, Júlio César Nascimento, Paulo César Ribeiro Filho, Camila Bueno Firmino, Marina Rangel, Pilar Gomez, Kellen Nascimento, Winola Weiss, Gabriel Isola, Claudia Castanheira, Camilla Garcia, Vanessa Morais, Camila Martins, Mariana Ferreira, Fagner Abreu, Luana Bulhões e Marcelo Chiconi, pelo carinho, compreensão, companheirismo, incentivo, apoio e/ou contribuições para esta pesquisa. Obrigada por fazerem parte da minha vida, e por torná-la mais leve e colorida.

Aos meus colegas de trabalho do CEU EMEF Casa Blanca, pelo apoio, estímulo e compreensão durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao grupo de estudo *Linguística Cognitivo-Funcional* e ao grupo de pesquisas *Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC)*, pelas discussões teóricas frutíferas e por possibilitar trocas de conhecimentos enriquecedoras entre professores/pesquisadores e estudantes de Graduação e Pós-graduação.

À secretaria do DLCV, em especial à Vera Lúcia Mendes, pelo trabalho eficiente e pelo atendimento gentil.

À Universidade de São Paulo, pelos conhecimentos e oportunidades fornecidos desde minha graduação. Por seu ensino público de qualidade e por sua seriedade e compromisso com a pesquisa e a ciência no Brasil, ainda que em face de muitos desafios e dificuldades.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

A conquista da liberdade é algo
que faz tanta poeira, que por
medo da bagunça, preferimos,
normalmente, optar pela
arrumação.

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

O Movimento Estudantil, principalmente a partir da década de 1960, passou a ocupar um espaço relevante na esfera política brasileira, tendo em vista o estabelecimento de suas organizações representativas, tais como a União Nacional dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes, e de seus posicionamentos ideológicos que, muitas vezes, confrontavam a ordem política dominante. Assim, diversas ações protagonizadas pelo Movimento Estudantil, ao longo de sua trajetória, se tornaram objeto de destaque na mídia nacional, sobretudo no que concerne à imprensa paulista, na medida em que a maior parte de seus atos mais impactantes e abrangentes se deu na região sudeste. Dentre as inúmeras ações de autoria do Movimento Estudantil, em São Paulo, destacam-se duas manifestações de resistência sócio-política ocorridas durante o regime militar: a *Batalha da Maria Antonia* (1968) e a *Invasão da PUC-SP* (1977); de forma paralela, considerando a notabilidade da Universidade de São Paulo no cenário nacional acadêmico na atualidade, destacamos uma manifestação estudantil que obteve grande repercussão midiática já no início desta década: *A reintegração de posse da Reitoria* dessa instituição (2011), após uma ocupação estudantil. Isso posto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a representação dos principais atores sociais envolvidos nos protestos estudantis destacados, nesses períodos históricos distintos. Para tal, esse estudo parte de um *corpus* composto por reportagens publicadas nos periódicos de macro-circulação *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, datadas do dia posterior aos acontecimentos selecionados. A metodologia deste estudo se apresenta, inicialmente, por uma análise quantitativa e qualitativa sincrônica comparativa entre os dois periódicos e, posteriormente, procura, por meio da correlação entre padrões linguísticos e fatores histórico-contextuais, traçar aspectos de evolução discursiva no que tange à representação da atuação do Movimento Estudantil segundo o olhar do jornalismo paulista. Com essa finalidade, como arcabouço teórico, foram considerados aportes da História Social – para dar conta da contextualização do objeto –, da Semiologia – para compreender o funcionamento do Ato de Linguagem e da discursividade – e da Linguística Sistêmico-Funcional (para empreender a análise linguística por meio do sistema de TRANSITIVIDADE. Através desse diálogo, conseguiu-se depreender continuidades e descontinuidades na representação dos atores sociais envolvidos em termo de seus papéis como Ator, Meta, Dizente e Experienciador ao longo do tempo e entre periódicos.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Mídia Impressa; Semiologia; Linguística Sistêmico-Funcional; Transitividade.

Abstract

The Student Movement, from the 1960s onwards, started to play a prominent role in Brazil's political sphere since its representative organizations, such as the União Nacional dos Estudantes and the União Estadual dos Estudantes, were established and their ideological positions very often confronted the dominant political order. Thus, several actions led by the Student Movement throughout its history were highlighted in the national media, in particular in São Paulo's press, as its most influential and widespread acts have predominantly taken place in the southeast region of the country. Among the numerous actions of the Movement in São Paulo, two demonstrations stand out as resistance to the socio-political changes that occurred during the military regime: the *Batalha da Maria Antonia* (1968) and the *PUC-SP Invasion* (1997); in parallel, considering the University of São Paulo's relevance in the Brazilian academic scenery at the present time, we highlight a Student act that had a big impact in the media in the beginning of this decade: the *Reintegração de posse da Reitoria* of this institution (2011), after a Student Occupation. That said, this research aims to analyze the representation of the main social factors involved in the aforementioned student protests, in these two distinct historical periods. To this end, this study takes a *corpus* composed of articles published in the large-circulation newspapers *Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo*, dating from the subsequent day from the selected events. The methodology of this study is presented, initially, by a synchronic quantitative and comparative analysis between the two newspapers and, later on, seeks to trace aspects of discursive trends regarding the representation of the acts of the Student Movement according to the look of journalism through the correlation between linguistic patterns and historical contextual factors. For this purpose, the theoretical framework of Social History was taken into account – to give an account of the contextualization of the object –, Semiolinguistic – to understand the functioning of the language act and discourse – and of Systemic-Functional Linguistics (to undertake the linguistic analysis through the system of TRANSITIVITY). Through this discussion, it was possible to establish continuities and discontinuities in the representation of the relevant social actors in terms of their role as Actors, Goal, Sayer and Senser throughout time and between newspapers.

Keywords: Student Movement; Press Media; Semiolinguistics; Systemic-Functional Linguistics; Transitivity.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Fotografia da Batalha da Maria Antônia (1968)	31
Figura 2 – Fotografia do Ato Público Estudantil em frente ao TUCA (1977)	37
Figura 3 – Fotografia da reintegração de posse da Reitoria da USP (2011)	46
Figura 4 – Contrato de Comunicação.....	52
Figura 5 – A representação do Ato de Linguagem.....	58
Figura 6 – ESP – edição de 04 de outubro de 1968 – página 08	65
Figura 7 – ESP – edição de 09 de novembro de 2011 – página C1.....	66
Figura 8 – FSP, edição de 04 de outubro de 1968 – Página 13.....	67
Figura 9 – FSP, edição de edição de 23 de setembro – Página 03.....	68
Figura 10 – FSP 2011 edição de 09 de novembro de 2011 – Página A1.....	69
Figura 11 – Estratificação da linguagem (linguístico e contextual)	73
Figura 12 – Tipos de processos nas orações.....	78
Figura 13 – Parâmetros Documentais.....	86
Figura 14 – Parâmetros Segmentais	87
Gráfico 1 – Detalhamento dos Processos Verbais em função do tempo no ESP.....	91
Gráfico 2 – Detalhamento dos Processos Verbais em função do tempo na FSP.....	91
Gráfico 3 – Distribuição da identidade funcional dos Dizentes ao longo do tempo no ESP.....	105
Gráfico 4 – Distribuição da identidade funcional dos Dizentes ao longo do tempo na FSP.....	105
Gráfico 5 – Distribuição dos Referentes Estatais em função do tempo no ESP.....	106
Gráfico 6 – Distribuição dos Referentes Estatais em função do tempo na FSP.....	106
Gráfico 7 – Detalhamento dos Processos Materiais em função do tempo no ESP.....	109
Gráfico 8 – Detalhamento dos Processos Materiais em função do tempo na FSP.....	110
Gráfico 9 – Detalhamento dos Processos Materiais: transformação em função do tempo no ESP	112
Gráfico 10 – Detalhamento dos Processos Materiais: transformação em função do tempo na FSP	112
Gráfico 11 – Detalhamento dos Processos Materiais: movimento causado em função do tempo no ESP	114
Gráfico 12 – Detalhamento dos Processos Materiais: movimento causado em função do tempo na FSP	115
Gráfico 13 – Distribuição da identidade funcional dos Atores ao longo do tempo no ESP	124
Gráfico 14 – Distribuição da identidade funcional dos Referentes Atores ao longo do tempo na FSP.....	125
Gráfico 15 – Distribuição dos Referentes Estatais Atores em função do tempo no ESP.....	125

Gráfico 16 – Distribuição dos Referentes Estatais Atores em função do tempo na FSP.....	126
Gráfico 17 – Distribuição da identidade funcional das Metas ao longo do tempo no ESP.....	126
Gráfico 18 – Distribuição da identidade funcional das Metas ao longo do tempo na FSP.....	127
Gráfico 19 – Distribuição dos Referentes Estatais Metas em função do tempo no ESP.....	127
Gráfico 20 – Distribuição dos Referentes Estatais Metas em função do tempo na FSP.....	128
Gráfico 21 – Detalhamento dos processos mentais em função do tempo na FSP.....	130
Gráfico 22 – Detalhamento dos processos mentais em função do tempo no ESP.....	130
Gráfico 23 – Distribuição da Identidade funcional dos Experienciadores ao longo do tempo no ESP	136
Gráfico 24 – Distribuição da identidade funcional dos Experienciadores ao longo do tempo na FSP	137
Gráfico 25 – Distribuição dos Referentes Estatais em função do tempo no ESP.....	137
Gráfico 26 – Distribuição dos Referentes Estatais em função do tempo na FSP.....	138
Gráfico 27 – Detalhamento dos Processos Relacionais em função do tempo no ESP.....	139
Gráfico 28 – Detalhamento dos Processos Relacionais em função do tempo na FSP.....	140

Lista de abreviações, siglas e símbolos

USP: Universidade de São Paulo	PM: Polícia Militar
ESP: Estado de S. Paulo	SINTUSP: Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo
FSP: Folha de S. Paulo	COE: Comando de Operações Especiais
PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	GATE: Grupo de Ações Táticas Especiais
ME: Movimento Estudantil	TS: Teoria Semiolinguística
UNE: União Nacional dos Estudantes	A de L: Ato de Linguagem
UEE: União Estadual dos Estudantes de São Paulo	C de D: Circunstâncias de Discurso
DCE: Diretório Central de Estudantes	TU': TU-interpretante
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro	TU: TU-destinatário
UnB: Universidade de Brasília	EU: Sujeito Enunciador
PCdoB: Partido Comunista do Brasil	EU'': Sujeito Comunicante
FFCL: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo	TUi: TU-interpretante
CCC: Comando de Caça aos Comunistas	TUd: TU-destinatário
OAB: Organização dos Advogados do Brasil	EUE: Sujeito Enunciador
ENE: Encontro Nacional de Estudantes	EUC: Sujeito Comunicante
FGV: Faculdade Getúlio Vargas	LSF: Linguística Sistemico-Funcional
TUCA: Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	vmat: Processo Material
PDS: Partido Democrático Social	vver: Processo Verbal
ARENA: Aliança Renovadora Nacional	vmen: Processo Mental
PFL: Partido da Frente Liberal	vrel: Processo Relacional
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro	pmat: participação em Processos Materiais
PEC-241: Proposta de Emenda à Constituição – 241	pver: participação em Processos Verbais
	pmen: participação em Processos Mentais
	prel: participação em processos relacionais).

Sumário

Agradecimentos	5
Resumo	8
Abstract.....	9
Lista de Ilustrações	10
Lista de abreviações, siglas e símbolos	12
Introdução	17
Capítulo 1 – O Movimento Estudantil na História do Brasil	22
Introdução.....	23
1.1 O Movimento Estudantil: um breve histórico.....	23
1.2 O Golpe de 1964: como foi instaurado o Regime Militar Brasileiro.....	25
1.3 1968: o Movimento Estudantil no “ano que não terminou”	27
1.4 A Batalha da Maria Antônia	30
1.5 AI-5: o fechamento do Regime Militar e suas implicações.....	32
1.6 1977: o retorno do Movimento Estudantil.....	33
1.7 A invasão da PUC.....	36
1.8 1985: fim do Regime Militar e o processo de (re)democratização	38
1.9 O Movimento Estudantil no período democrático	41
1.10 2011: a ocupação e a reintegração de posse da reitoria da USP	43
1.11 Breves considerações do capítulo	46
Capítulo 2 – A Teoria Semiociuística	48
Introdução.....	49
2.1 Semiociuística	49
2.2 Semiotização do mundo: um processo duplo	50
2.3 Ato de linguagem.....	53
2.4 Circunstâncias de Discurso.....	54
2.5 Sujeitos da linguagem.....	56
2.5.1 A Assimetria da comunicação	56
2.5.2 Tipologia dos sujeitos	57
2.5.3. Esquema de representação do ato de linguagem	57
Capítulo 3 – A representação dos atores sociais e de suas práticas: a transitividade em perspectiva sistêmico-funcional.....	70
Introdução.....	71
3.1 A Linguística Sistêmico-Funcional	71

3.2 A transitividade.....	75
3.3 Processos e Participantes	76
3.3.1 Processos Materiais	79
3.3.2. Processos Mentais.....	80
3.3.3. Processos Relacionais	81
3.3.4. Processos Verbais	82
Capítulo 4 – A representação diacrônica do Movimento Estudantil no Jornalismo Impresso Paulista	84
Introdução.....	85
4.1 Procedimentos Metodológicos.....	85
4.1.1 Processo de coleta, seleção e edição do corpus	85
4.1.2 Critérios e parâmetros para análise quantitativa	86
4.1.3 Considerações sobre a análise qualitativa.....	89
4.2 Análise do <i>corpus</i>	90
4.2.1 Processos Verbais	90
4.2.2 Processos Materiais	108
4.2.3 Processos Mentais.....	129
4.2.4 Processos Relacionais	139
Conclusão	145
Referências	152
Anexos	157
Anexo A – Reprodução dos textos sobre a Batalha da Maria Antônia (1968)	158
Estado de S. Paulo - 1968: Reprodução de imagem.....	159
A.1.1 ESP, edição de 04 de outubro – Página 08	159
A.1.2. ESP, edição de 04 de outubro – Página 09 :	160
A.1.3. ESP, edição de 04 de outubro – Página 36:	161
Estado de S. Paulo - 1968: Textos transcritos e convertidos em .docx	162
A.2.1. Transcrição: ESP, edição de 04 de outubro – Página 08:	162
A.2.2. Transcrição: ESP, edição de 04 de outubro – Página 09:	166
A.2.3. Transcrição: ESP, edição de 04 de outubro – Página 32	170
Folha de S. Paulo - 1968: Reprodução de imagem.....	171
A.3.1. FSP, edição de 04 de outubro – Página 01	171

A.3.2. FSP, edição de 04 de outubro – Página 11	172
A.3.3. FSP, edição de 04 de outubro – Página 12	173
A.3.4. FSP, edição de 04 de outubro – Página 13	174
Folha de S. Paulo - 1968: Textos transcritos e convertidos em .docx	175
A.4.1. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 04:	175
A.4.2. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 11:	175
A.4.3. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 12:	177
A.4.4. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 13:	182
Anexo B – Reprodução dos textos sobre a Invasão da PUC-SP (1977)	190
Estado de S. Paulo - 1977: Reprodução de imagem	191
B.1.1. ESP, edição de 23 de setembro – Página 01:	191
B.1.2. ESP, edição de 23 de setembro – Página 13	192
Estado de S. Paulo - 1977: Textos transcritos e convertidos em .docx	193
B.2.1. Transcrição: ESP, edição de 23 de setembro – Página 01	193
B.2.2. Transcrição: ESP, edição de 23 de setembro – Página 13	193
B.3.1. FSP, edição de 23 de setembro – Página 03	196
B.3.2. FSP, edição de 23 de setembro – Página 21	197
B.4.1. Transcrição: FSP, edição de 23 de setembro – Página 03.....	198
B.4.2. Transcrição: FSP, edição de 23 de setembro – Página 21.....	199
Anexo C – Reprodução dos textos sobre a Reintegração de Posse da Reitoria da USP (2011).....	204
Estado de S. Paulo - 2011: Reprodução de imagem	205
C.1.1. ESP, edição de 09 de novembro – Página A1	205
Estado de S. Paulo - 2011: Textos transcritos e convertidos em .docx	209
C.2.1. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página A1	209
C.2.2. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página C1	209
C.2.3. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página C3	210
C.2.4. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página C4	213
Folha de S. Paulo - 2011: Reprodução de imagem.....	216
C.3.1. FSP, edição de 09 de novembro – Página A1	216
C.3.2. FSP, edição de 09 de novembro – Página C3	217

C.3.3. FSP, edição de 09 de novembro – Página C4	218
Folha de S. Paulo – 2011: Textos transcritos e convertidos em .docx.....	219
C.4.1. Transcrição: FSP, edição de 09 de novembro - Página A1	219
C.4.2. Transcrição: FSP, edição de 09 de novembro - Página C3	219
C.4.3. Transcrição: FSP, edição de 09 de novembro - Página C4.....	220

Introdução

Estudar a representação de atores sociais consiste em tema caro a diversas vertentes dos estudos discursivos, sobretudo no que se refere à construção midiática do conflito entre grupos posicionados em espectros ideológicos distintos. Em um período histórico marcado contraditoriamente por uma série de protestos de cunho progressista, muitos dos quais protagonizados por estudantes, como as manifestações do Movimento Passe Livre, em 2013, e dos Secundaristas, em 2015 e 2016; bem como pelo clamor a uma intervenção militar e pelo saudosismo do regime que vigorou entre os anos de 1964-1985, torna-se relevante compreender e resgatar a memória das práticas de protestos estudantis realizadas no período militar, contrastando-as com as práticas contemporâneas, em termos de sua representação jornalística a fim de lançar alguma luz sobre as raízes recentes do conservadorismo que se fortalece no país hoje.

De um ponto de vista pessoal, o presente trabalho teve como motivação duas experiências: um estágio de graduação realizado, entre 2014 e 2016, na *Biblioteca Gilda de Mello e Souza* do *Centro Universitário Maria Antonia da Universidade de São Paulo*, e a realização de uma pesquisa de Iniciação Científica, entre 2014 e 2015. O Estágio possibilitou o contato privilegiado com diversas pessoas que frequentavam o Centro Universitário para refrescar suas memórias e/ou realizar palestras a respeito da época em que foram estudantes da antiga *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*. Em seus relatos, muitas dessas pessoas emocionavam-se, principalmente, ao narrar os acontecimentos que vivenciaram no período do governo militar, mais especificamente, a Batalha da Maria Antonia, ocorrida em outubro de 1968; a posterior transferência de seus cursos para o *campus* Cidade Universitária; e as ações empreendidas pelo Movimento Estudantil até o fim do Regime. Algumas delas ousavam, inclusive, traçar comparações entre o Movimento Estudantil das décadas de 1960-1970 e o Movimento Estudantil atual. Já o trabalho de Iniciação Científica consistia em uma pesquisa cuja temática era as representações do Movimento Estudantil em panfletos voltados para as eleições do *Diretório Central dos Estudantes da USP* de 2014. A junção dessas duas experiências, que permitiram o contato tanto com as ações do Movimento Estudantil e seu discurso, quanto com a representação que se fazia e faz sobre ele, em épocas distintas, atuou como um gatilho para a realização de um estudo diacrônico sobre a representação dos protestos estudantis na mídia impressa.

É relativamente consensual — principalmente a partir da década de 1960 — que o Movimento Estudantil ocupou um papel relevante como grupo político, mediador da classe estudantil, em escala nacional. Ao longo de sua trajetória, foi, por diversas vezes, objeto de

destaque na mídia nacional, principalmente no jornalismo paulista, dado que, na região sudeste do país, suas ações foram mais impactantes e mais abrangentes.

Devido a esse protagonismo e à sua influência, o Movimento Estudantil foi tema de diversos estudos no âmbito da História Social, principalmente no que tange a sua atuação durante o regime militar (MENDES JUNIOR, 1982; NUNES, 1987; SANTANA, 2007; SANTOS, 2010). Porém, o movimento não recebeu a mesma atenção no âmbito dos estudos linguístico-discursivos (FREITAS, 2010; GOMES 2004; GONÇALVES SEGUNDO, 2016a; SANTO, 2006), muito menos, em termos de sua dinâmica representacional ao longo do tempo e por diferentes mídias. Trata-se de lacuna significativa, uma vez que é por meio da linguagem que os atores sociais são identificados e estereotipados, estando no centro de tensão entre discursos que os desvalorizam e valorizam, que deslegitimam e legitimam sua atuação, que lhes oferecem ou suprimem vida e voz; assim, é por meio de estudos que entrelaçam o linguístico-discursivo e o sócio-histórico que podemos depreender com maior precisão o significado desses protestos no país e, especificamente, em São Paulo.

Destacamos São Paulo pelo fato de o Movimento Estudantil Paulista ter sido responsável por pelo menos dois dos maiores protestos ocorridos no período militar. De forma análoga, considerando a relevância da Universidade de São Paulo (USP) no cenário acadêmico contemporâneo e nacional, os protestos que se situam no palco dessa universidade e acabam tendo um simbolismo significativo no país, ganhando destaque não só no jornalismo impresso, como também no radiofônico e televisivo.

Neste sentido, temos como objetivo, nesta pesquisa, analisar a representação dos principais atores sociais - a saber, estudantes, policiais, governantes, reitores e professores - envolvidos em três relevantes protestos estudantis ocorridos nos períodos militar e democrático, selecionados a partir de sua relevância na política nacional e universitária. Para fazê-lo, partimos de um *corpus* constituído de reportagens publicadas no Estado de S Paulo (ESP) e na Folha de S. Paulo (FSP), nos dias seguintes aos acontecimentos. São eles: a Batalha da Maria Antonia, em 1968; a Invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1977; e a reintegração de posse da Reitoria da Universidade de São Paulo, em 2011.

Em termos metodológicos, assumiremos, um primeiro momento, uma postura de análise sincrônica que buscará comparar como Folha e Estado representam os atores sociais envolvidos em cada um dos acontecimentos. Em um segundo momento, buscaremos traçar a evolução do discurso sobre o Movimento Estudantil no jornalismo paulista, considerando os padrões linguísticos depreendidos, os efeitos de sentido gerados e as especificidades sócio-

históricas de cada acontecimento: o contexto pré- e pós-AI-5, que marcou o recrudescimento dos processos de censura, e o contexto democrático, com a plena liberdade de imprensa.

Desse modo, procuramos responder às seguintes perguntas de pesquisa:

Quais atores sociais são construídos, nos textos, como participantes dos acontecimentos relatados?

- i. Como esses atores sociais e as práticas por eles realizadas são representados por ambos os periódicos?
- ii. Existem diferenças, no que concerne a essas representações, entre os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, numa perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica?
- iii. Há diferenças mobilizadas pelo contexto sócio-histórico na construção discursiva do Movimento Estudantil e dos outros atores envolvidos nas manifestações?
- iv. Que efeitos discursivos podem ser hipotetizados a partir dos padrões e das variações encontradas?

Para responder às duas primeiras perguntas, buscaremos atentar para a correlação entre a construção referencial dos atores sociais e os papéis por eles exercidos nos textos em termos do sistema de TRANSITIVIDADE, como proposto pela Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 2004, 2009; Matthiessen, 2009; Gouveia 2009; Arús, Lavid & Zamorano-Mansilla, 2010; Cunha e Souza, 2009; Gonçalves-Segundo, 2014a, 2014b; Fuzer & Cabral, 2014). Tal sistema permite uma categorização refinada de participantes no âmbito de campos semânticos diversos que englobam a multiplicidade de aspectos da experiência humana, a saber: o campo material, que envolve as ações práticas e os acontecimentos; o campo mental, que abarca as percepções, as emoções, os pensamentos e os desejos; o campo relacional, que abrange as relações abstratas que indicam caracterização, identificação, posse ou existência; e o campo verbal, que compreende os diversos atos de fala e formas de comunicação.

Com o objetivo de responder à terceira e à quarta perguntas, mobilizaremos um aparato de análise quantitativa que envolve dois *softwares*. O primeiro, o *UAM Corpus Tool* (O'Donnell, 2008), utilizado por muitos pesquisadores que trabalham com a perspectiva sistêmico-funcional, é capaz de gerar dados estatísticos referentes aos parâmetros anteriormente elencados em face de fatores textuais e contextuais definidos pelo analista. O segundo, o *Microsoft Excel 2016*, permite elaborar gráficos e tabelas que permitirão visualizar, com clareza, a variação nos padrões de representação dos atores sociais por jornal em função do tempo.

Por fim, a quinta pergunta será respondida tomando como base a perspectiva semiolinguística (Charaudeau, 1983, 2005, 2014, 2015; Corrêa-Rosado, 2014; Corte, 2009;

Alves, 2014; Machado, 2005; Pauliukonis & Gouvêa, 2012; Rezende e Mello, 2008; Ramos, 2008). Tal teorização apresenta significativas contribuições no âmbito do discurso jornalístico e dos gêneros discursivos que lhes são pertinentes, além de fornecer um quadro sociointeracional relevante para embasar a interpretação discursiva dos dados.

Charaudeau (2014) destaca, em seu modelo teórico, a importância de considerarmos três níveis de análise do *Ato de Linguagem* organizados no espaço externo e interno à enunciação: o nível de análise sócio-histórica, o nível de análise discursiva e o nível de análise linguística, associada à construção do texto.

No que se refere ao domínio sócio-histórico, mobilizaremos conhecimentos vinculados à Sociologia e à História para discutirmos tanto a atuação do Movimento Estudantil no país, quanto as condições sócio-políticas e comunicacionais que cercam os dois principais períodos históricos em que nosso *corpus* se situa. Os trabalhos de Abreu (2011), Mathias (1988); Mendes Junior (1982); Napolitano (2016), Santana (2007), Santos (2010) e Toledo (2004), auxiliarão nessa empreitada. Essa discussão, que constitui as Circunstâncias de Discurso para Charaudeau (2014), constituirão o primeiro capítulo da dissertação.

No que concerne ao domínio discursivo, adotaremos, como já mencionado, os conceitos e categorias da Semiologia. Daremos especial atenção ao esquema de representação do *Ato de Linguagem* e às reflexões sobre os gêneros informativos na imprensa. As considerações teóricas sobre essa abordagem serão realizadas no segundo capítulo desta dissertação.

No que tange à descrição linguístico-textual, tomaremos como fundamento a perspectiva sistêmico-funcional, discutindo os princípios de organização da linguagem por ela proposta – aproximando, quando possível, das bases da semiologia – e a metafunção ideacional-experiencial, com especial atenção ao sistema de TRANSITIVIDADE. Essa exposição será realizada no terceiro capítulo desta dissertação.

O quarto capítulo concentrará os procedimentos metodológicos - de ordem quantitativa e qualitativa - e a análise do *corpus*. Organizaremos a análise em dois eixos, tomando como princípio organizador os processos mais recorrentes do sistema de TRANSITIVIDADE: primeiramente, iremos nos deter nos padrões que caracterizam cada acontecimento, mostrando aproximações e distanciamentos entre os periódicos; posteriormente, teceremos considerações sobre a diacronia da representação.

Por fim, na conclusão, sintetizaremos os principais resultados alcançados, discutiremos o potencial significado e impacto social da pesquisa, apontaremos as limitações do estudo e delinearemos desdobramentos possíveis desta dissertação.

Capítulo 1 – O Movimento Estudantil na História do Brasil

Introdução

Este capítulo tem como objetivo tratar das questões sócio-históricas que permeiam a atuação do movimento estudantil no Brasil, em especial, em São Paulo, centrando-nos nas circunstâncias que envolveram os três acontecimentos tematizados em nosso *corpus* de reportagens: a Batalha da Maria Antônia, em 1968; a invasão da PUC-SP, em 1977; e a ocupação da reitoria da USP, em 2011.

1.1 O Movimento Estudantil: um breve histórico

Na obra *Movimento Estudantil no Brasil*, Mendes Junior (1982) salienta que, assim como os demais tipos de movimentos sociais, o Movimento Estudantil (ME) não atua na vida sócio-política no Brasil de maneira crescente e contínua, mas de forma oscilante, em períodos de fluxo e refluxo. Em outros termos, dependendo das conjunturas implicadas, um movimento social pode sair de uma fase de baixa atividade e pouca influência para um período de protagonismo intenso e grande intervenção social e/ou política.

Seguindo essa linha de raciocínio, Mendes Junior (1982) sugere que a trajetória do ME no Brasil possa ser subdividida em quatro fases históricas diversas, conforme os tipos de atuação de seus membros, distintos em cada período. São elas: 1. Fase da atuação individual; 2. Fase da atuação coletiva; 3. Fase da atuação organizada; e 4. Fase da atuação clandestina.

A primeira fase abarca o momento histórico correspondente ao fim do período colonial e início do Império brasileiro. Nesta época, ainda não havia no país organizações estudantis, de modo que não havia um *movimento* propriamente dito. As manifestações que ocorriam eram de caráter individual. Isso se deve ao fato de que, naquele período, o ensino superior ainda não estava efetivamente organizado no Brasil; os membros da elite, geralmente, enviavam seus filhos para estudarem na Faculdade de Coimbra, em Portugal. As poucas manifestações dos estudantes se davam, então, por meio de publicação de manifestos de autoria pessoal e se resumiam a questões de reivindicação pela independência do país.

A segunda fase percorre o Segundo Império, transpassa a Primeira República e termina no início do Estado Novo (1937). É nela que surgem as chamadas *Sociedades Acadêmicas* (ou *Clubes Acadêmicos*), que, a partir de 1870, envolveram-se com as questões abolicionistas e com o Movimento Republicano. Após a instauração da República, por não haver uma entidade que organizasse e unisse a classe estudantil e por não existir, naquele momento, uma bandeira única e comum que a mobilizasse, os grupos de estudantes realizavam ações variadas e

dispersas umas das outras, marcadas, sobretudo por um caráter mais regionalista.

A terceira fase é considerada a mais relevante, pois ela caracteriza o momento de solidificação efetiva do ME. Inicia-se em 1937, com a criação da *União Nacional dos Estudantes* (UNE). Finalmente, ocorre a criação de uma entidade de domínio nacional com propósitos de cunho claramente político. Daí em diante, a UNE passou a ser porta-voz significativa da classe estudantil, nunca se desvinculando dela. Foi por intermédio da UNE que o ME realizou diversas ações no país, algumas de caráter vanguardista e de relevante influência histórica.

Nos primeiros anos da década de 1940, por exemplo, o ME, através da UNE, organizou uma campanha de declaração de guerra contra os países nazistas, que evoluiria para a empreitada contra o Estado Novo, a favor da redemocratização do Brasil. De 1947 a 1950, a UNE — conjuntamente com outras entidades estudantis que vinham surgindo, como a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE) — participou da Campanha *em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico*, cuja questão de maior destaque era o monopólio estatal do petróleo; efetivou-se, então, a palavra de ordem “o petróleo é nosso”.

A década de 1960 foi de grande relevância para o ME. Nesse período, a UNE e as demais organizações estudantis (Unões estaduais estudantis, diretórios centrais estudantis, centros acadêmicos, etc.) tiveram papel influente nas relações sócio-políticas do país, sobretudo, a partir de 1964, após a instauração do *Regime Militar*. Essas entidades se posicionaram de maneira combativa ao governo instaurado, realizando diversos protestos nas ruas brasileiras, tendo como auge o ano de 1968.

Na década seguinte, em 1977, especificamente, após passar por um período de grande repressão e clandestinidade¹, o ME volta a tomar forças, une-se ao movimento operário e reinicia as campanhas públicas contra o Governo Militar, reivindicando a redemocratização do Brasil:

O ano de 1977 pode ser comparado com o ano de 1968 em termos de mobilização, ainda que este tenha sido mais significativo para a história do ME brasileiro por ter sido parte de um movimento global. Segundo Cancian (2008), a primeira manifestação pública ocorrida em São Paulo, no ano de 1977 se deu no dia 30 de março, por iniciativa do DCE-Livre da USP com apoio da PUC- SP e outras faculdades particulares (SANTOS, 2010, p. 65).

Em 1992, depois de um período de letargia, o ME volta às ruas em campanha a favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, motivado por denúncias de corrupção e pela impopularidade das medidas econômicas tomadas naquela gestão. Essa

¹ Cf. quarta fase adiante.

campanha ficou conhecida como *Movimento Caras Pintadas*, em referência às cores verde e amarela que os manifestantes usavam como pintura em seus rostos durante os protestos.

No século XXI, o ME continua sendo um organismo atuante, chamando, por muitas vezes, a atenção dos veículos midiáticos. Não é raro vermos reportagens cuja temática seja algum ato oriundo do ME, seja este por intermédio da UNE ou por meio de organizações menores e mais locais, como os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE).

Em 2011, por exemplo, um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo, sob mediação do *DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme*, realizou um protesto contra a implantação da Polícia Militar no campus daquela universidade. Os estudantes do movimento ocuparam a reitoria por alguns dias.

Outro exemplo foram os acontecimentos que se deram, também em São Paulo, entre os anos de 2015 e 2016, em que o Movimento de estudantes secundaristas realizou atos de ocupação em diversas unidades escolares estaduais, visando combater uma proposta de reorganização escolar feita pela gestão do Governador Geraldo Alckmin. Como resultado, o movimento estudantil, conseguiu a revogação dessa proposta, que tinha como objetivo o fechamento de 92 escolas e a transferência de mais de 300 mil alunos da rede pública, sob o argumento de que era necessária uma separação dos ciclos Fundamentais I e II do ciclo Médio, para melhorar o desempenho escolar.

Por fim, a fase de “atuação clandestina”, apresentada por Mendes Junior (1982), pode ser considerada como um período de interrupção temporária da terceira fase. Ela perdurou por poucos anos, mas foi marcadamente intensa. Iniciou-se com a instauração do Ato Institucional de nº 5 pelo governo militar, em 1968, e perdurou até fins dos anos 70, quando a UNE começou a se reestruturar. Essa fase se caracterizou pela proibição das práticas das organizações estudantis e pela repressão dessas entidades.

Ressaltamos que, ao longo da elaboração de nossa pesquisa, iremos trabalhar com textos produzidos na terceira fase de atuação do Movimento Estudantil, dada a já mencionada importância de tal período para a constituição do ME como entidade representativa de cunho nacional. Assim, abordaremos produções textuais datadas de 1968 (antes da introdução da 4ª fase); 1977 (transição entre a 4ª fase e retorno da 3ª); e 2011 (3ª fase cristalizada).

1.2 O Golpe de 1964: como foi instaurado o Regime Militar Brasileiro

O chamado “Golpe de 1964” foi subsequente ao conturbado governo presidencialista de João Goulart. Jango, como também era conhecido o ex-presidente, foi empossado em

setembro de 1961, após renúncia de seu antecessor, Jânio Quadros, de quem era vice. Essa transição, contudo, não foi tranquila. Segundo Abreu (2011, p.1), Jango sofreu resistência por parte dos ministros militares Odylio Denys, Sylvio Heck e Gabriel Gün, que alegavam que suas tendências ideológicas se aproximavam de interesses comunistas.

Nesse contexto, o Congresso compôs uma comissão em prol da conciliação, na qual, por pressão da junta militar, decidiu-se por implantar um regime parlamentarista. Esse regime, que alternou entre três primeiros ministros, Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima, perdurou até janeiro de 1963, quando, após nova votação realizada pelo Congresso, o presidencialismo foi restabelecido.

O Brasil, durante o governo de João Goulart, passava por um contexto político-social singular, marcado por:

[...] uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e do trabalho do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes (TOLEDO, 2004, p.13).

Na tentativa de barrar a crise política e econômica que encobria o país, Jango tomou algumas medidas que acabaram não fornecendo bons resultados. A principal delas foi o chamado o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, elaborado por Celso Furtado (ministro extraordinário do Planejamento). Essa medida buscava conter as taxas de inflação no Brasil, dando prioridade ao investimento no mercado interno, buscando assim também manter o desenvolvimento do país; contudo, foi totalmente falha e obteve resultados contrários ao que era pretendido.

Esse tipo de fracasso aumentou a impopularidade do governo de Jango em diversos setores sociais. Somado a isso, de acordo com Toledo (2004, p. 23), na noite de 30 de março de 1964, o presidente proferiu um discurso panfletário em uma assembleia de marinheiros, assumindo uma postura ríspida em relação à oposição a seu governo e denunciando a existência de “forças reacionárias e golpistas”. Poucas horas após a transmissão televisiva desse pronunciamento, tropas militares começaram a reagir.

Na madrugada de 31 de março, um general de Juiz de Fora, Olympio Mourão, recusando-se a esperar por novas ordens, enviou suas tropas para tomar posse do governo. Tendo com isso obtido sucesso na realização de seu Golpe de Estado, os militares se viram na necessidade de se organizar:

No dia 2 de abril, o general Costa e Silva enviou uma notificação a todos os comandos militares informando-os que, em virtude de ser o membro do Alto Comando mais antigo, assumia o comando do Exército. Desse modo, Costa e Silva auto-nomeava-se Comandante-em-Chefe do Exército, cargo habitualmente exercido pelo Presidente da República. Costa e Silva organizou, no dia 2, o "Comando Supremo da Revolução", composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e ele próprio como representante do Exército e homem-forte do triunvirato. (CASTRO, 2011, s.p., apud ABREU, 2011, p. 24).

No dia 4 de abril, o sucesso dos militares se confirma: Jango, que havia partido para o exílio no Uruguai — depois de ter solicitado asilo político —, lançou mão dos seus deveres constitucionais. O golpe fora consolidado.

O governo militar perdurou até 1985. Em seus vinte e um anos de duração, foram empossados cinco presidentes: Castello Branco (abril de 1964 a julho de 1967); Costa e Silva (março de 1967 a agosto de 1969); Médici (novembro de 1969 a março de 1974); Geisel (março de 1974 a março de 1979) e Figueiredo (março de 1979 a março de 1985). Destacamos que, desde o início do governo militar, o ME — que, junto com outros movimentos sociais, apoiava o plano de governo de Jango — se colocou em lugar de oposição ao regime. Um dos momentos de maior destaque dessas divergências, contudo, se deu no ano de 1968, conforme observaremos na próxima seção deste capítulo.

1.3 1968: o Movimento Estudantil no “ano que não terminou”²

Em meados de 1967, uma união de grupos sociais formada por parte do clero, intelectuais e estudantes, todos ligados, principalmente, à classe média, moldavam uma oposição civil cada vez mais combativa e preocupante para o regime militar. No final daquele ano, houve a proibição da exposição televisiva da figura de Carlos Lacerda, líder do grupo político-parlamentar de oposição ao governo vigente, *Frente Ampla*, e, ao mesmo tempo em que ocorriam campanhas-protesto daquele grupo como reação a essa proibição do governo, o ME passou por um processo de radicalização. Esse processo, no ano seguinte, além de resultar na proibição total das atividades da *Frente Ampla* (em 5 de abril), culminou em atos político-estudantis relevantes, que levaram o ano de 1968 a ser conhecido como “o ano que não terminou”.

² Toda a discussão desta seção se baseia em Napolitano (2016, p. 87-95).

Os atos públicos estudantis contrários ao regime militar tiveram início em 1966. O movimento, como vanguarda, empenhava-se pelas mudanças sociais; realizava, sobretudo nos centros universitários, críticas diretas ao governo militar; defendia o voto nulo, e, em decorrência disso, muitas vezes, protagonizou conflitos com a polícia. Como retaliação, o regime (entre 1964 e 1968) entrou com medidas de repressão às organizações político-estudantis, juntamente com reformas no sistema administrativo e curricular das universidades, tendo como um dos principais objetivos despolitizar as atividades acadêmicas.

Contudo, as tensões entre o ME e o Regime Militar atingiram proporções mais amplas e sérias no final do primeiro trimestre de 1968, quando um estudante foi baleado em um protesto, no Rio de Janeiro, comovendo milhares de populares:

Em março de 1968, o movimento estudantil brasileiro saiu às ruas, antes mesmo que o famoso “maio parisiense” explodisse e ganhasse as manchetes dos jornais. A morte do estudante Edson Luis, baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro, inaugurou a temporada de passeatas e conflitos com a polícia na ex-capital federal (NAPOLITANO, 2016, p. 89).

Cerca de 60 mil pessoas estiveram presentes no enterro de Edson Luis, e sua missa de sétimo dia foi marcada por novos conflitos entre estudantes e a tropa de choque da polícia militar carioca.

Em junho, sob influência das mobilizações estudantis francesas, os conflitos voltam a se intensificar. No dia 19, houve uma tentativa por parte de grupos estudantis de ocupar a sede do Ministério da Educação, resultando em confrontos de rua violentos. No dia seguinte, esses confrontos tomaram maiores proporções com a ocupação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por parte dos estudantes; muitos foram presos e agredidos. No dia 21, houve o episódio que passou a ser conhecido como *Sexta-Feira Sangrenta*, em que estudantes e populares confrontaram agentes do DOPS, resultando em dezenas de feridos, vinte e três baleados e quatro mortes. As movimentações daquele mês terminam com a chamada *Passeata dos Cem Mil*, uma grande manifestação ocorrida também no Rio de Janeiro³, que teve ampla adesão popular, contando com o apoio de integrantes da classe artística e intelectual.

No mês subsequente, o governo militar tomou medidas visando ampliar a repressão contra os estudantes, como, por exemplo, a proibição das passeatas e a ocupação violenta da Universidade de Brasília (UnB) em fins de agosto. Tais medidas levaram os estudantes a

³ Embora as manifestações estudantis de maiores dimensões tenham ocorrido no Rio de Janeiro, naquele ano, em diversas cidades do país, os estudantes, principalmente das grandes universidades, realizaram protestos públicos de caráter significativo, obtendo grande adesão.

buscar reorganizar suas entidades, a começar pela UNE.

Em outubro, os acontecimentos de maiores impactos se deram no Estado de São Paulo. Logo nos primeiros dias daquele mês, ocorreu um enfrentamento descomedido entre estudantes da *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* e estudantes da *Universidade Presbiteriana Mackenzie* que tinham divergências grandes no que se refere às suas posições políticas diante do governo militar. Houve também interferência policial. O episódio ficou conhecido como *Batalha da Maria Antonia*⁴. No dia 12 desse mesmo mês, em um sítio, na cidade de Ibiúna, após denúncia feita por um morador local, a força policial conseguiu prender 920 estudantes que estavam realizando, clandestinamente, o XXX Congresso da UNE.

Cabe ressaltar, contudo, que o ME daquele período, apesar de articular o enfrentamento ao regime militar, não era um grupo homogêneo. Nele havia diferentes subgrupos com posicionamentos políticos e ideológicos distintos, desde a esquerda católica (Ação Popular), passando pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), até os grupos mais radicais que defendiam a luta armada, como a Ação Libertadora Nacional.

Os confrontos, cada vez mais constantes e violentos com as entidades policiais, fizeram com que os setores mais radicais do ME, mencionados acima, se fortalecessem, uma vez que as organizações políticas estudantis — incluindo a de maior expressão, a UNE — estavam se tornando impraticáveis, na medida em que ficavam cada vez mais acuadas e reprimidas pelo Regime. A ideia da necessidade de uma luta armada cresceu e parecia a única saída no ponto de vista de algumas correntes estudantis, “não por acaso, os estudantes forneceriam a principal base da nascente guerrilha de esquerda” (NAPOLITANO, 2016, p. 91).

Além da radicalização cada vez maior de alguns setores do ME, outros fatores que causaram preocupações ao governo militar na época foram: o retorno e fortalecimento do movimento operário como ator político-social; a influência de viés esquerdista por parte de artistas e intelectuais; e o oposicionismo crescente da classe média. Além disso, o Regime também sofria certa pressão no Congresso Nacional, ao ter algumas de suas atitudes questionadas, como a violência praticada durante a ocupação da Universidade de Brasília. Diante deste cenário, o Governo Militar decidiu reagir, convocando o Conselho de Segurança Nacional. Segundo Marcos Napolitano (2016, p. 94), os cronistas deram a alcunha de “Missa

⁴ Esse acontecimento é de especial interesse para a presente pesquisa; por essa razão, ele será abordado com maiores detalhes na próxima seção.

Negra” para essa reunião, pois nela houve a edição e a implantação do AI-5. Esse decreto, emitido em 13 de dezembro de 1968:

[...] marcou [...] uma ruptura coma dinâmica de mobilização popular que ocupava as ruas de forma crescente desde 1966, capitaneada pelo movimento estudantil. Mais do que isso, teve um efeito de suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país com o golpe de 1964. A partir de então, estudantes, artistas e intelectuais que ainda ocupavam uma esfera pública para protestar contra o regime passariam a conhecer a perseguição, antes reservada aos líderes populares, sindicais e quadros políticos de esquerda (NAPOLITANO, 2016, p. 95)

1.4 A Batalha da Maria Antônia

Conforme vimos na seção anterior, em outubro de 1968, ocorreu um evento na região central da cidade de São Paulo que ficou conhecido como *Batalha da Maria Antonia*. Tal episódio repercutiu de maneira intensa na grande mídia impressa da época, tendo sido alvo de destaque noticioso nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*.

Entre os dias 02 e 03, aconteceu um grande conflito entre estudantes da antiga *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* (FFCL)⁵ e estudantes da *Universidade Presbiteriana Mackenzie*. Ambas as instituições eram localizadas na Rua Maria Antonia, no bairro de Vila Buarque.

É relevante destacar o fundo político-ideológico que influenciou nesse conflito: os alunos da USP ali presentes, em sua maioria, tinham uma posição política de viés esquerdista: muitos deles estavam ligados e/ou eram membros ativos de organizações estudantis, especialmente a UNE. Nesse sentido, os alunos *uspianos* em questão eram contrários ao Regime Militar e, como vimos nas seções anteriores, faziam forte frente oposicionista ao governo. Contudo, grande parte dos estudantes da Mackenzie envolvidos na ocasião seguia uma ideologia política voltada para a direita conservadora e apoiavam o governo vigente. De acordo com Santana (2014, p. 27), alguns desses alunos da instituição presbiteriana eram membros do grupo paramilitar de extrema direita intitulado *Comando de Caça aos Comunistas* (CCC).

A causa das agitações entre os universitários da Rua Maria Antonia foi um pedágio cobrado por alunos da FFCL em conjunto com alguns estudantes secundaristas para arrecadar fundos, visando à realização do *XXX Congresso da UNE* (MATHIAS et al., 1988, p. 9), atividade que contrariava os interesses e posicionamentos dos estudantes da Universidade

⁵ Atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Mackenzie. Não demorou muito para que ocorressem discussões acaloradas e para que aquilo que começou com um conflito de opiniões políticas se tornasse um confronto físico de grandes proporções. Em meio à contenda, pedras, tijolos, rojões, coquetéis molotov e cilindros de metal⁶ foram arremessados e usados como armamento por esses grupos de estudantes.

Figura 1: Fotografia da Batalha da Maria Antônia (1968)

Fonte: <<<http://netleland.net/hsampa/mantonia/Batalha%20da%20Maria%20Antonia.html>>> Acesso em 10/01/2017.

A *Batalha da Maria Antonia* resultou na morte do estudante secundarista do Colégio Marina Cintra, José Carlos Guimarães, de 20 anos. O jovem foi atingido por uma bala perdida enquanto tentava se aproximar das dependências do prédio da Mackenzie. Após a notícia da morte de José Carlos Guimarães se espalhar entre os estudantes da FFCL e seus colegas do curso de Economia, houve uma marcha de protesto pelas ruas do centro. Durante o ato, veículos foram incendiados.

Agências policiais como a *Força Pública*, o *DOPS*, a *Polícia Federal* e a *Guarda Civil* foram acionadas com a finalidade de conter e reprimir os estudantes. Efetivou-se a prisão de certo número de jovens e de alguns jornalistas que estavam cobrindo o acontecimento.

O ocorrido, ainda, resultou no incêndio do prédio da FFCL e na posterior transferência de seus cursos para a *Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira*, no bairro do Butantã.

⁶ Informação retirada de reportagem datada de junho de 2008 no Jornal da USP, pelo link: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp833/pag12.htm> (Acesso em 10/08/2016).

À noite, só permaneciam no edifício da Faculdade bombeiros tentando apagar os incêndios provocados pelas bombas, que continuavam a cair sobre o prédio, mesmo após a sua evacuação total, quando este é, então finalmente, invadido pela Força Pública, encerrando o episódio naquele local e encerrando também, o período de permanência ali, por quase 20 anos, da FFCL. (CARDOSO, 1998, p.34, apud SANTANA, 2007, p. 93).

1.5 AI-5: o fechamento do Regime Militar e suas implicações

O AI-5 é, dentre os 17 Atos Institucionais emitidos pelo Regime Militar, o mais rememorado até os dias atuais. Tal decreto é tido como divisor de águas, pois foi por meio dele que os militares demonstraram seu interesse pela permanência no Governo por tempo indefinido, contrariando assim alguns setores da sociedade que apoiaram a ascensão do Regime na expectativa de breve retomada democrática via institucional, após grupos como comunistas, socialistas e trabalhistas serem cassados.

O golpe dentro do golpe, expressão muito citada para se referir ao AI-5, à vitória dos militares da chamada linha dura, a favor da permanência no poder em relação aos da linha branda, defensores da intervenção militar apenas como um recurso para garantir a ordem, com o retorno aos quartéis a curto prazo (ROLLEMBERG, 2016, p. 1).

Ao contrário dos Atos Institucionais anteriores, que possuíam prazo de vigência, o AI-5 não tinha previsão para ser finalizado, tendo vigorado até janeiro de 1979, quando o Regime começara a perder forças. Além de enfraquecer os movimentos de oposição nas esferas trabalhista, estudantil, cultural e parlamentar, o AI-5 forneceu ao presidente uma ampliação considerável de seus poderes, cuja durabilidade era de caráter indeterminado.

Tal contexto proporcionou a criação de outra ferramenta institucional relevante para o fortalecimento e fixação do Regime Militar: o chamado *Conselho Superior de Censura*, construído com base no modelo norte-americano de censura durante a Segunda Guerra Mundial. Iniciou-se, assim, a censura legalizada no país, que ocorreu em concomitância com o período intitulado de *Milagre Econômico* do Governo Militar. Na medida em que o país expandia o seu poder econômico, o Regime expandia o seu domínio. Assim, o governo passou a ter um grande controle sobre a imprensa, de modo que todos os veículos de comunicação eram inspecionados por agentes autorizados.

Durante esse período, promoveu-se que “era dever da imprensa ‘informar’ a população sobre os acontecimentos no país, apresentando sempre um país que avançava” (GUIA, 2014, p. 24). Nesse sentido, houve em 13 de dezembro de 1968 — mesma data em que foi decretado o AI-5 — a publicação de manuais no Rio de Janeiro e em São Paulo com o objetivo instruir a

maneira segundo a qual a imprensa deveria agir. De acordo com Kushnir (2012, p. 108-109), no manual divulgado em São Paulo, constava:

Manual distribuído em São Paulo:

1. Manter o respeito à Revolução de 1964;
2. Não permitir notícias referentes a movimentos de padres e assuntos políticos referentes aos mesmos;
3. Não comentar os problemas estudantis
4. Não permitir críticas aos Atos Institucionais, às autoridades e às FFAA;
5. As notícias devem ser precisas, versando apenas sobre fatos consumados;
6. Não permitir informações falsas, supostas, dúbias ou vagas;
7. Não permitir notícias sobre movimentos operários ou greve;
8. Não permitir aos cassados escrever sobre política;
9. Não publicar os nomes dos cassados a fim de não colocá-los em evidência, mesmo quando se trate de reuniões sociais, batizados, banquetes, festas de formatura. A prisão dos cassados poderá ser noticiada desde que confirmada oficialmente;
10. Não publicar notícias sobre atos de terrorismo, explosão de bombas, assaltos a bancos, roubos de dinamite, roubos de armas, existência, formação ou preparação de guerrilhas em qualquer ponto do território nacional, ou sobre movimentos subversivos, mesmo quando se trate de fato consumado e provado.

Ass.: General Silvio Correia de Andrade (KUSHNIR 2012, p. 108).

Desse modo, podemos dizer que, no período em que vigorou o AI-5 (1968-1979), a produção discursiva presente em livros, revistas e jornais, como no caso da Folha e do Estado de S. Paulo, estava condicionada a coerções institucionalizadas pelo Governo Militar.

1.6 1977: o retorno do Movimento Estudantil

Com o fim do rigoroso governo Médici, em 1974, o Regime Militar passa por algumas mudanças. Em seu mandato, Geisel propôs realizar uma política de distensão lenta, gradual e segura, objetivando reduzir as divergências de posições entre os militares e enfraquecer os ânimos da esquerda. De acordo com Santos (2010, p. 24), naquele período, a prática da repressão havia se alastrado de modo descontrolado e não era rara a ocorrência de denúncias de tortura e de atos contrários aos direitos humanos feitas por exilados e membros da Igreja Católica, o que estava gerando a criação de uma imagem negativa do país no exterior. Entretanto, segundo a autora, na prática não houve redução dos atos repressivos, como havia prometido o presidente; novas táticas, como o “desaparecimento” de pessoas e prisões e mortes

sendo negadas por parte do governo, como a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, “desgastavam a imagem do projeto de abertura de Geisel, agravando a crise interna entre os militares ‘linha dura’ e ‘moderados’, contribuindo para o enfraquecimento do regime” (SANTOS, 2010, p. 24-25).

Esse cenário, que indicava certo desgaste do Governo Militar, foi oportuno para que o Movimento Estudantil e alguns outros movimentos populares pudessem voltar a se organizar e se mobilizar. O auge dessas novas movimentações se deu no ano de 1977, quando as manifestações de rua organizadas pelo ME ressurgiram com grande adesão.

A primeira dessas manifestações⁷ de 1977 se deu no dia 30 de março, inicialmente planejada para acontecer em frente à Secretaria Municipal de Educação, na região central da cidade de São Paulo, mas fora proibida pelo governo. Em contrapartida, cerca de 4 mil estudantes da USP e da PUC-SP decidiram realizá-la ainda assim. Eles reuniram-se primeiramente na Cidade Universitária e, depois disso, fizeram uma passeata até o Largo de Pinheiros, também na zona oeste da capital paulista. Em meio a passeata, os estudantes fizeram leitura de uma carta aberta à população, reivindicando ao Ministério da Educação mais verbas para a USP e a criação de um teto para o aumento das mensalidades de instituições privadas. A força policial limitou-se a observar o episódio.

Em abril, os estudantes de diversas regiões do país prosseguiram com as manifestações, protestando contra o fechamento do Congresso Nacional⁸, prisões de operários e intelectuais, bem como contra a censura e as demais formas de repressão do Regime.

No mês subsequente, as ações estudantis se intensificaram, e, no dia 03, foi realizado um ato público na PUC-SP que contou com a adesão de sindicatos, da Organização dos Advogados do Brasil (OAB), do partido oposicionista MDB e do Movimento Feminino pela Anistia. No dia 05, houve uma nova passeata realizada pelo ME até o Largo de São Francisco, na região central da cidade de São Paulo; nela, os estudantes pediam pela liberação de presos políticos e protestavam contra as más condições trabalhistas, alto custo de vida e exploração econômica. O evento contou com a participação de cerca de 15 mil pessoas e foi dispersado pela polícia com a utilização de gás lacrimogênio.

O Regime respondia às ações do ME de modo combativo, assim como fizera em 1968:

(...) no dia 9 de maio de 1977, véspera de manifestações programadas no Rio

⁷ A discussão sobre as manifestações estudantis de 1977 se baseia em Santana (2007, p. 187-192).

⁸ O fechamento do Congresso Nacional se deu em decorrência da aplicação do denominado “Pacote de Abril”, um conjunto de leis criadas no governo Geisel cuja finalidade era, sobretudo, fortalecer o partido militar ARENA diante da oposição do MDB, que estava se destacando naquele momento.

de Janeiro e em Belo Horizonte contra prisões de estudantes e operários em São Paulo, o ministro da justiça, Armando Falcão, enviou uma circular aos governadores proibindo, em todo país, qualquer tipo de contestação, passeata ou concentração em locais públicos, pois eles tinham caráter subversivo (SANTANA, 2007, p. 187-189).

Ainda em maio, no dia 19, mesmo com as proibições do governo militar, as manifestações estudantis em diversas partes do território nacional resultaram na realização do “Dia Nacional de Luta pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas”, evento que fora duramente reprimido em São Paulo, Brasília e Salvador.

Em 23 de agosto, realizou-se o segundo Dia Nacional de Luta pela Anistia que também fora duramente reprimido pelas forças policiais, sobretudo em São Paulo, onde 197 pessoas foram detidas e outras duas foram presas. No mesmo mês, no dia 27, durante um Congresso realizado na Escola Politécnica da USP, em que participaram mais de 3 mil estudantes, a UEE-SP foi reconstruída.

Em 18 de setembro, os estudantes paulistas participaram de um evento organizado pelo Movimento Justiça e Libertação, no Santuário de Nossa Senhora da Penha, denominado de Ato de Solidariedade aos Injustiçados. O evento contou com uma passeata estudantil que também fora duramente repreendida pelos agentes do DOPS. O ME havia marcado, para o dia 21 daquele mês, o 3º Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE) na USP, porém, os policiais militares impediram sua realização, realizando bloqueios nas entradas da universidade, revistando veículos e realizando prisões de estudantes. Outras instituições como a PUC-SP e a Faculdade Getúlio Vargas (FGV) também sofreram bloqueios naquele dia. O III ENE, contudo, foi realizado clandestinamente, no dia 22 de setembro na PUC-SP, mas sua ocorrência foi alvo de uma séria reação dos militares, que, em represália, invadiram a universidade⁹.

Finalmente, conforme Santos (2010, p. 31), cabe ressaltar que o ME da década de 1970, apesar de também seguir linhas políticas de esquerda, se difere do ME dos anos de 1960. Se, por um lado, este último estava ligado às radicalizações e até ao interesse pela luta armada e pela possibilidade de uma revolução socialista, o primeiro, por outro lado, necessitava voltar suas ações para a reconstrução de suas entidades representativas a fim de se organizar e de se estruturar politicamente. Logo, os militantes tiveram que realizar um trabalho complexo para sistematizar a divulgação de informações, assim como também tiveram que recriar uma cultura político-estudantil. Diante do temor gerado pela repressão militar, não havia mais espaço para

⁹ Assim como o episódio da “Batalha da Maria Antonia” de 1968, esse acontecimento é de especial interesse para a presente pesquisa; por essa razão, ele será abordado com maiores detalhes na próxima seção.

se pensar na luta armada ou na derrubada instantânea do Regime. O foco do ME dos anos 1970 era com questões de liberdades democráticas civis e do sistema, preocupações essas partilhadas pela sociedade civil de modo geral. Assim, “(...) a luta pelas liberdades democráticas foi posta como nova tática pelas organizações de esquerda, cumprindo seu papel de agregar a luta de amplos setores da sociedade pelo fim do regime militar” (SANTOS, 2010, p. 31).

1.7 A invasão da PUC

Conforme mencionamos na sessão anterior, em 22 de setembro de 1977, o Movimento Estudantil, após algumas tentativas falhas, conseguiu realizar, em caráter clandestino, o III ENE na PUC-SP. A resposta policial que houve após a realização desse evento ficou conhecida historicamente como “Invasão da PUC”. Realizado em uma sala do prédio mais novo da PUC, o III ENE contou com a participação de 60 delegados de 7 Estados do Brasil (SANTANA, 2007, p. 192).

Estrategicamente, os estudantes executaram o encontro de modo secreto, não sendo permitida a entrada da imprensa, nem de estudantes não credenciados. Concomitantemente, com a intensão de driblar a repressão, o ME organizara uma assembleia no salão Beta da PUC-SP convocada pela Comissão Executiva Nacional dos DCEs, voltada para o Dia Nacional de Protesto, que contou com a participação de 1.500 estudantes (CAVALARI, 1987, P. 216, apud. SANTANA, 2007, p. 192).

No decorrer do III ENE, os estudantes criaram a Comissão Pró-UNE com o intuito de reconstruir a entidade. Tal Comissão estava encarregada de difundir a história da UNE, fazer propaganda da entidade, organizar o IV ENE, entre outras atividades. Ao término do evento, os estudantes divulgaram em jornais uma nota sobre a realização do III ENE e suas deliberações, também fizeram convite aos interessados para um Ato Público que iria ocorrer na noite daquele mesmo dia, no teatro da PUC-SP (TUCA). A Reitoria da universidade, entretanto, não permitiu que os alunos efetivassem o encontro no teatro, de modo que “os estudantes concentraram-se na frente do teatro com faixas e cartazes que anunciavam a realização do III ENE e as suas propostas” (SANTOS, 2010, p. 73).

O ato teve pouco tempo de duração, pois, em meio a sua realização, a polícia, comandada pelo Cel. Erasmo Dias, surpreendeu os estudantes invadindo a universidade. Os policiais, que estavam portando cassetetes e bombas de contenção, deteram de modo indiscriminado quem ali estava presente.

“Durante a invasão, também houve depredação de salas, do restaurante, da gráfica, da biblioteca central e de vários setores dos departamentos e da administração. A reitora da PUC-SP, professora Nadir Kfoury, juntamente com os vice-reitores, enviou um relatório a várias autoridades, expressando indignação e vergonha pela ação policial” (SANTANA, 2007, p. 193)

Figura 2: Fotografia do Ato Público Estudantil em frente ao TUCA (1977)

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/invasao-de-militares-a-puc-sp-completa-40-anos>

De acordo com Cavalari (1987, p. 218, apud SANTOS, 2010, p. 74), os policiais levaram cerca de 1.700 pessoas detidas para um estacionamento próximo da PUC-SP, intencionando fazer uma seleção de quem seria levado preso. Desse número, funcionários e professores foram subtraídos, restando somente estudantes.

A invasão da universidade pelas forças policiais foi motivada pela preocupação de que os estudantes voltassem a organizar suas entidades e, com isso, tornassem a efetivar grandes mobilizações e protestos em grau semelhante aos atos de 1968. As forças militares, com a invasão de uma universidade de linha católica, também intencionavam repreender setores progressistas da igreja, cujos representantes, há certo tempo, estavam incomodando o Regime com denúncias acerca de seus atos, especialmente na esfera dos direitos humanos. No entanto, os militares tiveram seus objetivos frustrados:

Se o objetivo principal desta ação policial foi conter o avanço do ME, temendo sua liderança frente aos movimentos de oposição, este objetivo fracassou. Não somente os estudantes conseguiram se rearticular para o Congresso de refundação da UNE que aconteceu em 1979, como também as manifestações populares alcançaram seu ápice a partir de 1978, principalmente o movimento operário. A oposição à ditadura continuou crescendo praticamente entre todos os setores da sociedade e a luta pela democratização se fortaleceu (SANTOS, 2010, p. 75).

1.8 1985: fim do Regime Militar e o processo de (re)democratização

O processo de liberalização, implantado no governo Geisel, se caracterizou por momentos de oscilação entre períodos de maior e menor violência política, culminando na revogação do AI-5, em outubro de 1968. O transcurso da liberalização foi continuado no governo de seu sucessor, o General Figueiredo, sob o título de “abertura política”. Tal processo, no Governo Figueiredo, particularizou-se pela normalização da atividade parlamentar e manutenção do calendário eleitoral, após efetivação da anistia política e de uma reforma partidária, em 1979:

“(...) na administração Figueiredo, o Congresso aprovou a anistia, que, embora limitada, permitiu a reintegração à vida pública de políticos exilados e de ativistas de esquerda punidos pelo regime militar. Uma nova lei partidária pôs fim ao bipartidarismo compulsório criado em 1966, levando à criação de novos partidos.” (KINZO, 2001, p.3)

Desse modo, nas eleições estaduais de 1982, foi dado um passo importante no processo de liberalização: novos partidos foram criados e políticos inativos desde a década de 1960 voltaram à cena pública. Com isso, foram eleitos governadores pelo voto popular, o que não ocorria desde 1965. Assim, novos atores passaram a influenciar na dinâmica política brasileira, além dos militares.

Cabe ressaltar que se, de um lado, a reforma partidária simbolizou certo avanço no processo de liberalização do Regime, por outro, ela também foi estratégica para os militares fragmentarem a oposição e, assim, se manterem no controle da transição. Era de interesse do Regime ter manejo sobre a sucessão presidencial, de modo que as eleições seguintes não se deram em sufrágio universal, e sim de modo indireto, por colégio eleitoral composto por senadores, deputados federais e delegados de Assembleia Legislativa de cada Estado, cuja maioria de seus representantes era composta por membros do Regime Militar.

Tais eleições, segundo Codato (2005, p. 84), aceleraram o ritmo de transformação do Regime, sem, contudo, alterar a seu curso conservador. Além disso, o autor considera que:

A “Nova República” (1985-1990), último governo (ainda que civil) do ciclo do *regime ditatorial-militar*, encerra esse longo período de transição ao estabelecer a hegemonia política do partido de oposição ao regime (1986), promulgar uma Constituição (1988) e realizar uma eleição popular para Presidente (1989) (CODATO, 2005, p. 84).

Em 1984, a exemplo das manifestações lideradas pelo ME, em 1977, que, como mencionado anteriormente, conseguiu o apoio da opinião pública moderada, constitui-se a campanha *Diretas-Já*. Esse movimento buscava o reestabelecimento das eleições diretas em

todos os níveis políticos e, conseqüentemente o retorno do regime democrático. Diferentemente de outras manifestações durante o período militar, as *Diretas-Já* se caracterizaram por ser um movimento heterogêneo, que mesclou grupos sociais ideológicos distintos em busca de um mesmo objetivo. Símbolos nacionalistas como a bandeira brasileira e o Hino Nacional tornaram-se muito presentes durante tal campanha.

Embora a *Diretas-Já* não tenha sido uma campanha exclusivamente encabeçada pelo ME, é inegável a relevância expressiva deste grupo para a sua construção e massificação.

Em termos de feitos, o movimento, apesar de ter alcançado um grande espectro popular, não teve resultados imediatos. A campanha ficou restrita a pressionar o Congresso pela aprovação de uma emenda na constituição — Emenda Dante de Oliveira — que permitisse as eleições diretas para o cargo de presidente da República, mas os parlamentares não cederam a pressão naquele momento:

Como uma significativa porção dos parlamentares não cedeu à pressão, mesmo porque o movimento não dispunha de qualquer meio eficaz de sanção, não apenas foi derrotado, como foi incapaz de articular uma alternativa. Apresentada à nação como única forma "viável" de prosseguir o processo de transição, o projeto de eleger um opositorista no Colégio Eleitoral, abandonando a luta pelas diretas, encontrou nos movimentos populares uma resistência pífia: apenas alguns deles, juntamente com a Igreja católica e o Partido dos Trabalhadores — PT, tentaram sem sucesso a continuidade da luta (NUNES, 1987, p, 87).

Ainda que não tenha obtido sucesso na inserção de imediata de uma emenda constitucional, as *Diretas-Já* foram um movimento de grande importância no processo de redemocratização do país, pois mostrou a insatisfação popular com o regime militar, obrigando o governo a dar sequência no processo de transição. O movimento ainda teve grande influência no quadro político nacional, na medida em que suas lideranças passaram a fazer parte da elite política brasileira.

Em 1985, ocorre a última eleição brasileira de caráter indireto, sob o amparo da constituição de 1967. Nesta eleição, o então Partido Democrático Social (PDS), antigo Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava o regime se encontrava dividido: o presidente Figueiredo e seus seguidores apoiavam a candidatura do coronel Mário Andreazza; já outros membros apoiavam a candidatura do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Esse último venceu a disputa interna do PDS. Tal decisão não foi aceita de modo passivo entre todos os integrantes do partido, gerando assim um grupo de dissidentes que formou o Partido da Frente Liberal (PFL).

Tendo em vista tal situação entre os militares, os opositoristas viram uma oportunidade de disputar as eleições com chances reais de um candidato desvinculado do regime sair

vitorioso. Assim, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, conhecido por fazer uma política mais moderada, foi escolhido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso, com o intuito de garantir a vitória nas eleições, o PMDB aliou-se formalmente com o PFL, indicando, como vice-presidente da chapa de Tancredo Neves, o senador do Maranhão, e ex-presidente do ARENA José Sarney. Tal aliança, portanto, unia, surpreendentemente, setores democráticos e antigos membros do governo militar.

As eleições se deram no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro daquele ano. Como resultado, a manobra arriscada do PMDB de se aliar ao PFL lhes garantiu a vitória, com larga diferença de 300 votos. Tal evento, após 21 anos de regime militar, possibilitou a volta de um civil na presidência da república.

Todavia, em 14 de março, véspera de sua posse, Tancredo Neves foi hospitalizado repentinamente com fortes dores abdominais e veio a falecer 38 dias depois, após realizar uma série de cirurgias. Sua doença e morte repentinas gerou muita polêmica na época, alguns especulavam até um possível assassinato do presidente. Nesse sentido, a presidência da república é ocupada, então por José Sarney.

A Nova República, como passou a ser nomeado o período desde o reestabelecimento do governo civil até a atualidade, nasce então sob um clima de fragilidade e de desconfiança, sob o comando de um presidente que assumia o poder sem o apoio das urnas, e que era conhecido por seu passado marcado por vínculos com os militares e por um país com uma crise econômica e social grave e crescente. A administração do governo Sarney ficou marcada por uma série de pressões da oposição, de setores da sociedade civil que demandavam por democracia, até dentro de seu próprio governo, marcado pela heterogeneidade de correntes políticas.

Ainda assim, deu-se continuidade ao processo de redemocratização do Brasil. Dentre os principais avanços do período, estão a revogação de todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização política e a promulgação da atual Constituição brasileira, em 1988, que refundou a estrutura político-social nacional.

É importante ressaltar, no entanto, que a instabilidade que marcou o início da efetiva democratização do país gerou consequências negativas, que reverberam até a atualidade, conforme aponta Kinzo (2001, p. 8):

No que tange à questão social e econômica, o caminho percorrido foi de pedras e espinhos no período que se seguiu: entre 1986 e 1994 o país mudou quatro vezes de moeda e teve seis experimentos em estabilização econômica, apenas o último, o Plano Real, tendo sido bem-sucedido. A sucessão de fracassos não apenas agravou a crise econômica e social, mas também comprometeu a capacidade do Estado de governar, tornando o problema da governabilidade uma realidade permanente.

1.9 O Movimento Estudantil no período democrático

Após o processo de redemocratização do Brasil, o Movimento Estudantil começou a apresentar sinais de ostracismo com o a apresentação de um certo desgaste, desarticulação e fragmentação em sua organização. Entre as décadas de 1980 a 1990, houve apenas um único episódio em que o ME voltou a demonstrar força: no movimento dos *Caras-pintadas*, de 1992. Esse movimento visava ao impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, acusado, por seu irmão, Pedro Collor de Mello, de participar de um grande esquema de corrupção nacional e desvio de verba pública, conhecido como *Esquema PC Farias*.

A atuação dos *Caras-pintadas* é tida como uma das maiores manifestações políticas na história do país e contou com a presença massiva da juventude secundarista e universitária. Em todas as capitais do Brasil, houve protestos protagonizados por esse movimento, em que os integrantes pintavam simbolicamente suas faces com as cores verde e amarelo e tomavam as ruas em coro, não somente pelo impeachment, mas também contra a corrupção e em prol da ética no país.

Conforme aponta Barbosa (2008, p. 54-55), esse movimento era muitas vezes comparado com as ações estudantis do período militar, porém possuía características diversas: se, nas décadas de 1960 e 1970, os estudantes enfrentavam a repressão de seus protestos e tinham na polícia um de seus obstáculos, em 1992, seus protestos eram aceitos e a polícia estava presente para proteger os manifestantes e controlar o trânsito. Apesar de os *Caras-pintadas* terem parecido incentivar o renascimento do ME na esfera política nacional, isso não se efetivou, devido ao caráter episódico de suas manifestações e pela falta de uma articulação sólida de sustentação. Assim, ainda que os *Caras-pintadas* tenham alcançado seus objetivos, não houve mais nenhuma grande movimentação nacional feita dos estudantes durante toda a década de 1990.

É importante considerar a relevância do contexto sócio-histórico para esta mudança de postura do Movimento Estudantil pós-redemocratização. Devemos considerar que a política de neoliberalismo passa a influenciar o cenário nacional, e, como consequência, o Estado passa a se desresponsabilizar por alguns setores econômicos. Tal cenário favorece a instabilidade e o desgaste de organizações políticas, uma vez que os interesses individuais passam a vigorar, em detrimento de alguns interesses coletivos. Nesse sentido, o envolvimento dos estudantes nas questões de ordem política cede espaço para as questões mais individualizadas. As discussões passam a ter como foco questões internas das instituições de ensino e de seus cursos.

Além disso, uma outra característica do ME na atualidade é a vinculação partidária. O

movimento estudantil, apesar de ter predomínio ideológico de esquerda, fragmenta-se em grupos ligados a diversos partidos políticos, cujos interesses, muitas vezes, divergem. Desse modo, os interesses estudantis mais gerais acabam perdendo espaço para interesses dos partidos aos quais os diversos grupos estão aliados.

Apesar de os fatores acima serem ainda uma realidade, desde a década de 2000, há um novo elemento significativo que vem interferindo nos modos de organização do ME e de estrutura de seus debates e manifestações: as redes sociais.

Com o advento da internet e com a facilitação de acesso e de aquisição de recursos tecnológicos digitais, como computadores e smartphones, no Brasil, as redes sociais (como o Facebook e o WhatsApp) se tornaram extremamente populares, sobretudo entre os jovens. Essas redes permitem que o acesso a informação se dê de maneira instantânea, possibilitam a criação de grupos para debates, propiciam a organização de eventos de modo prático, viabilizam o debate político (ainda que, muitas vezes, acalorado) entre um grande número de pessoas, dentre outros artifícios. Tais recursos permitiram que o ME se articulasse de modo um tanto diverso do praticado nas décadas de 80 e 90.

Assim, o ME passou a organizar encontros, debates, e manifestações por meio das redes sociais, sendo essas tanto de caráter mais interno-institucional, quanto envolvendo questões políticas mais abrangentes. A exemplo disso, temos a articulação do Movimento Passe Livre (MPL), em 2013, cujas manifestações de rua eram organizadas por meio das redes sociais. Esse movimento pedia redução das tarifas de transporte público, que tinham sido reajustadas naquele momento e levantava a bandeira do acesso universal gratuito ao transporte. Como resultado, esse movimento que se iniciou na cidade de São Paulo e se espalhou por várias outras cidades do país, obteve a redução de tarifas em alguns locais e, posteriormente, no ano de 2015, o advento do passe-livre estudantil para pessoas de baixa renda em São Paulo.

Outra campanha que também usou as redes sociais como ferramenta importante de articulação foi o Movimento dos Secundaristas de 2015-2016, que se iniciou a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por alguns estudantes, com o objetivo de solicitarem a abertura de uma CPI para investigar as pessoas envolvidas em um escândalo de corrupção que envolvia contratos de compra de alimentos para merenda de diversas escolas do estado. O movimento que se iniciou em São Paulo cresceu em escala nacional, com a insatisfação estudantil acerca das novas medidas educacionais propostas pelo governo federal, sob o comando do Presidente Michel Temer. Milhares de estudantes realizaram ocupações em suas escolas, pedindo o fim da Proposta de Emenda à Constituição 241 (PEC-241), que sugere a criação de um teto para gastos públicos, dentre eles, os gastos com a Educação estão inclusos.

Os estudantes também se manifestavam pela não implantação da proposta de reforma do Ensino Médio. O movimento teve, ainda, posterior adesão dos estudantes universitários, que, comovidos com as notícias e a repercussão das ações dos secundaristas, também realizaram ocupações e protestos em diversas universidades do país. No entanto, mesmo com tais movimentos, a propostas indicadas pelo governo Temer foram aprovadas.

Isso posto, cabe ressaltarmos que é neste cenário, influenciado pelo poder dos novos recursos digitais e tecnológicos que se consolida a ocupação da reitoria da USP em 2011, que foi amplamente difundida e discutida nas redes sociais, assim como a posterior ação policial de reintegração de posse do edifício da reitoria. trataremos com maior detalhamento esses episódios na seção a seguir.

1.10 2011: a ocupação e a reintegração de posse da reitoria da USP¹⁰

Desde a reabertura política na década de 1980, a presença da Polícia Militar nos *campi* da Universidade de São Paulo passou a ser mínima. Como medida de segurança, a USP passou a contar com sua Guarda Universitária, que, em casos de crimes, acionava a Polícia Civil. Esse cenário, no entanto, começou a ser alterado em 2009, quando a Polícia Militar (PM) fora requisitada durante uma greve de professores e funcionários para realizar a reintegração de posse de prédios cercados pelos manifestantes.

O ápice dessa mudança se deu em 8 de setembro de 2011 após um convênio entre a reitoria da Universidade de São Paulo e a Polícia Militar do Estado de São Paulo ter sido firmado. O então reitor da USP, João Grandino Rodas, e autoridades governamentais justificavam que tal convênio intencionava o aumento de rondas e de efetivo policial no campus Cidade Universitária, como medida de segurança, uma vez que naquele período aumentara o

¹⁰ A discussão desta seção foi construída com base nas notícias:

- “Estudantes da USP dizem não ter responsabilidades por depredação de prédio ocupado”, de Larissa Leiros Baroni, publicada no portal Uol Notícias, em 09 de novembro de 2011. Encontrado em: <<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/11/09/estudantes-da-usp-dizem-nao-ter-responsabilidades-por-depredacao-de-predio-ocupado.htm>>>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.
- “Polícia Militar executa a retomada da reitoria”, de Bruno Federowski, publicada no portal Jornal do Campus, em 24 de novembro de 2011. Encontrado em: <<<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/11/policia-militar-executa-a-retomada-da-reitoria/>>>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.
- “Relação conflituosa entre alunos da USP e polícia existe desde a ditadura”, de Paulo Toledo Piza, publicada no portal G1, em 01 de novembro de 2011. Encontrado em: <<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/11/relacao-conflituosa-entre-alunos-da-usp-e-policia-existe-desde-ditadura.html>>>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

número de ações criminosas no campus, como roubos, furtos e estupros. Contudo, setores estudantis — em sua maioria ligados à política de esquerda — estavam insatisfeitos com o acordo. Tais estudantes reprovavam a ação da PM nas dependências da Universidade, considerando o histórico marcado por conflitos intensos entre o ME e a corporação, sobretudo, durante o Regime Militar. Esses grupos estudantis alegavam que a PM tinha mais o intuito de acuar do que de proteger a comunidade acadêmica.

No dia 27 de outubro de 2011, três alunos do curso de geografia da Universidade de São Paulo foram detidos pela polícia Militar, dentro do campus da Cidade Universitária, por porte de maconha. Durante a operação policial, alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) entraram em conflito físico com os policiais, em defesa de seus colegas, alegando que a polícia agira de forma desmedida.

No dia seguinte, os estudantes realizaram uma assembleia na qual foi decidido construir uma ocupação no prédio da Administração da FFLCH, em caráter de resposta à ação policial na noite do dia 27. Os participantes do protesto alegaram que terminariam com o ato no momento em que a PM fosse retirada do campus. Tal manifestação perdurou até o dia 02 de novembro, após uma reunião de negociações entre os estudantes e a Congregação da FFLCH.

Cabe ressaltar que o ME da USP, naquele momento, não era de caráter homogêneo; havia grupos de linhas políticas diversas, o que fica patente no fato de, no dia anterior à reunião com a Congregação da FFLCH, ter havido uma passeata de um grupo estudantil de oposição, com cartazes e um carro de som, favorável à permanência da PM nas dependências do campus.

Foi também em decorrência dessa heterogeneidade que um grupo dissidente, contrário à resolução de findar com o protesto na administração da FFLCH, decidiu, ainda no dia 02, efetivar uma nova ocupação na universidade, durante a madrugada do dia seguinte; dessa vez, no prédio da reitoria.

No dia 03 de novembro, em resposta imediata a ação estudantil, a reitoria entrou com pedido de reintegração de posse do prédio na Justiça. Algumas horas depois, foi determinado por um juiz, um prazo de 24 horas, após entrega de notificação, para que os estudantes se retirassem. No dia seguinte, a administração universitária suspendeu os serviços de luz e água no edifício da reitoria para incentivar a saída dos manifestantes. Os estudantes, no entanto, não saíram e se recusaram a assinar a notificação enviada pela Justiça por intermédio de um oficial.

No dia 5 daquele mesmo mês, houve uma audiência no Fórum Hely Lopes Meireles, localizado na zona central da cidade de São Paulo, na qual estudantes, funcionários membros do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) e a direção da USP tentaram negociar a respeito da ocupação da reitoria. Como resultado, a gestão da universidade aceitou criar uma

comissão para discutir as ações da PM no campus, e a Justiça prorrogou o prazo para os estudantes se retirarem do local que estava ocupado para 07 de novembro.

No dia 07, houve uma nova tentativa de renegociação entre estudantes, funcionários e reitoria, porém os resultados foram inconclusivos. Além disso, os estudantes realizaram uma assembleia, em que foi decidido continuar com suas ações de protesto. Apesar do prazo dado pela justiça de desocupação ter findado naquele dia, não houve a efetivação da reintegração de posse. No entanto, no início da manhã do dia seguinte, um contingente com cerca de 400 policiais militares, composto por membros do 2º Batalhão da Polícia de Choque, do Comando de Operações Especiais (COE), do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) e alguns da Cavalaria da PM, chegou à Reitoria da USP para cumprir o mandato de reintegração de posse do edifício.

Figura 3. Fotografia da reintegração de posse da Reitoria da USP (2011)

Fonte: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/promotoria-denuncia-a-justica-72-estudantes-que-ocuparam-predio-da-usp-em-2011-07022013>

O ato policial teve duração de cerca de duas horas: estudantes foram revistados, e o local, inspecionado. Alguns estudantes alegaram que os policiais foram truculentos, rasgaram cartazes, vandalizaram o local e implantaram *coquetéis molotov* para deslegitimar o protesto estudantil. A corporação policial, por sua vez, negou tal declaração, alegando que não interferiram nas condições encontradas no prédio da reitoria e que os *coquetéis molotov* encontrados dentro nas dependências estavam em posse dos estudantes. Durante o processo de reintegração, alguns espectadores tentaram ultrapassar a barreira policial, mas foram impedidos, enquanto outros entregaram flores aos PMs, como ato simbólico pela paz.

Os manifestantes presentes no edifício durante a reintegração foram acomodados em três ônibus e encaminhados para o 91º Distrito Policial, no bairro do Jaguaré, na zona oeste de São Paulo. Na delegacia, os estudantes foram divididos em pequenos grupos para entrarem nas dependências em revezamento; depois prestaram depoimentos individuais. Os demais aguardavam nos ônibus, fazendo manifestações e dando entrevistas à imprensa. Por volta das 21h, os estudantes começaram a ser liberados da delegacia, após pagamento de fiança realizados por membros do SINTUSP, pais e simpatizantes.

Ainda naquele dia, por volta das 10h, membros do ME da USP realizaram um ato de protesto na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e, às 12h, seguiram em passeata para a delegacia, em que seus colegas da ocupação se encontravam.

1.11 Breves considerações do capítulo

Pudemos aferir, ao longo deste capítulo, não apenas a história da consolidação do ME e de suas ações, como pudemos refletir acerca dessa história e sua relação intrínseca com o contexto político-social do Brasil. Se de um lado, o contexto nacional implica em mudanças no que cerca o ME; por outro lado, ocorre — mesmo que em proporções menores — a influência do ME na história nacional.

Ainda que a atuação do ME na vida sócio-política do país se dê de forma oscilante, conforme apresentamos no início desse capítulo, ela não deixa, de modo algum, de ser significativa, mesmo no contexto atual, marcado pela polarização ideológica e instabilidade econômica. O ME continua atuante e realizando movimentos que influenciam, se não na política, efetivamente, no modo de pensar de parte da população, promovendo, em geral, discursos contra-hegemônicos.

Em termos de análise linguístico-discursiva, nesta pesquisa, entender os processos histórico-sociais que permeiam os acontecimentos inseridos nas reportagens em análise é de fundamental relevância, pois é por meio do contexto e das práticas sociais que o discurso é produzido e opera. Assim, embora não se limite a ação política, a linguagem é constitutiva a ela.

No que tange a análise das representações dos atores sociais, entender o contexto e a história também é relevante, na medida em que o discurso é atravessado pela história, refratando as estruturas sociais e colaborando no seu processo de reprodução. Nessa dinâmica bidirecional é que as representações são construídas.

Desse modo, entender as particularidades histórico-políticas e sociais que levaram o ME a realizar manifestações, protestos e demais ações, tanto no período militar, quanto no democrático, é de ordem imprescindível não só para a compreensão do discurso e das representações sociais produzidos pela mídia impressa paulista, como também para entender as possíveis mudanças nessas construções discursivo-representacionais ao longo do tempo e as suas implicações.

Capítulo 2 – A Teoria Semiolinguística

Introdução

No presente capítulo, abordaremos a Teoria Semiociuística, buscando apresentar sua definição e alguns de seus conceitos principais. Para tal, organizamos esse capítulo em seis seções: na primeira, “Semiociuística”, realizamos uma breve apresentação desta teoria e explicamos seus aspectos fundamentais; na seção seguinte, “Semiotização do mundo: um processo duplo”, discutimos acerca dos processos de *transação* e de *transformação*; na terceira seção, “Ato de linguagem”, mostramos como o ato de linguagem se constitui e descrevemos seus componentes primordiais; na seção quatro, “Circunstâncias de Discurso”, visamos depreender a relevância das chamadas Circunstâncias de Discurso para a composição Ato de Linguagem; na quinta parte, “Sujeitos da linguagem”, abordaremos como a Teoria Semiociuística enxerga os participantes da comunicação e como o ato comunicativo é construído; por fim, na última seção, “Reportagem: um gênero informativo”, discutiremos como a reportagem se constitui como gênero midiático, indicando suas principais características e fundamentos. Ao longo deste capítulo, também mostraremos de que forma tais categorias se aplicam ao *corpus* dessa pesquisa.

2.1 Semiociuística

A Teoria Semiociuística (TS) é uma perspectiva de análise do discurso proposta por Patrick Charaudeau (1983, 2014). Essa corrente teórica possui caráter interdisciplinar, uma vez que parte de uma concepção multifacetada que abrange categorias oriundas de diferentes esferas de conhecimento, como da Sociologia, da Antropologia, da Pragmática, da Etnometodologia e do dialogismo bakhtiniano.

Ao partir de teorias e estudos preexistentes no campo do discurso, Charaudeau defende que a TS tenha um aspecto “antropofágico” positivo, uma vez que, ao absorver ideias do “outro”, renovações, transformações e criações podem ser executadas. (MACHADO, 2005, p. 19)

Isto posto, destacamos que essa vertente teórica é de base interativa e comunicacional, tendo como um de seus objetivos avaliar como ocorre a assimilação de sentidos de um texto, levando-se em conta “o exame de operações discursivas realizadas pelos sujeitos enunciadore durante o ato de comunicação, em uma determinada situação social, reguladas por um contrato comunicativo” (PAULIUKONIS e GOUVÊA, 2012; p. 49).

Charaudeau (2005), em seu artigo “Uma análise semiolinguística do texto e do discurso”, expõe os fatores que caracterizam e diferenciam essa teoria das demais, no campo dos estudos discursivos:

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiolinguística*. *Semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens. (CHARAUDEAU, 2005, s.p.)

Essa interação entre a semiótica e a linguística possibilita um trabalho de análise discursiva mais complexo e estruturado, pois se dá de maneira abrangente e explora o discurso de forma a avaliar sua estrutura interna (texto) e externa (contexto), possibilitando assim um entendimento mais amplo do todo discursivo. Pela sua característica de considerar a relação intrínseca entre linguagem e sociedade e pelo fato de propor o trabalho com base em uma gama abundante de categorias linguístico-textuais, acreditamos que a Semiolinguística possibilita uma análise ampla de fenômenos sociolinguageiros. Por conseguinte, a aplicação do enquadramento sociodiscursivo proposto pela TS mostra-se proveitosa para o estudo do *corpus* proposto nessa pesquisa.

Nos tópicos a seguir, discutiremos teoricamente uma série de categorias operatórias da TS que se mostram pertinentes, procurando, durante a exposição, aplicar tais conceitos e ferramentas ao *corpus* que constitui nossa pesquisa.

2.2 Semiotização do mundo: um processo duplo

Charaudeau (2005) propõe que a semiotização do mundo se constrói através de um duplo processo: o de *transformação* e o de *transação*.

O primeiro desses processos ocorre a partir do sujeito emissor que transforma o “mundo a significar” em “mundo significado”. Tal processo implica quatro tipos de atividades: a *identificação*, que realiza a conceitualização e nomeação dos seres do mundo, sejam eles materiais ou não; a *qualificação*, que caracteriza discrimina e descreve os seres do mundo; a *ação*, que dá o caráter de agentes ou pacientes aos sujeitos, lhes fornecendo, no ato de “fazer

algo”, uma razão de ser; e, por fim, a *causação*, que confere os motivos (humanos ou não humanos) que envolvem os sujeitos em uma cadeia de causalidade¹¹.

O segundo processo transforma o “mundo significado” em um *objeto de troca* com um outro sujeito, ou seja, o destinatário. A transação se realiza através de quatro (4) princípios. O primeiro deles, o *princípio de alteridade*, aborda o fenômeno da troca entre dois parceiros no ato de linguagem¹²: esses parceiros devem se reconhecer, ao mesmo tempo, como semelhantes, por terem em comum saberes compartilhados (*universos de referência*) e motivações comuns (*finalidades*), e como diferentes, uma vez que cada sujeito desempenha um papel distinto, o primeiro de emissor/produtor e o segundo de receptor/interpretante. O segundo, *princípio de pertinência*, exige que os atos de linguagem sejam apropriados ao seu contexto, pressupondo, assim, o compartilhamento dos saberes implicados no ato de linguagem, sejam esses saberes sobre o mundo, sobre os valores sociais e psicológicos ou outros. O princípio seguinte, de *influência*, se insere no dispositivo sócio-linguageiro, uma vez que trata da relação de influência que o sujeito emissor/produtor visa ter sobre o sujeito receptor/interpretante, com a intenção de fazê-lo agir, de orientá-lo ou de lhe afetar psicologicamente etc. Segundo Charaudeau (2005), no ato de linguagem, o sujeito receptor/interpretante tem consciência de que é alvo de influência e isso lhe confere a possibilidade de interagir. O último princípio apresentado é o de *regulação*, ele está ligado diretamente ao princípio anterior (de *influência*) e também se relaciona ao dispositivo sócio-linguageiro. É pressuposto que toda influência pode gerar uma contra-influência, de modo que é preciso haver uma “regulação” no processo languageiro que possibilite a existência de estratégias a serem abordadas pelos sujeitos dentro do quadro situacional, o que viabilizará a intercompreensão, ainda que mínima entre eles; do contrário, a troca não poderia efetivar-se¹³.

Um ponto relevante de se levantar sobre o *processo de transformação* e o *processo de transação* é que há uma relação hierárquica entre eles. Charaudeau (2005) aponta que as operações de *identificação*, *qualificação*, *ação* e *causação* do *processo de transformação* realizam-se segundo o direcionamento e o controle do *processo de transação*, ofertando às

¹¹ Em termos sistêmico-funcionais, tais processos remontam à *metafunção ideacional*, especialmente, ao sistema de transitividade (Halliday, 2004; Fuzer & Cabral, 2014; Gonçalves-Segundo, 2014b; Arús; Lavid; Zamorano-Mansilla, 2010), que servirá de base para a análise das formas de representação dos atores sociais nas reportagens coletadas.

¹² Fenômeno especificado na próxima seção.

¹³ Em termos sistêmico-funcionais, tais aspectos podem ser analisados via recursos da função interpessoal da linguagem, como modo, modalização, engajamento, dentre outros (Halliday, 2004; Martin; White, 2005; Gonçalves-Segundo, 2011, 2014a, 2016; Ninin; Barbara, 2013). Os aspectos transacionais, contudo, receberão um tratamento linguístico reduzido em detrimento das questões representacionais e serão abordados apenas por um viés discursivo, ligado aos pressupostos da Semiologia.

operações uma orientação comunicativa. Dessa forma, não é possível focar-se nas operações de modo isolado; faz-se necessário estudá-las no quadro situacional estabelecido pelo *processo de transação*.

No que concerne o contexto midiático, mais especificamente, Charaudeau (2015, p. 114) propõe o seguinte modelo¹⁴:

Figura 4: Contrato de Comunicação

Fonte: Charaudeau (2015, p. 114)

Assim, nos textos analisados nesta pesquisa, temos, em todos os períodos, os acontecimentos brutos das manifestações estudantis sendo modificados, por meio do *processo de transformação*, em reportagens (acontecimento construído). As instâncias midiáticas, ou seja, os periódicos Estado de S. Paulo (ESP) e Folha de S. Paulo (FSP), fazem uso dos princípios de *alteridade*, *pertinência* e *influência* para, no *processo de transação*, obterem sucesso ao transformar o *mundo significado* incorporado em suas reportagens em objeto de troca com o sujeito interpretante (público-alvo). Assim, nas extremidades desses processos, temos o acontecimento bruto interpretado pelos jornalistas de cada veículo, transmutado para o acontecimento interpretado pelo leitor. Nesse sentido, cabe ressaltarmos que as representações dos atores sociais presentes nessas reportagens estão, indiscutivelmente, sujeitas a passar por esses processos. Logo, é impossível afirmar que essas representações ocorrem de maneira neutra e distanciada, uma vez que estão condicionadas a diversos fatores como o crivo interpretativo dos jornalistas, as tendências e princípios ideológicos adotados pelas empresas midiáticas, às crenças e os valores sociais predominantes em cada época, às influências do contexto histórico-social, entre outros.

¹⁴ Embora, no modelo, Charaudeau (2015) se refira à notícia como acontecimento construído, defendemos que o mesmo possa ser aplicado à reportagem.

2.3 Ato de linguagem

Sobre o chamado *ato de linguagem* (A de L), como mencionado na seção anterior, Charaudeau (2014) propõe a existência de uma situação de troca que é dependente da intencionalidade dos parceiros envolvidos. Tal ato desenvolve-se em um determinado contexto situacional que implica aos sujeitos da troca identidade, conhecimentos de mundo compartilhados e existência de um movimento de influência de um em relação ao outro, por meio de determinadas estratégias.

Vale destacar que essas estratégias não podem contrariar as restrições impostas pelo *contrato comunicacional*. Elas estão estreitamente condicionadas a ele, de modo que, diante disto, o “sujeito enunciador tem uma margem de manobra que concretiza seu projeto de fala por meio de suas estratégias discursivas” (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 15). Destacamos que o *contrato comunicacional* é definido por ser “a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, coconstruindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p.130).

Dessa forma, o A de L se configura em dois espaços: o *espaço de restrições*, que é dependente e imposto pelo contrato comunicacional; e o *espaço de estratégias*, que corresponde às possíveis escolhas (margem de manobra) que o sujeito pode fazer uso para produzir seu discurso.

Assim, tanto do ponto de vista do sujeito enunciador, como do sujeito interpretante, o propósito do A de L deve ser buscado por meio de sua construção verbal e por meio da dinâmica determinada por dado sujeito entre esta e seu sentido implícito (determinado pelo contexto situacional), tendo em vista que essa dinâmica “depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem” (CHARAUDEAU, 2014, p. 24).

Nesse sentido, o A de L se organiza a partir da interação entre um espaço interno e um espaço externo, o que leva a TS a propor um modelo estrutural formado por três níveis contratuais: o situacional, o comunicacional e o discursivo:

- O nível do *situacional*: dá conta dos dados do espaço externo, e que constitui ao mesmo tempo o espaço de restrições do ato de linguagem. É o lugar onde estão determinados: a *finalidade* do ato de linguagem (...); a *identidade* dos parceiros da troca linguageira (...); o *domínio de saber* veiculado pelo objeto da troca (...); o *dispositivo* constituído pelas circunstâncias materiais da troca (...).
- O nível do *comunicacional*: lugar onde estão determinadas as *maneiras de falar (escrever)*, em função dos dados do situacional (...). Correlativamente, o sujeito falante (quer seja comunicante, quer interpretante) se pergunta quais “papéis linguageiros” deve assumir que

justifiquem seu “direito à fala” (finalidade), que mostrem sua “identidade” e que lhe permitam tratar de um certo tema (proposição) em certas circunstâncias (dispositivo).

– O nível do *discursivo*: constitui o lugar de intervenção do sujeito falante, enquanto sujeito enunciador, devendo atender às condições de *legitimidade* (princípio de alteridade), de *credibilidade* (princípio de pertinência) e de *captação* (princípio de influência e de regulação), para realizar os “atos de discurso” que resultarão num *texto*. (CHARAUDEAU, 2005; s.p.)

Ressaltamos ainda que a atividade linguageira, segundo a TS, se constitui por meio de dois movimentos: o implícito (exocêntrico), que exige a inscrição do A de L em dada intertextualidade, marcada por uma contextualização que ultrapassa o contexto expreso, a fim de que se gere significação; e o explícito (endocêntrico), que demanda ao A de L ter significado tanto em um ato de marcação de referência, como em um ato de simbolização.

Com isso em vista, a TS considera que o sentido explícito é subordinado pelo sentido implícito no que se refere à construção da significação de uma totalidade discursiva. Dessa forma, observa-se que os sentidos de um texto são, portanto, determinados pela situação de troca comunicativa, ao mesmo tempo em que são singulares devido às especificidades do projeto de fala.

Nesse sentido, as representações discursivas circulantes sobre movimentos sociais e movimentos estudantis em face aos projetos institucionais dos jornais são exemplos de como essa dinâmica de sentidos (explícito/implícito) opera, uma vez que, esses projetos institucionais estão ligados a projetos político-partidários e ideologias específicas, que regulam o modo de cada jornal construir suas reportagens, como parte de seu projeto editorial ao qual os jornalistas estão submetidos. Tendo isso em vista, considerando que em nossa pesquisa pretendemos, por um lado, realizar a análise da evolução diacrônica das representações sobre o ME e, por outro, a comparação entre os jornais, objetivaremos um olhar focado tanto nas construções de sentido explícitas quanto implícitas; no espaço de restrição e no espaço de estratégias; no projeto de fala e na totalidade.

2.4 Circunstâncias de Discurso

Conforme visto anteriormente, a TS considera o A de L resultante da mescla entre um movimento explícito e um implícito. Charaudeau (2014, p. 27) sugere que o primeiro movimento é correspondente da configuração semiológica e o segundo é oriundo das circunstâncias de produção/interpretação do A de L, que também podem ser denominadas como

Circunstâncias de Discurso (C de D). O teórico francês propõe, então, a seguinte fórmula para representar essa relação:

$$A \text{ de } L = [\textit{Explícito} \times \textit{Implícito}] \textit{ C de D}$$

As C de D relacionam-se aos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem. De acordo com Corrêa-Rosado (2014, p. 4-5), esses saberes se dão sob dois aspectos:

1. Na relação em que esses protagonistas mantêm com o propósito linguageiro e, por isso, configuram os saberes partilhados pelos sujeitos de uma determinada comunidade social;
2. Na relação em que os protagonistas mantêm entre si, configurando os filtros construtores de sentido, filtros esses ligados às referências ou experiências vividas pelos protagonistas e também partilhadas entre eles (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 4-5).

Assim, por meio das C de D, o sujeito receptor realiza a atividade interpretativa ao criar hipóteses sobre o enunciador. Tais hipóteses se dão tanto a respeito do saber pertencente a esse enunciador, como acerca de seus pontos de vista sobre o que foi enunciado e sobre o próprio sujeito receptor. Identicamente, o sujeito enunciador também se embasa na criação de hipóteses sobre os saberes do sujeito receptor.

Assim, podemos dizer que os jornais ESP e FSP não só criam hipóteses sobre o as características, possíveis interesses e saberes prévios de seus leitores (receptores), como também, esses últimos criam hipóteses acerca desses periódicos e de seus jornalistas, no que tange seu compromisso com a veracidade de suas informações, a seriedade de seus objetivos e a formação e capacidade de seus profissionais. Para um veículo midiático, é de caráter fundamental manter impressões positivas em seus leitores acerca dos elementos anteriormente citados; do contrário, seus negócios podem ficar comprometidos.

Ademais, outro componente constituinte das C de D é a *Situação extralinguística*, que se “figura como um ambiente material transformado em palavra através dos filtros construtores de sentido, utilizados pelos atores da linguagem” (CHARAUDEAU, 2014, p. 32). Assim, esses atores também criam hipóteses segundo as quais um determinado ambiente semiotizado está inserido em um saber partilhado.

Isso posto, nas reportagens analisadas de 1968, 1977 e 2011, os ambientes em que ocorrem os acontecimentos — respectivamente Rua Maria Antonia, PUC-SP e Reitoria da USP — passam por esses processos de semiotização e são ressignificados tanto pelos autores das

reportagens, como pelos leitores, que a depender de seu conhecimento prévio e de sua opinião sobre as localidades, os participantes e o eventos, podem gerar hipóteses, em conjunção, sobre o contexto narrado.

2.5 Sujeitos da linguagem

2.5.1 A Assimetria da comunicação

A TS, no que diz respeito ao ato de comunicação, se posiciona de modo diferente em relação ao esquema simétrico sugerido por Jakobson¹⁵ (1993, p. 123), que trata o destinatário como mero receptor de uma mensagem. Para Charaudeau (2014), o destinatário, chamado de TU, não é visto somente como um receptor: ele é um sujeito que elabora uma interpretação tendo como base seu ponto de vista sobre as circunstâncias de discurso e sobre o sujeito falante, denominado de EU.

Dentro dessa perspectiva, apresenta-se uma distinção mais complexa entre os sujeitos, uma vez que o TU-interpretante (TU') é um sujeito distinto do TU-destinatário (TU), ao qual o EU se dirige, na medida em que acredita ser — esse (TU) — adequado à suas intenções no ato de linguagem. Não obstante, o TU', ao realizar sua interpretação do ato, projeta o EU como uma imagem (EU') distinta daquela que o EU acreditava (intencionava) ter.

Pode-se dizer, portanto, que o ato de linguagem é *interenunciativo*, envolvendo quatro sujeitos. Ele também deve ser concebido como um encontro dialético resultante da mescla entre dois processos – *produção* e *interpretação* – sendo o primeiro criado por um EU e dirigido a um TU, e o segundo criado por um TU' ao construir a imagem de seu locutor (EU').

Nesse sentido, no que diz respeito ao *corpus* desta pesquisa, o processo de produção é constituído por um EU-midiático que se dirige a um TU-leitor, na medida em que o processo de interpretação ocorre por conta da imagem que o TU-leitor (TU') cria sobre o EU-midiático-locutor (EU'). Com relação às reportagens de 1977, há uma particularidade nessa estrutura que iremos explorar mais adiante, após uma explicação mais detalhada dessa tipologia, na seção 2.5.3.

¹⁵ Para Jakobson (1993, p. 123), “O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (Ou "referente", em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação” (JAKOBSON, 1993, p. 123).

2.5.2 Tipologia dos sujeitos

O desdobramento que se dá entre os sujeitos da comunicação no âmbito da TS gera um quadro de especificações mais aprofundado do que o que vimos acima.

No que se refere ao TU, temos um sujeito destinatário (TUd) e um sujeito interpretante (TUi). O primeiro é criado pelo EU como destinatário ideal para seu ato de enunciação e está em posição de submissão em relação ao EU, uma vez que ele é posto em um lugar onde se supõe que a intenção de fala do EU lhe será totalmente transparente. Já o TUi (anteriormente denominado de TU') é um sujeito que age independente do ato de enunciação produzido pelo EU – sua intervenção no ato de linguagem se dá na medida em que ele é o sujeito responsável pelo processo de interpretação que foge do domínio do EU. O TUi só depende de si mesmo e se institui no exato momento da operação do processo de interpretação. Dessa forma, no que tange à intencionalidade do EU, o TUd está em relação de transparência, e o TUi, de opacidade.

O EU, por sua vez, se desdobra em um sujeito enunciador (EUe) e um sujeito comunicante (EUc). Este consiste no sujeito produtor (locutor e articulador) de fala, é o iniciador do processo de produção que se constrói em função das C de D. Assim como o TUi, ele está localizado no meio externo do ato de linguagem. Já o EUe é uma imagem de um enunciador elaborada pelo EUc, representando a intencionalidade deste – o EUe é o ser de fala que está sempre presente no ato de linguagem, seja de modo explicitamente marcado ou não.

2.5.3. Esquema de representação do ato de linguagem

Charaudeau (2014, p. 77) elabora o seguinte esquema com a finalidade de ilustrar como se constitui o ato de linguagem e como se dão os papéis ocupados por seus sujeitos, dentro do que ele denomina de “situação de comunicação”.

Figura 5: A representação do Ato de Linguagem

Fonte: Charaudeau (2008, p. 77), extraído de Ramos (2008, s. p.).

Nesse modelo, são apresentados dois espaços, um interno e outro externo, que representam os processos de produção/interpretação. O teórico francês pressupõe que “o ato de linguagem será uma síntese das relações entre os dois planos, recortadas por contratos e estratégias, condicionadas pelas Circunstâncias de Discurso” (FREITAS, 2001, p.58) e que todo ato de linguagem decorrente de dois interlocutores, por meio dos efeitos do discurso, se desdobra numa rede imaginária constituída por quatro agentes: dois externos (“reais”) e dois internos (“imaginários”). Assim, no circuito externo, os sujeitos localizados são ativos: o EUC (produtor de fala) e o TUI (que é real e existe fora do ato de enunciação produzido por EUC); no circuito interno, por sua vez, encontram-se do EUE (“ser de fala”) e o TUD (sujeito destinatário sempre presente), ambas imagens produzidas pelos sujeitos situados no circuito externo.

Com relação ao mundo falado pelos sujeitos, Charaudeau (2014, p. 53) aponta que ele corresponde a uma representação discursiva, localizando-se no espaço interno; mas, se localizado no espaço externo, ele será uma representação da situação de comunicação, uma vez que se posiciona como testemunha do real.

De acordo com o esquema apresentado, o ato de linguagem é visto, portanto, como resultante da dinâmica entre o explícito e o implícito; ele nasce das circunstâncias de discurso

específicas e se realiza através da intersecção entre os processos de produção e interpretação, sendo encenado por quatro tipos de sujeitos.

Assim, nas Situações de Comunicação, nas quais se inserem as reportagens em análise, temos em seu espaço de produção (externo), uma das pontas ocupadas por um EUc-midiático pertencente ao ESP ou à FSP; na outra ponta, há TUi-leitor que consome o produto discursivo do EUc-midiático. Já no espaço de interpretação (interno), há, de um lado um EUE-midiático — da ESP ou da FSP—; e, de outro, sempre um TUD-alvo. Lembramos que tanto o EUc-midiático quanto o TUD-alvo consistem em imagens criadas pelos sujeitos reais do circuito de produção que nunca estão estabilizadas e se transmutam de acordo com o contexto histórico-social vigente.

Acerca disso, cabe ressaltar que, nas reportagens de 1977 de ambos os periódicos, há a introdução de uma característica relevante, que particulariza de modo determinante a Situação de Comunicação, quando comparada aos outros períodos analisados: a presença da censura, que fora instituída pelo AI-5. Logo, tanto na instância de produção, quanto de interpretação, ocorre a inserção de filtros, que mediam o A de L do circuito. Denominaremos aqui esses filtros censores como TUi-censor, no espaço externo, e de TUD-censor, no espaço interno. Assim, além da preocupação do EUc-midiático em atingir o TUi-leitor, ele precisa se atentar ao TUi-censor, que pode, dependendo de seus critérios, interceptar a chegada do projeto de fala materializado ao ser social interpretante; no que tange o espaço interno, o TUD-censor é uma imagem criada pelo EUc-midiático que interfere diretamente na produção do A de L, pois dependendo do dito, os periódicos poderiam se prejudicar mediante o regime militar, sofrendo danos econômicos e sociais.

No quarto capítulo desta pesquisa, veremos com detalhamento alguns aspectos que distinguem as reportagens de 1977 em relação de 1968 e de 2011.

2.6 Reportagem: um gênero informativo¹⁶

Na imprensa, a conceitualização se dá de maneira mais analítica se comparada à oralidade e à iconicidade. Isso ocorre porque, no processo de leitura, o interlocutor põe em prática um processo de compreensão organizado e discriminatório baseado numa lógica graduada envolvendo as operações de conexão entre as diversas partes de uma narrativa, encaixe e subordinação de argumentos, reconstrução dos diferentes tipos de raciocínio etc. Esse

¹⁶ Toda a discussão dessa seção se baseia em Charaudeau (2015).

aspecto possibilita que “a escrita desempenhe um papel de prova para a instauração da verdade” (CHARAUDEAU, 2015, p.113), o que é dado de maneira menos eficaz e mais efêmera na oralidade. Assim, os diversos gêneros informativos impressos gozam de prestígio social relevante, na medida em que estão relacionados com esse aspecto de instauração da verdade. Além disso, as particularidades de seu contrato de comunicação geram um espaço público de informação, ao mesmo tempo em que constroem a opinião pública em seu próprio quadro.

No caso dos jornais FSP e ESP, dos quais extraímos as reportagens analisadas nesse estudo, esses fatores se apresentam de modo acentuado, uma vez que ambos os periódicos se encaixam num contexto de grande circulação nacional e têm prestígio social consolidado ao longo da trajetória de sua existência. Assim, o efeito de prova de instauração da verdade e a construção de opinião pública se dão de maneira potencializada nesses veículos. Tal aspecto foi um dos fatores que nos levou a escolher reportagens publicadas nesses periódicos.

Isso posto, destacamos que a TS propõe a definição de gênero de informação midiática a partir da junção de determinadas categorias de instância enunciativa, de modo discursivo, de conteúdo e de dispositivo.

A instância enunciativa se particulariza pela “origem do sujeito falante e seu grau de implicação” (CHARAUDEAU 2015, p. 206). A origem pode ser: interna à mídia —texto escrito ou oral produzido por um jornalista — ou externa —produção escrita ou oral de um político, uma personalidade convidada, um especialista, etc.— e é marcada pelo modo como é identificado o autor do texto e pelo lugar da mídia onde se inclui.

Na maioria das reportagens que analisamos neste estudo, a origem se apresenta em instância interna. No entanto, quando há casos de instância externa, isso se mostra de forma significativa e estratégica. Nos casos de maior evidência nas reportagens de 1968, ocorre a introdução de relatos de testemunhas acerca do conflito estudantil na rua Maria Antonia; já em 1977, há a inserção de depoimentos realizados por atores sociais governamentais e autoridades universitárias; em 2011, aparecem instâncias externas por familiares, policiais e estudantis. Vejamos alguns exemplos:

- a. Eis o relato de uma testemunha ocular desse episódio da noite de ontem: “Por volta das 21 horas, um choque da Força Pública desceu à rua Dr. Vilanova, espancando estudantes e populares. O pessoal correu em direção à Biblioteca Infantil Leopoldo Froes. Um bloco que estava na porta da faculdade correu para o interior do prédio. Logo depois, alguém que estava vigiando, por causa da reunião de professores, trancou a porta do prédio”. (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 175)
- b. O Governador Paulo Egídio Martins disse ontem que o Movimento Estudantil do dia 21 “mostrou que os universitários têm responsabilidade” e que, por isso, não precisou enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional” embora todos estivessem sujeitos ao artigo 13 da LSN”. (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 202)

- c. Pai da estudante de Letras Ana Maria Horiuchi, de 23 anos, o engenheiro Armando Kazuo, de 54, disse que a filha não relatou maus-tratos da polícia. “Ela está tranquila, pôde sair, lancher e conversar comigo”, disse Kazuo, que contratou advogado particular e pagou a fiança na delegacia para liberar a menina. “Ela me disse que estava apenas passando lá para ver amigos. Mas ninguém deve ter tratamento VIP.” (ESP, 2011, Anexo C.2.3, p. 211)

O uso da instância externa mostra-se eficaz para os periódicos, na medida em que pode dar um caráter de veracidade ao que é descrito, como em (a), e também pode ser uma forma de a instância interna procurar se eximir de responsabilidade acerca de um dado posicionamento avaliativo, como ocorre em (b) e (c)¹⁷.

Já a categoria de modo discursivo se caracteriza por “transformar o acontecimento midiático em notícia atribuindo-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação” (CHARAUDEAU, 2015, p. 207). Os modos discursivos são organizados por meio de três ordens de base: 1. Relatar o acontecimento; 2. Comentar o acontecimento; 3. Provocar o acontecimento. A reportagem, foco de nossa pesquisa, se encaixa no âmbito do acontecimento relatado. Esse tipo de acontecimento, segundo o autor francês (CHARAUDEAU, 2015, p.162), se caracteriza pela manifestação da heterogeneidade discursiva, em que há sobreposição de diferentes discursos. Há, nesse processo, a incorporação de duas ações: relatar um fato e relatar um discurso. Para que a descrição de um determinado fato tenha sucesso, é preciso explorar os recursos possíveis de “encenação discursiva” e o “potencial diegético” da textualização. O acontecimento a ser relatado se torna objeto de descrição, explicação e reações. O sujeito enunciador é responsável pela explicação dos fatos, que implica na tentativa de “dizer o que o motivou, quais foram as intenções de seus autores e as circunstâncias que o tornaram possível” (CHARAUDEAU, 2015, p. 154), segundo uma determinada lógica de encadeamento dos fatos.

Assim, no *corpus* de nossa pesquisa, há o relato dos fatos e dos discursos envolvidos nos acontecimentos noticiados, envolvendo as ações dos diversos atores sociais que interagem nas manifestações estudantis (estudantes, policiais, governantes, autoridades universitárias, pais de estudantes). Os acontecimentos *Batalha da Maria Antonia* (1968), *Invasão da PUC-SP* (1977) e *Reintegração de posse da reitoria da USP* (2011), além de descritos, têm suas causas, intenções e circunstâncias explicadas, bem como há a exposição de reações, tanto de agentes internos ao acontecimento, como de agentes externos. Contudo, devemos destacar que isso é exponencializado nas reportagens de 1968, o que aponta para uma prática jornalística distinta da que verificamos hoje e que se encontra materializada no *corpus* de 2011.

¹⁷ Retomaremos e ampliaremos essa discussão no Capítulo 4, à luz do sistema de TRANSITIVIDADE, ligado à Linguística Sistêmico-Funcional.

O conteúdo temático refere-se ao domínio macro interpelado pela notícia, como acontecimentos esportivos, naturais, econômicos, culturais, políticos de esfera internacional ou nacional (como nos textos em análise no presente estudo). Tal recurso possibilita realizar uma diferenciação entre seção e rubrica — ainda que nem sempre se efetive de modo muito claro, no caso das mídias. Na primeira, há um recorte do evento noticiado em macrotemas, que corresponde a áreas de maior relevância e de caráter mais geral no trato da informação, como *Educação*, *Economia*, *Política* ou *Lazer*; na segunda, há uma correlação entre um modo de discursivo e um tema particular inserido em uma seção. Na seção de *Política*, por exemplo, podemos ter as rubricas da *política municipal*, *políticas públicas* e *políticas de desenvolvimento*. Esse fator permite distinguir, de maneira dinâmica, diferentes tipos de debates inseridos em um tema.

Por fim, no que tange ao tipo de dispositivo, ele se define por meio de sua materialidade, que fornece parâmetros para o texto e discerne os gêneros de acordo com o suporte de mídia, tais como rádio, televisão, internet e imprensa. Assim, é possível distinguir uma reportagem televisada de uma reportagem impressa.

Com relação ao gênero reportagem, mais especificamente, há a abordagem de um fenômeno político ou social¹⁸ e a tentativa de explicá-lo. Em geral, reportagens tratam de fenômenos já razoavelmente conhecidos pela população — ainda que haja exceções — e consistem em textos associados a um contrato de não ficção.

Ao tentar explicar um acontecimento, a reportagem incita o intelecto humano a criar questões que envolvem o ocorrido. Segundo o autor, isso se dá por conta da tendência natural do ser humano de buscar soluções para enigmas e desordens sociais. As respostas a essas questões surgem no próprio modo em que o acontecimento é relatado. Isso posto, o gênero reportagem precisa assumir um ponto de vista que seja, ao mesmo tempo, distanciado e global, além de apresentar um questionamento sobre o fato abordado¹⁹. Assim, , na reportagem, são utilizados instrumentos designativos, figurativos e imagéticos para atender os requisitos de credibilidade do objetivo de informação (são exemplos: os formatos de reconstituição detalhada, de testemunho, de investigação), além de dramatizações emotivas e afetivas para atender os requisitos de sedução, ligados à captação do público.

¹⁸ Charaudeau (2015, p. 221) considera como fenômeno social um conjunto de eventos produzidos no espaço público, que despertam interesse geral. A combinação ou o encadeamento de tais eventos retrata um enigma ou uma desordem social na qual o ser humano está inserido.

¹⁹ Charaudeau (2015, p. 221) categoriza como princípio de objetivação a escolha do ponto de vista distanciado e global e como princípio de inteligibilidade o questionamento proposto sobre o fenômeno abordado.

No que tange ao autor de dada reportagem, é necessário que ele deve apresentar imparcialidade em relação ao acontecimento narrado, de modo que seus questionamentos e suas respostas não podem ser permeados por suas condições ideológicas, impossibilitando assim, um posicionamento mais crítico do jornalista. No entanto, esse segundo critério é impossível de ocorrer na prática, uma vez que todas as maneiras de construir sentido dependem de um ponto de vista pessoal, e todas as estratégias analíticas dependem da apropriação de determinado(s) posicionamento(s). Charaudeau (2015, p.222) destaca que, por essa razão, na produção do gênero reportagem, os autores adotam a chamada *técnica da gangorra*, que implica na textualização de pontos de vistas distintos e, até mesmo contrários, de caráter não (ou pouco) hierárquico, e em conclusões compostas por um conjunto de novas questões que, juntas, não tendem a denotar um engajamento específico.

Dois outros fatores importantes para o gênero reportagem — ainda que não sejam exclusividade desse — são a composição do *layout* da página na qual o texto se insere e a clareza textual de sua constituição. Trata-se das exigências de visibilidade e legibilidade.

A visibilidade implica cuidado com a apresentação das reportagens, a fim de possibilitar ao leitor que as encontre e as apreenda sem dificuldades. Isso se efetiva por meio da a. paginação, contendo rubricas, fotografias, ilustrações, gráficos, tabelas, molduras, divisão em colunas, primeira página mostrando as reportagens em destaques, entre outros); b. titulação, modo de construção e exposição de títulos, subtítulos, pré-títulos, entre outros. Esses fatores, além de constituir as formas textuais, possuem as funcionalidades de estabelecer contato com o interlocutor (função fática); anunciar a novidade (função epifânica); e de direcionar o percurso visual do leitor no espaço do periódico (função sinóptica).

Já a legibilidade pressupõe que os acontecimentos relatados sejam apresentados de modo transparente e de fácil entendimento, para a acessibilidade do maior número possível de leitores, no que se refere ao público alvo do periódico. Para tal, a imprensa se utiliza de redação objetiva de títulos e de uma paginação que destaque o texto, considerando sua relevância, em termos de localização, ilustração, tipografia e moldura. Destacamos ainda que os jornais se valem do uso de notas, boxes, páginas de informação factual, descrição de perfis, entre outros recursos, para impulsionar a legibilidade.

Em nosso *corpus* (ver Anexos), as reportagens de 1968 e de 1977, em ambos os jornais, apresentam colunas distribuídas; títulos chamativos que, juntos, constroem uma micro-narrativa; subtítulos diversos e objetivos sobre cada tema tratado; além de algumas fotografias em preto e branco, ainda que a maior parte do espaço seja ocupado pela modalidade verbal de linguagem. Já em 2011, nos dois jornais, a tipografia passa a ser colorida; os títulos e subtítulos

aparecem em menor quantidade, se comparados com as reportagens dos períodos anteriores; há a inserção de algumas notas e boxes explicativos; no ESP, as fotografias, sejam múltiplas ou unitárias, ocupam cerca de 50% das paginações; na FSP, além de algumas fotos, há ilustrações e um infográfico, que ocupam um espaço considerável na página C4.

Por fim, cabe realizar um breve comentário a respeito das mudanças nos aspectos formais: Charaudeau (2015, p. 237) destaca que embora a evolução dos gêneros televisivos se dê de modo mais veloz e seja percebida com maior facilidade, os gêneros impressos também evoluíram e continuam evoluindo com o passar do tempo.

Com relação às reportagens, é possível distinguir as elaboradas no passado e as mais atuais. As mais antigas, como as reportagens da Batalha da Maria Antônia, de 1968 e da Invasão da PUC-SP, de 1977, se caracterizavam por ter um desenvolvimento longo, aproximando-se do modo de escrita literário, com densa descrição e alto detalhamento de sequências de ação, bem como longos excertos com diálogos entre os envolvidos nos acontecimentos. Além disso, há baixa visibilidade no anúncio das reportagens e uma tendência a incluir pontos de vista convergentes entre si, enfatizando um posicionamento mais consolidado diante dos acontecimentos, se comparadas às reportagens mais recentes, como as da Reintegração de Posse da Reitoria da USP, em 2011. As reportagens atuais possuem propensão a apresentar textos de tamanho mais reduzido, pontos de vistas internos e externos diversos, o que pluraliza os posicionamentos – ainda que alguns deles possam ser alvo de crítica ou de ridicularização, o que parece ser real nos textos de 2011, conforme mostraremos na análise; ademais, a visibilidade da página é aumentada pelo uso de recursos como imagens, colunas, disposição, cores variadas, etc. Tais mudanças, por um lado, refletem avanços técnicos e tecnológicos que modificam os modos de consumo dos textos e, por outro, indicam alterações na concepção de público-alvo que os periódicos procuram atingir. Vejamos, a seguir, alguns exemplos dessa configuração de paginação e o contraste estrutural entre os períodos históricos explorados²⁰:

²⁰ Nos anexos, encontram-se, na íntegra, imagens de todas as páginas das quais foram extraídas as reportagens em análise.

Layout de paginação do ESP em 1968 e 2011²¹

Figura 6: ESP – edição de 04 de outubro de 1968 – página 08

Neste exemplo, podemos observar que o *layout* dessa página do ESP é constituído por textos verbais longos em fonte reduzida; poucas imagens do acontecimento relatado; monocromia tipográfica; organização de ordem de leitura por meio de diversas colunas de tamanho grande ou médio; titulação principal abundante, traçando um micropcurso narrativo do acontecimento; muitos subtítulos; e algumas propagandas na margem inferior direita.

²¹ Imagens reproduzidas a partir do Acervo Online do jornal Estado de S. Paulo. Encontrado em: <<[<http://acervo.estadao.com.br/>>](http://acervo.estadao.com.br/) (Visitado em 11/03/2016).

Figura 8: FSP, edição de 04 de outubro de 1968 – Página 13

O começo

São 15h30. Venta um pouco, mas está calor, na rua Maria Antônia, onde, quase na porta da Faculdade de Filosofia da USP, o universitário José Dirceu, presidente da UEE, faz um discurso, de cima de um Volkswagen azul.

Trezentos estudantes ouvem o líder, que, de vez em quando, passa a mão na cabeça para arrumar o cabelo liso e um pouco comprido. José Dirceu — um jovem de 22 anos — usa frases curtas e objetivas.

Está com uma blusa preta sobre uma camisa branca e sua calça azul é do tipo rancheira. Com um pé no para-lama e outro no capô do Volkswagen, José Dirceu protesta contra a morte do estudante José Guimarães, denuncia o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) da Universidade Mackenzie e fala em “tomada do poder pelo povo”.

Depois, desce do carro e um estudante o substitui.

José Dirceu volta a falar, desta vez para propor a passeata pelas ruas centrais da cidade. Os estudantes aprovam e a passeata sai. José Dirceu à frente, protegido pelo seu corpo de segurança (cerca de dez estudantes).

Neste excerto da FSP de 1968, podemos observar uma passagem altamente descritiva e de aspectos formais narrativos que remetem ao texto literário²³. Tal configuração soaria estranha nos moldes jornalísticos atuais, pois há informações que seriam consideradas desnecessárias para os objetivos de uma reportagem contemporânea, como a descrição do clima no dia do acontecido, a descrição das roupas, do cabelo e dos gestos de José Dirceu, que, ousamos dizer, é retratado de um modo próximo ao heroico.

²² Imagem reproduzida a partir do acervo físico da hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade -SP

²³ O texto jornalístico de aspecto literário é uma característica típica de uma expressão estilística intitulada “New Journalism”, que foi iniciado nos Estados Unidos, nos anos 1960, tendo como seus maiores expoentes, Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote. No Brasil, nomes como Marcos Faerman, Fernando Portela, Cláudio Bojunga, e José Hamilton Ribeiro adotaram a técnica, que, segundo Czarnobai (2003, p. 21), não perdurou por muito tempo no país devido à ausência de uma tradição de leitura de jornais e periódicos e às relações de trabalho nas redações, que passavam a exigir uma equipe cada vez mais enxuta e resultados cada vez mais rápidos. Ademais, a proposta desse estilo era realizar mudanças drásticas na maneira como as práticas jornalísticas anteriores eram feitas, no que tange os modos de apuração, de redigir e de editar um fato noticioso. Para isso, os adeptos do movimento se utilizavam de uma série de técnicas da literatura de ficção e buscavam manter uma visão mais humanitária na sua abordagem, contrariando o modo considerado distante e frio que era praticado até então. (CZARNOBAI, 2003. p.4)

Figura 9: FSP, edição de 23 de setembro – Página 03

O secretário da Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, comandou pessoalmente a operação policial que interrompeu o ato público que se realizava ontem à noite defronte à PUC, prendendo todos os manifestantes, estimados em mais de mil pessoas. Todos os detidos foram transportados em 20 ônibus CMTC para o Batalhão Tobias Aguiar, da Polícia Militar, na avenida Tiradentes.

"O ato público está proibido", disse o secretário. "Comícios, passeatas e qualquer tipo de ato público estão proibidos. Todos serão presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Não aceitaremos desafio. Onde é que estamos?"

Os manifestantes pretendiam festejar a reorganização da União Nacional dos Estudantes e criticar a ação policial que impediu a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, quarta-feira, na USP. Às 21h50 de ontem, vinte minutos depois do início do ato, os estudantes liam a ata do III Encontro quando agentes do Deops e do batalhão de choque, que assistiam tudo à distância, impediram o prosseguimento da manifestação.

Cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral foram empregados pelos policiais. Os estudantes correram para os três prédios da PUC, de onde foram desalojados pela Polícia, que posteriormente liberou professores e funcionários.

Em fila indiana e de mãos dadas, os detidos foram conduzidos ao estacionamento defronte à PUC, onde permaneceram sentados. O vice-reitor, Edênio Vale, disse que "vários alunos estavam assistindo aula. Como é que vocês querem que eu me sinta com a Polícia invadindo assim o campus? Como é que pode?"

Neste exemplo da FSP de 1977, novamente estamos diante de uma reportagem de alto grau descritivo e de uma narração que remete à dramatização da esfera literária. As sequências de acontecimentos são retratadas minuciosamente.

Figura 10: FSP 2011 edição de 09 de novembro de 2011 – Página A1

<p>PM prende invasores da USP; alunos farão greve</p> <p>Cerca de 400 policiais, usando cavalos e até helicóptero, retiraram os invasores que desde quarta passada ocuparam a reitoria da USP para protestar contra a presença da PM no campus.</p> <p>Ao todo, 72 pessoas foram transportadas de ônibus até a delegacia de polícia.</p> <p>Elas foram indiciadas sob suspeita de desobediência a ordem judicial e ainda dano ao patrimônio público.</p> <p>À noite, uma assembleia com 2.000 participantes, segundo cálculo dos organizadores, decretou greve geral dos alunos a partir de hoje na USP. <i>Cotidiano C1</i></p>	<p>PM prende invasores da USP; alunos farão greve</p> <p>Cerca de 400 policiais, usando cavalos e até helicóptero, retiraram os invasores que desde quarta passada ocuparam a reitoria da USP para protestar contra a presença da PM no campus.</p> <p>Ao todo, 72 pessoas foram transportadas de ônibus até a delegacia de polícia.</p> <p>Elas foram indiciadas sob suspeita de desobediência a ordem judicial e ainda dano ao patrimônio público.</p> <p>À noite, uma assembleia com 2.000 participantes, segundo cálculo dos organizadores, decretou greve geral dos alunos a partir de hoje na USP.</p>
---	---

Já este exemplo da FSP de 2011 apresenta uma estrutura muito divergente das anteriores: as informações são mais concisas e objetivas, os parágrafos são topicalizados, visando uma leitura mais rápida.

Tendo isso apresentado, as premissas fundamentais do gênero informativo reportagem e das especificidades dos periódicos nas três sincronias, passamos à discussão do sistema de TRANSITIVIDADE e do aparato teórico sistêmico-funcional, a partir dos quais a análise linguística será conduzida.

Capítulo 3 – A representação dos atores sociais e de suas práticas: a transitividade em perspectiva sistêmico-funcional

Introdução

Neste terceiro capítulo, discutiremos os fundamentos da Linguística Sistêmico-Funcional, tendo como foco o sistema de TRANSITIVIDADE e suas implicações. Para tal, organizaremos este capítulo em três seções: na primeira, *Linguística Sistêmico-Funcional*, realizaremos uma descrição de caráter introdutório acerca das características e definições desse modelo teórico; na segunda, *A TRANSITIVIDADE*, discutiremos como esse fenômeno é abordado por essa perspectiva teórica; na terceira, *Processos e Participantes*, apresentaremos as categorias relevantes para a análise TRANSITIVIDADE e destacaremos o papel central dos processos e dos participantes para a análise da representação dos atores sociais nos textos midiáticos em foco.

3.1 A Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) consiste em uma abordagem teórica que enfatiza a dimensão semântico-pragmática da linguagem, buscando correlacionar a ancoragem sociocultural e enunciativa dos textos à organização gramatical.

Esse modelo foi desenvolvido a partir de trabalhos de Halliday (1985, 2004, 2009) e tem como foco “compreender e descrever a linguagem em funcionamento como um sistema de comunicação humana e não como um conjunto de regras gerais” (CUNHA & SOUZA, 2011 p. 24). Além disso, segundo Gouveia (2009, p. 14), essa teoria também visa a investigar os motivos e os processos que causam as variações de uma língua conforme os grupos de falantes e os contextos situacionais e culturais.

A língua, na LSF, é vista como um sistema maleável e dinâmico orientado à ação e à reflexão, atendendo, assim, às necessidades interacionais e cognitivas de seus falantes, proporcionando recursos para a construção da experiência interna e externa dos falantes (MATTHIESSEN, 2009).

Segundo Gonçalves-Segundo (2014a, p. 1287),

O caráter dinâmico justifica-se na medida em que a língua é capaz de processar a mudança de acordo com o contexto ecossocial no qual ela é utilizada, propriedade essa que embasa seu traço de abertura, uma vez que as características e opções emergentes das novas demandas são passíveis de serem incorporadas ao sistema. O *status* de recurso reflexivo deriva, por sua vez, do seu potencial para a construção da experiência humana, tanto em termos do mundo físico, biológico, social e semiótico, quanto da experiência psicológica interior. Por fim, seu caráter acional encontra-se associado à sua capacidade de viabilizar o estabelecimento de relações sociais, a negociação

de papéis discursivos e a interação entre os atores para a continuidade da *práxis*.

Por essa razão, diferentemente de outras teorias, o objeto de análise central da LSF é o texto, tanto para quem está interessado em estudar a estrutura gramatical – que não será, portanto, investigada a partir de “frases soltas” ou descontextualizadas – quanto para quem está focado na dimensão discursiva em si, uma vez que a teoria irá proporcionar categorias que permitem um exame refinado de várias dimensões da textualidade e da discursividade para abordagens tanto qualitativas quanto quantitativas.

Tendo isso em vista, para a LSF, a gramática é vista como ponto de partida para analisar a organização semântica e averiguar como se dá a construção e a manifestação da experiência no discurso. “Nessa perspectiva, o conhecimento da gramática permite-nos analisar e descrever os modos como as palavras são selecionadas, organizadas e sequenciadas em forma de texto para produzir significados” (DROGA & HUMPHREY, 2003, apud FUZER & CABRAL, 2014, p. 25).

Halliday (2009) propõe cinco princípios que guiam a elaboração da teoria e sua concepção sobre a linguagem: trata-se dos princípios de realização, organização metafuncional, organização paradigmática do sistema, organização sintagmática da estrutura e a instanciação.

O princípio de realização está relacionado à estratificação da linguagem: a teoria concebe que os níveis superiores de estratificação ativam padrões preferenciais de recursos do nível inferior, que os realizam, ao passo que o nível inferior constrói efeitos de nível superior. Assim, são dados caracteres do contexto situacional que ativam, probabilisticamente, determinados padrões semânticos, que, por sua vez, são realizados por dadas combinações e alternativas léxico-gramaticais, manifestadas por elementos fonético-fonológicos e/ou grafológicos. A figura abaixo mostra como a teoria concebe a relação entre os níveis:

Figura 11: Estratificação da linguagem (linguístico e contextual)

Fonte: Extraído de Gonçalves-Segundo (2014a, p. 1288)

Assim, segundo Fuzer & Cabral (2014, p. 26), os usos linguísticos, que são constituídos em textos, estão sempre envoltos e inseridos em dois contextos: a. *Contexto de Situação* e b. *Contexto de Cultura*. O primeiro deles é apresentado como “o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando”; o segundo está relacionado com o ambiente sociocultural de aspecto mais amplo, envolvendo assim, elementos ideológicos, convenções sociais, propósitos sociais, instituições e os gêneros discursivos. Trata-se de aspectos que a Semiologia de Charaudeau (2014) denomina de *Contexto Situacional* e *Contrato Comunicacional*.

Em termos do *Contexto de Situação*, três aspectos constitutivos são considerados e estão fortemente atrelados à hipótese de organização metafuncional da linguagem. São eles o *campo*, *as relações* e o *modo*. O *campo* diz respeito às atividades realizadas pelos participantes, estando vinculado à natureza da prática social; as *relações* correspondem à natureza (formal ou informal) do envolvimento entre os participantes da situação de comunicação, seu grau de intimidade ou familiaridade, a hierarquia entre eles; o *modo* diz respeito à canalização da informação e ao suporte de construção do texto.

As variáveis contextuais apresentadas — de *situação* e de *cultura* — são possíveis de serem identificadas porque estão estreitamente ligadas às funções desempenhadas pela linguagem, as quais são denominadas de metafunções. Estas últimas são tidas como

manifestações dos propósitos associados aos usos da língua e são classificadas em três tipos distintos: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*.

De acordo com Cunha & Souza (2011 p. 27), a metafunção *ideacional* “representa/constrói os significados de nossa experiência, tanto no mundo exterior (social) quanto no mundo interior (psicológico), por meio do sistema de TRANSITIVIDADE²⁴”; a metafunção *interpessoal* “representa a interação e os papéis assumidos pelos participantes mediante o sistema de MODO (indicativo, imperativo, estruturas interrogativas) e MODALIDADE (auxiliares modais, elementos modalizadores)”; e a metafunção *textual* relaciona-se ao fluxo de informações e à ordenação da textualização.

O quadro abaixo, extraído de Gonçalves-Segundo (2014a, p. 1290) sintetiza a relação entre as metafunções e os parâmetros do contexto situacional:

Quadro 2: Relação entre as metafunções e os parâmetros do contexto situacional

Metafunção	Ideacional	Interpessoal	Textual
Parâmetro contextual	Campo: refere-se à natureza da ação social, ao conjunto de atividades orientadas, em geral, a objetivos institucionais globais.	Relações: concerne à natureza da relação social entre os participantes da interação em termos de papéis assumidos e de diferença de poder.	Modo: diz respeito à canalização da comunicação, ao suporte comunicativo e à sua influência na construção semiótica.
Atividade	Oração como representação (língua como reflexão)	Oração como negociação (língua como ação)	Oração como mensagem (criação da tessitura)
Principais sistemas (Hasan, 2009)	TRANSITIVIDADE, REFERÊNCIA, EXPANSÃO, PROJEÇÃO, TEMPO SECUNDÁRIO.	MODO, MODALIDADE, TEMPO PRIMÁRIO, AVALIATIVIDADE, ENVOLVIMENTO.	TEMA, INFORMAÇÃO, FORICIDADE, VOZ, CONJUNÇÃO.

Fonte: Extraído de Gonçalves-Segundo (2014a, p. 1290)

Assim, em nossa pesquisa, o *campo* consiste na atividade de produção e interpretação de textos jornalísticos informativos ligados a três grandes manifestações estudantis que ocorreram em 1968, 1977 e 2011, ancoradas, portanto, em diferentes momentos históricos políticos, e suas consequências. Isso terá reflexos diretos na construção da TRANSITIVIDADE e da referência, uma vez que esse tipo de acontecimento acaba favorecendo a textualização de determinados grupos de atores sociais (Governo, polícia, estudantes, professores, reitores) e dados tipos de processos (materiais e verbais).

Em termos de *relações*, temos uma voz autoral jornalística, dotada sociodiscursivamente das competências de poder e de saber informar, que não assume uma

²⁴ Cf. a próxima seção

relação de proximidade com seu leitor, muito embora varie seu grau de envolvimento com os atores sociais representados no texto de acordo com a época. Em termos de modo, estamos diante de textos verbo-visuais em que a escrita é dominante e cuja canalização da informação é unidirecional, ou seja, do jornalista para o leitor.

Nesta pesquisa, iremos focar, especialmente, na relação entre o campo e a metafunção ideacional, uma vez que o sistema de TRANSITIVIDADE, a ela atrelada, permite pormenorizar a representação discursiva de atores sociais.

O terceiro e o quarto princípios debatidos em Halliday (2009) interagem; logo, precisamos tratá-los de forma conjunta. A organização sintagmática das estruturas e a organização paradigmática do sistema são considerados eixos de organização centrais da linguagem. O primeiro é o responsável por realizar as combinações de elementos que irão constituir as orações, ao passo que o segundo é responsável por organizar as alternativas possíveis de alocação na oração, atribuindo valor às estruturas. Esse funcionamento ficará mais claro a partir da nossa exposição sobre processos e participantes, que ocorrerá na seção 3.3.

Por fim, o quinto princípio, o de instanciação, consiste em uma escala de generalização. Está relacionado com aquilo que é esperado em termos de funções semântico-discursivas, léxico-gramaticais ou até fonético-fonológico-grafológicas em face de aspectos contextuais, sejam eles registros, sejam eles gêneros discursivos ou ainda discursos ou ideologias. Se, em discursos machistas, atores sociais de gênero feminino recebem menor agência em processos materiais, por exemplo, trata-se de aspecto de instanciação; em outros termos, consiste em um padrão funcional internalizado pelos atores sociais que partilham desse discurso e que agem seguindo essa coerção. O fato de a etapa composicional ‘modo de preparo’ de receitas ser marcada por comandos é um outro exemplo de coerção ligada ao fenômeno de instanciação; trata-se de outro padrão funcional esperado que tende a ser ativado. Assim, um dos focos desse trabalho é justamente depreender os padrões de instanciação da representação de atores sociais específicos – especialmente, do governo, da política e do Movimento Estudantil – no jornalismo paulista em perspectiva diacrônica.

3.2 A transitividade

A TRANSITIVIDADE na LSF é abordada de uma forma diversa quando comparada à maneira pela qual a gramática tradicional o faz. Esta última vê a TRANSITIVIDADE como concernente às relações dos verbos com seus complementos. Já na LSF, esse elemento é tido

como um sistema de descrição referente a toda a oração, que, por sua vez é composta de *processos, participantes e circunstâncias* (FUZER & CABRAL, 2014, p. 40).

De acordo com Cunha & Souza (2011, p. 67- 76), a TRANSITIVIDADE, na perspectiva da LSF, é tida como uma categoria gramatical relacionada à *metafunção ideacional*, que, como vimos, está relacionada com a organização das experiências humanas internas e externas. Tais experiências são, de modo geral, interpretadas como um fluxo de acontecimentos relacionados aos modos de *agir, dizer, sentir, ser e ter*. Esses acontecimentos são materializados pela TRANSITIVIDADE, a partir dos tipos de processos (sinalizados por verbos) que têm como finalidade moldar uma parcela da realidade.

Nesse sentido, a LSF compreende a TRANSITIVIDADE como uma unidade estrutural que possui a função de apresentar um conjunto particular de significados ideacionais ou cognitivos, relativos a algum domínio de experiência. Em consequência disso, a perspectiva incorpora aspectos que, em algumas tradições linguísticas, estariam relacionados à dimensão semântica, como os *papéis temáticos*, aqui denominados *participantes*.

É por meio do sistema de TRANSITIVIDADE que podemos averiguar a realidade que está sendo construída/representada no discurso, além de detectar e diferenciar as atividades e ações humanas que nele são expressas. Isto ocorre devido aos principais papéis de TRANSITIVIDADE que possibilitam averiguar *quem faz o quê a quem e em que circunstâncias*. Esses papéis de TRANSITIVIDADE são *os processos, os participantes e as circunstâncias*; eles, usualmente, condizem com as seguintes estruturas sintagmáticas: sintagma verbal, sintagma nominal e sintagmas adverbiais ou preposicionais, conforme podemos visualizar no quadro X, abaixo:

Quadro X: Padrões de experiências na oração

Processos	Participantes	Circunstâncias
Sintagmas verbais	Sintagmas nominais	Majoritariamente, Sintagmas adverbiais e preposicionais

Fonte: Adaptado de BUTT et al. (2001, p. 46, apud CUNHA & SOUZA, 2011, p. 69)

Nas próximas seções, definiremos e identificaremos os processos propostos pela teoria e como eles se articulam.

3.3 Processos e Participantes

De acordo com Cunha & Souza (2011, p. 68), na TRANSITIVIDADE, os “*processos* são elementos responsáveis por codificar ações, eventos, estabelecer relações, exprimir ideias e

sentimentos, construir o dizer e o existir” e são realizados por meio de sintagmas verbais. Para Halliday (2004), eles são marcados pelo traço da transitoriedade, que consiste na experiência do desenrolar do tempo.

Todo processo envolve participantes, realizados por Sintagmas Nominais (SN), que especificam o domínio de experiência que está sendo construído na oração. “Participantes são **inerentes** ao processo: todo tipo experiencial de oração tem, pelo menos, um participante e certos tipos chegam a ter três participantes - a única exceção são as orações que representam certos processos meteorológicos” (HALLIDAY, 2004, p. 175, tradução nossa). Segundo o autor, participantes são marcados pelo traço da permanência - “permanência é a experiência de durar ao longo do tempo e estar localizado em um espaço (concreto ou abstrato)” (HALLIDAY, 2004, p. 177, tradução nossa).

Apresentam-se, nesse modelo teórico, seis tipos de *processos*: *materiais*, *mentais*, *relacionais*, *verbais*, *comportamentais* e *existenciais*. Eles são subdivididos em duas categorias: os três primeiros se encaixam na categoria de principais; o restante, na de secundários. Esses últimos se localizam nas fronteiras entre os tipos principais e, por se tratarem de intermediações, são constituídos de características (traços) dos processos que os cercam. A figura 12, a seguir, ilustra esse sistema de processos. Segundo Souza & Mendes (2012, p. 541), “a sua representação em círculo reflete o caráter contínuo da classificação, a qual só pode ser estabelecida nos contextos de uso efetivo desses processos em combinação com participantes e circunstâncias a eles relacionados”.

Figura 12: Tipos de processos nas orações

Fonte: Adaptado de Halliday & Matthiessen (2004, p. 172, apud SOUZA & MENDES, 2012, p. 541)

Fuzer & Cabral (2014) ressaltam que não há um roteiro determinado para o estudo das orações, de modo que uma análise pode ser iniciada a partir de qualquer um dos elementos processuais que compõem a figura acima. Isso ocorre porque o princípio fundamental desse sistema é sua indeterminação, pautada no mundo das experiências e refletida na maneira como a gramática se constrói. Nesse sentido:

em um mesmo texto, podemos ver experiências construídas no domínio da emoção com um processo mental como ‘minha cabeça dói’; ou no domínio da classificação como ‘minha cabeça está dolorida’ (CUNHA & SOUZA, 2011, p. 71).

Tendo isso em vista, na sequência, iremos apresentar esses processos e os participantes que lhes caracterizam com exemplificação extraída de nosso *corpus* de pesquisa²⁵. Destacamos, porém, que, dada a ínfima incidência no *corpus* em análise, não debateremos os processos *existenciais* e *comportamentais* - a soma de ambas as categorias perfaz apenas 3,2% do total de ocorrências.

²⁵ Usamos, como base para a elaboração dessa explicação, os trabalhos de Cunha e Souza (2011, p. 71-76) e Gonçalves Segundo (2014b, p. 67-68).

3.3.1 Processos Materiais

Os processos materiais abarcam, prototipicamente, os campos semânticos de ação física (*fazeres*), que impactam a realidade externa, e de acontecimentos. Verbos como nadar, telefonar, ler, comprar, etc. representam essa categoria de *processo*.

De acordo com Gonçalves Segundo (2014b, p. 67), que parte de Halliday & Matthiessen (2004), existem cinco tipos principais de participantes envolvidos nos processos materiais. São eles: o *Ator*, que é responsável pela ação, sendo, tipicamente, a causa externa da mudança processada na *Meta*, o participante para quem o processo é direcionado, ou seja, aquele que recebe a descarga de energia; o *Recebedor*, que é aquele que se favorece da ação por receber algum bem; o *Cliente*, que é aquele participante que se favorece por receber um serviço; e o *Iniciador*, que é aquele que incita, induz, ou deixa o *Ator* realizar alguma ação material. Dada sua baixa incidência no *corpus*, agrupamos as categorias *Recebedor* e *Cliente* em uma só, denominando-a *Beneficiário*.

Em termos de campos semânticos, os verbos que indicam processos materiais recobrem uma vasta dimensão:

- a. *criação*: a *Meta*, que não existia, é criada pela ação do *Ator*;
- b. *transformação*: A *Meta*, que existia antes da ação, é impactada pela ação do *Ator*, passando por uma mudança. Para refinar o procedimento de análise, os Processos Materiais de transformação foram subdivididos nos seguintes grupos semânticos, conforme sua relevância no âmbito do recorte temático desta dissertação:
 - i. *violência*: o *Ator* impacta, de forma destrutiva, a *Meta*. A transformação pela qual a *Meta* passa é danosa para sua integridade;
 - ii. *proteção*: o *Ator* impede danos à *Meta*;
 - iii. *ocupação de espaço*: o *Ator* ocupa o espaço delimitado pela *Meta*, seja de maneira pacífica ou violenta;
 - iv. *outros*.
- c. *movimento*: o *Ator* desloca a si próprio de uma *Fonte*, por um dado *Percurso*, até um *Destino*;
- d. *movimento causado*: O *Ator* provoca ou bloqueia o movimento da *Meta* em direção a um *Destino*;
 - i. *causação*: O *Ator* causa a movimentação da *Meta*;
 - ii. *restrição*: O *Ator* impede a movimentação da *Meta*;
 - iii. *liberação*: O *Ator* permite a movimentação da *Meta*;

iv. *outros*.

Consistem em exemplos de tais categorias:

- a. “Os soldados quebraram os vidros da porta a coronhadas de fuzis e a tiros de metralhadora” (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 176)

Os soldados	quebraram	os vidros da porta	a coronhadas de fuzis e a tiros de metralhadora
Ator	Pr. Material de Transformação: Violência	Meta	Circunstância

- b. “Às 20 e 30 chegaram os cavalarianos da Força” (ESP, 1968, Anexo A.2.2, p. 167)

Às 20 e 30	chegaram	os cavalarianos da Força
Circunstância	Pr. Material de Movimentação	Ator

- c. “[...] os militares, fortemente armados, expulsaram os estudantes da USP da rua Maria Antônia” (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 175)

Os militares	expulsaram	os estudantes da USP
Ator	Pr. Material de Movimento Causado	Meta

- d. “[...] um soldado da 7a. Cia. de Guardas do Exército entregou uma bomba ao major comandante do destacamento da Força Pública” (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)

Um soldado da 7a. Cia. de Guardas do Exército	entregou	uma bomba	ao major comandante do destacamento da força pública
Ator	Pr. Material de transferência	Meta	Beneficiário

Estudar os processos materiais e seus participantes permite depreender o grau de agência ou passividade dos referentes textualizados nas reportagens e entender quem se beneficia ou não das ações. Ao mesmo tempo, permite investigar que tipo de ações cada grupo de atores sociais realiza ao longo dos textos, o que nos permite constatar qual o grau de nocividade, periculosidade, dinamicidade, estaticidade ou iniciativa dos diversos grupos representados ao longo do tempo e entre veículos de comunicação.

3.3.2. Processos Mentais

Os processos mentais são aqueles que trabalham com as apreciações humanas do mundo. Por meio de sua análise, podemos averiguar as percepções, as crenças, os pensamentos e os desejos representados textualmente. Eles podem ser subdivididos nos campos da *percepção*, *emoção*, *cognição* e *desideração*. Os participantes desses processos são o

Experienciador e o *Fenômeno*. O primeiro define-se por ser o participante consciente que experimenta o *sentir*; já o segundo é tido como o elemento que é percebido, sentido, compreendido ou desejado pelo *Experienciador*.

São exemplos de *processos mentais*:

- a. “Um choque da Guarda Civil e outro da Força Pública limitaram-se a observar a luta a 300 metros” (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 178)

Um choque da Guarda Civil e outro da Força Pública	limitaram-se a observar	a luta	a 300 metros
Experienciador	Pr. Mental Perceptivo	Fenômeno	Circunstância

- b. “[...] os soldados da Força Pública as desconhecera” (ESP 1968, Anexo A.2.2, p. 169)

os soldados da Força Pública	As	desconhecera
Experienciador	Fenômeno	Pr. Mental Cognitivo

- c. “Nesse momento alguns soldados se descontrolaram” (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)

Nesse momento	alguns soldados	se descontrolaram
Circunstância	Experienciador	Pr. Mental Emotivo

Estudar os processos mentais e seus participantes nos permite investigar a quais atores sociais/referentes são atribuídas propriedades intelectivas, como *pensar*, *considerar* ou *desiderativas*, *desejar*, *pretender*, dentre outras, o que revela uma maior consideração por sua humanidade. Além disso, é relevante saber quem percebe o quê ou mesmo quem tem o direito de *sentir* nos textos e quais sentimentos são esses. São os mesmos para policiais, estudantes e governantes? Quem tende a ser Experienciador e quem costuma ser Fenômeno? Isso muda ao longo do tempo? Trata-se de perguntas importantes que podem proporcionar um olhar para a dimensão ideológica.

3.3.3. Processos Relacionais

Os processos relacionais atuam em quatro frentes, embora estejam, tipicamente, associados à classificação e à identificação de entidades, estabelecendo relações abstratas e/ou simbólicas entre elas. Os processos de classificação são denominados intensivos atributivos e ocorrem quando há “*Portador*, participante ao qual se predica um *Atributo* que o vincula a uma categoria de seres” (Gonçalves-Segundo, 2014b, p. 67). Os processos de identificação são denominados intensivos identificativos e ocorrem quando se torna necessário deixar claro para

o interpretante quem é o ator social de que se fala, procedimento necessário para que produtor e consumidor possam direcionar sua atenção para um mesmo referente. Neste segundo tipo, há um participante, a *Ocorrência (Token)*, que é uma entidade definida e concreta; e um participante *Valor (Valeu)*, que é o termo definidor, mais abstrato.

Além dos casos típicos, tais processo também englobam as relações de posse, com os papéis de *Possuidor* e *Possuído*; as relações de circunstancialidade, com o *Portador Circunstancial* e o *Atributo Circunstancial*. Dada sua baixa incidência no *corpus* – a soma de ambos configura 17,7% das ocorrências –, daremos atenção, de fato, aos Processos Relacionais Intensivos.

São exemplos de *processos relacionais*:

a. “Você é da polícia” (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 178)

Você	é	da polícia
Portador	Pr. Relacional Intensivo Atributivo	Atributo

b. “[...] outro carro oficial [...] não teve a mesma sorte” (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 163)

outro carro oficial	(não) teve	a mesma sorte
Possuidor	Pr. Relacional Possessivo	Possuído

c. “O motorista era um delegado de polícia” (ESP, 1968, Anexo 2.1, p. 163)

O motorista	era	o delegado de polícia
Ocorrência	Processo Relacional Intensivo Identificativo	Valor

Investigar os processos relacionais permite entender que tipos de relações abstratas são estabelecidas entre os participantes, quais podem possuir entidades, quais são possuídos ou ainda quais precisam ser identificados. Focaremos, contudo, tendo em vista o grau de incidência de tais processos, nos Atributos que são vinculados aos diferentes grupos de atores sociais.

3.3.4. Processos Verbais

Os processos verbais estão relacionados à codificação das experiências de *dizer* (como *contar, falar, perguntar, questionar, relatar*, etc.). Esses processos estão situados entre os relacionais e os mentais, “configurando relações simbólicas construídas na mente e expressas em forma de linguagem” (CUNHA & SOUZA, 2011, p.74). Seus participantes são: o *Dizente*, que é o participante que comunica; o *Receptor*, que é um participante opcional, para quem o

dizer é direcionado; a *Verbiagem*²⁶, participante que codifica aquilo que é comunicado; e o *Alvo*, participante a quem o ato de fala constitutivamente se dirige. Enquanto o *Receptor* é análogo ao *Beneficiário* dos processos materiais, o *Alvo* é análogo à *Meta*.

Subdividimos esse campo, de forma simplificada, considerando as vicissitudes da análise quantitativa, em subtipos *declarativo*, *interrogativo*, *imperativo* e *outras*.

Consistem em exemplos de *processos verbais*:

- a. “Um deles ponderou aos soldados que ali dentro só estavam professores, que podiam identificar-se” (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 176)

Um deles	ponderou	aos soldados	que ali dentro só estavam professores, que podiam identificar-se
Dizente	Pr. Verbal Declarativo	Receptor	Verbiagem

- b. “[50 cavalarianos da Força Pública] Perguntam para onde os manifestantes se dirigiram (...)” (ESP, 1968 Anexo A.4.4, p. 185)

50 cavalarianos da Força Pública	perguntaram	para onde os manifestantes se dirigiam.
Dizente	Pr. Verbal Interrogativo	Verbiagem

Estudar os processos verbais permite depreender a quais atores sociais são atribuídas a autoridade e/ou a capacidade de fala nos textos; quais tendem a ser alvo de atos de fala, sendo afetados pelo dizer de outro; e que tipos de dizer são construídos. É extremamente relevante, de um ponto de vista discursivo, interrogar-se sobre o direito à palavra, uma vez que seu apagamento incorre em questões relevantes como invisibilização ou parcialidade de perspectiva.

²⁶ Ainda que, em Halliday (2004), sejam denominadas *Locuções* as orações projetadas por Processos Verbais, manteremos a denominação *Verbiagem* neste trabalho, considerando que elas podem ser tanto sintagmas nominais quanto orações encaixadas.

Capítulo 4 – A representação diacrônica do Movimento Estudantil no Jornalismo Impresso Paulista

Introdução

Neste quarto capítulo, iremos apresentar, em primeiro lugar, os procedimentos metodológicos da pesquisa, o que inclui o processo de constituição do *corpus*, a seleção dos parâmetros de análise quantitativa, bem como sua operacionalização e a apresentação dos eixos que conduzirão a análise qualitativa; e, em segundo lugar, a análise dos dados, por meio de uma articulação entre os procedimentos qualitativo e quantitativo.

4.1 Procedimentos Metodológicos

Nesta seção, trataremos de três questões fundamentais: a. o processo de coleta, seleção e edição do *corpus*; b. os critérios e os parâmetros para a operacionalização da análise quantitativa; c. os eixos norteadores da análise qualitativa.

4.1.1 Processo de coleta, seleção e edição do corpus

Coletamos os textos da Folha de S. Paulo através de pesquisa nos acervos físicos de duas hemerotecas: da *Biblioteca Mário de Andrade*, onde foram encontrados os textos publicados no ano de 1968; e do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*, de onde foram extraídos os textos de 1977 e 2011. Nos dois casos, as reportagens encontradas foram digitalizadas com autorização da administração de ambas hemerotecas, por meio de fotografias. Com relação aos textos oriundos do jornal Estado de S. Paulo, nossa pesquisa foi efetivada através do acervo digital do periódico, localizado na página eletrônica: <<<http://acervo.estadao.com.br/>>>.

Utilizamos dois critérios para seleção dos textos que compõem o *corpus*: a modalidade de gênero discursivo e a data de publicação dos textos. Nesse sentido, circunscrevemo-nos a textos dos gêneros informativos **notícia** e **reportagem** publicados no dia seguinte aos acontecimentos enfocados; no caso: a Batalha da Maria Antônia, datada de 3 e 4 de outubro de 1968; a Invasão da PUC, ocorrida em 22 de setembro 1977; e a Reintegração de Posse da Reitoria da USP, decorrida em 8 de novembro 2011. Os textos dos periódicos que, originalmente, estavam em formato de imagem (no caso da FSP) ou PDF (no caso do ESP) foram digitados e convertidos para arquivos .docx, com o objetivo de otimizar a análise qualitativa e garantir uma boa qualidade de leitura para esta dissertação, e .txt, formato necessário para inserção dos textos no *software* UAM CorpusTool (O'Donnell, 2008). Todos os textos que constituem objeto de nossa pesquisa estão disponíveis, na íntegra, nos Anexos.

4.1.2 Critérios e parâmetros para análise quantitativa

Para começarmos o trabalho de análise quantitativa, convertemos todos os textos coletados, selecionados e editados em um arquivo .txt, agrupados por jornal e acontecimento. Formamos, então, seis grupos de texto, salvos em seis arquivos distintos, inseridos na base de dados do *software* UAM CorpusTool (O'Donnell, 2008). Na sequência, categorizamos os textos segundo os seguintes parâmetros documentais:

Figura 13: Parâmetros Documentais

Fonte: Elaboração própria por meio do software UAM Corpus Tool

A opção mais à esquerda é chamada de condição de entrada ou raiz do sistema. Os termos redigidos em caixa alta (na figura 13) e VERSALETE (no corpo da dissertação) representam nomes de sistemas, ao passo que os termos em minúsculas representam opções do sistema que devem ser selecionadas para a categorização de textos ou de segmentos textuais. No caso, por tratar-se de parâmetro **documental**, a classificação aplica-se ao texto (ou bloco de textos) como um todo. Colchetes representam relações de exclusão ('ou'), e chaves representam relações complementares ('e'). Em outros termos, um bloco de textos deve receber, do sistema JORNAL, uma das duas categorizações à direita: **folha** ou **estado**. Ao mesmo tempo, deve receber uma das três categorizações à direita do sistema PERÍODO: **1968**, **1977** ou **2011**. Assim, o resultado final seria, por exemplo, **texto:folha^1968** ou **texto:estado^2011**, dentre outras configurações possíveis²⁷.

Categorizados os textos segundo parâmetros acima, elaboramos o seguinte sistema para análise das construções referenciais e de sua correlação com o sistema de TRANSITIVIDADE:

²⁷ O símbolo ':' indica a abertura de uma opção mais refinada (à direita) do sistema; o símbolo '^' indica 'e'; e o símbolo 'v' indica 'ou'.

Figura 14: Parâmetros Segmentais

Fonte: Elaboração própria por meio do software UAM Corpus Tool.

Com o sistema acima, diferente do anterior, podemos categorizar segmentos linguísticos no interior de cada texto. A base para a sua organização são as categorias do sistema de

TRANSITIVIDADE, que expusemos no capítulo anterior, mais quatro sistemas que propusemos localmente para esta pesquisa:

- a. o sistema de RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA, paralelo ao sistema de TRANSITIVIDADE, que nos permite indicar se uma dada representação parte da voz autoral jornalística ou de alguma forma de discurso relatado;
- b. o sistema de IDENTIFICAÇÃO nos permite estabelecer o referente;
- c. o sistema de PLEXIDADE nos possibilita identificar o grau de individuação do referente: a opção **uniplexo** diz respeito a entidades singulares, discretas e contáveis; a opção **multiplexa** refere-se a entidades plurais, discretas e contáveis; e a opção **massa** refere-se a entidades não contáveis cujos elementos constitutivos não são discretos ou separáveis entre si. Os sintagmas nominais *o policial*, *alguns policiais da Força Pública* e *a Força Pública* são exemplos de cada uma das categorias, respectivamente;
- d. o sistema de MANIFESTAÇÃO sinaliza se o referente está codificado no âmbito da oração em análise (**explícito**) ou se precisa ser inferido do contexto (**implícito**) ou do conhecimento de mundo (**mistificado**).

Realizamos, então, a categorização de cada participante e de cada processo a partir de critérios referenciais, estabelecidos no âmbito do sistema de IDENTIFICAÇÃO. Como nosso objetivo é compreender a representação dos principais atores sociais/instituições envolvidas nas manifestações do Movimento Estudantil em 1968, 1977 e 2011, decidimos somente categorizar processos e participantes representativos de **estudantes**, de **autoridades universitárias (corpo docente e reitoria)** e do **Estado (polícia e governo)**.

Em termos de processos, categorizamos, inicialmente, os verbos em Processo Material (**vmat**), Processo Verbal (**vver**), Processo Mental (**vmen**) e Processo Relacional (**vrel**). Conforme já explicamos no capítulo anterior, ao assumirmos o modelo de Arús, Lavid & Zamorano-Mansilla (2010), os processos comportamentais e existenciais acabaram distribuídos no interior dos Processos Materiais e mentais, no primeiro caso, e relacionais, no segundo.

Posteriormente, percebemos que havia necessidade de agrupar os verbos em subtipos que indicassem, com maior precisão, os campos semânticos de cada verbo. No caso dos Processos Mentais, utilizamos a subcategorização de Halliday (2004) em **perceptivos**, **emotivos**, **cognitivos** e **desiderativos**; nos relacionais, seguimos a versão espanhola e utilizamos as subcategorias **intensivo (atributivo e identificativo)**, **possessivo**, **circunstancial** e **existencial** - todas elas muito similares à versão hallidayana. No caso dos verbais, restringimo-nos a quatro subtipos: **declarativo**, **interrogativo**, **imperativo** e **outros**, que incluem verbos de reação avaliativa verbal, como *vaiar*, ou verbos tipicamente performativos, como *prometer* ou *elogiar*. Por fim, no que se refere aos Processos Materiais, optamos por uma divisão inicial em **criação**, **transformação**, **movimentação**, **movimento causado**,

transferência e **comportamento**. Posteriormente, decidimos subcategorizar ainda mais as categorias de maior incidência no *corpus* (**transformação**, **movimentação** e **movimento causado**) e juntar aquelas que tiveram mínima incidência em um único rótulo, **outros** (**criação**, **transferência** e **comportamento**). No âmbito da **transformação**, foram relevantes as opções **violência**, **proteção** e **ocupação de espaço**; no **movimento causado**, a **causação**, a **restrição** e a **liberação**; e na **movimentação**, a **jornada**, o **movimento funcional** e o **repouso**.

Em relação aos referentes, categorizamos tanto as opções ligadas ao sistema de identificação quanto aos sistemas de participantes (**pmat**, para participação em Processos Materiais; **pver**, para participação em Processos Verbais; **pmen**, para participação em Processos Mentais; e **prel**, para participação em Processos Relacionais). Já explicamos, no capítulo 3, todas as categorias de participantes aqui arroladas.

A partir disso, o programa consegue gerar números absolutos, percentuais e média de ocorrências a cada mil palavras de cada uma das categorias do sistema, realizando, caso seja do desejo do analista, uma comparação estatisticamente válida da distribuição e da frequência de uma categoria em relação a outros dois parâmetros – documentais ou segmentais – escolhidos. Assim, podemos comparar a incidência de, por exemplo, policiais com a função de *Ator* em textos da Folha e do Estado, ou entre 1968 e 2011, ou mesmo entre a responsabilidade enunciativa autoral e outra. O programa marca com o sinal ‘+’ diferenças estatisticamente relevantes em termos de 90% de confiança; com o sinal ‘++’ para 95% de confiança; e ‘+++’ para 98% de confiança.

Como nosso objetivo é analisar a evolução da representação dos atores sociais dispostos no sistema de IDENTIFICAÇÃO, não utilizaremos, de forma sistemática, a ferramenta estatística, uma vez que ela só realiza os cálculos dois a dois. Por lidarmos com três sincronias, optamos por criar gráficos de linha, construídos no *software* Microsoft Excel, a partir dos dados consolidados no *software* UAM Corpus Tool. Assim, facilitamos, por um lado, a visualização e comparação dos dados e, por outro, a fluência de leitura, ao excluirmos siglas, como **pmen** ou **vrel**, além de conseguirmos suprimir a exposição de subcategorias pouco produtivas.

4.1.3 Considerações sobre a análise qualitativa

Faremos a análise qualitativa a partir de amostras de excertos textuais que ilustram os padrões detectáveis nos gráficos gerados pela análise quantitativa. Inicialmente iremos nos deter nos padrões que caracterizam a correlação entre os atores sociais representados e seu papel

no sistema de TRANSITIVIDADE em cada sincronia para, posteriormente, propormos uma sistematização da evolução dessa representação ao longo do tempo.

O procedimento qualitativo buscará aliar o produto da descrição linguística a gestos interpretativos que permitam compreender as imagens geradas nas reportagens de cada grupo de atores sociais, a saber: estudantes, policiais, governantes, professores e reitores.

Isso posto, passamos à análise dos dados.

4.2 Análise do *corpus*

Analisaremos nosso *corpus* enfocando a correlação entre a dimensão referencial e o papel que tais referentes ocupam na estrutura de TRANSITIVIDADE oracional, conforme já expusemos. Começaremos pela análise dos Processos Verbais, que, apesar de apresentarem a segunda maior incidência no *corpus*, perdendo para os Materiais, são os mais complexos em termos de padronização e os que permitem um olhar mais abrangente sobre a avaliação dos jornais sobre o Movimento Estudantil; posteriormente, iremos nos ocupar de analisar os Processos Materiais, os de maior incidência, mas de relativa simplicidade em termos de comparação interinstitucional e de evolução histórica; por fim, voltaremos nossa atenção aos Processos Mentais e Relacionais.

4.2.1 Processos Verbais

Os Processos Verbais e seus participantes representam cerca de 22% das ocorrências de instâncias do sistema de TRANSITIVIDADE do *corpus*, valor válido mesmo quando consideramos os jornais de forma separada. Esse alto percentual é justificado pela importância da palavra do outro na constituição do gênero discursivo reportagem, na medida em que recorrer ao discurso relatado pode consistir tanto em um instrumento de construção de efeito de veracidade e realidade, quanto em um meio de avaliar o comportamento social sem comprometer diretamente o locutor, no caso, a empresa jornalística.

Os gráficos abaixo representam a incidência de Processos Verbais ao longo do tempo nos dois jornais:

Gráfico 1

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2

Fonte: Elaboração Própria

A observação dos gráficos permite-nos concluir que são predominantes os subtipos **declarativo**, **ato de fala** e **imperativo** com somatória acima de 90%. Por essa razão, achamos pertinente excluir da análise os outros subtipos, tendo em vista a sua baixa representatividade no *corpus*.

Detectamos que os **declarativos** são os mais relevantes nas três sincronias, embora com comportamento distinto nos dois jornais: no ESP, os valores aumentam ao longo do tempo; ao passo que, na FSP, eles caem. Ainda assim, a predominância pode ser explicada por propriedades do gênero

reportagem e pelo papel das fontes tanto para o efeito de veracidade, quanto para o efeito de (im)parcialidade, uma vez que o enunciador, ao atribuir voz a outro enunciador, confere visibilidade a uma dada perspectiva sobre a realidade. A depender de quem são essas vozes, pode-se privilegiar uma perspectiva em detrimento de outra ou ainda democratizar o espaço a perspectivas diversas. Logo, fazer declarações sobre o estado de mundo construído na reportagem é uma das funções centrais do discurso relatado no gênero. Vejamos abaixo alguns exemplos de diferentes períodos e Dizentes:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Algo – grifo pontilhado

1. **Informou** um tenente da Força Pública *que na ação policial empreendida na pça. das Bandeiras — próximo do Touring Club — foram apreendidos 8 ou 9 revólveres de calibres 22 e 32, além de frascos de ácido sulfúrico, porretes, pedaços de ferro e uma pequena bandeira vermelha.* (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)
2. Sodré **diz** *que porá fim aos focos de agitações.* (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 186)
3. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns *diziam* *que seus filhos eram apenas “meninos”.* (ESP, 2011, Anexo C.2.4, p. 209)
4. Alguns estudantes **contaram** *ontem o que lhes aconteceu durante as horas que passaram no Departamento de Ordem Política e Social, no largo general Osório.* **Disseram** *que tiveram, primeiro, que identificar-se com cédula de identidade e com a carteira do estudante. Em seguida, responderam por escrito a minucioso questionário e finalmente, alguns deles, tiveram ainda que prestar um depoimento.* (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 200)

A oscilação da proporção de declarativos encontra-se numericamente atrelada à queda drástica dos **imperativos** e ao aumento dos **atos de fala**. Toda essa movimentação parece estar associada ao grau de inserção do enunciador-narrador nos acontecimentos discursivizados, oscilando entre um papel de testemunha dos acontecimentos, que narra como se estivesse dentro das manifestações e um papel de observador dos acontecimentos, que narra de um olhar distanciado. Nos primeiros casos, o índice de imperatividade tende a aumentar, o que contribui para o efeito de veracidade dos fatos, além de chamar atenção para participantes com maior poder. Vejamos alguns exemplos desses **imperativos**:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Algo – grifo pontilhado

5. As senhoras **solicitaram** AO GOVERNADOR *facilidades para fazerem um apelo através do rádio e da televisão, para que as mulheres se mobilizassem para formar o “muro de mães” e pôr fim às violências.* O governador **recomendou** *que tivessem cuidado nos seus pronunciamentos, evitando “pôr mais lenha na fogueira”.* As mães reagiram com ênfase a essa hipótese, **afirmando** *que se quisessem pôr mais fogo não precisavam recorrer ao governador.* (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 188)
6. “Vou **mandar** *invadir a gráfica*”, **disse** o secretário AO VICE-REITOR. “Para que isso? O srº já acabou com tudo”, **respondeu** a própria reitora, Nadir Kfourri, que

não assistiu ao início dos acontecimentos.

“Vou **mandar** invadir a gráfica”, **repetiu** o secretário. (FSP, 1977, Anexo B.4.1, p. 198)

7. A estudante Débora Svizzero, de 18 anos, chegou às 7h30 no câmpus para uma aula às 8h. Ela saiu às 6h20 de Taboão da Serra, na Grande São Paulo. “Tivemos uma aula improvisada de Geografia por volta das 9h no térreo, fora da sala”, **conta**. “Depois subimos e ficamos uns 15 minutos numa sala do 1º andar”. Segundo ela, alunos da FFLCH **pediram** então ajuda para retirar as carteiras e usar em barricadas. Sua colega Odara Botelho, também de 18 anos, saiu às 5h40 de casa, em Itapeceira da Serra, para chegar às 7h50. “Esse movimento atrapalhou muito. Vim focada para estudar e tive de passar por isso. Pelo que estou vendo, amanhã também não haverá aula. E o pior é que tem vestibular da Unicamp neste domingo”, **reclamou**. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 210)

Passemos agora à comparação entre FSP e ESP nas três sincronias.

4.2.1.1 Os Processos Verbais nas reportagens de 1968

Em 1968, ambos os jornais atribuem voz a diversos Dizentes, recobrando estudantes, Estado (tanto policiais, quanto governo), docentes e reitores e até mães de manifestantes.

Dentre os estudantes destaca-se a figura de José Dirceu como Dizente; contudo, suas verbiagens são genéricas no ESP, destoando do que ocorre no FSP, que permite ao leitor conhecer não só aquilo que o então líder estudantil pensa ou ordena, mas também o modo como o faz, processo que colabora para a construção de uma imagem do ator social como líder mobilizador dotado de poder. Vejamos:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alyo – grifo pontilhado

8. Novamente na esquina da av. São João a passeata foi detida, e José Dirceu, Edson Soares e dirigentes do Centro Acadêmico da Filosofia **conclamaram** *populares a unirem-se às manifestações*. Seguiram depois em contra-mão pela av. São João, **fazendo discursos** a toda hora, diante dos bares e lojas que haviam fechado suas portas. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 163)
9. Seguindo ainda **gritando** seus slogans pela rua Senador Feijó, os manifestantes atingiram a Faculdade de Direito, onde José Dirceu **fez novo discurso**, que terminou com o apedrejamento do tradicional estabelecimento, onde foram destruídos todos os vidros. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 163)
10. Em seu discurso, o presidente da UNE **procurou demonstrar** *que “a briga não é entre faculdades, e sim do movimento estudantil contra uma minoria que estuda no Mackenzie e que compõe o Comando de Caça aos Comunistas, que estão armados, organizados e têm a cobertura da polícia”*. **Acrescentou** *que, à vista desse aspecto do problema, os estudantes haviam desistido da ideia de invadir a Universidade Mackenzie, uma vez que a luta não é dirigida contra essa escola e apenas contra o CCC*. (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 177)
11. José Dirceu sai correndo com um pequeno grupo. Cerca um rapaz alto, de óculos. “Você é da polícia, saia já daqui”, **diz**. (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 178)

Pelos excertos anteriores, vemos como José Dirceu é construído como um agente mobilizador dos estudantes, responsável tanto por incitar os alunos a integrar o protesto (8), muitos dos quais culminavam em violência (9), o que pode apontar para uma forma indireta de culpabilização, quanto por prestar esclarecimentos aos jornalistas e aos manifestantes, sendo construído como uma liderança intelectual capaz de discernir quem é, de fato, o exogrupo contra o qual o movimento deve se voltar (10); no caso, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), ou ainda a polícia e o regime militar (11). Ainda sobre os estudantes, é relevante destacarmos que, enquanto o ESP privilegia referentes estudantis **multiplexos** (85,71%), a FSP prioriza os **uniplexos** (68,42%). Isso coloca o ESP em uma posição mais distante dos acontecimentos, ofuscando lideranças estudantis e diluindo pessoas em grupos homogêneos (referentes estudantis **difusos** são 53,57%), ao passo que a FSP cria o efeito de estar presente nos momentos de tomada de decisão dos estudantes da USP, ressaltando a individualidade e o poder dos líderes. Seguem os exemplos:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alvo – grifo pontilhado

12. Nervoso, agitado, ele [José Dirceu] **se dirige** A POPULARES E ESTUDANTES. **Acusa o governo do Estado** “*de omissão propositada. Ele arma aqueles que querem destruir a nós, estudantes*”. **Convida a multidão a comparecer** “*ainda esta noite, a uma assembleia monstro no CRUSP. Ali decidiremos por uma manifestação que São Paulo ainda não assistiu. Não é mais possível continuar esse estado de coisas*”. (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 180)
13. Está com uma blusa preta sobre uma camisa branca e sua calça azul é do tipo rancheira. Com um pé no para-lama e outro no capô do Volkswagen, José Dirceu **protesta** contra a morte do estudante José Guimarães, **denuncia** o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) da Universidade Mackenzie e **fala** em “tomada do poder pelo povo”. (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 183)
14. A mãe de José Guimarães permanecia dentro do instituto, enquanto os estudantes continuavam a chegar, passando a **discutir pormenores do velório**. A Faculdade de Filosofia e o CRUSP foram considerados impróprios, os estudantes **sugeriram** a Santa Casa. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 164)
15. Depois das 18 horas, o corpo foi transportado para o Instituto Médico Legal, para ser feita a autópsia. Muitos estudantes ali compareceram, **deixando claro** que pretendiam logo a liberação do corpo para utilizá-lo com proveito político. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 164)

As autoridades universitárias (professores e reitores) recebem voz de maneira tímida ao longo do eixo temporal em ambos os jornais. Contudo, é possível perceber que, em 1968, o ESP privilegia Dizentes dos Mackenzie; e a FSP, da USP, ainda que sob o discurso relatado de uma suposta “testemunha ocular”:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alvo – grifo pontilhado

16. A reitora da Universidade Mackenzie, d. Esther de Figueiredo Ferraz, que se encontrava nos edifícios durante os conflitos, **afirmou** *haver cerca de 30 feridos da parte de seus alunos. Afirmou que havia tentado acalmar os estudantes e convencê-los a saírem de cima dos prédios onde estavam; todavia, como os alunos da USP estavam cercando os prédios, logo pela manhã, nada conseguiu. Disse, também, que os alunos do Mackenzie apenas queriam defender os edifícios ante a ameaça de invasão iminente. Ainda segundo a reitora, os próprios professores ficaram dentro do Mackenzie, para defendê-lo, se fosse preciso. Professores do Mackenzie afirmaram que os estudantes da USP estavam armados com armas de fogo, e que o prof. Ariosto Giaquinto, da Economia, quase foi atingido por uma bala de calibre 45, quando estava no pátio da Universidade. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 166)*
17. “Os professores permaneciam encostados na parede. Um deles **ponderou** AOS SOLDADOS *que ali dentro só estavam professores, que podiam identificar-se. Explicou que aquela escola estava em calma e nada tinha a ver com a luta entre mackenzistas e alunos da Filosofia*”.
 “Os soldados saíram então da sala e uniram-se aos outros para continuar a ocupação da escola e prender os alunos”.
 “Quando um dos professores percebeu que um estudante estava caído no corredor, ferido, saiu da sala e começou a **chamar a atenção** DOS POLICIAIS: “Vocês não têm o direito de fazer isto. Por que vocês não vão vasculhar o Mackenzie?”
 “O prof. Antônio Cândido de Melo e Souza foi trancado dentro de uma sala pela Polícia, com mais dois colegas. Quando conseguiu sair, **conversou** COM OS POLICIAIS e **pediu condições** para que todos se retirassem, o que foi concedido nos seguintes termos: os professores saíam entre duas filas de policiais armados que os levariam até a barreira que fechou a rua Vilanova, na esquina da rua Major Sertório. Um carro do DOPS acompanhou os professores durante todo o trajeto”. (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 176)²⁸

É possível observarmos como a voz da Reitora do Mackenzie é mobilizada, pelo ESP, para culpabilizar os estudantes da USP por toda a violência dos protestos (16). A postura dos alunos do Mackenzie seria apenas defensiva. O léxico aponta para um contexto bélico, de fato, e territorialista: “ameaça de invasão iminente”, “defender o prédio”, “os alunos da USP estavam cercando o prédio”, “os estudantes da USP estavam armados com armas de fogo”. A unidade entre Reitoria, alunos e professores da instituição é ressaltada como meio para atingir um objetivo comum: “a defesa do Mackenzie”. É importante destacarmos, nesse processo, que o ESP não dá voz aos professores ou à reitoria da USP para posicionar-se a respeito.

Já em (17), vemos que a FSP dá voz aos docentes da USP subtraindo-se da responsabilidade enunciativa, uma vez que se trata de um relato encaixado no relato de uma testemunha ocular. Tal procedimento parece estar associado ao fato de apresentar críticas à atuação da polícia no que tange aos docentes e ao prédio da USP, na medida em que já se estava em um regime militar e, embora ainda não houvesse a censura instituída, poderia ser um tópico

²⁸ Podemos considerar que todo esse segmento consiste em uma Verbiagem, uma vez que se trata do conteúdo do relato da “testemunha ocular”, termo utilizado pela FSP. Tendo isso em vista, não utilizaremos o itálico para não confundir com as Verbiagens internas.

ameaçador.

Todo o excerto denuncia uma série de possíveis abusos de conduta policial contra docentes e há representação de falas de professores questionando as atitudes policiais e solicitando negociação com vistas à liberação do prédio. Um dos excertos mais relevantes consiste no questionamento acerca da atividade violenta da polícia restrita apenas ao prédio da USP – “Por que vocês não vão vasculhar o Mackenzie?”. Nesse sentido, a FSP parece, ainda que não explicitamente, denunciar uma conduta parcial da polícia diante da manifestação.

Os atores sociais ligados ao governo também são relevantes em 1968 – o predomínio é da **multiplexia**, tanto para governo, quanto polícia, com exceção do governo no ESP (54,5% massa x 45,5% **uniplexo**). Em termos absolutos, contudo, a diferença percentual corresponde a apenas uma instância a mais, o que nos permite relativizar tal exceção. Os principais atores textualizados são: o governador Abreu Sodré e o Major Lessa, comandante da Guarda Civil; além deles, de forma massiva, também se destacam os informes do DOPS.

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alvo – grifo pontilhado

18. O major Lessa, comandante da Guarda Civil, que esteve na rua Maria Antônia pessoalmente, meia hora antes da ocupação pelo pelotão de choque da Força Pública, **disse, referindo-se à troca de tiros e rojões entre os estudantes, que só vira coisa igual, em toda a sua carreira militar, no dia da morte do ex-presidente Getúlio Vargas.** *“Naquele dia a população queria tomar a “Tribuna da Imprensa” e em frente ao jornal ocorreram cenas como as de agora”.* Major Lessa lamentava a radicalização das posições políticas dos estudantes e **respondia** AOS REPÓRTERES, com delicadeza, *que a ocupação dos prédios pela polícia não apresentaria problemas, mas que era preferível chegar-se a uma solução menos drástica.* (FSP, 1968, Anexo A.2.2, p. 167)
19. Estes e mais os seis jornalistas totalizam as 35 prisões verificadas até as 21 horas, quando o DOPS comunicava *que mais dois ônibus cheios de estudantes detidos, estavam sendo encaminhados àquela dependência.* (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 187)
20. **Prometeu o governador** *que só na hipótese de fracassar a missão das mães, é que poria em prática o plano de fechar o cerco em torno das duas escolas e tentar evacuá-las para mantê-las fechadas durante dois ou três dias, até que os ânimos estejam serenados.* **Afirmou o governador** *que aquela guerrilha era entre estudantes e que o Estado apenas procurava evitar o pior.* (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 188)
21. As senhoras solicitaram AO GOVERNADOR *facilidades para fazerem um apelo através do rádio e da televisão, para que as mulheres se mobilizassem para formar o “muro de mães” e pôr fim às violências.* O governador recomendou *que tivessem cuidado nos seus pronunciamentos, evitando “pôr mais lenha na fogueira”.* As mães reagiram com ênfase a essa hipótese, **afirmando** *que se quisessem pôr mais fogo não precisavam recorrer ao governador.* (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 188)

Em termos dos excertos anteriores, é importante destacarmos a o quanto as Verbiagens do governador Abreu Sodré e do major Lessa enfatizam a busca por evitar conflito ou, ao menos, diminuir suas possíveis consequências negativas, construindo imagens de ponderação diante dos acontecimentos (18, 20, 21). Contudo, esse mesmo discurso acaba tendo efeitos distintos nas mãos, que avaliam negativamente a fala do governador, como se elas não fossem capazes de discernir a melhor maneira de tentar acabar com o conflito (21). Além disso, cabe destacar a instanciamento do objeto-de-discurso “aquela guerrilha”, em referência ao confronto dos estudantes, encenando uma representação de guerra civil.

4.2.1.2 Os Processos Verbais nas reportagens de 1977

Em 1977, também são variados os Dizentes. Contudo, há algumas restrições não encontradas em 1968. Os estudantes são basicamente **multiplexos** (95% na FSP e 88% no ESP) e, nos raros casos de **uniplexia**, eles não são identificados; os atores estatais, por outro lado, são basicamente **uniplexos** e ligados ao Governo; as autoridades universitárias, bem como os partidos políticos (ARENA e MDB), só têm voz na FSP. Começemos pelos estudantes:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alyo – grifo pontilhado

22. Por volta das 14h, ao mesmo tempo em que cerca de 1.500 universitários que participavam da Assembléia Metropolitana Estudantil, no Salão Beta da PUC, no começo da tarde de ontem, um aluno **anunciava** *que o III Encontro Nacional de Estudantes acabava de se realizar. Segundo o estudante, 120 delegados, representando entidades estudantis de diversos Estados reunidos na sala 225 do prédio novo da PUC, haviam decidido criar uma Comissão Nacional Pró-UNE (União Nacional dos Estudantes)*²⁹. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)
23. Foi a possibilidade de uma nova intervenção da polícia que levou os estudantes a optar por uma redução na pauta do encontro. **Foi discutida** *apenas a proposta principal de criar a comissão para estudar a reestruturação da UNE, e até mesmo o número de delegados representantes de cada entidade estudantil foi reduzido de cinco para um. “Caso contrário - observam - seria impossível promover a reunião em uma sala de aula e secretamente”. E contam que, com exceção dos delegados e dos membros da Comissão de Segurança e Comissão Executiva Nacional, poucos estudantes sabiam da decisão de promover o ENE ontem. Nem mesmo a imprensa teve acesso à reunião, embora - segundo eles - alguns grupos defendessem a presença de repórteres no local.* (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)
24. Alguns estudantes **contaram** *ontem o que lhes aconteceu durante as horas que passaram no Departamento de Ordem Política e Social, no largo general Osório. Disseram que tiveram, primeiro, que identificar-se com cédula de identidade e com a carteira do estudante. Em seguida, responderam por escrito a minucioso questionário e finalmente, alguns deles tiveram ainda que prestar um depoimento.* (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 200)

²⁹ Ainda que não esteja sob o escopo de um Processo Verbal, mas de um adjunto conformativo – “segundo o estudante” – por existir um verbo de elocução contíguo e um cotexto de relato, consideramos o excerto em destaque também como uma Verbiagem.

Uma hipótese para essa intensa **multiplexia** estudantil – ou a ausência de identificação nos casos de **uniplexia** – está relacionada à censura instituída pelo AI-5. Segundo documentação encaminhada aos jornais, não se deveria comentar sobre problemas estudantis nem noticiar atos de movimentos subversivos (KUSHNIR, 2012). Contudo, a invasão da PUC-SP foi noticiada. Logo, provavelmente o texto teria que passar por uma série de crivos para que a publicação fosse, de fato, aceita. Veremos como isso interfere na configuração das ações físico-sociais, relativas aos Processos Materiais, posteriormente. No que tange aos Verbais, no entanto, não identificar os estudantes pode ser tanto uma maneira de preservar sua integridade física e sua imagem pública diante de um governo repressor que tornou ilegal o Movimento Estudantil, quanto um modo de invisibilizar lideranças e agentes de mobilização estudantil, tendo em vistas as coerções ligadas à censura. Temos, portanto, um tipo de representação bem distinta da que ocorria em 1968, com José Dirceu protagonizando discursos no seio da Batalha da Maria Antônia.

No que se refere aos Processos Verbais com Dizentes governamentais, predominam as figuras do governador Paulo Egydio Martins e do Coronel Erasmo Dias. Enquanto aquele é construído a partir de uma imagem de benevolência e diplomacia, este é marcado por Verbiagens que denunciam um teor beligerante. Vejamos alguns exemplos:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alvo – grifo pontilhado

25. No final da operação, que Erasmo Dias classificou como “ação de combate”, o próprio secretário justificou o enquadramento dos presos na Lei de Segurança Nacional: “*estão brincando comigo. Minha ordem foi desobedecida e isso não pode ficar assim*”. Após a triagem, feita na madrugada, os presos começaram a ser encaminhados ao Deops. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)
26. Segundo Erasmo Dias, a posição do governo federal é bem clara no que diz respeito às manifestações estudantis: “*Os estudantes podem se reunir dentro do campus das universidades e promover ato de contrição, ato de aceitação, ato de protesto e ato do que quiserem, o que não podem é desafiar a autoridade*”. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 195)
27. Quanto ao encontro nacional o secretário de Segurança Pública disse que “*uma meia dúzia de líderes poderia reunir-se na favela Ordem e Progresso, por exemplo e depois dizer que haviam realizado o III ENE*”.
Esse encontro não se realizou, como vocês viram, pois foi reprimido pelas forças policiais.
O secretário disse ainda que os estudantes não realizaram o encontro nacional e que agora “*podem até dizer que instauraram uma República Socialista no Brasil. O que me consta é que já retornaram à suas cidades e não se encontraram em São Paulo. Se voltaram, vamos apurar*”. (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 202)

28. O governador Paulo Egydio Martins **afirmou** ontem que os estudantes detidos quarta-feira na Faculdade de Medicina da USP não foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por determinação sua, como “mais um gesto claro e positivo de que eu pretendo sempre o entendimento pelo uso da razão e não do desafio ou da violência”. **Dizendo-se** satisfeito pelo fato de não ter havido violência, Egydio **reiterou** continuar aberto ao diálogo com os estudantes. “A prova disso é que eles me procuraram até em altas horas da madrugada e os recebi inclusive em minha residência particular”. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)
29. O Governador Paulo Egídio Martins **disse** ontem que o Movimento Estudantil do dia 21 “mostrou que os universitários têm responsabilidade” e que, por isso, não precisou enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional” embora todos estivessem sujeitos ao artigo 13 da LSN”. Paulo Egídio **afirmou**, por outro lado, que no dia da manifestação estudantil manteve contatos e que “o importante é que a Polícia não usou a força e sim a razão”. (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 202)

A benevolência e a diplomacia do governador são efeitos de construções discursivas elaboradas em ambos os jornais (28 e 29). O não enquadramento dos alunos na Lei de Segurança Nacional é representada como uma concessão que decorre da capacidade racional do governador, um ator social de poder que age com clemência em relação àqueles que dependem do seu julgamento, de alguma forma. Nesse sentido, ele se constrói como alguém que não necessariamente se compactua com a política repressora do governo federal. A condenação ao uso da força e o discurso de que esteve em contato com os estudantes o coloca em posição de um mediador íntimo – “A prova disso [de que estou aberto ao diálogo] é que eles me procuraram até em altas horas da madrugada e os recebi inclusive em minha residência particular” e de um agente capaz de evitar grandes confrontos e violência.

Erasmus Dias, por outro lado, é construído sob a imagem da beligerância. Em (25), a justificativa para o enquadramento dos estudantes na Lei de Segurança Nacional – em plena contraposição ao discurso do governador – é o desacato – “estão brincando comigo. Minha ordem foi desobedecida e isso não pode ficar assim”. A questão da autoridade militar fica mais patente em (26), quando afirma que “o que não podem é desafiar a autoridade”. Logo, é a imagem da instituição militar que está em jogo. O discurso de Erasmus Dias parece ecoar essa preocupação: o desafio a um representante do regime não pode passar impune; a repressão chega a quem tenta escapar às rédeas do governo – “Esse encontro não se realizou, como vocês viram, pois foi reprimido pelas forças policiais”.

A presença das autoridades universitárias é mínima em ambos os jornais e é apenas na FSP que elas, de fato, são Dizentes (6,5% dos Dizentes da FSP são autoridades universitárias). Cabe ressaltar ainda que, em tais ocorrências, as autoridades universitárias apenas possuem papel responsivo. Vejamos o exemplo mais marcante:

<p>Processo Verbal – negrito; <u>Dizente</u> – grifo contínuo; <i>Verbiagem</i> – itálico; RECEPTOR – versalete; <u>Alvo</u> – grifo pontilhado</p>
--

30. “**Vou mandar invadir a gráfica**”, **disse** o secretário AO VICE-REITOR.

“*Para que isso? O srº já acabou com tudo*”, **respondeu** a própria reitora, Nadir Kfourir, que não assistiu ao início dos acontecimentos.

“**Vou mandar invadir a gráfica**”, **repetiu** o secretário. (FSP, 1977, Anexo B.4.1, p. 198)

De modo análogo aos exemplos anteriores, o detalhamento do diálogo atua como mais um índice da beligerância de Erasmo Dias e de seu empenho na construção de uma autoridade embasada na força.

4.2.1.3 Os Processos Verbais nas reportagens de 2011

Na sincronia de 2011, ocorre a maior variedade de Dizentes: falam, dentre os referentes estatais, coronéis, delegados, comandantes e majores da PM, policiais, advogados, pais de manifestantes, alunos manifestantes, o então governador Geraldo Alckmin, os então pré-candidatos à prefeitura de São Paulo à época, Andrea Matarazzo e Fernando Haddad. Apesar disso, as autoridades universitárias são praticamente silenciadas: o único docente que atua como Dizente é o professor da PUC-SP cuja perspectiva serve de argumento de autoridade para a condenação do movimento estudantil; não é dada voz nem ao corpo docente, nem à Reitoria da USP. Vejamos exemplos em que os estudantes são Dizentes:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Algo – grifo pontilhado

31. “*Aqui a gente pode fumar e ver o céu. A gente não é bandido. Isso é um ato político*”, **disse** Felipe Blanco, de 23 anos, sentado no banco do motorista do ônibus da PM. Ele é aluno de Letras da PUC e participa da manifestação desde a ocupação do edifício da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no dia 27 de outubro, e **comentou** *a ação do Choque*: “*Chegaram quebrando tudo, colocando joelho na cabeça e chutando calcanhar até sangrar.*” (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)

32. A estudante Débora Svizzero, de 18 anos, chegou às 7h30 no câmpus para uma aula às 8h. Ela saiu às 6h20 de Taboão da Serra, na Grande São Paulo. “*Tivemos uma aula improvisada de Geografia por volta das 9h no térreo, fora da sala*”, **conta**. “*Depois subimos e ficamos uns 15 minutos numa sala do 1º andar*”. Segundo ela, alunos da FFLCH **pediram** *então ajuda para retirar as carteiras e usar em barricadas*. Sua colega Odara Botelho, também de 18 anos, saiu às 5h40 de casa, em Itapeverica da Serra, para chegar às 7h50. “*Esse movimento atrapalhou muito. Vim focada para estudar e tive de passar por isso. Pelo que estou vendo, amanhã também não haverá aula. E o pior é que tem vestibular da Unicamp neste domingo*”, **reclamou**. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 210)

33. À tarde, a PM mostrou sete garrafas com bomba incendiárias, feitas com gasolina e panos, apreendidas na Reitoria. Também havia seis caixas de morteiros e um garrafão com 5 litros de gasolina. O estudante de Letras Rafael Alves, de 26 anos, um dos detidos, **nega** *que os alunos tivessem preparado as bombas*: “*Isso foi plantado*”, **reagiu**, rindo. *Os morteiros, segundo o*

estudante, *eram para avisar sobre a chegada da Tropa de Choque*. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 210)

34. “*Moço, posso dar um beijo na minha mãe?*”, **perguntou** a jovem de 18 anos, estudante de história da USP, AO SOLDADO ENCOURAÇADO DA TROPA DE CHOQUE DA PM. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 220)
35. A polícia **afirma** *ter encontrado no local sete coquetéis molotov, que estavam expostos na reitoria. Alunos*, no entanto, **afirmam** *que eles não fizeram os artefatos e que os coquetéis teriam sido colocados pela PM no local* (FSP, 2011, Anexo C.4.2, p. 220)

Vemos quatro padrões na representação dos Processos Verbais nos quais estudantes são Dizentes, todos voltados para a deslegitimação do movimento, ainda que alguns indiretamente. Em primeiro lugar, vemos em (31) e (34) a construção de uma imagem de manifestante orientada a esvaziar o caráter político do movimento, tanto por associações possíveis ao uso de entorpecentes – fazendo circular o discurso corrente, à época, que a ocupação da Reitoria era um protesto para liberar o uso de drogas no *campus* – quanto pela infantilização dos próprios participantes, que pede para dar um beijo na mãe, antes de ser detida e encaminhada à delegacia.

Um segundo padrão refere-se à condenação do movimento por outros estudantes, como ocorre em (32). Nesse caso, utiliza-se da voz de duas estudantes para mostrar os impactos negativos da manifestação sobre suas vidas e, assim, explicitar que, por um lado, o movimento não é unanimidade e, por outro, é prejudicial para os alunos que, de fato, querem estudar. Novamente, construir uma imagem negativa do movimento parece ser alvo da representação.

Um terceiro padrão consiste em colocar os estudantes na defensiva no que concerne à acusação de que haveria armas estocadas na reitoria, como podemos visualizar em (33) e (35). Em (35), há indícios de que a FSP assume como o seu posicionamento a versão da polícia, na medida em que instancia o Futuro do Pretérito modalizador justamente na versão dos alunos – “Alunos, no entanto, afirmam que eles não fizeram os artefatos e que os coquetéis **teriam sido** colocados pela PM no local”.

Um quarto padrão diz respeito à construção do comportamento policial. Embora não seja plenamente visualizável nesta seção – isso ficará mais claro quando discutirmos os Processos Materiais –, os atos de violência da polícia são construídos quase exclusivamente em Verbiagens de estudantes, de forma a isentar o jornal por esse tipo de construção. Uma vez que a imagem dos alunos vai sendo ridicularizada ao longo da reportagem, fica a questão: em que medida eles detêm credibilidade para que essa descrição da violência policial seja, de fato, considerada como viável pelo leitor?

Já dentre os referentes estatais, tanto atores ligados ao Governo, quanto às forças repressivas (polícia e exército) têm espaço significativo para as suas falas. De modo geral, suas

verbiagens são as mais avaliativas dentre as sincronias estudadas especialmente na FSP. Vejamos:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alyo – grifo pontilhado

36. O efetivo empregado pela corporação, segundo o comando no local, foi necessário para garantir a integridade física de todos. “*Esse efetivo foi deslocado para a universidade justamente para que tudo ocorresse pacificamente*”, **afirmou** a coronel Maria Aparecida de Carvalho. (FSP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)
37. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) **afirmou** ontem *que os alunos deveriam ter lições sobre democracia e fez duras críticas ao movimento de ocupação*. “*Eles precisam ter aula de respeito à ordem judicial. Não é possível depredar instituições que foram construídas com o dinheiro da população, que paga impostos. É inadmissível e lamentável chegar ao ponto de a polícia ter de ir lá para fazer cumprir uma ordem judicial*”, **disse Alckmin**.
O governador **elogiou** a atuação da PM, que evitou confronto. “A Polícia Militar mostrou mais uma vez sua competência.” (FSP, 2011, Anexo C.2.4, p. 216)
38. “*Nem na Marcha da Maconha [protesto pela descriminalização da droga] eu vi tanta gente doida*”, **disse** À FOLHA um delegado que trabalhava no flagrante. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 220)
39. De pé, uma soldado da Tropa de Choque via os meninos comendo as delícias e **lamentava**: “*E nós aqui, de pé, desde as 3h da manhã*”. Eram 19h. Segundo essa policial, *a tropa acompanharia toda a ocorrência até o seu término*. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 221)

Os relatos do governador e dos policiais envolvidos apontam para dois padrões. Em primeiro lugar, para a exaltação do trabalho policial e para a resolução pacífica da ocupação, o que demonstra uma preocupação com a imagem dessas instituições perante a opinião pública. Em segundo lugar, vemos ser reiterada a estratégia de construir negativamente o movimento estudantil: por um lado, os alunos são novamente ridicularizados pela fala do delegado – “Nem na Marcha da Maconha [protesto pela descriminalização da droga] eu vi tanta gente doida” –; por outro, parece haver uma tentativa de gerar antagonismo em relação aos alunos em consequência da geração de empatia para com os policiais, como podemos observar em (39), segmento em que se constroem paralelamente os alunos manifestantes “comendo as delícias” e a policial por horas de pé, acompanhando o procedimento.

Em 2011, a única autoridade universitária inscrita no corpus é a do professor de Direito Constitucional da PUC, Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, que atua como voz de autoridade para deslegitimar e criminalizar o movimento:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Alyo – grifo pontilhado

40. Os estudantes da USP devem, sim, ser responsabilizados pela invasão da reitoria, **afirma** Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, professor de direito constitucional, da PUC (Pontifícia Universidade Católica).

Para o especialista, *o processo que culminou com a detenção dos alunos é legal.*

Ele lembra, no entanto, *que dificilmente os invasores serão penalizados pela suspeita de dano ao patrimônio público porque esse crime só pode ser aplicado quando há a individualização do ato, ou seja, é preciso discriminar “quem fez exatamente o quê” na depredação.* (FSP, 2011, Anexo C.4.2, p. 220)

Por fim, cabe destacarmos, de modo análogo a 1968, a presença dos pais como Dizentes.

Observemos:

Processo Verbal – negrito; Dizente – grifo contínuo; *Verbiagem* – itálico; RECEPTOR – versalete; Algo – grifo pontilhado

41. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns diziam *que seus filhos eram apenas “meninos”.* (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)
42. Advogados e pais dos invasores alegaram *que os estudantes mantinham tudo em ordem, com limpeza, e não depredaram nada. “Eles têm uma consciência ecológica, sabe?”*, **disse**, sem se identificar, a mãe de uma aluna presa. Ela reconheceu *que os estudantes quebraram as câmeras de segurança, mas classificou o vandalismo como autodefesa: “O que você faria?”* (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 210)
43. Raimundo Ribeiro, de 55 anos, estava aflito em busca de informação sobre o estado de saúde do filho, Antonio, de 25 anos, estudante de Letras. Ele disse *que o rapaz sofre de arritmia e denunciou agressões. “Deram uma rasteira nele e pisaram na cabeça. É muita humilhação. Precisava disso?”*, **desabafou**. Raimundo diz *que o filho apoia o movimento de ocupação da Reitoria, mas que o jovem foi preso fora do prédio. “Ele estava saindo do carro para entregar livros na biblioteca. E teve de largar tudo lá na rua.”* (ESP, 2011, Anexo C.2.4, p. 215)
44. Armando Kazuo, de 54 anos, **disse** *que a filha, a estudante de Letras Ana Maria Horiuchi, de 23, não relatou* *maus-tratos da polícia: “Ela está tranquila, pôde sair, lanchar e conversar”.* Ele contratou advogado e pagou fiança individualmente para liberar a filha. *“Ela disse que estava apenas passando para ver amigos. Falei para investir em amizades que prestem. Esses só pensam em baderna.”* (ESP, 2011, Anexo C.2.4, p. 215)
45. *“Estamos indignados com o fato de que uma instituição educativa utilize a força policial como principal instrumento de solução de conflito social. Nossos filhos são estudantes e não bandidos”, escreveram*, sem se identificar, em nota à imprensa. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 221)

A representação dos relatos dos pais também parece ter múltiplas funções. Em primeiro lugar, a infantilização continua. Mesmo sendo adultos, o grau de destaque atribuído aos pais e a suas perspectivas parece minimizar a atividade do movimento estudantil, relegando-a talvez à categoria de “brincadeira”, como se fosse coisa de criança. O exemplo (41) parece atuar nesse sentido – “Alguns diziam que seus filhos eram apenas ‘meninos’”.

Em segundo lugar, faz-se circular um discurso de condenação dos pais em relação à atividade policial, tornando-os porta-vozes dos filhos. É o que parece acontecer em (42), (43) e (45). Em (42), em especial, vemos uma tentativa de justificar o comportamento dos estudantes e negar as acusações de que eles teriam depredado as instalações da reitoria, o que poderia ser útil na reconstrução de sua imagem diante da opinião pública. Nesse sentido, parece haver um equilíbrio na reportagem, ainda que isso seja feito na voz dos pais.

Em terceiro lugar, conforme podemos observar em (44), a reportagem textualiza o posicionamento de um pai que condena o movimento e recrimina a filha por estar ali e ter aquelas amigas. É um discurso relevante, na medida em que parece construir um pai consciente, que reconhece o “erro” do comportamento da filha, faz o que é possível para ajustar seu comportamento e ainda a aconselha. O bônus da representação é o fato de o pai relatar que a filha dissera que não houve maus-tratos policiais, o que serve para realizar um contraponto ao discurso reiterado dos estudantes de que houve abusos policiais, implantação de armas ou simulação de depredações.

Isso posto, passamos à sistematização da diacronia da representação dos principais atores sociais considerando sua dimensão de participação em Processos Verbais no papel de Dizente.

4.2.1.4 A Diacronia dos Dizentes e dos Processos Verbais nas reportagens do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo

Pelo exposto, já é possível consolidarmos alguns padrões de uso em termos intra e inter-institucionais ao longo do eixo temporal. Para isso, é relevante observarmos os gráficos seguintes:

Gráfico 3

Distribuição da identidade funcional dos Dizentes ao longo do tempo no ESP

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4

Distribuição da identidade funcional dos Dizentes ao longo do tempo na FSP

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6

Fonte: Elaboração própria

Em primeiro lugar, é possível depreender que as autoridades universitárias ocupam papel marginal na representação de Processos Verbais, com valor máximo de cerca de 11% no ESP de 1968, no que tange à função Dizente. Tal marginalização parece se intensificar ao longo do eixo temporal, a ponto de, em 2011, as reportagens não trazerem nenhum Dizente que ocupe cargo na USP para posicionar-se diante da manifestação.

Em 1968, fica nítido o posicionamento ideológico dos jornais pela distribuição absoluta

de Dizentes privilegiadamente **uniplexos** ao Mackenzie no ESP, e à USP, na FSP. Curiosamente, contudo, todos os Dizentes da USP na FSP encontram-se textualizados sob o discurso direto (da testemunha ocular) mencionado na seção 4.2.1.1. Tal procedimento pode atuar em mão dupla: na consolidação de um efeito de realidade e/ou na desresponsabilização do jornal pelas declarações realizadas em um contexto político em que um posicionamento potencialmente anti-governista poderia ser problemático para o periódico.

Em segundo lugar, vemos que 1977 representa, apesar do alto percentual de Dizentes estudantes no ESP, um período de apagamento da representatividade do ME. Nessa sincronia, os Dizentes estudantes são basicamente **multiplexos** e não identificados, o que pode estar relacionado a uma postura de preservação tanto dos estudantes diante da repressão do regime militar no tocante a atores sociais tidos como subversivos, quanto da instituição, tendo em vista o controle/censura estatal sobre o conteúdo noticioso, tal qual estabelecido no Manual distribuído para a imprensa paulista, concomitante ao decreto do AI-5.

1968 e 2011 já apresentam níveis mais altos de Dizentes **uniplexos** (45,5% x 35%), o que aponta para uma representação mais destacada dos estudantes, por meio da apresentação tanto de suas lideranças, quanto de participantes do movimento. Contudo, enquanto em 1968 se destacam Processos Verbais que sinalizam o poder das lideranças estudantis, como José Dirceu, ou mesmo seus posicionamentos políticos diante do Regime Militar, em 2011, as verbiagens estudantis parecem atuar para deslegitimação do movimento, com recortes que ora infantilizam os ocupantes, ora os ridicularizam. Os estudantes que não sofrem tal tipo de avaliação são, em geral, aqueles que se posicionam contra a manifestação. Tal padrão é verificável tanto na FSP, quanto no ESP, o que revela uma convergência ideológica nesse âmbito.

Em terceiro lugar, vemos que Dizentes ligados ao Governo predominam sobre aqueles ligados à força policial, tanto em 1968, quanto em 1977. Especialmente em 1977, a voz policial é silenciada em favor das vozes do Secretário de Segurança Pública e do governador do Estado. É marcante em todas as sincronias a dominância de referentes governamentais **uniplexos**, o que assinala uma coerção jornalística pela busca de vozes de máxima autoridade para posicionarem-se, como representantes individuais de um papel político, diante das manifestações. Suas verbiagens são, em geral, mais extensas e avaliativas, constituindo-se em pontos de alta subjetividade nos textos.

É possível depreender, contudo, uma curiosa distribuição: enquanto as verbiagens dos governadores Abreu Sodré e Paulo Egydio parecem apontar para a construção de uma imagem de benevolência e uma atitude diplomática e mediadora entre polícia e estudantes, as verbiagens

de Geraldo Alckimin consistem em uma condenação explícita do comportamento estudantil e em um elogio nítido da repressão policial.

Os Processos Verbais envolvendo Dizentes da polícia, por sua vez, tem destaque em 2011 atuando, principalmente, em dois sentidos: o de ridicularizar o movimento e associá-lo ao campo médico da insanidade, por um lado, e o de explicar o procedimento de intervenção ressaltando a preocupação com a manutenção da integridade física dos estudantes. Isso revela um posicionamento institucional dos periódicos de valorização do trabalho policial e de deslegitimação do ME.

4.2.2 Processos Materiais

Os Processos Materiais e seus participantes perfazem cerca de 61% das instancias do sistema de TRANSITIVIDADE do *corpus*. Tal predominância era esperada na medida em que a reportagem consiste em um gênero discursivo que coloca em primeiro plano o relato de acontecimentos, com destaque ao modo de organização narrativo, que está intimamente associado com a construção de ações físicas e sociais, que se desenrolam no tempo e no espaço, tendo como participantes tanto agentes causadores, quanto pacientes afetados.

Os gráficos abaixo representam a distribuição das principais subcategorias de Processos Materiais encontrados no *corpus*:

Gráfico 7

Detalhamento dos Processos Materiais em função do tempo no ESP

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8

Fonte: Elaboração própria

Conforme podemos observar, predominam em ambos os jornais e em toda a linha temporal os processos que envolvem **transformação**, **movimentação** e **movimento causado**. Por essa razão, não discutiremos os outros campos semânticos, cujo teor de incidência individual é muito baixo (menos de 10% e, em alguns casos, menos de 5%). Seguem abaixo exemplos desses respectivos campos:

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

46. *Da operação policial*, comandada pelo secretário Erasmo Dias, **participaram** 900 policiais. Após o cerco do prédio, começaram a ser lançadas as bombas, e alguns estudantes se feriram ao fugir e ao pular muros. O secretário de Segurança ordenou encaminhamento de todos os detidos para uma triagem e posterior envio ao Deops. Quem não fosse aluno da PUC estaria, segundo ele, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. (ESP, 1977, Anexo B.2.1, p. 193)
47. Sua colega Odara Botelho, também de 18 anos, **saiu** às 5h40 de casa, em Itapeverica da Serra, para **chegar** às 7h50. “Esse movimento atrapalhou muito. Vim focada para estudar e tive de passar por isso. Pelo que estou vendo, amanhã também não haverá aula. E o pior é que tem vestibular da Unicamp neste domingo”, reclamou. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 210)
48. Em fila indiana e de mãos dadas, os detidos **foram conduzidos** ao estacionamento defronte à PUC, onde permaneceram sentados. (FSP, 1977, Anexo B.4.1, p. 198)

Contudo, mesmo essa subdivisão inicial parece pouco esclarecedora, considerando, especialmente, a grande abrangência da subcategoria **transformação**. Logo, tivemos que tentar organizá-la ainda em classificações menores, com o objetivo de conseguir alcançar efeitos de sentido mais específicos. Os gráficos abaixo mostram essa subdivisão da categoria de **transformação**:

Gráfico 9

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 10

Fonte: Elaboração própria

Novamente, é possível depreender que não há equilíbrio na distribuição das subcategorias. Nosso enfoque se voltará a três categorias consideradas fulcrais para o tipo de narrativa construído. Uma delas, a **violência**, consiste de fato na de maior incidência em praticamente todos os períodos e em ambos os periódicos; as duas outras, embora não tenham o mesmo nível de incidência que **preparação**, estão diretamente ligadas a acontecimentos de protesto – trata-se da **proteção** e da **ocupação de espaço**. Voltaremos nosso olhar, portanto, a esses três domínios. Abaixo, temos alguns exemplos:

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

49. A passeata de cerca de 500 estudantes da F. de Filosofia, que ontem à tarde percorreu as ruas centrais da cidade para protestar contra o “assassinato” de um secundarista de 16 anos, **deixou um saldo de 7 viaturas oficiais destruídas**, sendo 4 **incendiadas**, depois de **danificadas** com porretes, pedaços de cano e pedras que os manifestantes levavam, além de rolhas e bolinhas de vidro para serem usadas contra a cavalaria. **Depredaram** inclusive a *Faculdade de Direito*, onde passaram antes de atingir a praça das Bandeiras, local em que foram dispersados pela polícia. Aqui foram presas cerca de 25 pessoas, inclusive jornalistas. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 162)

50. “A Guarda Civil **deixou de guarnecer** o *prédio da Faculdade de Filosofia* por uma razão muito simples: não houve, por parte de sua direção qualquer pedido de policiamento preventivo”. (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 180)

51. Cerca de 400 policiais, usando cavalos e até helicóptero, retiraram os invasores que desde quarta passada **ocuparam a reitoria da USP** para protestar contra a presença da PM no campus. (FSP, 2011, Anexo C.4.1, p. 219)

Em (49), temos uma sequência, quase que gradativa, de Processos de violência, cujo Ator são estudantes da Faculdade de Filosofia. Há aqui um alto nível descritivo da cena narrada, que busca reforçar a ideia de agressividade e subversividade do ME, enquanto a Polícia e até a Faculdade de Direito são Meta de tais atos. A narrativa de todo o percurso da passeata estudantil e o saldo de destruições indicado pelo periódico reforça a ideia de que a polícia foi permissiva e lenta em suas ações. Além disso, cabe ressaltar, neste exemplo, o uso das aspas em “assassinato”, a inserção da voz outra, neste caso, pode indicar um posicionamento de dúvida e de suspeita do ESP em relação a real *causa-mortis* do estudante secundarista.

Em seguida, em (50) temos um discurso relatado do Major Barcelos Lessa, nele há um Processo de proteção que, contraditoriamente, indica uma falta desta, pela inclusão do verbo *deixar*. Lessa, em sua fala, procura justificar a ausência da *Guarda Civil* no *prédio da Faculdade de Filosofia*, enquanto a corporação protegia as dependências da Universidade

Presbiteriana, culpabilizando a administração da própria FFCL. Assim, busca transferir um possível status de irresponsabilidade que poderia ser atribuído à Guarda Civil à Faculdade de Filosofia. No entanto, o fato de a FSP expor essa situação pode ser uma estratégia do jornal de indicar a existência de uma parcialidade policial no conflito estudantil.

Já no exemplo (51), a substantivização do adjetivo *invasores* para fazer referência ao Ator-estudantes é bastante significativa, na medida em que um invasor é tido socialmente como alguém não desejado e que se coloca onde não deveria estar. A FSP poderia também usar o termo “ocupantes”, que semanticamente não possui a mesma carga negativa que o termo empregado, uma vez que quem ocupa um espaço é visto como alguém que está fazendo um uso proveitoso e estratégico do ambiente. Essa escolha lexical pode indicar um possível posicionamento da FSP com relação aos estudantes, apresentando-os como agentes inoportunos.

No que concerne à **movimentação**, embora não haja equilíbrio entre as subcategorias **jornada**, **movimento funcional** e **repouso**, não encontramos motivo em termos de narratividade para destacar os subtipos em campos de análise pormenorizados. Já o movimento causado apresenta uma distribuição para a qual vale a pena nos atentarmos com cautela. Seguem os gráficos:

Gráfico 11

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 12

Fonte: Elaboração própria

Como podemos depreender dos gráficos, prevalecem os valores de **causação**, praticamente dominante em todas as sincronias e em ambos os jornais, de **restrição** e de **liberação**, respectivamente relacionados a comportamentos de detenção (52), prisão (53) e de soltura (54) de estudantes. Arrolamos exemplos desses subtipos na sequência:

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percorso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

52. Erasmo Dias, acompanhado do delegado geral do Deops Romeu Tuma e do comandante da PM Torres de Melo, desceu de uma viatura em frente à universidade gritando “vamos acabar com essa passeata”. Em meio às explosões de novas bombas, que quebraram alguns vidros da frente da universidade, estudantes, funcionários e professores eram retirados do restaurante e de salas de aula e eram levados para o estacionamento - na esquina das ruas Bartira e Monte Alegre - até serem conduzidos em ônibus da CMTC para o quartel do batalhão Tobias de Aguiar. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 193)
53. Numa ação fulminante, os soldados conseguiram prender mais de 30 estudantes defronte ao Touring Clube, além de deterem 3 Jornalistas, entre os quais estavam duas moças. Pouco depois das 18 e 30, o logradouro já estava totalmente cercado, mas ali se encontravam apenas os estudantes presos e populares que se aglomeravam para observar os acontecimentos. (FSP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)
54. Os repórteres Nildo Carlos Oliveira, da FOLHA e Pedro Alfonso, dos Diários, **foram soltos** depois de se identificarem. Os que ficaram, entretanto, foram obrigados a sair em corrida desabalada após serem agredidos a cassetete, contra a parede. (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 176)

Isso posto, passemos à discussão dos Processos Materiais em 1968, dando especial atenção à caracterização dos atores sociais na função de Ator e de Meta.

4.2.2.1 Processos Materiais nas reportagens de 1968

Em 1968, a função de Ator é exercida predominantemente por estudantes (62% no ESP e 55% na FSP) e secundariamente por referentes estatais (35% no ESP e 43% na FSP), dentre os quais a incidência de policiais é mais intensa. Vemos, portanto, que sobra às autoridades universitárias valores mínimos de incidência – menos de 3% em qualquer uma das sincronias e em qualquer um dos periódicos. Observamos, assim, um primeiro aspecto de semelhança interinstitucional – os periódicos não representam as atividades de docentes, diretores e reitores. Conforme vimos anteriormente, às autoridades universitárias cabe, especialmente, o direito de falar.

Vejamos alguns exemplos:

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

55. Na Av. São João, entre a praça do Correio e a rua Conselheiro Crispiniano, os manifestantes obrigam a rádio-patrolha de prefixo 602 a parar. *O soldado que dirigia a viatura* **leva uma paulada** na cabeça e **foge** junto com o outro que estava ao seu lado. *O carro é incendiado pelos manifestantes* e, como o vento diminuía, leva mais tempo que os dois primeiros para ficar totalmente destruído. (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 184)

56. A passeata de cerca de 500 estudantes da F. de Filosofia, que ontem à tarde percorreu as ruas centrais da cidade para protestar contra o “assassinato” de um secundarista de 16 anos, **deixou um saldo de 7 viaturas oficiais destruídas**, sendo **4 incendiadas**, depois de **danificadas** com porretes, pedaços de cano e pedras que os manifestantes levavam, além de rolhas e bolinhas de vidro para serem usadas contra a cavalaria. **Depredaram** inclusive a *Faculdade de Direito*, onde passaram antes de atingir a praça das Bandeiras, local em que foram dispersados pela polícia. Aqui foram presas cerca de 25 pessoas, inclusive jornalistas. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 162)

57. Numa ação fulminante, os soldados **conseguiram prender mais de 30 estudantes** defronte ao Touring Clube, além de **deterem 3 Jornalistas**, entre os quais estavam duas moças. Pouco depois das 18 e 30, o logradouro já estava totalmente cercado, mas ali se encontravam apenas os estudantes presos e populares que se aglomeravam para observar os acontecimentos. (FSP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)

58. A explicação é do major Barcelos Lessa, comandante da Guarda Civil, ao esclarecer a razão pela qual a Guarda Civil mantinha ontem **um contingente protegendo o edifício da Fundação Mackenzie** e nenhum homem na guarda do edifício da Faculdade de Filosofia. (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 180)

Na amostra acima, vemos um padrão recorrente nas reportagens que será detalhado posteriormente: a ênfase na violência estudantil e da capacidade de proteção e de contenção de conflito da polícia.

De modo análogo, a função de Meta também é exercida privilegiadamente por estudantes em 1968 (52% no ESP e 55% na FSP), o que aponta para o fato de que eles são, simultaneamente, os maiores causadores de eventos e também os maiores afetados pelo evento. Vejamos os exemplos abaixo:

Processo Material – negrito; **Ator** – grifo contínuo; **Meta** – itálico; **BENEFICIÁRIO** – versalete; **Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático)** – grifo pontilhado

59. *Os presos foram acomodados inicialmente num carro-choque (espinha-de-peixe) e numa perua dos Diários Associados, requisitada na hora. Depois foram transferidos para um ônibus da Viação Bandeirantes Ltda. Nesse momento alguns soldados se descontrolaram e agrediram algumas pessoas, mas um tenente interveio, contendo-os, embora partissem algumas provocações de populares. De um prédio chegaram mesmo a atirar um cubo de gelo sobre os militares, mas não os atingiram.* (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)

60. Durante os últimos momentos de tiroteio entre alunos do Mackenzie e da USP, *um jovem foi ferido* a bala. O rapaz encontrava-se entre os estudantes da USP. (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 175)

61. *Trinta soldados da Força Pública saíram do Mackenzie e tomaram a rua Maria Antônia. Os alunos da Filosofia que resistiam com pedradas aos tiros e rojões dos mackenzistas, abandonaram a área, dirigindo palavrões aos soldados. Durante a corrida em que os militares, fortemente armados, expulsaram os estudantes da USP da rua Maria Antônia, foram detonadas várias bombas de gás lacrimogênio. Muitos estudantes foram presos.* (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 175)

62. Por volta das 14 horas, *quatro guardas saíram do Mackenzie e tentaram dispersar um grupo de cerca de 100 estudantes da Filosofia. Foram vaiados e um deles, mais exaltado, disparou para o ar — posteriormente positivou-se que era tiro de festim. Os apupos continuaram, mais ameaçadores, e os guardas foram obrigados a retirar-se, perseguidos por pedradas.* (ESP 1968, Anexo A.2.1, p. 165)

O que é curioso, contudo, é a forma como essa agentividade e passividade são construídas. Para explicar esse fenômeno, precisamos tratar, antes, dos campos semânticos.

Em primeiro lugar, devemos destacar que os valores ligados à **transformação** (38,5% no ESP contra 36% na FSP), à **movimentação** (37% no ESP contra 32% na FSP) e ao **movimento causado** (17% no ESP e na FSP) em ambos os periódicos são muito similares, o que aponta para um padrão possivelmente ligado ao gênero discursivo e à temática focalizada.

Em segundo lugar, embora haja alguma discrepância no que se refere a dois subtipos relevantes de **transformação – proteção** (11% no ESP e 17% na FSP) e **ocupação de espaço** (16% no ESP e 7% na FSP) –, o subcampo de maior incidência, a **violência**, apresenta índices que são bem próximos em ambos os periódicos (54% no ESP e 52% na FSP).

Em terceiro lugar, contabilizando manualmente os casos de estudantes e policiais envolvidos em atos de violência, chegamos ao seguinte quadro em 1968: no ESP, do total de instâncias de estudantes envolvidos em atos de violência, eles são Ator em cerca de 80% dos casos; somente em 20% são Metas; na FSP, os valores não são muito diferentes: 72% são Ator; 28% são Meta. Já se observamos os referentes policiais, vemos que do total de policiais representados em atos de violência, em no ESP, apenas 28% são Ator e, na FSP, 50%. Assim, a alta incidência de estudantes como Ator e Meta deve-se ao fato de estudantes estarem agindo de forma violenta uns com os outros, relegando a ação policial a um domínio de contenção. Devemos destacar, inclusive, que o ESP é um periódico que condena a ação policial na Batalha da Maria Antonia, na medida em que a enxerga como leniente; em outros termos, que os policiais, além de terem demorado muito para agir, o fez sem o rigor necessário. Um dos reflexos disso se encontra no baixo teor de agentividade desse grupo referencial na reportagem desse periódico.

Um aspecto que chama atenção e, certamente, está associado ao fato de o jornalismo da década de 1960 ainda ser influenciado por traços da literatura, é o alto índice de descrição de movimentação, o que confere maior detalhamento narrativo, processo bem diferente do que ocorre atualmente no jornalismo, conforme podemos depreender nos exemplos abaixo:

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

63. As forças policiais encarregadas de reprimir a manifestação **chegaram** atrasadas. Quando os manifestantes **iniciavam** *o caminho de volta para a Maria Antônia*, **chegou** à praça da Sé um pelotão com cerca de 50 cavalarianos, de sabres desembainhados, e que apenas **deram** *uma volta completa pelo logradouro*, sem que nada pudessem fazer. Com os cavalarianos **surgiram** também *cinco caminhões*, **conduzindo** *soldados com cassetetes "tamanho-família"*. **Foram** até a pça. Clovis Bevilacqua e **voltaram** para a zona central da cidade. Apenas uma viatura seguiu para o lado da Faculdade de Direito, de onde avistaram os estudantes descendo para a pça. da Bandeira. (ESP 1968, Anexo A.2.1, p. 164)
64. Todas as salas do prédio da Faculdade de Filosofia estavam depredadas quando a polícia entrou. Os móveis estavam quebrados e espalhados em meio a papéis contendo anotações de matérias dadas durante aulas, apostilas, volantes de comunicados internos e panfletos incitando os universitários à tomada de posição favorável ao movimento. (ESP, 1968, Anexo A.2.2, p. 169)

65. *Mais de 200 telhas são quebradas* com uma pá. *Os universitários improvisam uma maca* para **carregar** “as armas”, que **são depositadas** nas calçadas. *Dois “brucutus” sobem a rua da Consolação*, mas não **entram** na Maria Antônia. *Do telhado do Mackenzie, dois homens atiram*: um de revólver, outro de carabina **contra os universitários**, na rua. (FSP 1968, Anexo A.4.3, p. 178)
66. “*O prof. Antônio Cândido de Melo e Souza foi trancado dentro de uma sala pela Polícia*, com mais dois colegas. Quando **conseguiu sair**, conversou com os policiais e pediu condições para que todos se retirassem, o que foi concedido nos seguintes termos: os professores saíam entre duas filas de policiais armados que **os levariam até a barreira** que **fechou a rua Vilanova**, na esquina da rua Major Sertório. Um carro do DOPS acompanhou os professores durante todo o trajeto”. (FSP, 1968, Anexo A.4.2, p. 176)

Outro elemento de destaque na configuração de Ator e Meta em 1968 diz respeito à configuração estrutural dos sintagmas referenciais. Enquanto, na função de Ator, predominam referentes **multiplexos** em ambos os jornais (68% no ESP e 50,5% na FSP); na função de Meta, destacam-se os referentes **uniplexos** (62,9% no ESP e 60,5% na FSP). Isso aponta para dois padrões: a. os jornais tendem a representar a ação de grandes contingentes de atores sociais agindo sobre unidades, ou seja, grupos de estudantes atacando um policial ou um veículo; e b. os jornais tendem a representar acontecimentos que atingem referentes unitários, sem um causador externo, como um estudante que morre ou um veículo que explode. Vejamos exemplos de cada um desses padrões:

<p>Processo Material – negrito; <u>Ator</u> – grifo contínuo; <i>Meta</i> – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; <u>Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático)</u> – grifo pontilhado</p>

67. Na esquina da rua da Consolação com a Av. Ipiranga, os manifestantes **detêm** *um Volkswagen preto e amarelo, chapa branca 84-61-52, do DET. Um guarda civil*, que **dirigia** *o automóvel*, **leva uma paulada na cabeça** e **foge**. Os estudantes **põem fogo** *na viatura*. (FSP 1968, Anexo A.4.4, p. 183)
68. A passeata **faz alto** novamente *na esquina da rua Sete de Abril*, e José Dirceu ali incitou os estudantes, que **prosseguiram** *até chegar ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais*, onde passaram a conclamar os bancários à greve. Defronte à Barão de Itapetininga **encontraram** *um outro “Aero-Willys”, do Comando da Força Pública. Seus ocupantes foram expulsos e o veículo*, depois de **apedrejado, foi tombado e incendiado**. *O carro explodiu* várias vezes, **elevando-se as chamas** a mais de 20 metros de altura. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 163)
69. *Um secundarista de 20 anos* **morto** com um tiro na cabeça, *três universitários* **feridos** a bala e mais de uma dezena com ferimentos resultantes de pedradas, além do incêndio de 5 carros do governo estadual, e pelo menos 30 presos, esse o saldo da batalha campal travada ontem, durante 10 horas, entre alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia. (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 177)

70. O fogo destrói totalmente o carro oficial em 20 minutos. Estalam os vidros, os pneus estouram, explode o tanque de gasolina. Quando três carros do Corpo de Bombeiros chegam, não há mais nada a fazer. (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 183)

Nos exemplos (67) e (68), há ocorrências de Atores multiplexos agindo sobre Metas uniplexas. Em ambos os casos, temos grupos de estudantes atacando veículos policiais de forma extremamente violenta. Os policiais ocupantes dos veículos atacados são conduzidos pelos estudantes a saírem de seus veículos; não há resistência dos policiais perante a situação: sua única saída é a fuga. Em (67), há ainda a agressão física ao guarda civil *leva uma paulada na cabeça*. Ambos os jornais, nesses casos, colocam em destaque o fator destrutivo do ME e denotam certo despreparo e falta de estratégia policial para lidar com o evento.

Em (69) e (70), há referentes uniplexos que são Meta de Processos de violência, o Ator desses Processos não é apresentado. Em (70) um veículo é destruído, mas seus algozes não são revelados. Já em (69), a FSP não aponta possíveis agentes suspeitos por causar a morte do secundarista, mas destaca que o objeto que lhe causou a morte fora uma arma de fogo. Considerando que o jornal evidencia em diversos momentos as “armas” das quais os estudantes fazem uso, como pedras, coquetéis molotov e pedaços de madeira, seria uma tentativa da FSP de gerar uma suspeita no leitor de que essa arma de fogo poderia não advir dos estudantes?

4.2.2.2 Processos Materiais nas reportagens de 1977

Os textos de 1977, conforme veremos também nos outros Processos, costumam apresentar desvios significativos em termos do que ocorre em 1968 e 2011. O primeiro deles se refere à representação de **violência**. Enquanto em 1968, havia 137 instâncias de estudantes e policiais envolvidos em ações de violência, seja como Ator, seja como Meta, ao se somar as ocorrências de FSP e ESP, em 1977, esse número cai para 12 ocorrências. Em outros termos, do total de 177 instâncias de violência representadas nas três sincronias envolvendo os dois grupos de atores sociais mencionados, apenas 7% ocorrem neste ano. É como se a invasão da PUC-SP tivesse sido um procedimento plenamente pacífico, sem uso algum de mecanismos coercitivos.

Muito provavelmente, estamos aqui sob o domínio da atividade censória – antecipando censura ou já tendo sido alvo de censura, os textos passam a esconder a truculência policial ou mesmo a resistência estudantil, em um processo que pode atuar tanto no sentido de manter a imagem de um governo que resolve seus problemas sem ter que apelar para a violência física, quanto no sentido de mostrar a incapacidade de ação efetiva dos estudantes diante do sistema. O que é curioso, contudo, é que a fala dos líderes militares é carregada de violência – em claro contraste com as representações das ações efetivadas –, o que pode revelar algum caminho de

resistência dos periódicos no que tange a denunciar a ditadura. Já exploramos essa dimensão, todavia, na análise dos Processos Verbais na seção anterior. Vejamos, então, alguns exemplos desse envolvimento de policiais e estudantes em violência em 1977:

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

71. *Da operação policial, comandada pelo secretário Erasmo Dias, participaram 900 policiais.* Após o cerco do prédio, **começaram a ser lançadas as bombas**, e *alguns estudantes se feriram* ao **fugir** e ao **pular muros**. O secretário de Segurança ordenou encaminhamento de todos os detidos para uma triagem e posterior envio ao Deops. Quem não fosse aluno da PUC estaria, segundo ele, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. (ESP, 1977, Anexo B.2.1, p. 193)
72. *A estudante Jurema Cursino Troiani Stuppi, da Faculdade de Ciências Sociais da USP, sofreu uma queimadura na mão e ferimentos na perna*, devido à explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo, e **foi conduzida a um Pronto Socorro**, juntamente com outras duas, *Tereza Borcese e Bete*, que **desmaiaram** durante a ação policial. (FSP, 1977, Anexo B.4.1, p. 198)
73. *Esse encontro não se realizou*, como vocês viram, pois **foi reprimido pelas forças policiais**. (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 202)

Nos exemplos (71), (72) e (73), podemos verificar que os estudantes são *Meta* das ações de violência dos militares e, diferentemente do que ocorre em 1968 e em 2011, os jovens não revidam essas ações, na perspectiva dos periódicos. Novamente, pode ser um indício da atividade censória, uma vez que relatar uma atitude do tipo, poderia indicar um enfraquecimento do regime.

Em termos da configuração estrutural dos referentes, verificamos um padrão similar aos textos de 1968: dentre os referentes *Ator*, predomina a **multiplexia** (58,5% no ESP e 67% na FSP) e, dentre os referentes *Meta*, a **uniplexia** (59% no ESP e 90,5% na FSP). Em geral, esses **uniplexos** não estão envolvidos em ações de violência. Dentre os exemplos, destacamos (75), que parece apontar para uma forte preocupação do regime em impedir que os estudantes falem, que tornem público o seu discurso e a sua perspectiva sobre a realidade vigente.

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

74. Por volta das 14h, ao mesmo tempo em que cerca de 1.500 universitários **participavam da Assembléia Metropolitana Estudantil**, no Salão Beta da PUC, no começo da tarde de ontem, um aluno anunciava que o III Encontro Nacional de Estudantes acabava de se realizar. Segundo o estudante, 120 delegados, representando entidades estudantis de diversos Estados reunidos na sala 225 do prédio novo da PUC, haviam decidido criar uma Comissão Nacional Pró-UNE (União Nacional dos Estudantes). A reunião, que poderia durar o dia todo se fosse

realizada abertamente, terminou em menos de três horas, segundo os estudantes, sem conhecimento dos participantes da assembléia metropolitana. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)

75. *A concentração estudantil*, programada para às 20 horas de ontem, não **se realizou**. Um forte contingente militar vindo de Araraquara **cercou** a rua *Marechal Deodoro* no centro da cidade. Guardas armados com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo **entraram** em forma duas vezes à tentativa de cerca de 200 estudantes de **iniciarem** a *leitura de textos e cartas abertas*. (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 201)

4.2.2.3 Processos Materiais nas reportagens de 2011

Os textos de 2011 apresentam como padrão a alta incidência de Processos Materiais de **movimentação** e de **movimento causado**, em total discrepância com a predominância da **transformação** em 1968. Isso já mostra uma tendência de esses textos enfocarem menos na afetação de participantes por entidades externas. Os dados sobre ações violentas deixam isso claro. O campo semântico da violência tem 28 instâncias de participantes, entre Ator e Meta, em 2011, o que representa cerca de 16% do total dessa categoria. Mesmo assim, trata-se ainda da subcategoria de **transformação** mais representada em ambos os jornais. Vejamos alguns exemplos:

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

76. Em *cartazes*, **feitos** dentro dos ônibus da Polícia Militar para onde **foram levados** depois de serem detidos, estudantes escreveram: “Somos acusados de **quebrar e depredar** *as portas que a PM arrombou*”. (ESP, 2011, Anexo C.2.4, p. 214)
77. Raimundo Ribeiro, de 55 anos, estava aflito em busca de informação sobre o estado de saúde do filho, Antonio, de 25 anos, estudante de Letras. Ele disse que *o rapaz sofre de arritmia* e denunciou agressões. “**Deram uma rasteira nele** e **pisaram na cabeça**. É muita humilhação. Precisava disso?”, desabafou. (ESP, 2011, Anexo C.2.4, p. 215)
78. A desocupação teve início às 5h10. Munidos de cassetetes, escudos e armas com balas de borracha, 400 policiais **arrombaram** *um portão que dá acesso à Reitoria* e **foram de encontro aos estudantes**, com apoio aéreo de dois helicópteros Águia. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)
79. 6h16 - Do lado de fora, estudantes protestam contra a operação e **tentam ultrapassar** *o cerco policial*. Um carro da PM tem o vidro danificado. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 222)
80. Mascarados **atacando** *carro da PM* e **usando bomba incendiária** **são retratados em desenho** feito no prédio invadido (FSP, 2011, Anexo C.4.2, p. 219)

É curioso observar, nos exemplos do ESP (76 e 77), que as ações de violência em que a polícia se apresenta como Ator, e os estudantes, como Meta, estão inseridas em discursos

relatados, indicando um distanciamento de posicionamento do veículo midiático. Se, em 1968, a FSP utiliza-se do discurso relatado para denunciar possíveis abusos policiais, o ESP de 2011 faz um caminho distinto: a voz do outro é uma ferramenta utilizada na tentativa de infantilizar o ME. Em (78), há, novamente, a PM como Ator de um processo de violência, que pode ser considerado insignificante, se comparado às ações dos estudantes. Os policiais *arrombaram um portão*, enquanto os estudantes depredam veículos, como apontam os exemplos (79 e 80) da FSP. Além disso, ao se referir aos estudantes como *maskarados* que portam *bombas incendiárias*, em (80), a FSP representa os estudantes como marginais que se escondem.

De modo análogo às outras sincronias, as autoridades universitárias também são praticamente invisibilizadas. A reitoria é ocupada, mas o reitor ou o seu Gabinete praticamente não exercem ação alguma e, definitivamente, não sofrem nenhuma.

Chama também atenção o apagamento de referentes do governo; praticamente só a polícia é representada como referente estatal (98% no ESP e 100% na FSP). Trata-se de aspecto relevante, na medida em que há um deslocamento da importância do movimento estudantil. Enquanto nas outras sincronias, havia agentes do governo envolvidos em ações – como Ator ou Meta – em protestos estudantis, em 2011, sua possível influência não é textualizada. Seria um sinal da internalização da atuação do movimento no âmbito da própria universidade ou seria também uma estratégia de deslegitimação, minimizando sua importância ao não trazer ao texto como governantes ou reitores agiram em relação a eles³⁰?

Processo Material – negrito; Ator – grifo contínuo; *Meta* – itálico; BENEFICIÁRIO – versalete; Lugar (Origem, Percurso, Destino ou Estático) – grifo pontilhado

81. Cerca de 400 policiais, **usando cavalos e até helicóptero**, **retiraram** os invasores *que desde quarta passada* **ocuparam** a reitoria da USP para protestar contra a presença da PM no campus. (FSP, 2011, Anexo C.4.1, p. 219)
82. 6h16 - Do lado de fora, estudantes protestam contra a operação e **tentam ultrapassar** o cerco policial. Um carro da PM tem o vidro danificado. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 222)
83. Polícia **desocupa** Reitoria da USP, mas tensão no câmpus continua (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)
84. Três dias antes da reintegração, *policiais do Choque* **foram treinados**, em sucessivas reuniões, para não responderem a ofensas e provocações. Uma das estratégias foi não **levar armas de fogo**, para evitar uma imagem opressora. O choque **deixou** a USP às 14h30. (ESP 2011, Anexo C.2.4, p. 213)

³⁰ Vimos, anteriormente, que há, sim, agentes do governo representados nos textos, mas especialmente como Dizentes ligados a Processos Verbais.

Em (81), (82) e (84), observamos a operação policial sendo representada como estrategicamente elaborada e organizada, por ambos os jornais, uma vez que a PM vai com um grande contingente (400 policiais) realizar a desocupação da reitoria da USP e se utiliza de equipamentos voltados para grandes operações como *cavalos e até helicóptero*, conforme mostra do exemplo (81); os policiais ainda conseguem efetivar um cerco, do qual os estudantes não conseguem passar (82); e, além disso, há a informação em (84) de que houve um treinamento específico dos policiais da Tropa de Choque para lidar com os estudantes da USP. Essa Representação da polícia se contrasta, quando comparada com a que acontece nos textos de 1968 — sobretudo no ESP —, que transmite a ideia de uma polícia que demorou para se organizar e agir, conforme apontamos em outras seções deste capítulo.

4.2.2.4 Diacronia de Atores e de Metas nas reportagens do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo

Para podermos discutir com maior rigor a diacronia na representação de estudantes, autoridades universitárias, polícia e governo em termos de Processos Materiais, no âmbito intra- e interinstitucional, é relevante apresentarmos os gráficos referentes à identidade funcional de Atores e Metas ao longo do tempo. Seguem os gráficos relevantes:

Gráfico 13

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 14

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 15

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 16

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 17

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 18

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 19

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 20

Fonte: Elaboração própria

Em primeiro lugar, podemos depreender que as autoridades universitárias não tendem a ser representadas em seu aspecto de causação física sobre a realidade em nenhuma das sincronias, especialmente na função de Ator. Subtraídos do âmbito material e destituídos de agência nesse sentido, acabam sendo construídos como incapazes de gerar modificações sobre os acontecimentos, não exercendo poder nem sobre alunos nem sobre a polícia ou o governo.

Em segundo lugar, vemos que, ao longo do tempo, o predomínio dos campos de **transformação**, em especial, **violência**, vai cedendo para os campos da **movimentação** e do **movimento causado**. Em 1977, isso pode ser efeito de antecipação ou de realização de censura, haja vista que uma universidade é invadida sem que, praticamente, se descrevam ações violentas; em 2011, parece ser decorrência de uma representação de que a polícia é capaz de controlar protestos sem usar de violência propriamente dita; o foco acaba sendo de que forma ela restringe a movimentação dos alunos ou os fazem deslocar até a delegacia, controlando suas formas de movimentação e, assim, de ação. Em que medida isso não é uma forma de violência simbólica é algo a ser questionado.

Em terceiro lugar, há um predomínio de Atores violentos ligados a referentes estudantis, especialmente em 1968 e na FSP2011. No ESP2011, ocorre, contudo, o oposto: Polícias são Ator; muitos estudantes são Meta. Isso parece ecoar o discurso de que a polícia deve conter a ação estudantil e de que não há espaço, na universidade, para uma postura de resistência “à

esquerda”, concebida como ridícula e infantil por esse periódico, conforme mostramos na seção anterior.

Em quarto lugar, vemos uma manutenção, ao longo de toda a linha temporal, da associação de Ator com **multiplexia** e de Meta com **uniplexia**, o que sinaliza dois padrões já mencionados: um deles parece exacerbar a violência, na medida em que enfatiza a ação de grupos sobre indivíduos (sejam pessoas, veículos, móveis ou imóveis), e outro parece focar em acontecimentos com consequências negativas para a Meta, como *morrer*, *explodir*, *queimar*, que podem ser construídos na ausência de uma causa externa.

Por fim, vemos uma tendência quase geral de a polícia ser o referente estatal preferencial envolvido nos Processos Materiais, relegando o governo a segundo plano e, portanto, a uma atuação indireta (ou nula praticamente, como no caso de 2011) sobre os acontecimentos, majoritariamente, verbal, conforme também já mostramos em seção anterior.

4.2.3 Processos Mentais

Os Processos Mentais e seus participantes representam cerca de 7,6% das ocorrências do sistema de TRANSITIVIDADE do *corpus*, com baixa disparidade entre os jornais (7,9% na FSP e 7,3% no ESP). Esse baixo percentual parece estar relacionado à natureza dos gêneros informativos, que enfatizam o tratamento de ações e comunicações efetivamente realizadas; logo, não há grande espaço para os aspectos psicológicos envolvidos. Quando instanciados, contudo, revelam as inferências que a voz jornalística faz sobre o universo psicológico dos atores sociais, o que abre espaço para avaliações implícitas.

Os gráficos abaixo representam a incidência de Processos Mentais ao longo do tempo nos dois jornais:

Gráfico 21

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 22

Fonte: Elaboração própria

Em ambos os jornais, em todos os períodos, predominam os Processos Mentais **cognitivos**. O subtipo **emotivo**, por sua vez, parece ser o menos relevante em toda a linha do tempo, com exceção da FSP 2011, em que o número de **desiderativos** é 0. A ênfase nos **cognitivos** permite inferir que a dimensão psicológica digna de notícia consiste nas crenças e

nos conhecimentos dos atores sociais, uma vez que permite ao produtor implicitar avaliações e hipotetizar intenções. Observemos, na sequência, exemplos de cada subtipo, em diferentes periódicos e épocas.

Processo Mental – negrito; Experienciador – grifo contínuo; *Fenômeno* – itálico.
 p = perceptivo; e = emotivo; c = cognitivo; d = desiderativo

85. Depois das 18 horas, o corpo foi transportado para o Instituto Médico Legal, para ser feita a autópsia. Muitos estudantes ali compareceram, deixando claro que **pretendiam**^d logo *a liberação do corpo* para utilizá-lo com proveito político. O diretor do instituto fez **ver**^p, primeiramente, *que a autópsia não poderia ser feita imediatamente*, pois a lei exige uma espera de várias horas. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 164)

86. O Secretário Erasmo Dias, da Segurança Pública, disse, por sua vez, que **desconhecia**^c a reunião de estudantes na Pontifícia Universidade Católica, da qual teriam participado 120 delegados de todos os Estados do Brasil e na qual **teria sido decidida**^c a criação de uma comissão Pró-UNE. (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 202)

87. “Nem na Marcha da Maconha [protesto pela descriminalização da droga] eu **vi**^p tanta gente *doida*”, disse à **Folha** um delegado que trabalhava no flagrante. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 220)

88. *Ofensas, provocações e até leitura de poema cara a cara. Essas e outras tentativas dos estudantes para **tirar os policiais do Choque do sério**^e foram ressaltadas diversas vezes pelo comandante da tropa, três dias antes da ida do efetivo para a USP. “Eles (policiais) já são treinados para agir só mediante comando, mas foi falado para eles não cederem às provocações”, afirmou o major Marcel Lacerda Soffner, porta voz da PM. (ESP, 2011, Anexo C.2.3, p. 211)*

4.2.3.1 Processos Mentais nas reportagens de 1968

Em 1968, predominam tanto na FSP quanto no ESP os Mentais **cognitivos** e **perceptivos**. Contudo, a proporção de Experienciadores é oposta nos periódicos: enquanto na FSP são privilegiados os referentes estudantis (cerca de 60%), no ESP, eles representam apenas 37,5%. Isso pode significar que os jornais estejam privilegiando perspectivas distintas sobre a conceptualização do evento, uma vez que, no ESP, o principal Experienciador é a polícia. Além disso, há, no âmbito do ESP, a preferência por Experienciadores **múltiplexos**, ao passo que a FSP privilegia **uniplexos**; tal tendência, inclusive, pode ser verificada praticamente em toda a linha do tempo. Observemos:

Processo Mental – negrito; Experienciador – grifo contínuo; *Fenômeno* – itálico.
 p = perceptivo; e = emotivo; c = cognitivo; d = desiderativo

89. O policiamento colocado no Mackenzie para a proteção do patrimônio assistiu^p impassível ao conflito, e nessa atitude permaneceu até o início da noite, quando o choque da Força Pública ocupou as duas faculdades. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)
90. “Naquele dia a população queria tomar a “Tribuna da Imprensa” e em frente ao jornal ocorreram cenas como as de agora”. Major Lessa lamentava^e a radicalização das posições políticas dos estudantes e respondia aos repórteres, com delicadeza, que a ocupação dos prédios pela polícia não apresentaria problemas, mas que era preferível chegar-se a uma solução menos drástica. (ESP, 1968, Anexo A.2.2, p. 167)
91. O enterro do secundarista José Guimarães está marcado para às 16h de hoje, mas os estudantes da USP pretendem^d adiá-lo, para transformá-lo numa manifestação de protesto. (FSP, 1968, Anexo A.4.1, p. 175)
92. O estudante José Guimarães – segundo depoimentos de seus familiares e amigos – era um rapaz alegre. **Gostava^e de dançar**, embora não fosse um bom bailarino, de ouvir música da juventude, e de ler. Mas o seu “hobby” preferido era a pintura, a qual se dedicava todas as tardes, quando não trabalhava.
Tinha 20 anos de idade e cursava a terceira série do Ginásio Estadual Prof.^a Marina Cintra. Não **gostava^e de usar ternos, preferindo^e sempre roupas esportivas, mais de acordo com a sua idade e temperamento**.
Não tinha um emprego fixo, mas já trabalhava nos mais diversos serviços, em escritórios, jornais e em fábricas. Ultimamente não estava trabalhando, e passava a parte da manhã pintando a casa da rua Loejgren, 1474, esquina da Coronel Lisboa, para onde tinha se mudado há 5 dias, com sua mãe, d. Madalena Stocowiski e sua irmã Maria Eugênia, de 16 anos de idade. À tarde **dedicava-se^d à pintura de seus quadros abstratos** e, à noite, quando não havia aula, jogava cartas ou **ouviam^p música** com seu amigo Paulo Roberto e outros. (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 181)
93. Agora, os manifestantes estão na praça do Correio, em cima do pontilhão da Av. Prestes Maia. Param uma perua Rural-Willys da Chefia Policial da Zona Norte. É um carro de presos. O motorista leva um soco no rosto e foge. Um investigador, que estava ao lado, avisa os estudantes que há presos na parte fechada do carro e também foge.
Os estudantes não sabem^e, exatamente, se há ou não presos no carro.
Eles não podem ver lá dentro e as portas traseiras do carro, por onde entram os presos, estão trancadas com cadeados. Na dúvida, os manifestantes decidem^e seguir sem incendiar a perua. Limitam-se a escrever frases no carro e a quebrar, com pauladas, todos os vidros.
Quando a passeata vai embora, subindo a Av. São João, o investigador volta com o motorista e, rindo, conta aos populares, que cercam o carro, que não há nenhum preso nele. Esta mentira evitara o incêndio. (FSP, 1968, Anexo A.4.4, p. 184)
94. O presidente da UEE, José Dirceu comandou seus colegas durante todo o tempo, em sua tentativa de entrar no Mackenzie. Deixou o teatro da luta ao **saber^e da morte do secundarista** quando então organizou uma passeata pelas ruas da cidade, aos gritos de “ditadura assassina”. (FSP, 1968, Anexo A.4.3, p. 178)
95. Os presos foram acomodados inicialmente num carro-choque (espinha-de-peixe) e numa perua dos Diários Associados, requisitada na hora. Depois foram transferidos para um ônibus da Viação Bandeirantes Ltda. Nesse momento alguns soldados se descontrolaram^e e agrediram algumas pessoas, mas um tenente interveio, contendo-os, embora partissem algumas provocações de populares. De um prédio chegaram mesmo a atirar um cubo de gelo sobre os militares, mas não os atingiram. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 165)

Em (89), vemos que o verbo de percepção é instanciado para marcar uma atitude de passividade policial, que aponta para uma crítica do ESP em relação a uma suposta indolência desse grupo. Já em (90), temos o acesso ao universo emotivo do Major Lessa por meio do Processo Mental *lamentar*. É interessante destacar que os Fenômenos escopados por verbos emotivos costumam ter estatuto factual. Nesse caso, observamos que a voz autoral considera real o posicionamento do Major de que as posições políticas dos estudantes haviam se radicalizado.

No exemplo (91), o desiderativo *pretender* parece ser instanciado para denegrir a imagem dos estudantes da USP, na medida em que se associa um evento considerado socialmente trágico e delicado – um enterro – a uma dimensão política, o que pode gerar inferências de que tal atitude estudantil seja imoral.

Em (92), ocorre uma série de Mentais **emotivos** e **desiderativos** para caracterizar o estudante José Guimarães, morto durante o protesto. Trata-se de excerto que, aos olhos de hoje, soa estranho ao jornalismo informativo, uma vez que consiste em uma longa descrição de hábitos e preferências do secundarista, em um movimento textual que se assemelha a um perfil.

Os exemplos (93) a (95) ilustram o detalhamento narrativo já mencionado no capítulo 2 e discutido na última seção sobre Processos Materiais. Marcados especialmente por Mentais Cognitivos (93 e 94) e emotivos (95), tais excertos constroem o universo de pensamentos dos estudantes e o universo emocional da polícia para justificar suas decisões e ações. Nos três casos, a deliberação está ligada a atividades de violência, ainda que, no caso da polícia, a violência seja concebida como decorrente de descontrole e, portanto, de não planejamento, suscitada pela provocação popular. Em outros termos, a polícia reage; não age.

4.2.3.2 Processos Mentais nas reportagens de 1977

Em 1977, os Processos Mentais ficam concentrados nos estudantes e no governo, com fortíssimo viés cognitivo (57% no ESP e 60% na FSP). Em termos de configuração estrutural, o ESP mantém o domínio **multiplexo**, enquanto na FSP, ocorre equilíbrio entre as opções **uniplexa** (45%) e **multiplexa** (50%). Vejamos:

Processo Mental – negrito; Experienciador – grifo contínuo; *Fenômeno* – itálico.
^p = perceptivo; ^e = emotivo; ^c = cognitivo; ^d = desiderativo

96. O ato começou às 21 e 30, com a leitura da ata do III Encontro Nacional de Estudantes, cuja a realização fora anunciada por um aluno à tarde, na PUC. Em seguida, os alunos passaram a gritar pela criação da UNE, e quando estava sendo lida uma “Carta à

população”, os manifestantes foram surpreendidos^e pela chegada de 900 policiais em viaturas de três batalhões de choque da PM. No mesmo momento, Erasmo Dias, acompanhado do delegado geral do Deops Romeu Tuma e do comandante da PM Torres de Melo, desceu de uma viatura em frente à universidade gritando “vamos acabar com essa passeata”. Em meio às explosões de novas bombas, que quebraram alguns vidros da frente da universidade, estudantes, funcionários e professores eram retirados do restaurante e de salas de aula e eram levados para o estacionamento - na esquina das ruas Bartira e Monte Alegre - até serem conduzidos em ônibus da CMTC para o quartel do batalhão Tobias de Aguiar. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 193)

97. Egydio decidiu^c não usar LSN (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)

98. “O ato público está proibido”, disse o secretário. “Comícios, passeatas e qualquer tipo de ato público estão proibidos. Todos serão presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Não **aceitaremos^c desafio**. Onde é que estamos?” (FSP, 1977, Anexo B.4.1, p. 198)

O exemplo (96) busca narrar o momento em que o III ENE é encerrado pela chegada da polícia. O uso do Processo Mental *surpreender*, ao mesmo tempo em que revela a percepção da voz autoral sobre o estado psíquico dos estudantes, destaca a atuação policial no sentido de sua eficiência em flagrar a realização de um evento ilegal naquele momento histórico.

É relevante destacarmos a quantificação feita pelo jornal acerca do número de policiais que chegaram à PUC-SP: foram “900 policiais em viaturas de três batalhões de choque da PM”. Tal número destaca a possível gravidade atribuída pelo regime militar à atuação do ME e seu provável ímpeto de silenciar, censurar e barrar qualquer manifestação desses atores sociais e, especialmente, impedir sua reorganização. Diante desse quadro, é curioso o fato de que tais reportagens de fato apresentem baixo índice de Processos Materiais de violência com a polícia como Ator, conforme mostramos na seção anterior.

O exemplo (97) mostra uma decisão do então governador Paulo Egydio que parece ir na contramão da postura policial, sobretudo se considerarmos o posicionamento do Secretário Erasmo Dias, já discutido no âmbito dos Processos Verbais, mas também visualizável no exemplo (98). Enquanto o governador é construído como um ator social que reflete e delibera por não enquadrar os estudantes na Lei de Segurança Nacional (LSN), demonstrando uma postura mais maleável, o Secretário é construído como um ator social autoritário, orientado a fazer valer a qualquer custo as diretrizes do regime militar, o que o coloca em franca oposição a autoridade do governador – “ Todos serão presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional”.

4.2.3.3 Processos Mentais nas reportagens de 2011:

Em 2011, há alta discrepância entre os dois jornais: enquanto na FSP ocorrem apenas 5 Processos Mentais distribuídos entre Experienciadores policiais e estudantes, ocorrem 26 no ESP, o que corresponde a aproximadamente 46% do total de Experienciadores em todos os períodos; desses, 77% são estudantes. Em termos de configuração estrutural, mantém-se a tendência de **multiplexia** no ESP e **uniplexia** na FSP. Vejamos:

Processo Mental – negrito; Experienciador – grifo contínuo; *Fenômeno* – itálico.
p = perceptivo; e = emotivo; c = cognitivo; d = desiderativo

99. Foi também durante a tarde, por volta das 13 horas, que a polícia ofereceu aos detidos no ônibus a oportunidade de sair do veículo - uma das reclamações dos pais dos estudantes, que chegaram logo cedo ao DP. Fazia sol e calor. Mas os alunos, desde as 8 horas dentro dos coletivos, **decidiram**^c *ficar*. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns diziam que seus filhos eram apenas “meninos”. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)

100. A desocupação teve início às 5h10, para **pegar os estudantes de surpresa**^e Munidos de cassetetes, escudos e armas com balas de borracha, 400 policiais arrombaram um portão que dá acesso à Reitoria e foram de encontro aos estudantes, com apoio aéreo de dois helicópteros Águia. “Deita! No chão, com a mão na cabeça!” gritavam os PMs. (ESP, 2011, Anexo C.2.4, p. 209)

101. Ofensas, provocações e até leitura de poema cara a cara. *Essas e outras tentativas dos estudantes* para **tirar os policiais do Choque do sério**^e foram ressaltadas diversas vezes pelo comandante da tropa, três dias antes da ida do efetivo para a USP. “Eles (policiais) já são treinados para agir só mediante comando, mas foi falado para eles não cederem às provocações”, afirmou o major Marcel Lacerda Soffner, porta voz da PM. (ESP, 2011, Anexo C.2.3, p. 211)

102. “Moço, posso dar um beijo na minha mãe?”, perguntou a jovem de 18 anos, estudante de história da USP, ao soldado encouraçado da Tropa de Choque da PM. “Não”, disse o policial. A menina nem **ligou**^e. Correu ao encontro da mãe, estalou-lhe um beijo sonoro na bochecha e voltou para a guarda do PM. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 220)

103. “Nem na Marcha da Maconha [protesto pela descriminalização da droga] eu vi^p *tanta gente doida*”, disse à Folha um delegado que trabalhava no flagrante. (FSP, 2011, Anexo C.4.3, p. 220)

Em (99) e (101), os Processos Mentais parecem construir uma atitude provocativa da parte dos estudantes em relação à polícia, o que pode estar associado à postura do ESP de condenar a ocupação da reitoria e de infantilizar os alunos manifestantes. Já o exemplo (100),

enfoca o preparo da polícia, na medida em que ela é construída como uma corporação que planeja suas ações para evitar um confronto físico direto que lesionasse os alunos. Isso é relevante na medida em que um possível conflito com danos à integridade física dos estudantes poderia reforçar a tese estudantil de que a atuação da PM no *campus* era de fato truculenta e autoritária. Logo, a construção do jornal parece atuar no sentido de evitar que essa representação se consolide.

Por fim, em (102) e (103), as construções com Processos Mentais colaboram para a configuração de um quadro de ridicularização do ME, na medida em que, naquele, a aluna é construída como um agente que ignora a polícia para ir ao encontro da mãe para beijá-la, e, neste, os estudantes são comparados aos integrantes da Marcha da Maconha, atores sociais estigmatizados perante o público leitor da FSP. Isso fica marcado explicitamente pelo uso do adjetivo “doida”, presente na verbiagem do delegado, em uma estratégia que isenta o jornal de responsabilizar-se por tal avaliação.

4.2.3.4 Diacronia dos Experienciadores nas reportagens do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo

A partir da discussão já realizada podemos sistematizar alguns padrões de uso em termos intra e interinstitucionais ao longo do eixo temporal. Para isso é importante observarmos os seguintes gráficos:

Gráfico 23

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 24

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 25

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 26

Fonte: Elaboração própria

Em primeiro lugar, de modo análogo ao que ocorre aos Processos Verbais, há um apagamento sistemático das autoridades universitárias. Reitores e docentes praticamente não estão envolvidos em Processos Mentais; no ESP, o número é de fato 0. Três hipóteses podem explicar o fenômeno: a invisibilização pode ser estratégica no sentido de: 1. evitar um posicionamento pró-estudantes em 1968 e 2011, principalmente; 2. evitar a associação entre o comportamento estudantil e a instituição universitária; 3. Evitar a exposição dos docentes e reitores em relação a censura e a repressão na ditadura.

Em segundo lugar, vemos um decréscimo — mais intenso na FSP — da dimensão desiderativa em ambos os periódicos, ao longo do tempo. Isso parece indicar uma tendência a minimizar ou mesmo ocultar quais seriam os desejos e as intenções dos estudantes com o movimento, bem como os objetivos das práticas realizadas.

Em terceiro lugar, é relevante destacarmos que, em 1977, com exclusividade na FSP, ocorrem apenas 2 Experienciadores policiais (cerca de 8,3 % do total dessa subcategoria), em um grande apagamento desses atores sociais. É como se os atores que efetivam a invasão da PUC-SP não estivessem psicologicamente envolvidos com o acontecimento. Assim, os policiais acabam sendo construídos de uma maneira instrumentalizada.

Em quarto lugar, a estabilidade da dominância da **multiplexia** no ESP confirma a tendência do periódico, já apontado nos Processos Verbais, de optar por generalizar as representações seja em termos de falas, seja em termos de sensações, crenças, desejos e percepções. A tendência **uniplexa** da FSP parece buscar ressaltar narrativas individuais que

servem de exemplo do que ocorre no movimento, o que pode gerar um efeito de dramatização que, em 2011, promove ridicularização e infantilização.

Por fim, destacamos o fato de que a representação psicológica dos estudantes, em ambos os jornais, desloca-se de um plano seriedade para deboche, esvaziando a legitimidade e a importância da prática contestatória do ME.

4.2.4 Processos Relacionais

Os Processos Relacionais e seus participantes totalizam cerca de 9,3% das instâncias do sistema de TRANSITIVIDADE do *corpus* com diferença praticamente irrelevante entre os jornais (9,2% na FSP e 9,33% no ESP). De modo análogo aos Processos Mentais, sua baixa incidência está relacionada a natureza informativa dos gêneros em análise. Dentre os seus subtipos predomina, em ambos os periódicos, e em toda extensão temporal os Processos Intensivos; dentre esses, os atributivos correspondem a mais de 90% das ocorrências. Focalizaremos, assim, apenas tal categoria.

Seguem abaixo os gráficos pertinentes:

Gráfico 27

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 28

Fonte: Elaboração própria

Considerando sua baixa incidência geral, e a dificuldade de sistematizar padrões, uma vez que a significação deriva especialmente do lexema que assume a função de **atributo**, partiremos diretamente para as considerações diacrônicas, focando na natureza dos **atributos** em relação, principalmente, aos Portadores que são estudantes, policiais e governantes.

4.2.4.1 Diacronia dos Processos Relacionais Intensivos nas reportagens do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo

Iniciemos pelos exemplos de 1968:

Processo Relacional – negrito; **Portador/Possuidor/Existente** – grifo contínuo;

Atributo/Possuído – itálico; ATRIBUIDOR – versalete.

^a = atributivo; ⁱ = identificativo; ^p = possessivo; ^e = existencial; ^c = circunstancial

104. Nas primeiras horas da noite, projeteis de todo o tipo eram ainda lançados, embora os alunos da Faculdade de Filosofia, temerosos da ação policial, dela tivessem saído. Os estudantes da USP estavam^a encurralados na rua Maria Antônia e só conseguiram escapar pelos fundos da Filosofia, atingindo a rua Dr. Villa Nova. A polícia – à exceção de 3 guardas civis – esteve^a completamente ausente até às 21 horas, quando dezenas de milicianos da Força Pública ocuparam o prédio. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 162)
105. Professores do Mackenzie afirmaram que os estudantes da USP estavam^a armados com armas de fogo, e que o prof. Ariosto Giaquinto, da Economia, quase foi atingido por uma bala de calibre 45, quando estava no pátio da Universidade. (ESP, 1968, Anexo A.2.1, p. 166)

106. Um número não totalmente definido de estudantes **ficou**^a ferido a bala e pedradas. Após a morte do jovem, alunos da USP realizaram em sinal de protesto, uma passeata pela cidade, marcada pela violência, e durante a qual incendiaram quatro carros do governo do Estado e depredaram mais dois. (FSP, 1968, Anexo A.4.1, p. 175)

Em 1968, os processos de atribuição são responsáveis por avaliar o comportamento dos distintos grupos de atores sociais, especialmente, no que se refere aos contextos de violência. Em (104), o **atributo** *encurralados*, aplicado ao Portador *os estudantes da USP* descrevem narrativamente a situação dos alunos diante dos constantes ataques dos mackenzistas. É interessante ressaltar que o mesmo seguimento avalia o Portador *a polícia* com o atributo *completamente ausente*, o que permite inferir um posicionamento do ESP crítico a inércia policial. No segmento (105), há uma curiosa inversão do enquadramento: agora são Portador *os estudantes da USP*, que são qualificados como *armados com arma de fogo* que ameaçam dos mackenzistas. Devemos destacar que diferente do segmento (104), tal atribuição é realizada no âmbito do discurso relatado do Dizente *professores do Mackenzie*, o que pode atuar como uma autoridade para fortalecer a veracidade do dito. Por fim, em (106), o **atributo** *ferido* é instanciado para caracterizar a extensão dos danos físicos do protesto. Logo, o que vemos é uma tendência a que os **atributos** indiquem estados associados à instrumentalização, à forma, à causa ou à consequência da violência.

Em 1977, o valor absoluto de ocorrências cai significativamente. Os Processos envolvem fundamentalmente os referentes governamentais, seja como Portadores ou Atribuidores. Vejamos os exemplos:

Processo Relacional – negrito; Portador/Possuidor/Existente – grifo contínuo;
Atributo/Possuído – itálico; ATRIBUIDOR – versalete.
^a = atributivo; ⁱ = identificativo; ^p = possessivo; ^e = existencial; ^c = circunstancial

107. No final da operação, que ERASMO DIAS **classificou**^a como “ação de combate”, o próprio secretário justificou o enquadramento dos presos na Lei de Segurança Nacional “estão brincando comigo. Minha ordem foi desobedecida e isso não pode ficar assim”. Após a triagem, feita na madrugada, os presos começaram a ser encaminhados ao Deops. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)
108. Dizendo-se satisfeito pelo fato de **não ter havido**^e violência, Egydio reiterou **continuar**^a *aberto ao diálogo com os estudantes*. (ESP, 1977, Anexo B.2.2, p. 194)
109. Às 22h40, o secretário se dirigiu aos detidos no estacionamento, utilizando um megafone: “Vamos proceder a uma triagem. Os que são da USP, estão^a *presos*. Os professores e os que não são estudantes serão liberados agora. Os estudantes da PUC que não tiverem^p *antecedentes* também estão liberados. Os demais ficarão^a *presos*.” (FSP, 1977, Anexo B.4.1, p. 198)
110. O Governador Paulo Egídio Martins disse ontem que o Movimento Estudantil do dia 21 “mostrou que os universitários têm^p *responsabilidade*” e que, por isso, não precisou enquadrá-

los na Lei de Segurança Nacional”, embora todos estivessem^a *sujeitos ao artigo 13 da LSN*”. (FSP, 1977, Anexo B.4.2, p. 202)

Em (107), o secretário Erasmo Dias atua como um Atribuidor que qualifica o Portador *operação* — referindo-se a invasão da PUC-SP— por meio do **atributo** *ação de combate*, contribuindo para a elaboração de um discurso bélico, que opõe o governo, construído como representante da ordem, e os estudantes, entendidos como subversivos e ameaçadores. O ESP constrói, assim, uma imagem autoritária de Erasmo Dias que acaba se chocando com aquela construída sobre o governador Paulo Egydio. De modo similar, ao que ocorreu textualmente como o Secretário, Paulo Egydio é elaborado como Atribuidor e Portador do **atributo** aberto do diálogo com os estudantes, o que gera o efeito de que o governador atua como um mediador de conflitos, como um agente político democrático disposto a ouvir e a conversar e não a restringir a liberdade.

Na FSP, embora por recursos distintos ligados à construção dos Processos Relacionais, alcança-se efeito similar: contrapõem-se os discursos do governador e do secretário, construindo aquele no polo da diplomacia e da flexibilidade, e este, no polo do autoritarismo, conforme já explicitado na análise dos outros Processos em seções anteriores. Isso parece conduzir à hipótese de que os jornais poderiam estar tentando mostrar que não havia uma homogeneidade de pensamento e postura dentre os atores que estavam à frente da ditadura.

Em 2011, o número absoluto de ocorrências volta a crescer, mas praticamente restrito ao ESP. As atribuições são basicamente orientadas aos estudantes e à polícia. Vejamos alguns exemplos, todos do ESP:

Processo Relacional – negrito; Portador/Possuidor/Existente – grifo contínuo; *Atributo/Possuído* – itálico; ATRIBUIDOR – versalete.

^a = atributivo; ⁱ = identificativo; ^p = possessivo; ^e = existencial; ^c = circunstancial

111. Foi também durante a tarde, por volta das 13 horas, que a polícia ofereceu aos detidos no ônibus a oportunidade de sair do veículo - uma das reclamações dos pais dos estudantes, que chegaram logo cedo ao DP. Fazia sol e calor. Mas os alunos, desde as 8 horas dentro dos coletivos, decidiram ficar. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns diziam que seus filhos eram^a *apenas “meninos”*. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)
112. “Aqui a gente pode fumar e ver o céu. A gente não *é*^a *bandido*. Isso é um ato político”, disse Felipe Blanco, de 23 anos, sentado no banco do motorista do ônibus da PM. (ESP, 2011, Anexo C.2.2, p. 209)
113. Enquanto isso, a cúpula da Secretaria Pública do Estado se reunia na posse do novo comandante da Tropa de Choque de São Paulo, César Morelli. Ele aprovou a ação dos comandados”. A Tropa *foi*^a *vencedora*”, ressaltou. (ESP, 2011, Anexo C.2.3, p. 211)

114. O governador elogiou a atuação da PM, que evitou confronto. “A Polícia Militar mostrou^a mais uma vez *sua competência*.” (ESP, 2011, Anexo C.2.4, p. 216)

Em primeiro lugar, é relevante apontarmos que, em 2011 há um alto grau de desresponsabilização autoral diante das atribuições construídas, conforme podemos notar no conjunto de exemplos acima em que os Processos Relacionais estão todos encaixados em verbiagens. Em (111), são *alguns pais* como Dizente-Atribuidor que avaliam o Portador *seus filhos* com o atributo *apenas “meninos”*; em (112) é o Dizente-estudante Felipe Blanco que é responsável por atribuir o estatuto de *não bandido* ao Portador *agente*, e o estatuto de *ato político* ao Portador *isso*, referindo-se à ocupação da Reitoria.

Não poderíamos deixar de destacar, nesses segmentos, o uso das aspas no termo *meninos*, sinalizando um distanciamento da voz autoral em relação a essa categorização, indicando que não se filia a esse discurso. Assim, o jornal acaba avaliando implicitamente o movimento: por um lado, atribui-lhes responsabilidade pela ocupação, processo relevante para consolidar o discurso de criminalização que atravessa o texto; por outro lado, infantiliza o grupo ao usar a própria palavra dos pais para avaliar os filhos, de tal maneira que o movimento todo poderia ser interpretado como “molecagem” ou “peraltice”, logo eles não poderiam ser representados como adultos. Um possível efeito visado dessa construção pode ser a descredibilização do movimento como um todo, como se ele não fosse algo sério e digno de atenção pública.

Em (113) e (114), por sua vez, as atribuições se voltam à construção da imagem positiva da polícia. Os atributos *vencedora* e *sua competência*³¹, atribuídos à polícia, são gerados a partir do discurso de dois Atribuidores com reconhecida autoridade social e política – o comandante da Tropa de Choque e o governador Geraldo Alckmin, respectivamente –, o que permite ao veículo isentar-se de uma responsabilização direta por tais avaliações. Nesse sentido, o discurso do ESP parece privilegiar **atributos** que ridicularizam os alunos, ao passo que exaltam a polícia.

Por fim, podemos ressaltar que, ao se valer do adjetivo *vencedora*, o comandante da Tropa insere a ação policial no âmbito de um jogo ou de uma guerra, em que há objetivos, rivalidades, batalhas, estratégias, ganhadores e perdedores. Em que medida é legítimo tratar estudantes e policiais como membros de exércitos ou times opositores e conceber uma ocupação – independente dos seus propósitos – como um jogo ou uma guerra em que há ganhos e perdas

³¹ Trata-se de atributo não prototípico derivado do uso do verbo *mostrar*. Quando se afirma que a Polícia Militar mostrou sua competência, o efeito é análogo ao de se afirmar que ela foi competente durante sua atuação.

que implicam a integridade física e psíquica de estudantes? Contudo, em um contexto em que os alunos são crianças, pode ser apenas mais uma vitória no jogo da vida...

Isso posto, o que podemos concluir é que, por um lado, os processos intensivos atributivos tendem a não ser claramente assumidos pela voz autoral, relegando-os a verbiagem de Processos Verbais; por outro lado vemos que, enquanto em 1968 e 1977, as atribuições focavam nos estados pontuais assumidos pelos atores durante o protesto, em 2011 focam-se em características supostamente mais instáveis, especialmente ao que se refere ao caráter e identidade dos estudantes. É só em 2011 também que as atribuições ridicularizam o ME; em 1968, o discurso de oposição à manifestação do ESP não infantiliza, nem ridiculariza os estudantes.

Conclusão

Nesta dissertação, tivemos como objetivo analisar a representação dos principais atores sociais (estudantes, policiais, governantes, reitores e professores) envolvidos no processo narrativo de reportagens do Estado e da Folha de S. Paulo, acerca de três acontecimentos de impacto midiático protagonizados pelo ME paulista. São eles os episódios conhecidos como *Batalha da Maria Antonia*, em 1968; *Invasão da PUC-SP*, em 1977; e *Reintegração de Posse da Reitoria da USP*, em 2011.

A escolha de se trabalhar com esse *corpus* deve-se, principalmente, a dois motivos: o primeiro deles diz respeito ao fato de que o Movimento Estudantil — na condição de grupo político mediador da classe estudantil — ocupou, ao longo de sua trajetória, um papel de relevante influência no que tange à política e história nacional, em diversos momentos, sobretudo a partir da década de 1960; o segundo motivo envolve uma preocupação nossa com o fato de que existem inúmeros estudos, no âmbito da História Social acerca da temática do Movimento Estudantil, mas no que concerne ao campo dos estudos linguísticos-discursivos, as pesquisas ainda se apresentam em caráter incipiente (FREITAS, 2010; GOMES 2004; GONÇALVES SEGUNDO, 2016a; SANTO, 2006), principalmente, quando se pensa na dinâmica representacional, sob um olhar pautado no transcorrer do tempo, em diferentes mídias.

Explorar tal temática pelo ponto de vista dos estudos linguísticos-discursivos se mostra pertinente, na medida em que é por meio da linguagem que os atores sociais são identificados, estereotipados, valorizados ou desvalorizados e que suas ações são legitimadas e deslegitimadas. Nesse sentido, por meio de uma união entre os estudos linguístico-discursivos e sócio-históricos, procuramos alcançar um maior entendimento acerca do significado dos protestos estudantis no Brasil, ao longo do tempo, principalmente no que se refere aos ocorridos no Estado de São Paulo, lugar que foi palco de grandes protestos estudantis, no período militar, e que continua sendo polo de influência e cenário de diversas manifestações na atualidade.

Em termos metodológicos, iniciamos por uma análise quantitativa e qualitativa sincrônica comparativa entre as reportagens dos dois periódicos. Na sequência, procuramos traçar aspectos de evolução discursiva no que tange à representação da atuação do Movimento Estudantil segundo o olhar do jornalismo paulista, através de uma análise correlativa entre padrões linguísticos e fatores histórico-contextuais. Por esta razão, como arcabouço teórico optamos por utilizar aportes da História Social, da Semiolinguística e da Linguística Sistêmico-Funcional. Esse diálogo nos permitiu encontrar soluções para nossos questionamentos iniciais, que permearam todo o desenvolvimento dessa pesquisa.

Tais questionamentos materializaram-se nas cinco perguntas que fundamentaram o direcionamento de nossas análises:

- i. Quais atores sociais são construídos, nos textos, como participantes dos acontecimentos relatados?
- ii. Como esses atores sociais e as práticas por eles realizadas são representados por ambos os periódicos?
- iii. Existem diferenças, no que concerne a essas representações, entre os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, numa perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica?
- iv. Há diferenças mobilizadas pelo contexto sócio-histórico na construção discursiva do Movimento Estudantil e dos outros atores envolvidos nas manifestações?
- v. Que efeitos discursivos podem ser hipotetizados a partir dos padrões e das variações encontradas?

Como resposta à primeira dessas questões, depreendemos que houve relativa estabilidade representacional, uma vez que, nos três períodos, foram representados como atores sociais centrais dos acontecimentos estudantes e agentes governamentais (policiais e dirigentes políticos) e, como atores secundárias, as autoridades universitárias, os pais dos estudantes e algumas testemunhas dos eventos narrados.

Em relação à segunda e à terceira perguntas, podemos afirmar, com relação aos atores sociais estudantes, que, ao longo do tempo, em ambos os periódicos, sua representação se modifica ao ponto de serem opostas em alguns fatores. Em 1968, os estudantes são majoritariamente Atores e, ao mesmo tempo, Metas dos Processos Materiais de **violência**. Suas ações são descritas de modo minucioso e, em alguns casos, seus atores sociais são individualizados e alvo de descrições detalhadas, como no caso de José Dirceu e do secundarista que morrera assassinado. No que concerne ao ESP, há um forte apelo para a contenção dos estudantes, por intermédio de uma ação policial que, segundo o periódico, deveria ser mais eficiente. Já na FSP, as ações de José Dirceu são relatadas com um alto grau de dramatização, o que pode sugerir um posicionamento positivo da FSP em relação aos estudantes. Outro fator que pode denotar tal simpatia com a causa estudantil se dá por meio a inserção do discurso relatado, em que testemunhas oculares denunciavam determinadas ações policiais abusivas. Em 1977, tanto na FSP, quanto no ESP, os Estudantes são praticamente Dizentes, o nível de incidência como Ator ou Meta é baixo, o foco das reportagens se dá nas ações e falas de representantes militares sobre as ações estudantis. Já, em 2011, novamente há uma mudança significativa na representação, que é consoante nos dois periódicos: os estudantes, por meio de discurso relatados de policiais e de alguns pais, são infantilizados, e suas causas, diminuídas.

Em relação às autoridades universitárias, vemos que essas possuem um papel pouco relevante, ao longo do tempo, em ambos os jornais, uma vez que basicamente aparecem em Processos Verbais, atuando como Dizentes, porém limitando-se a responder perguntas. Esse aspecto parece se intensificar com o passar do tempo, uma vez que, em 2011, não há a inserção de nenhuma autoridade universitária que pertença a USP, local que foi palco das manifestações estudantis retratadas.

Finalmente, no que diz respeito aos agentes Estatais (governo e polícia), observamos que sua representação se modifica ao longo do tempo. Em 1968, vemos largamente a inserção de atores sociais governamentais como Dizentes, comentando os acontecimentos e suas decisões. Em termos de processos Materiais, em 1968, é relevante a situação em que polícias aparecem como Meta de **violência** cometida por Atores estudantes, seja com relação aos próprios indivíduos, como com relação aos seus veículos. Isso, sobretudo, é destacado no ESP de 1968, que critica as ações policiais, tidas como lentas e permissivas, sendo um dos fatores aos quais se atribui o agravamento dos acontecimentos. Em 1977, no entanto, destaca-se a representação autoritária da polícia, por intermédio do discurso relatado do Secretário de Segurança Erasmo Dias. O uso do discurso relatado, neste caso, se mostra eficiente para uma possível denúncia do comportamento dos integrantes do regime militar, na medida em que o jornal se exime de responsabilidade pelo dito. Tal recurso se mostra estratégico, perante o contexto de censura midiática do período, uma vez que a utilização de modos mais diretos, como pela inserção dos Processos Materiais de **violência**, poderia acarretar em interdição das reportagens. Ainda sobre 1977, é interessante observar o contraste entre a imagem de Erasmo Dias e do governador Paulo Egydio: se, de um lado, o primeiro se mostra como uma figura beligerante; do outro, o segundo se mostra mais flexível e aberto ao diálogo com os estudantes. Isso indica uma contradição do próprio regime, uma vez que se iniciava o processo de abertura para a redemocratização. Em 2011, há poucas falas de membros governamentais nas reportagens, o que pode indicar uma possível diminuição da importância social dada às ações estudantis pelas autoridades e pelos jornais.

Em termos sincrônicos, a FSP e o ESP divergem, em 1968, em muitos aspectos referentes à representação de Estudantes e Policiais. Nas reportagens desse ano, os estudantes são retratados de forma mais séria e elevada, pela FSP; já, pelo ESP, são vistos com preocupação e com necessidade de serem contidos pelos polícias. Esses, por sua vez, são alvo de crítica no ESP, pelo seu suposto atraso em ter ações mais enérgicas para conter as ações estudantis; já a Folha os retrata de modo mais ativo e, por algumas vezes, até mais violento. No que diz respeito aos governantes, as representações não divergem de modo muito significativo.

Nos anos de 1977 e 2011, as reportagens dos dois jornais criam representações mais consoantes: tanto a FSP quanto o ESP, em 1977, silenciam os estudantes e os policiais, enquanto atribuem aos governantes falas mais enérgicas; em 2011, os estudantes são representados como jovens imaturos, os governantes pouco aparecem, e os policiais são vistos como cumpridores de seu dever perante a sociedade.

Diacronicamente, as modificações representacionais são mais sensíveis: de modo geral, nos dois periódicos, os estudantes e suas ações são representados, em 1968, de forma mais séria, tendo como destaque o seu engajamento político no contexto histórico então vigente. Em 1977, a mesma seriedade é aplicada, ainda com maior silenciamento, para, por fim, passarem a ser caracterizados como pessoas mimadas e infantis em 2011. Quanto aos policiais e aos governantes, em 1968, a FSP, por meio da voz de testemunhas, questiona algumas de suas ações contra os estudantes; já o ESP faz críticas diretas à ação policial, considerando-a lenta. Em 1977, nos dois jornais, a voz da polícia diminui e os Governantes e suas falas tomam espaço. Em 2011, as falas dos policiais, com questionamentos e apontamentos, são inseridas para atribuir à ocupação da Reitoria da USP pelos estudantes um caráter cômico e absurdo. Isso mostra que, de alguma forma, a construção discursiva do ME e demais atores na FSP e do ESP passou a ser mais convergente com o passar do tempo.

Desse modo, respondendo à quarta pergunta, podemos afirmar que o contexto histórico é um fator extremamente relevante para a construção discursiva do Movimento Estudantil e dos outros atores envolvidos nas manifestações. Isso se dá não só pela formatação dos textos jornalísticos dos anos 1960 e 1970, que se diferem da estrutura dos textos de 2011 — sendo os primeiros mais descritivos e narrativos, aproximando-se da esfera literária, e os últimos mais expositivos, conforme influência dos veículos informativos digitais —, mas também pela influência da situação política de cada época. Cabe lembrar que, durante boa parte do período militar, a mídia foi alvo de censura, o que influencia diretamente em sua produção, uma vez que é preciso pensar na figura do agente censor como intermediária no processo de recepção de suas produções, de modo que as elaborações representativas dos diversos atores sociais acabam sendo atingidas. Nesse sentido, é fundamental termos nos debruçado sobre o contexto histórico de cada período para que, com isso, pudéssemos compreender, de forma mais detida, os discursos analisados.

No que tange à última pergunta, podemos hipotetizar que os modos de representar as manifestações estudantis parecem orientadas a chocar a opinião pública, embora por razões distintas: em 1968, pela grandiosidade da Batalha da Maria Antonia, pelos resultados catastróficos construídos textualmente ou ainda pela bravura da resistência dos estudantes (em

especial, no relato da FSP sobre os estudantes da USP); em 1977, pelo discurso autoritário de Erasmo Dias em contraponto à diplomacia do governador Egydio e pelo potencial estranhamento ligado ao silenciamento estudantil e à minimização na representação de práticas de violência física; em 2011, pela construção infantilizada dos estudantes, representados como dependentes e baderneiros, destituídos de causas reais para protestos, contrapondo-os à representação dos policiais, esses, sim, punidos por terem de lidar com tais atores mimados.

O choque parece justificar-se, uma vez que, no primeiro caso, focam-se as consequências destrutivas das ações perpetradas, seja por policiais ou por estudantes; no segundo, a truculência e o silenciamento; no último, o absurdo tanto do protesto quanto de seus realizadores.

Ademais, os resultados do comparativo diacrônico nos levam a questionar se as mudanças discursivas indicam que a tolerância às ações praticadas pelo ME — e a outros movimentos sociais —, que possuem característica de se posicionar contra determinadas decisões de governos em exercício, passou a ser menor se comparada à que ocorria no Regime Militar; uma vez que apesar da existente proibição a esses movimentos nos períodos de publicação das reportagens de 1968 e de 1977, suas representações não são ridicularizadas e infantilizadas, como ocorre nos textos de 2011. Isso seria, portanto, apenas consequência de uma diminuição do número de ações políticas de impacto realizadas pelo ME, tendo em vista a abertura política advinda da redemocratização? Seria reflexo de uma sociedade que, apesar de ter passado por inúmeros traumas no período Militar, incorporou e mantém resquícios dos discursos propagados pelo governo daquela época? Ou ainda seria uma forma de a mídia minar a credibilidade de um movimento historicamente resistente a políticas públicas não progressistas, controlando, assim, a imagem desses atores diante da opinião pública e, portanto, o alcance dos seus projetos?

Isso posto, ressaltamos que, ao considerarmos o contexto de polarização social e política que o Brasil vivencia nos últimos anos — mais especificamente, desde as eleições presidenciais de 2014 —, estudos como este mostram-se pertinentes, uma vez que algumas questões que permeiam as temáticas que envolvem o Regime Militar, como a atuação e a representação dos atores sociais envolvidos naquele período começam ser questionadas, e, por muitas vezes deturpadas, por conta do distanciamento histórico e de possíveis interesses ideológicos. Assim, como analistas do discurso, não podemos nos mostrar indiferentes a tais fenômenos e devemos nos debruçar com seriedade em nosso papel de averiguar, compreender, questionar e resgatar o nosso objeto de estudo para que possamos compreender a formação discursiva e seu real impacto histórico-social.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa contribuiu para o desenvolvimento dos estudos socio-discursivos, lançando luz a diferenças constitutivas entre a representação de atores sociais, em períodos sócio-históricos distintos, abrindo espaços para estudos voltados a compreensão da diacronia representacional.

Referências

ABREU, Monique Oliveira. **Governo João Goulart e a Efetivação do Golpe de Estado no Brasil: 1961-1964**. Universidade Federal de Juíz de Fora. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História. Juíz de Fora: 2011.

ALVES, Carolina Assunção e. Narrar e descrever: modos de organização do discurso no filme narrativo de ficção. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 181-205, jan./jun. 2014.

ARÚS, Jorge, LAVID, Julia & ZAMORANO-MANSILLA, Juan Rafael. **Systemic Functional Grammar of Spanish. Volume I**. London/New York: Continuum, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do Discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Andreza. O movimento estudantil brasileiro: do início da década de 1990 a 2001. In: GROppo, Luís Antonio; ZAINdan FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 53-65, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours: éléments de sémiolinguistique**. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In.: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 1127, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da equipe de tradução Angêla M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 2ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick **Discurso das mídias**. Trad. Angêla M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Kemesu. 3ed. São Paulo: 2014.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista memento**. v. 05, n. 2, julho-dezembro de 2014.

CORTE, Simone Dalla. **Modos de Organização do Discurso e Representação de um Governo Latino Americano no gênero reportagem**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria: 2009.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SOUZA. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

FREITAS, Ernani Cesar de. Cultura, linguagem e trabalho: comunicação e discurso nas organizações. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 7 - n. 1 - p. 104-126 - jan./jun., 2011

FREITAS, Natalia Santos. **As reformas da universidade pública brasileira e o movimento estudantil: uma abordagem discursiva**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de

Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2010.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GOMES, Manoel Rosa. **A Greve Estudantil de 1979 em jornais impressos do Maranhão - Índícios do suporte para a Leitura do movimento**: caminhos de análise. Dissertação de Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa instituição de ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/araraquara, 2004.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso, cognição e corporeamento: a Dinâmica de Forças na resistência dos secundaristas à reorganização escolar em São Paulo. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto et al. (org.). **Discurso e Linguística**: Diálogos Possíveis. 1 ed. São Paulo: Paulistana, 2016a, v.1, p. 230-244. Disponível em: <http://eped.fflch.usp.br/node/21>

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Engajamento e processamento discursivo: diálogos entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Cognitiva. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), v. 45, n. 1, p.153-169, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.704>

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. **Estudos Linguísticos**, n. 43, v. 3, p. 1282-1297, set-dez, 2014a. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/523>

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Indignação e culpa em cartas do leitor da Folha de São Paulo: um estudo sobre a construção discursiva da tragédia de Santa Maria. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 63-93, jan./jun. 2014b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/83493>

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas**: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/T.8.2011.tde-25042012-161141>

GUIA, Marx Paulo Vargas da. **Memória e esquecimento na censura às publicações impressas no período do AI-5**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Rio de Janeiro, 2014.

HALFELD, Paula Crespo. O modo de organização enunciativo no gênero blog e adiversidade contratual. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 07, nº 01, jan/jul, 2015.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. **Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed.. London: Hodder Arnold, 2004 [1985].

HALLIDAY, Michael. Methods – techniques – problems. In: Halliday, Michael; Webster, Jonathan (org.). **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, p. 59-86, 2009.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1993.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, no.4, p.3-12, Dez., 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 1. ed. rev.- São Paulo: Boitempo, 2012.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas Considerações sobre a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. In: **Movimentos de um percurso em análise do discurso: Memória Acadêmica do Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG**. Belo Horizonte, 2005.

MATHIAS, Simão; et. al. **Os acontecimentos da Rua Maria Antonia (2 e 3 de outubro de 1868)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1988.

MATTHIESSEN, Christian. Ideas and new directions. In: Halliday, Michael; Webster, Jonathan (org.). **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, p. 12-58, 2009.

MENDES JUNIOR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 1 ed. p. 87-95, 2016.

NUNES, Edson. Movimentos populares na transição inconclusa. **Lua Nova: Cultura de política**, p. 87-94, v. 4, jul.-set., 1987.

O'DONNELL, Michael. **The UAM Corpus Tool**: Software for corpus annotation and exploration. In: BRETONES CALLEJAS, Carmen et al. (org.) **Applied Linguistics Now: Understanding Language and Mind / La Lingüística Aplicada Hoy: Comprendiendo el Lenguaje y la Mente**. Almería: Universidad de Almería, p. 1433- 1447, 2008.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 8 - n. 1 - p. 49-70 - jan./jun., 2012.

RAMOS, Daniele Gross. Percepção, compreensão e humanidade: os atos de linguagem e seus sujeitos. **Revista Rumores**. 2ed., s.p., Janeiro-junho de 2008. Disponível em: <<http://www3.usp.br/rumores/artigos2.asp?cod_atual=126>> (Acesso em 02/02/2016).

REZENDE, Graciele Silva; MELLO, Renato de. O modo de organização enunciativo nas publicidades da Nova Schin. **Múltiplas perspectivas em Lingüística**. José Sueli de Magalhães, Luiz Carlos Travaglia (organizadores). Uberlândia: EDUFU, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974. Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 141-152, 2006.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 – 1984**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2007.

SANTO, Márcio Gama do Espírito. **O dialogismo nas teses políticas do movimento estudantil**. Dissertação de Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SANTOS, Jordana de Souza. **A atuação das tendências políticas no Movimento Estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da Ditadura Militar dos anos 70**. Marília: UNESP. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28, 2004.

Anexos

Anexo A – Reprodução dos textos sobre a Batalha da Maria Antônia (1968)

SEXTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 1968

O ESTADO DE S. PAULO — 9

Polícia ocupa as ruas e faculdades

Força efetua prisões

Às 15 horas, um ônibus repleto de estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, que estavam indo para o DOPS, foram detidos na rua. Os estudantes, ao chegarem ao DOPS, foram imediatamente liberados. Retornaram então, como de costume, ao prédio da Faculdade de Filosofia. A polícia, ao perceber que os estudantes estavam em serviço, na cobertura das faculdades, foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Do alto do prédio, os estudantes atiram caibros

Diante da Faculdade de Filosofia, a batalha deixou sua marca

A Polícia, ao longe, contempla os destroços na rua

É a passadeira que começa a sua tarefa de destruição

Viatura da RP foi incendiada pelos estudantes na av. S. João

É o assalto final — a intervenção que tardou

Depois de 10 horas de autônoma batalha, que levou ao pânico e até ao descrepito dos moradores da rua Maria Antonia e os pais dos estudantes que se digitalizavam, a polícia de São Paulo afinal interveio, ocupando as duas Universidades. Já não havia nenhum estudante dentro da Faculdade de Filosofia e os que estavam ainda na rua, trocando pedradas com os mackenzistas, tiveram que fugir. A ocupação pelo pelotão de choque da Força Pública foi feita às 21 horas, havendo mais de 300 estudantes dentro do Mackenzie.

Quando os estudantes de Filosofia correram da Filosofia, a polícia não hesitou em usar a força. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Alguns jornalistas chegaram perto e foram agredidos por esses estudantes, que gritavam "fora a imprensa", "fora a imprensa". Um repórter foi atingido por uma pedra e perdeu o sentido, sendo retirado do local sem suas próprias coisas.

A polícia não hesitou em usar a força. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Antes da ocupação, os mackenzistas haviam incendiado a Faculdade de Filosofia, e os estudantes haviam trocado pedradas com a polícia. A ocupação foi feita às 21 horas, havendo mais de 300 estudantes dentro do Mackenzie.

portão, atravessou a rua e tentou incendiar a porta principal da Faculdade de Filosofia. A polícia não hesitou em usar a força. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Depois, a polícia chegou à Faculdade de Filosofia. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Com a chegada da Força Pública, os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Com a chegada da Força Pública, os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

 

Com a chegada da Força Pública, os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Com a chegada da Força Pública, os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS. Os estudantes foram presos e encaminhados para o DOPS.

Governo diz que fez o possível para conciliar

Foi comunicado oficial divulgado ontem à noite, o qual o governador José de Faria informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

II — Relativamente ao violento episódio ocorrido ontem à noite, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

III — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

IV — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

V — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

VI — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

VII — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

VIII — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

IX — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

X — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XI — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XII — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XIII — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XIV — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XV — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XVI — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XVII — No decorrer do dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

XVIII — Entretanto, no dia de ontem, o governador informou que todos os esforços foram despendidos pelas autoridades para conciliar a situação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, as autoridades tentaram todas as possibilidades de acordo, mas não houve sucesso.

segurança, em face da violência exacerbada pelos grupos envolvidos, por um lado, e a situação de caos, por outro, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

VII — O Senhor Governador, atendendo ao apelo das autoridades, decidiu, no dia de ontem, controlar, com a intervenção da Força Pública, a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

VIII — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

IX — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

X — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XI — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XII — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XIII — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XIV — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XV — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XVI — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XVII — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XVIII — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XIX — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XX — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XXI — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XXII — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

XXIII — Determinado, ainda, o Senhor Governador de São Paulo, a intervenção da Força Pública, para controlar a situação de caos, que se viveu na noite de ontem, quando os estudantes, que se apossaram de uma parte da Faculdade de Filosofia, foram presos e encaminhados para o DOPS.

Chegou ao Brasil o primeiro Bourbon importado — o legítimo whiskey americano. Four Roses para todos. É aquele whiskey de alta qualidade, aromático e delicioso, tradicional nos Estados Unidos. Puro ou "on the rocks", como preferir. É uma questão de escolher entre gostar muito e adorar.

Procure-o adequadamente nas boas casas do ramo.

Estado de S. Paulo - 1968: Textos transcritos e convertidos em .docx

A.2.1. Transcrição: ESP, edição de 04 de outubro – Página 08:

Conflito estudantil acaba em morte

Os violentos conflitos entre universitários do Mackenzie e da Filosofia da USP causaram ontem a morte do secundarista José Guimarães, de 21 anos, aluno do Colégio Estadual “Marina Cintra”, da rua da Consolação, que foi atingido por uma bala no crânio. A vítima faleceu antes de dar entrada no Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas e sua autópsia foi concluída ao fim da noite. Era filho de Alberto Carlos Barbedo Guimarães e Magdalena Topolovks.

Os incidentes, iniciados de manhã, se agravaram com a omissão policial e culminaram com as violentas escaramuças da tarde. Após a divulgação da notícia da morte do estudante José Guimarães, os alunos da Filosofia, da Economia-USP e secundaristas promoveram uma passeata pelas ruas centrais da cidade. Os manifestantes, exaltados e armados de paus e pedras, incendiaram 4 veículos oficiais no percurso da praça da República à Sé e foram dispersados quando retornavam, no Vale do Anhangabaú. Só naquele momento – quase 18 horas – a Polícia decidiu agir.

Na rua Maria Antônia, os incidentes foram assumindo proporções cada vez maiores: verdadeiras batalhas de paus, pedradas, tiros e bombas incendiárias. Os prédios vizinhos ao Mackenzie foram ocupados e serviam de ponto estratégico para o ataque à Faculdade de Filosofia. Do alto, eram lançadas mechas em bebidas em combustível que provocaram vários princípios de incêndio. Dois carros do Corpo de Bombeiros consumiram mais de 18 mil litros de água para impedir maiores danos do fogo que se iniciava.

Vários alunos da Filosofia deixaram a escola a partir de 18 e 30, saindo pelos fundos e atingindo a rua Dr. Villa Nova, na Faculdade de Economia. Ali se reuniram aos colegas da Economia e rumaram para o CRUSP, em dois ônibus de linhas particulares com ameaça aos motoristas, onde se realizou a assembleia.

O horário do enterro do estudante morto não havia sido fixado nas últimas horas de ontem, mas já se sabia que sairá de sua residência.

Ação tardia

Nas primeiras horas da noite, projeteis de todo o tipo eram ainda lançados, embora os alunos da Faculdade de Filosofia, temerosos da ação policial, dela tivessem saído. Os estudantes da USP estavam encurralados na rua Maria Antônia e só conseguiram escapar pelos fundos da Filosofia, atingindo a rua Dr. Villa Nova. A polícia – à exceção de 3 guardas civis – esteve completamente ausente até às 21 horas, quando dezenas de milicianos da Força Pública ocuparam o prédio.

Durante as ações policiais no Anhangabaú e na rua Maria Antônia, por ordem do major Monteiro, da Força Pública, e do tenente Melo Araújo, que a cumpriu, foram espancados, entre outros, os seguintes jornalistas: João, Habenschuss Filho, Antônio Celso de Oliveira, Yara Negel e Maria Ângela Alves Lima – dos Diários Associados – que prestaram depoimento e submeteram-se a exame de corpo de delito.

500 depredam pela cidade

A passeata de cerca de 500 estudantes da F. de Filosofia, que ontem à tarde percorreu as ruas centrais da cidade para protestar contra o “assassinato” de um secundarista de 16 anos, deixou um saldo de 7 viaturas oficiais destruídas, sendo 4 incendiadas, depois de danificadas com porretes, pedaços de cano e pedras que os manifestantes levavam, além de rolas e bolinhas de vidro para serem usadas contra a cavalaria. Depredaram inclusive a Faculdade de Direito, onde passaram antes de atingir a praça das Bandeiras, local em que foram dispersados pela polícia. Aqui foram presas cerca de 25 pessoas, inclusive jornalistas.

A Passeata

Pouco depois de 15 horas, José Dirceu subiu a um carro defronte à Filosofia, na rua Maria Antônia, e anunciou que um estudante secundarista de 16 anos fora morto, baleado pelos elementos homiziados no Mackenzie. Alguns estudantes não conseguiam conter o pranto, começando a passeata a movimentar-se em direção à rua Consolação – aos gritos de “assassinos, ditatoriais”.

Integrada por alunos da Filosofia, da Economia e secundaristas, a passeata chegou próximo da praça Roosevelt, onde fizeram os ocupantes de um “Aero-Willys” oficial descer do veículo, que foi destrocado a golpes de pedaços de canos e pedras. Apenas não puseram fogo ao veículo porque pertencia à Prefeitura de Santo André.

Mais adiante, no início da av. Ipiranga, próximo de um outro veículo que fora danificado e cujos ocupantes haviam conseguido retirar-se dali levando o carro, fizeram os soldados desocupar um “Volkswagen” da Rádio Patrulha, que tombaram e incendiaram, prosseguindo os manifestantes em direção à praça da República.

Na esquina com a av. São Luís fizeram um comício, explicando aos alunos da Caetano de Campos o motivo da manifestação, e convocando-os a seguirem a passeata. Um carro de bombeiros que atendia um chamado passou sem ser molestado.

A passeata faz alto novamente na esquina da rua Sete de Abril, e José Dirceu ali incitou os estudantes, que prosseguiram até chegar ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, onde passaram a conclamar os bancários à greve. Defronte à Barão de Itapetininga encontraram um outro “Aero-Willys”, do Comando da Força Pública. Seus ocupantes foram expulsos e o veículo, depois de apedrejado, foi tombado e incendiado. O carro explodiu várias vezes, elevando-se as chamas a mais de 20 metros de altura.

Novos Discursos

Novamente na esquina da av. São João a passeata foi detida, e José Dirceu, Edson Soares e dirigentes do Centro Acadêmico da Filosofia conclamaram populares a unirem-se às manifestações. Seguiram depois em contra-mão pela av. São João, fazendo discursos a toda hora, diante dos bares e lojas que haviam fechado suas portas.

No Paçandu, em frente à Conselheiro Crispiniano, os manifestantes assaltaram mais uma viatura da Rádio Patrulha. Os ocupantes chegaram a tentar reagir com suas armas, mas desistiram. O carro foi tombado e incendiado. Nesse momento, com o tráfego congestionado já pelos manifestantes, ocorreram vários acidentes com automóveis cujos motoristas procuravam afastar-se rapidamente dali, para escapar às chamas do veículo incendiado, e atropelavam os transeuntes ou batiam contra outros automóveis.

Depois de novos discursos defronte a um banco e ao conservatório musical existente no quarteirão entre a Conselheiro Crispiniano e o Anhangabaú, os estudantes cercaram outro carro oficial, mas o deixaram ir-se porque havia mulheres dentro. Mas outro carro oficial avistado ali não teve a mesma sorte. Era uma perua oficial, preta e branca. Os seus passageiros foram dispensados e o veículo foi totalmente destruído a marretadas.

Agressão a Delegado

Quando a passeata atingiu a rua São Bento, em meio ao congestionamento total, José Dirceu, Edson Soares e outro subiram a um caminhão e novamente fizeram discursos dirigidos aos bancários, e movimentaram-se em direção à Quinze de Novembro.

Nesse trajeto, não se haviam passado nem 5 minutos, e José Dirceu, já em plena Sé, subiu a uma “Rural Willys”, de placa ... 8423-19, para discursar. O motorista era um delegado de polícia, que tentou ainda acionar o carro, mas foi impedido pelos estudantes, e ao tentar reagir a socos, foi violentamente agredido, e perseguido pelos manifestantes, que em seguida puseram fogo ao veículo.

Apavorados com as chamas, muitos motoristas que passavam por ali lançaram seus carros sobre as calçadas, enquanto os estudantes prosseguiram a passeata em direção à Catedral.

Uma outra perua, do “Talão da Fortuna”, que estava estacionada defronte à Caixa Econômica Federal, embora os estudantes a tivessem utilizado para subir e fazer discursos, foi deixada incólume.

Seguindo ainda gritando seus slogans pela rua Senador Feijó, os manifestantes atingiram a Faculdade de Direito, onde José Dirceu fez novo discurso, que terminou com o apedrejamento do tradicional estabelecimento, onde foram destruídos todos os vidros. O prof. Gofredo da Silva Teles, ao deixar a escola, só não foi agredido porque alguns alunos intervieram, enquanto outros o aplaudiam. Eram cerca de 17 horas.

Bala era de grande calibre

A autópsia do estudante José Guimarães revelou que a bala que o matou é de grande calibre. O projétil transfixou a cabeça do secundarista, entrando no occipital, pouco acima da orelha, e saindo do outro lado, após percorrer uma trajetória levemente des[*]endente. Foram encontrados fragmentos de chumbo no crânio, cuja parte posterior apresentava fratura.

José Guimarães, que morreu às 15 e 35, no Hospital das Clínicas, foi transferido para a Faculdade de Medicina e, depois, para o Instituto Médico Legal, onde se procedeu à autópsia. Até a madrugada de ontem, seu corpo ainda não fora liberado para ser conduzido à sua residência, onde seria velado.

Na Faculdade

Tão logo o corpo foi levado para a Faculdade de Medicina, começaram a chegar estudantes ao local, anunciando que pretendiam fazer o velório na Faculdade de Filosofia ou no Conjunto Residencial da Cidade Universitária. A mãe do morto que estava acompanhada da filha, concordou de início com isso, segundo afirmaram os estudantes.

Depois das 18 horas, o corpo foi transportado para o Instituto Médico Legal, para ser feita a autópsia. Muitos estudantes ali compareceram, deixando claro que pretendiam logo a liberação do corpo para utilizá-lo com proveito político. O diretor do instituto fez ver, primeiramente, que a autópsia não poderia ser feita imediatamente, pois a lei exige uma espera de várias horas.

A mãe de José Guimarães permanecia dentro do instituto, enquanto os estudantes continuavam a chegar, passando a discutir pormenores do velório. A Faculdade de Filosofia e o CRUSP foram considerados impróprios, os estudantes sugeriram a Santa Casa. Posteriormente, um médico do Instituto do Serviço Social da Universidade comunicou que a mãe do estudante resolvera fazer o velório em sua própria casa.

O enterro será feito hoje, não estando ainda marcada a hora. Os estudantes chegaram a fazer correr uma lista para cobrir as despesas de sepultamento, mas soube-se depois que o próprio IML tomou as providências necessárias. Um irmão do estudante morto esteve ontem à noite no DOPS, para solicitar garantias de que o enterro se realizaria sem manifestações ou perturbações.

A Autopsia

A autópsia de José Guimarães teve início às 19 e 20. Foi feita pelo prof. Armando Rodrigues, assistido pelos médicos Arnaldo Siqueira, diretor do IML, Anibal Anderaus, do ISSU, e Iraí, além de um residente da Faculdade de Medicina. Durante a autópsia, um carro da Secretaria da Agricultura levou a IML o sr. Ivo Ramos, pessoa de confiança do governador Sodré. Anteriormente, já havia chegado uma guarnição da Guarda Civil. Foi visto também no interior do Instituto o sr. Marco Antônio Castelo Branco, secretário particular do governador.

Grande número de estudantes continuava a chegar, ao se concluir o exame, às 20 e 45. Até a meia-noite, embora se anunciasse que nada mais impedia a liberação e que o velório seria na casa da vítima, o corpo do estudante permanecia no IML.

Repressão só veio na praça das Bandeiras

As forças policiais encarregadas de reprimir a manifestação chegaram atrasadas. Quando os manifestantes iniciavam o caminho de volta para a Maria Antônia, chegou à praça da Sé um pelotão com cerca de 50 cavalarianos, de sabres desembainhados, e que apenas deram uma volta completa pelo logradouro, sem que nada pudessem fazer. Com os cavalarianos surgiram também cinco caminhões,

conduzindo soldados com cassetetes "tamanho-família". Foram até a pça. Clovis Bevilacqua e voltaram para a zona central da cidade. Apenas uma viatura seguiu para o lado da Faculdade de Direito, de onde avistaram os estudantes descendo para a pça. da Bandeira.

Numa ação fulminante, os soldados conseguiram prender mais de 30 estudantes defronte ao Touring Clube, além de deterem 3 Jornalistas, entre os quais estavam duas moças. Pouco depois das 18 e 30, o logradouro já estava totalmente cercado, mas ali se encontravam apenas os estudantes presos e populares que se aglomeravam para observar os acontecimentos.

Armas Apreendidas

Informou um tenente da Força Pública que na ação policial empreendida na pça. das Bandeiras — próximo do Touring Club — foram apreendidos 8 ou 9 revólveres de calibres 22 e 32, além de frascos de ácido sulfúrico, porretes, pedaços de ferro e uma pequena bandeira vermelha.

Os presos foram acomodados inicialmente num carro-choque (espinha-de-peixe) e numa perua dos Diários Associados, requisitada na hora. Depois foram transferidos para um ônibus da Viação Bandeirantes Ltda. Nesse momento alguns soldados se descontrolaram e agrediram algumas pessoas, mas um tenente interveio, contendo-os, embora partissem algumas provocações de populares. De um prédio chegaram mesmo a atirar um cubo de gelo sobre os militares, mas não os atingiram.

Cerca de 17 e 40, um soldado da 7.ª Cia. de Guardas do Exército entregou uma bomba ao major comandante do destacamento da Força Pública, dizendo que o petardo fora atirado contra ele na escadaria ao lado do prédio da Light.

Conflitos duraram um dia inteiro

Os conflitos entre os estudantes do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia estenderam-se das 9 horas até depois das 20 horas de ontem, quando os bombeiros puseram fim a um incêndio que começara a lavar no teto do prédio da Faculdade de Filosofia.

Às 9 horas, depois de uma madrugada de vigília de ambos os grupos, que se prepararam para continuar a refrega iniciada na quarta-feira, estudantes do Mackenzie, que pela madrugada haviam ocupado um prédio vizinho para ter melhor posição, tentaram retirar algumas faixas consideradas ofensivas, que se encontravam na fachada da Filosofia. Houve discussão, troca de insultos e em seguida generalizou-se o conflito, sendo usados pedras, caibros, caramurus, armas de fogo e coquetéis "molotov".

O policiamento colocado no Mackenzie para a proteção do patrimônio assistiu impassível ao conflito, e nessa atitude permaneceu até o início da noite, quando o choque da Força Pública ocupou as duas faculdades.

Discursos

Nos intervalos dos choques, os líderes do grupo da Filosofia, ao qual se haviam juntado secundaristas (já envolvidos nos conflitos de anteontem) e estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas, arengavam aos estudantes, acusando a Polícia e responsabilizando o CCC.

Por volta das 14 horas, quatro guardas saíram do Mackenzie e tentaram dispersar um grupo de cerca de 100 estudantes da Filosofia. Foram vaiados e um deles, mais exaltado, disparou para o ar — posteriormente positivou-se que era tiro de festim. Os apupos continuaram, mais ameaçadores, e os guardas foram obrigados a retirar-se, perseguidos por pedradas.

O Tiro Fatal

Por volta das 15 horas, no intenso do conflito, entre os dois grupos, ouviu-se um grito, e um rapaz caiu ao chão. Era o secundarista José Guimarães, atingido por uma bala atrás da orelha. Novos tiros foram ouvidos e um estudante, pelo menos, saiu ferido.

No segundo andar da Filosofia, passou a funcionar um serviço de pronto-socorro. Cartazes, pelas paredes, davam instruções para atendimento rápido.

No Mackenzie

A reitora da Universidade Mackenzie, d. Esther de Figueiredo Ferraz, que se encontrava nos edifícios durante os conflitos, afirmou haver cerca de 30 feridos da parte de seus alunos. Afirmou que havia tentado acalmar os estudantes e convencê-los a saírem de cima dos prédios onde estavam; todavia, como os alunos da USP estavam cercado os prédios, logo pela manhã, nada conseguiu. Disse, também, que os alunos do Mackenzie apenas queriam defender os edifícios ante a ameaça de invasão iminente. Ainda segundo a reitora, os próprios professores ficaram dentro do Mackenzie, para defendê-lo, se fosse preciso.

Professores do Mackenzie afirmaram que os estudantes da USP estavam armados com armas de fogo, e que o prof. Ariosto Giaquinto, da Economia, quase foi atingido por uma bala de calibre 45, quando estava no pátio da Universidade.

Fogo

O uso indiscriminado de “coquetéis molotov” e mechas incendiárias provocou diversos inícios de incêndio no prédio da Filosofia, ora nas salas de aula, ora no terraço do 3.o andar, ora no teto. Os princípios de incêndio eram prontamente apagados pelos bombeiros, que tiveram sua ação facilitada.

Ao todo, os bombeiros trabalharam durante cerca de 30 horas.

Apelos

Os professores da Faculdade de Filosofia dirigiram-se, no fim da tarde, enquanto prosseguiram os incidentes, à Secretaria de Segurança, a fim de solicitar das autoridades a desocupação do Mackenzie e dos prédios fronteiriços ao da Faculdade. O secretário, segundo relato de um dos professores, anunciou que procederia à desocupação dos dois edifícios, a fim de restabelecer a ordem.

Diante disso, os professores regressaram à Filosofia e lançaram apelos aos alunos para que desocupassem o prédio. Alguns, mais exaltados, insistiam em ali permanecer e realizar uma assembleia para que a “massa” decidisse o que fazer. Finalmente, retiraram-se, indo para a Faculdade de Ciências Econômicas, na rua Dr. Villa Nova.

Com a chegada do choque da Força Pública, os prédios foram desocupados e a Polícia deteve os estudantes da Filosofia que se encontravam nas imediações, bem assim os que se haviam refugiado na Faculdade de Ciências Econômicas.

A posição estratégica dos alunos do Mackenzie – situados no alto de um edifício em construção – permitiu-lhes maior liberdade de ação. Os danos materiais são vultosos, especialmente na Faculdade de Filosofia.

A.2.2. Transcrição: ESP, edição de 04 de outubro – Página 09:

Polícia ocupa as duas faculdades

Depois de 10 horas de autêntica batalha, que levou ao pânico e até ao desespero os moradores da rua Maria Antônia e os pais dos estudantes que se digladiavam, a polícia de São Paulo afinal interveio, ocupando as duas Universidades. Já não havia nenhum estudante dentro da Faculdade de Filosofia e os que estavam ainda na rua, trocando pedradas com os mackenzistas, tiveram que fugir. A ocupação pelo pelotão de choque da Força Pública foi feita às 21 horas, havendo mais de 300 estudantes dentro do Mackenzie. Quando os estudantes de Filosofia correram da polícia, seus adversários do Mackenzie saíram para as ruas e começaram a vaiá-los. Os cães que acompanhavam os guardas da Força Pública, nervosos pelo barulho, latiam sem cessar, e os próprios soldados mostravam-se bastante agitados, sendo contidos em sua ação contra os mackenzistas.

Alguns jornalistas chegaram perto e foram apedrejados por esses estudantes, que gritavam “fora chacais”, “fora piranhas da imprensa”, “fora urubus”. Um repórter foi atingido por uma pedra e perdeu os

sentidos, sendo retirado do local pelos seus próprios colegas, debaixo de novas pedras.

A polícia não interveio para proteger os jornalistas, porém alguns soldados exclamaram abertamente o seu protesto.

Com a ocupação das duas Universidades, e abandono da área pelos estudantes de Filosofia, os mackenzistas hastearam a bandeira nacional no portão da escola, bem em frente ao portão da USP, e cantaram o Hino Nacional.

Antes da ocupação, os mackenzistas tentaram seguidas vezes incendiar a Faculdade de Filosofia, cujos alunos, numa manobra tática, se haviam retirado às 18 e 30, quando receberam a informação de que a escola seria tomada. Saindo do prédio, os bombeiros ali entraram, e a troca de tiros e rojões cessou totalmente, deste lado.

Do prédio do Mackenzie, entretanto, continuavam a ser jogadas bombas “molotov” e rojões. Como não houvesse reação, os mackenzistas começaram a se descobrir e até a sair à rua. Às 20 horas, um grupo abriu rapidamente o portão, atravessou a rua e tentou incendiar a porta principal da Faculdade de Filosofia.

Havia mais de 100 guardas na esquina, além dos comandantes. Alguns estudantes de Filosofia que estavam na rua reagiram com rojões, e os mackenzistas se recolheram.

Suspense

Depois, até a chegada do pelotão de choque, os estudantes do Mackenzie continuaram tentando incendiar a Faculdade de Filosofia. Dentro dessa escola, no entanto, estavam os bombeiros, que apagavam o incêndio. O “suspense” era grande, pois se previa a qualquer hora a repressão policial.

Às 20 e 30 chegaram os cavalarianos da Força. Meia hora depois, com a chegada do pelotão de choque, a rua Maria Antônia foi invadida e os estudantes de Filosofia que estavam na rua foram presos. A rua Maria Antônia parecia uma praça onde se tivesse travado uma terrível batalha.

Lembrou Getúlio

O major Lessa, comandante da Guarda Civil, que esteve na rua Maria Antônia pessoalmente, meia hora antes da ocupação pelo pelotão de choque da Força Pública, disse, referindo-se à troca de tiros e rojões entre os estudantes, que só vira coisa igual, em toda a sua carreira militar, no dia da morte do ex-presidente Getúlio Vargas.

“Naquele dia a população queria tomar a “Tribuna da Imprensa” e em frente ao jornal ocorreram cenas como as de agora”. Major Lessa lamentava a radicalização das posições políticas dos estudantes e respondia aos repórteres, com delicadeza, que a ocupação dos prédios pela polícia não apresentaria problemas, mas que era preferível chegar-se a uma solução menos drástica.

Com a chegada da Força Pública, os guardas-civis se retiraram para o interior do prédio do Mackenzie, cuja proteção fora solicitada pelo reitor.

Polícia deixou situação agravar-se

A total inércia da polícia durante o dia de ontem permitiu o agravamento e as sérias consequências dos conflitos estudantis Mackenzie-Filosofia. A ação repressora só se verificou a partir das 18 horas no Anhangabaú, com a dispersão dos manifestantes que fizeram a passeata da rua Maria Antônia até a praça da Sé e já retornavam.

Mesmo reiteradamente solicitada, desde as primeiras horas da manhã, a força policial não compareceu ao local dos incidentes. Além do estudante morto e das dezenas de feridos, a omissão policial permitiu a destruição de 4 veículos oficiais durante a manifestação dos estudantes nas ruas centrais da cidade. Quando entrou em ação, a Força Pública o fez com violências contra populares e jornalistas, pois os estudantes já haviam deixado a Filosofia.

Às 21 horas foi ocupado o prédio da Faculdade de Filosofia e detidas 37 pessoas — entre estudantes e professores — totalizando 69 presos com os de outros locais.

Nas Duas Áreas

Também a Polícia Federal deixou de agir, retirando os policiais do local, considerando que, por "serem escaramuças entre estudantes do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, o caso era de desordem pública e, como tal, de competência da polícia estadual".

Por determinação do secretário da Segurança Pública, o inquérito englobará todas as ocorrências de ontem registradas nos distritos — abrangendo rixas estudantis, passeata, agressões, danos em imóveis e veículos, ferimentos e ação subversiva. À noite, a Secretaria de Segurança Pública comunicava laconicamente que "durante os choques entre estudantes da Filosofia e do Mackenzie, houve a morte de um estudante sem que a polícia estivesse participando".

Governo diz que fez o possível para conciliar

Em comunicado oficial divulgado ontem à noite, o Gabinete do governador Sodré informa que todos os esforços foram desenvolvidos pelas autoridades para conseguir uma conciliação entre os grupos em conflito. Segundo a nota, esgotadas todas as possibilidades de acordo, foi determinada a ocupação das duas faculdades e o isolamento policial da área em conflito. É esta a íntegra do comunicado:

“I – Relativamente às violências iniciadas ontem (2) por dois grupos de estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie, que se hostilizaram reciprocamente, o Governo do Estado, naquele dia, promoveu todos os esforços de persuasão conciliadora, evitando, com essas medidas, a intervenção policial, com a esperança de que, sem consequências graves, as divergências fossem superadas.

II – Nesse sentido, manteve contato com autoridades escolares e assegurou, com reduzido número de Guardas Civis – que é força policial sem caráter de choque – a proteção ao patrimônio de uma das escolas e que fora solicitada, pela sua administração ao Governo, assinalando-se que a mesma proteção patrimonial foi impedida pelo grupo que ocupou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tinha assim, o Governo do Estado, fundadas esperanças, no dia imediato de conciliar as facções estudantis desavindas.

III – No decorrer do dia de hoje (3), prosseguiu o Governo do Estado em suas tentativas de conciliação, mantendo novos contatos com os srs. Reitores da Universidade de São Paulo, do Mackenzie e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, situadas na mesma área do conflito.

IV – Entretanto, os dois grupos de estudantes não atenderam a quaisquer apelos e levaram suas divergências às ruas, com inaudita violência, usando, inclusive, armas de fogo. Grupos oriundos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no decorrer do conflito, deslocaram-se, com fins meramente predatórios, para outras áreas da cidade incendiando veículos públicos e particulares, pondo em grave risco a segurança das pessoas que circulavam nas ruas e depredando patrimônio público e privado.

V – Diante da violência com que os grupos se conflitaram, com perturbação da ordem pública e riscos de vida, com uso ilegal de armas de fogo e com as depredações efetuadas, o Senhor Governador do Estado determinou, imediatamente, o isolamento policial da área em conflito, a ocupação incontinente de ambas as faculdades e a repressão, com todo o rigor, às violências cometidas.

VI – Recebeu, então, o Senhor Governador do Estado, em seu gabinete, comissão de mães de estudantes de ambos os estabelecimentos de ensino, que lhe fez um apelo para que sustasse a ocupação policial de toda a área, com as suas inevitáveis consequências, em face da violência consumada pelos grupos conflitantes, pois a comissão de mães tentaria, como derradeiro esforço, a conciliação entre os grupos de estudantes, que se atiravam a uma luta armada insólita nas tradições brasileiras.

VII – O Senhor Governador, atendendo ao apelo das mães, permitiu essa mediação, advertindo, contudo, que, incompreendido o gesto das mães aflitas, o Governo do Estado, cumprindo o seu dever, interviria com todos os recursos a seu dispor, para eliminar esse foco de conflitos e de agitações que culminaram com a deplorável perda, na troca de tiros entre estudantes, da vida de um adolescente.

VIII – Determinou, ainda, o Senhor Governador do Estado, a abertura de inquérito policial para a apuração de responsabilidades a fim de que não fiquem impunes os crimes cometidos”.

Pouco sobrou da Filosofia

Todas as salas do prédio da Faculdade de Filosofia estavam depredadas quando a polícia entrou. Os móveis estavam quebrados e espalhados em meio a papéis contendo anotações de matérias dadas durante aulas, apostilas, volantes de comunicados internos e panfletos incitando os universitários à tomada de posição favorável ao movimento.

Em duas salas de aulas foram instalados “laboratórios” para o fabrico de “coquetéis Molotov” e uma enfermaria, com os quadros negros tomados por conselhos, tais como: “Queimaduras de ácido – bicarbonato de sódio – água não! Para dores de queimaduras – Optalidon, Cibalena – caso falte bicarbonato de sódio, Sonrisal ou Alkaselster”.

Por toda parte foram encontradas garrafas com gasolina, fechadas com rolhas que comprimiam pequenos trapos, os famosos “coquetéis Molotov”. Ao lado das garrafas, caixas com pedras, cacos de tijolos que estavam ao lado, também, de mesas viradas, em cujos pés de apoio foram presos pedaços de camadas de pneus de automóvel, utilizados à guisa de catapultas.

Na sede do Centro Acadêmico estavam montados painéis para exposição de fotografias de cidades portuguesas e de Salazar, bem como da juventude portuguesa com braços erguidos, traduzindo no característico cumprimento nazista a era hitlerista.

Força efetua prisões

Às 19 horas, um ônibus requisitado pela Força Pública de uma empresa particular chegou ao DOPS trazendo 32 presos. Deles, 7 eram menores e 5 eram jornalistas. Os jornalistas, ao chegaram ao DOPS, foram imediatamente liberados. Relataram que, mesmo tendo exibido suas credenciais, os soldados da Força Pública as desconheciam; não adiantou também informar que estavam em serviço, na cobertura das ocorrências; foram presos e espancados pelos soldados e alguns deles estavam machucados.

Os presos foram os seguintes: Eduardo Musa Freitas Guimarães, estudante; José Mauro de Moraes, estudante; Francisco Antônio de Miranda Neto, empregado; Rubens Pereira Cesar, empregado; Yara Marina Joana Nagle Schimdt, repórter dos “Diários Associados”; Lamartine Boulanger de Moura, bancário; Sílvio Fiorani Junior, repórter de “A Gazeta”; Rodomiro Benedito, estudante; Valdimir Rodrigues Guerra, estudante; José Eduardo Rodrigues Cury, estudante; Wilson Akira Wotoko, estudante; Delfino Galindo, estudante; Oswaldo Zupa Filho, operário; Eugênio de Jesus Estrada, operário; Artur Mota Freire, estudante; Germano Vazani, comerciante; João Habenschuss Filho, repórter do “Diários Associados”; Augusto Pena de Barros Cruz, estudante; Mariângela Muraro Alves de Lima, repórter dos “Diários Associados”; José Ricardo Guimarães Ometti, estudante; Luiz Silva, estudante; Roberto Pinheiro Benevides, repórter da “Manchete”, e os menores Sílvio Florindo dos Santos, estudante; João Batista de Almeida, office boy; Sérgio Schlitz, estudante; Renato André Atença, estudante; Nelson Soares Filho, estudante; Wilson Roberto Moreira da Silva, estudante; José Roberto Valeri Wolker, estudante, e Fernando Bustos, comerciante.

Às 23:30, mais 37 detenções

À noite, uma nova série de detenções ocorreu e, às 23:30, chegavam ao DOPS 37 detidos, dos quais 5 eram professores, 30 estudantes – presumivelmente – e 1, de nome Norris Bailey Lyle, cidadão norte-americano, professor da Universidade da Califórnia, que, apesar de não falar português, se encontra no País fazendo pesquisa sobre a personalidade do sr. Jânio Quadros. Antônio Santiago, funcionário da “Folha de S. Paulo”, também foi detido.

As detenções ocorreram numa área compreendida pelas ruas Maria Antônia e dr.

Vilanova, onde se localiza a Faculdade de Ciências Econômicas da USP.

Os professores presos são os seguintes: Bento Prado de Almeida Ferraz Junior (Filosofia), Hanaldo Beiker (Antropologia), Maria do Carmo Carvalho Campelo de Souza, Paula Beiguelman e Cecy Martinho.

Os demais detidos foram identificados como Reynald Wytica, Celso Rosas Brandão, Luiz Antônio de Oliveira, Gentil Edson Recchi, Marcio Parisi Correa, Cyro Gadelhan, Cândido Guerra Ferreira, João Zanetic, Kenji Aniya, Lauro Vastella, Bernardo Vorobow, Everaldo Cesar Peixe Mourão, Lucija Dentek,

Farideh Jamous, Tamara Chalen, Roberto Samara Namur, Odair Januário, Adelino Gomes Arantes Filho, Norberto Antônio Batista, Luiz Roberto Queiroz Barbosa, Paulo de Tarso Bittencourt, Elson Cândido Ferreira, Artur Jorge Esteves de Lima, Antônio Cleidenir Ramos, Cláudio Salles Carina, José Jesuíno Pelegrino Santos, Cleuza Baltazar Leite, Maria Eva Bastos Macedo, Artur Maurício Schleyer e José Buck de Almeida Junior.

Foi sequestrado

O estudante Marcio Parisi Correa, quintanista de Direito do Mackenzie, foi identificado, por volta das 15 horas, quando se encontrava infiltrado entre os estudantes da Filosofia. Foi aprisionado pelo “esquema de segurança”, despojado de um revólver que portava e conduzido à força para dependências da Faculdade de Economia USP, na rua Dr. Vilanova. Quando o prédio dessa escola foi ocupado pela Força Pública, Parisi foi detido com os demais estudantes e encaminhado ao DOPS.

Muitos foram os feridos

Entre os numerosos detidos nos incidentes estudantis, poucos foram os identificados. No Hospital das Clínicas, foram socorridos os seguintes: Engler Anastácio Finotti, de 21 anos, residente no CRUSP, bloco 9, apto. 602; Rodolfo Burgger, rua Edson 200, Brooklin Paulista – ambos com graves queimaduras provocadas por bombas incendiárias; Antônio Domingos de Oliveira, menor ferido na rua Quirino de Andrade; Roberto Menkes; Celso Alberto Seion, internados no HC, sem outras informações; e vários jornalistas espancados por milicianos da Força Pública.

A maioria dos estudantes de Filosofia e do Mackenzie acidentados não procurou socorros no Hospital das Clínicas. Quase todos foram atendidos particularmente e, por isso não foram identificados pela polícia.

A.2.3. Transcrição: ESP, edição de 04 de outubro – Página 32

Conflito já tem 1 morto

Graves incidentes entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP provocaram ontem a morte de um colegial de 20 anos e ferimentos em dezenas de universitários e secundaristas. Em passeata, alunos da USP – da Filosofia e da Economia – e de colégios centrais percorreram as ruas da praça da República à Sé, incendiando 4 veículos e protestando contra a morte do estudante José Guimarães, ocorrida às 15 e 35 no Hospital das Clínicas.

Os conflitos, que continuavam os de 4.a-feira, começaram na manhã de ontem, quando estudantes do Mackenzie tentaram retirar faixas a eles contrárias, colocadas na Faculdade de Filosofia. Depois de violentas discussões com os alunos da USP, generalizaram-se os incidentes com pedradas, tiros e bombas incendiárias. A polícia até o início da noite não interveio na rua Maria Antônia, embora fosse solicitada reiteradamente por estudantes e moradores das vizinhanças. A repressão à passeata só se concretizou quando os manifestantes já voltavam para a Faculdade de Filosofia, no Vale do Anhangabaú, com cerca de 30 prisões.

A partir das 18 horas, dois carros de bombeiros apagaram sucessivos incêndios provocados na Faculdade de Filosofia por mexas acesas e **bombas molotov** que eram lançadas de um prédio fronteiriço, em construção. Mesmo assim, uma sala de aula foi quase totalmente danificada pelo fogo.

Folha de S. Paulo - 1968: Reprodução de imagem

A.3.1. FSP, edição de 04 de outubro – Página 01³⁵

FOLHA DE S. PAULO
 ANO XLVIII UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL SÃO PAULO, 6.ª-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 1968 Nº 14.355
 Diretor Presidente: Octávio Frias de Oliveira NGR\$ 0,30 Ass. e of. Al. Barão de Limeira, 425

JOVEM MORTO; DEPREDações NA CIDADE

Um secundarista de 20 anos, José Guimarães, foi morto ontem, durante os conflitos de quase dez horas entre alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antonia. O estudante, segundo os relatos das testemunhas, foi morto com um tiro na cabeça, aparentemente disparado do edifício do Mackenzie, por volta das 15h30. Um numero não totalmente definido de estudantes ficou ferido a bala e pedradas. Após a morte do jovem, alunos da USP realizaram em sinal de protesto, uma passeata pela cidade, marcada pela violência, e durante a qual incendiaram quatro carros do governo do Estado e depredaram mais dois. A manifestação durou duas horas, quando a Força Publica interveio e prendeu 33 estudantes e seis jornalistas. A noite, o governador Abreu Sodré divulgou nota oficial afirmando que os dois grupos em conflito não haviam atendido os apelos de conciliação "e levaram suas divergências à rua com inaudita violência, chegando a usar armas de fogo, numa luta insolita nas tradições brasileiras". "O governo do Estado — anuncia o governador Sodré — cumprindo seu dever, intervirá com todos os recursos a seu dispor para eliminar esse foco de conflitos e agitações que culminaram com a deploravel perda, na troca de tiros entre estudantes, da vida de um adolescente." O enterro do secundarista José Guimarães está marcado para as 16 hs de hoje, mas os estudantes da USP pretendem adiá-lo, para transformá-lo numa manifestação de protesto.

No rastro dos manifestantes, arde um carro oficial surpreendido na avenida Ipiranga. Colegas socorrem José Guimarães, o jovem que morreu baleado no conflito estudantil.

³⁵ Imagens reproduzidas a partir do acervo físico da hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade -SP

FP acaba com o conflito ocupando a Filosofia e a Economia

Foi por volta das 21 horas que a Polícia finalmente agiu para terminar com o conflito na rua Maria Antonia.

Os policiais retiraram dos prédios ao lado do Mackenzie os alunos dessa escola, que continuavam a arremessar projéteis, aproveitando-se aparentemente da presença de guardas-civis. Trinta soldados da Força Pública saíram do Mackenzie e tomaram a rua Maria Antonia. Os alunos da Filosofia que resistiam com pedradas aos tiros e rojões dos mackenzistas, abandonaram a área, dirigindo palavras aos soldados. Durante a corrida em que os militares, fortemente armados, expulsaram os estudantes da USP da rua Maria Antonia, foram detonadas várias bombas de gás lacrimogênio. Muitos estudantes foram presos.

Durante os últimos momentos de tiroteio entre alunos do Mackenzie e da USP, um jovem foi ferido a bala. O rapaz encontrava-se entre os estudantes da USP.

Depois, soldados da Força Pública forçaram a entrada da Faculdade de Filosofia, mas não encontraram quase nenhum estudante. Invadiram então o prédio da Faculdade de Economia, contígua à Filosofia. A invasão não se limitou à simples ocupação do prédio. Os soldados rebentaram portas, móveis e vidraças da Faculdade de Economia, e fizeram disparos de metralhadora contra as paredes.

Eis o relato de uma testemunha ocular desse episódio da noite de ontem:

«Por volta das 21 horas, um choque da Força Pública desceu à rua Dr. Vilanova, espalhando estudantes e populares. O pessoal correu em direção à Biblioteca Infantil Leopoldo Freire. Um bloco que estava na porta da faculdade correu para o interior do prédio. Logo depois, alguém que estava vigiando, por causa da reunião de professores, trancou a porta do prédio.

«Os soldados quebraram os vidros da porta a coronhadas de fuzis e a tiros de metralhadora. Atiraram muitas bombas de efeito moral e de gás. Da sala em que estavam reunidos os professores, que foi trancada por dentro, ouvia-se o barulho

de tiros, gritos e vidros quebrados.

«Os soldados metralharam as paredes e arrebentaram a porta da sala em que estavam os professores, com bombas. Seis soldados entraram e apontaram as metralhadoras.

«Os professores permaneciam encostados na parede. Um deles ponderou aos soldados que ali dentro só estavam professores, que podiam identificar-se. Explicou que aquela escola estava em calma e nada tinha a ver com a luta entre mackenzistas e alunos da Filosofia.

«Os soldados saíram então da sala e uniram-se aos outros para continuar a ocupação da escola e prender os alunos.»

Alunos da USP decidem contra a represália

Cerca das 21h30, com o CRUSP inteiramente lotado por estudantes e fechado por barreiras que não permitiam a aproximação de carros, começou a assembleia para um balanço da situação e para o acerto das medidas a serem adotadas, inclusive com relação ao enterro de José Guimarães.

Ao contrário do que havia sido decidido anteriormente, o corpo do jovem secundarista não foi levado para o CRUSP, e sim para a Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia. O enterro ficou marcado, em princípio, para as 16 horas de hoje, mas os estudantes pretendem adiar ao máximo o sepultamento de José Guimarães.

A assembleia do CRUSP foi presidida por José Dirceu, presidente da UEE e um dos primeiros oradores foi Luís Travassos.

Em seu discurso, o presidente da UNE procurou demonstrar que "a briga não é entre faculdades, e sim do movimento estudantil contra uma minoria que estuda no Mackenzie e que compõe o Comando de Caça aos Comunistas, que estão armados, organizados e têm a cobertura da polícia". Acrescentou que, à vista desse aspecto do problema, os estudantes haviam desistido da ideia de invadir a Universidade Mackenzie, uma vez que a luta não é dirigida contra essa escola e apenas contra o CCC.

«Quando um dos professores percebeu que um estudante estava caído no corredor, ferido, saiu da sala e começou a chamar a atenção dos policiais: "Vocês não têm o direito de fazer isto. Por que vocês não vão vasculhar o Mackenzie?"

«O prof. Antonio Candido de Melo e Souza foi trancado dentro de uma sala pela Polícia, com mais dois colegas. Quando conseguiu sair, conversou com os policiais e pediu condições para que todos se retirassem, o que foi concedido nos seguintes termos: os professores sairiam entre duas filas de policiais armados que os levariam até a barreira que fechou a rua Vilanova, na esquina da rua Major Sertório. Um carro do DOPS acompanhou os professores durante todo o trajeto.»

INCIDENTE NA RUA

Ontem à noite, por volta das 22h15, os soldados que patrulhavam a área da rua do Conjunto Residencial entre as ruas Vila Nova e Maria Antonia, depois de apurados por um grupo de estudantes, investiram contra eles e, na correria, agrediram populares.

Cerca de 15 pessoas, entre estudantes, repórteres e populares refugiaram-se no interior de um bar que depois foi invadido pelos policiais. Todos foram obrigados a sair, em fila de um, escoltados pelos soldados.

Foram todos colocados de mãos pautas no alto e barriga contra a parede, enquanto os soldados os convidavam a repetir as palavras.

Os repórteres Nildo Carlos

Oliveira, da FOLHA e Pedro Alfonso, dos Diários, foram soltos depois de se identificarem. Os que ficaram, en-

tretanto, foram obrigados a sair em corrida desabalada após serem agredidos a cas-setete, contra a parede.

Enterro do estudante morto será hoje; autópsia no IML

O velório do jovem morto ontem à tarde se prolongará pela manhã de hoje, e o enterro foi marcado — em princípio — para as 16 horas, em cemitério ainda não escolhido. Provavelmente, será no cemitério da Consolação.

Uma série de discussões precedeu ontem à escolha do local em que seria velado o jovem estudante. Até às 24 horas, o corpo ainda estava no Instituto Médico Legal, na rua Teodoro Sampaio. A princípio, a família concordara em entregar o corpo aos estudantes, para que fosse velado numa sala do Conjunto Residencial da Cidade Universitária, no Butantã. Depois, decidiu-se que o velório seria feito na Santa Casa de Misericórdia, na rua Cesário Mota.

Mais tarde, resolveu-se que o corpo seria levado a uma casa na rua Pedro Taques, na Consolação. O velório seria aberto ali a todos os estudantes que desejassem comparecer, e por volta das 24 horas, um grupo numeroso de estudantes já estava reunido naquela rua, à espera da chegada do corpo de seu jovem colega.

A MORTE
Dois médicos legistas pro-

cederam ontem à noite à autópsia do corpo de José Guimarães: drs. Armando Rodrigues e Iral de Souza — assistidos pelo diretor do Instituto Médico Legal, sr. Arnaldo Siqueira; pelo médico do ISSU, dr. Aníbal Andeiras, e por um médico residente.

O exame cadavérico durou pouco mais de uma hora, das 19h20 às 20h45, e os médicos verificaram que a arma que vitimou o secundarista era de alta potência, superior ao projétil de um revólver calibre 38. Isto levou os legistas à suposição de que se trata de bala disparada por um fuzil ou metralhadora.

Outra conclusão a que chegaram é a de que o disparo fora feito a distância. A bala penetrou na região occipital direita, saindo pela mesma região esquerda, deslocando a base do crânio.

Nenhum outro ferimento foi encontrado no corpo de José Guimarães. Sua morte foi instantânea.

Ver noticiário completo sobre os conflitos de estudantes na rua Maria Antonia, morte de um estudante com um tiro na cabeça e passeata pela cidade com depredações e queima de carros policiais nas páginas 12 e 13.

Um morto em novo conflito na rua Maria Antonia

Um segundo dia de 20 anos morto com um tiro na cabeça, três universitários feridos a bala e mais de uma dezena com ferimentos resultantes de pedradas, além do incêndio de 5 carros do governo estadual, e pelo menos 30 presos, este o saldo do batallão de choque da UFRJ, durante 10 horas, entre alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antonia.

"Depois a hora, turma"

As 14h15, José Elzeus, aos prtos de "depois a hora, turma", avança para o comando do batalhão e dá ordens para invadir o mdo de pedras e rochas e a resposta do uma barragem. Há um recuo de 10 metros para trás e a ordem é dada na entrada de um estacionamento de carros.

Tres guardas civis saem do Mackenzie e são cercados. Há correria. Os guardas atiram para cima. Os estudantes não recuam, atirando com as armas.

O presidente da UER, José Dirceu, mandando seus colegas durante todo o tempo, em sua tentativa de entrar no Mackenzie. Deixou o teatro da luta para saber da morte do secundarista. Quando então organizou uma passeata pelas ruas da cidade, aos gritos de "Liberdade acadêmica".

diversos estabelecimentos comerciais da rua Marie Antoinette, foram danificados. Os bures ficaram, enquadados predios de apartamentos os motores acompanhavam a luta pelas ruas. Uma mala preta atingiu a esquina do prédio nº12 da rua Marie Antoinette, causando um homem a ser ferido. Um choque de gás tóxico foi lançado. O choque da Guarda Civil e outro da rua Marie Antoinette se observou a luta. O inimigo se retirou para a Rua Pádua, mas dentro do prédio de guarda, guardas do prédio de guarda.

[illegible]

Testemunhas dão sua versão

Alguns guardas-civis correram os campos do Mackenzie, em dado momento, juntamente com mackennistas.

[illegible]

Também no predio da churrascaria,

Bala atingiu secundarista quando ele tentava alcançar prédio do Mackenzie

[illegible]

Quem era
O estudante José Guimarães — sendo depoimentos de suas familiares e amigos — era um rapaz alegre, gostoso de dançar, bom aluno, muito simpático, de ouvir música da Jovem Guarda e de ler. Mas o seu "hobby" preferido era a pintura, a qual se dedicava às suas tardes, quando não trabalhava.

Tinha 20 anos de idade e cursava a

Não tinha um emprego fixo, mas trabalhara nos mais diversos servi-

Guarda Civil explica porque não guarneceu Filosofia-USF

Às 15h50, chegaram dois carros do Corpo de Bombeiros. A guarnição, comandada por um tenente, ficou informada de que o acidente havia ocorrido. Os carros param na frente da Pilo-USE. Uma enorme pedra afundou o espelho do carro dos bombeiros. "Estou aqui para ajudar", diz o tenente, enquanto o choque do carro "assustava".

Os bombeiros tentam-se a debelar as chamas. Um a grato explica: "Calma, pessoal, nossa missão aqui é apenas para apagar o fogo". Depois os bombeiros vão para a Faculdade de Ciências Econômicas, onde outro intendido interrompe. Antes, o motorista dos bombeiros recebera uma tijolada pelo ombro

As 16.05, coquetéis "molotovs" choviam no telhado e janelas da Filo-USP. Os universitários da rua, avisados aos colegas que estavam no prédio, começaram a andar que estava pegando fogo às 16.45, o primeiro andar da Filo-USP era quase todo fogo. Banos de água e cobertores foram usados para apagar o incêndio.

Improvando aríetes de pedação de madeira, os universitários da Fio-USP derrubam o muro de um terreno baldio vizinho ao Mackenzie. Há um ataque em massa, mas não passam além do escombros de muro. "Cuidado com os tiros", gritam alguns.

Um estudante sobre num caixote e faz rápido comício: "A repressão começou, pessoal. Os nossos colegas estão sendo reprimidos no largo do Paissandu. Quero dizer também que já queimamos 5 carros da Polícia".

O estudante de arte coleira, maior vigor nos ataques e encabeça um. Os alunos do Mackenzie mudam de alvo e passam a atrair raios no meio da rua. Alguns universitários são atingidos. Um fotógrafo sobia a máquina ao explodir um "molotov" junto ao seu pes. Há outro contra-ataque ao gritos de "A Polícia está do lado deles. O Mackenzie está cheio de guardas-civis, que os apedrejam".

"É americana, turma"

As 17 horas, os estudantes do Mackenzie começam a atirar bombas de

Nervoso, agitado, ele se dirige aos populares e estudantes. Acusa o governador do Estado "de omitir propostas para aqueles que querem desarmar os estudantes".

Um universitário corre em direção à porta da Pilo-USP. Volta trazendo uma lata. "É bomba de gás americana, turma", diz. É cercado. Chama-se

Isso serviu para mais um comício. O ataque seguinte ao Mackenzie durou 15 minutos. Correu a notícia de que o

Testemunhas dão sua versão sobre os incidentes de ontem entre os estudantes da Maria Antonia

Dois testemunhas, situadas em diferentes locais, mas ambas com visão panorâmica dos acontecimentos, dão a seguir seus depoimentos sobre o que viram. Uma delas afirma que guardas civis chegaram a orientar estudantes do Mackenzie quando à posição de onde deveriam sair os "colegiais molotov" — direção à Faculdade de Filosofia. Essa versão, contudo, não foi confirmada.

O comandante da Guarda Civil, mais tarde, afirmou que sua corporação protegeu apenas o Mackenzie, e não a Fiu- USP, porque os diretores desta faculdade não pediram policiamento estratégico no alto dos prédios, onde eram arremessados "coquetos molotov", pedras e paus na fachada e Faculdade de Filosofia.

Alguns guardas-civis correram pelos campus do Mackenzie, em direção ao prédio, juntamente com mackenzistas.

Combinando pedras e outros projéteis que eram armazenados nos últimos andares do prédio em construção, frente à Filosofia.

COMBUSTIVEL

Às 16 horas, quando terminava a resenha, a gasolina dos alunos do Mestrado (chamados de "Mestres") foi utilizada para incendiar o prédio.

(Uma outra testemunha v
outro lado quando um guarda
na Rua Ilambe, interceptava um
dentro do Mackenzie que tentava
trar o edifício de sua joca
guarda suspeitava que o estudan
tivesse levando armas de defesa
p

A segunda testemunha

Diz a outra testemunha:

"Oitavo andar de um edifício que permitia plena visão do campo de batalha. Sobre os telhados do Mackenzie, rapazes de estigume. Rapazes sem bucinas. Uma figura não muito forte. Há uma arma na mão."

"Uma bomba" matou o homem sobre o portão de madeira. Mas ele, bem abaixo da linha de segurança, localizada no lado direito do portão, sacou dois revólveres metralhadores e começou atirar nas bombas.

"De repente, um som repetitivo do rádio. Imediatamente souso disposto."

tos" explode
a do Macken-
de fogo. Da
metros adia-
guardas, apen-
quanto outros
le da que cri-

seco, sem o
Esquindo-me
ros.
empo, mas em

... Por volta das 21 horas, o DOPS foi localizado em liberdade e seus jornalistas haviam sido presos durante a manifestação.

[illegible]

Correm para
da FP para
Os soldados

do de con-
o diretor
ia, professor
a, que com-
a.

Estudantes delírios

O DOPS forneceu a seguinte infor-
ção dos estudantes maiores de idade:

que foram detidos. São eles:

João Maurício de Moraes, Danilo José Mauro de Morais, Francisco Antônio de Miranda Neto, Rubens Cesar, Lasmantine Bulanger de Almeida, Roberto de Almeida, Carlos Guerra, João Eduardo Ror, Curt, Wilson Akira Whitoko, Rurg Junior, Carlos Alberto Ror, Roberto de Almeida, Euzênio de Jesus Estrada, Aitor Freire, Fernando Neto Sáfate, Cezari, Augusto Neto de Barros, Ricardo Guimarães Omeiro Silva.

Toram detidos e encaminhados para o Juizado competente os estudantes nomeados:

Silvio Florindo dos Santos Batista Almeida, Sérgio Siqueira de Almeida, Roberto de Almeida, Ror, Vilson, Roberto, Morais, e

que foram detidos. São eles:

João Maurício de Moraes, Quilino José Miranda Neto, Rubens Antônio de Menezes, Waldemir Rodolfo Miranda Neto, Waldemir Gomes Junior, José Eduardo Reis de Azevedo, José Roberto de Azevedo, Rodrigo Currier, Carlos Alberto Reis Delfino Galindo, Oivaldo Zepherino de Azevedo, José Roberto de Azevedo, Fernando Meirelles Neto, Sefelino, Augusto Pereira de Barros, Vitorino, Osmar Osmar de Oliveira, Vilva.

Foram detidos e encaminhados para a Polícia competente os estudantes nomeados a seguir:

Silvio Flairindo dos Santos, Batista Almeida, Sérgio Schmitt, Roberto de Azevedo, José Roberto de Azevedo, José Roberto Roberto Moreira de Azevedo, Wilson Roberto Valeriu Walter e José Roberto de Azevedo.

Estiveram e mais os seis que totalizam as 35 prisioneiras, sendo 25 estudantes e 10 funcionárias da escola, e mais dois dos ombros, dois estudantes detidos estavam se escondendo no banheiro.

Enrolou em regime de prom

Enrolou em regime de prom

[illegible]

Silvio Correia
ou a portas fe-
do gabinete do
Marco Anto-
niano, grun-
do com bo-
cos

se preparando
Filosofia, pre-
depois, mante-
om o delegado

de Andrade -SP

³⁸ Imagens reproduzidas a partir do acervo físico da hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade -SP

Folha de S. Paulo - 1968: Textos transcritos e convertidos em .docx

A.4.1. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 04:

Jovem Morto; Depredações na Cidade

Um secundarista de 20 anos, José Guimarães, foi morto ontem, durante os conflitos de quase dez horas entre alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia. O estudante, segundo os relatos das testemunhas, foi morto com um tiro na cabeça, aparentemente disparado do edifício do Mackenzie, por volta das 15h30. Um número não totalmente definido de estudantes ficou ferido a bala e pedradas. Após a morte do jovem, alunos da USP realizaram em sinal de protesto, uma passeata pela cidade, marcada pela violência, e durante a qual incendiaram quatro carros do governo do Estado e depredaram mais dois. A manifestação durou duas horas, quando a Força Pública interveio e prendeu 33 estudantes e seis jornalistas. À noite, o governador Abreu Sodré divulgou nota oficial afirmando que os dois grupos em conflito não haviam atendido os apelos de conciliação "e levaram suas divergências à rua com inaudita violência, chegando a usar armas de fogo, numa luta insólita nas tradições brasileiras". "O governo do Estado — anuncia o governador Sodré — cumprindo seu dever, intervirá com todos os recursos a seu dispor para eliminar esse foco de conflitos e agitações que culminaram com a deplorável perda, na troca de tiros entre estudantes, da vida de um adolescente". O enterro do secundarista José Guimarães está marcado para às 16h de hoje, mas os estudantes da USP pretendem adiá-lo, para transformá-lo numa manifestação de protesto.

A.4.2. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 11:

FP acaba com o conflito ocupando a Filosofia e a Economia

Foi por volta das 21 horas que a polícia finalmente agiu para terminar com o conflito na rua Maria Antônia.

Os policiais retiraram dos prédios ao lado do Mackenzie os alunos dessa escola, que continuavam a arremessar projeteis, aproveitando-se aparentemente da presença de guardas-civis.

Trinta soldados da Força Pública saíram do Mackenzie e tomaram a rua Maria Antônia. Os alunos da Filosofia que resistiam com pedradas aos tiros e rojões dos mackenzistas, abandonaram a área, dirigindo palavrões aos soldados. Durante a corrida em que os militares, fortemente armados, expulsaram os estudantes da USP da rua Maria Antônia, foram detonadas várias bombas de gás lacrimogênio. Muitos estudantes foram presos.

Durante os últimos momentos de tiroteio entre alunos do Mackenzie e da USP, um jovem foi ferido a bala. O rapaz encontrava-se entre os estudantes da USP.

Depois, soldados da Força Pública forçaram a entrada da Faculdade de Filosofia, mas não encontraram quase nenhum estudante. Invadiram então o prédio da Faculdade de Economia, contigua à Filosofia. A invasão não se limitou à simples ocupação do prédio. Os soldados rebentaram portas, móveis e vidraças da Faculdade de Economia, e fizeram disparos de metralhadora contra as paredes.

Eis o relato de uma testemunha ocular desse episódio da noite de ontem:

“Por volta das 21 horas, um choque da Força Pública desceu à rua Dr. Vilanova, espancando estudantes e populares. O pessoal correu em direção à Biblioteca Infantil Leopoldo Froes. Um bloco que estava na porta da faculdade correu para o interior do prédio. Logo depois, alguém que estava vigiando, por causa da reunião de professores, trancou a porta do prédio”.

“Os soldados quebraram os vidros da porta a coronhadas de fuzis e a tiros de metralhadora. Atiravam muitas bombas de efeito moral e de gás. Da sala em que estavam reunidos os professores, que foi trancada por dentro, ouvia-se o barulho de tiros, gritos e vidros quebrados”.

“Os soldados metralharam as paredes e arrebentaram a porta da sala em que estavam os professores, com bombas. Seis soldados entraram e apontaram as metralhadoras”.

“Os professores permaneciam encostados na parede. Um deles ponderou aos soldados que ali dentro só estavam professores, que podiam identificar-se. Explicou que aquela escola estava em calma e nada tinha a ver com a luta entre mackenzistas e alunos da Filosofia”.

“Os soldados saíram então da sala e uniram-se aos outros para continuar a ocupação da escola e prender os alunos”.

“Quando um dos professores percebeu que um estudante estava caído no corredor, ferido, saiu da sala e começou a chamar a atenção dos policiais: “Vocês não têm o direito de fazer isto. Por que vocês não vão vasculhar o Mackenzie?”

“O prof. Antônio Cândido de Melo e Souza foi trancado dentro de uma sala pela Polícia, com mais dois colegas. Quando conseguiu sair, conversou com os policiais e pediu condições para que todos se retirassem, o que foi concedido nos seguintes termos: os professores sairiam entre duas filas de policiais armados que os levariam até a barreira que fechou a rua Vilanova, na esquina da rua Major Sertório. Um carro do DOPS acompanhou os professores durante todo o trajeto”.

Incidente na rua

Ontem à noite, por volta das 22h15, os soldados que patrulhavam a área da rua Major Sertório compreendida entre as ruas Vila Nova e Maria Antônia, depois de apupados por um grupo de estudantes, investiram contra eles e, na correria, agrediram populares.

Cerca de 15 pessoas, entre estudantes, repórteres e populares refugiaram-se no interior de um bar que depois foi invadido pelos policiais. Todos foram obrigados a sair, em fila de um, escoltados pelos soldados.

Foram todos colocados de mãos para o alto e barriga contra a parede, enquanto os soldados os convidavam a repetir as vaias.

Os repórteres Nildo Carlos Oliveira, da FOLHA e Pedro Alfonso, dos Diários, foram soltos depois de se identificarem. Os que ficaram, entretanto, foram obrigados a sair em corrida desabalada após serem agredidos a cassetete, contra a parede.

Alunos da USP decidem contra a represália

Cerca das 21h30, com o CRUSP inteiramente lotado por estudantes e fechado por barreiras que não permitiam a aproximação dos carros, começou a assembleia para um balanço da situação e para o acerto das medidas a serem adotadas, inclusive com relação ao enterro de José Guimarães.

Ao contrário do que havia sido decidido anteriormente, o corpo do jovem secundarista não foi levado para o CRUSP, e sim para a Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia. O enterro ficou marcado, em princípio, para as 16 horas de hoje, mas os estudantes pretendem adiar ao máximo o sepultamento de José Guimarães.

A assembleia do CRUSP foi presidida por José Dirceu, presidente da UEE e um dos primeiros oradores foi Luís Travassos.

Em seu discurso, o presidente da UNE procurou demonstrar que “a briga não é entre faculdades, e sim do movimento estudantil contra uma minoria que estuda no Mackenzie e que compõe o Comando de Caça aos Comunistas, que estão armados, organizados e têm a cobertura da polícia”. Acrescentou que, à vista desse aspecto do problema, os estudantes haviam desistido da ideia de invadir a Universidade Mackenzie, uma vez que a luta não é dirigida contra essa escola e apenas contra o CCC.

Enterro do estudante morto será hoje; autópsia no IML

O velório do jovem morto ontem à tarde se prolongará pela manhã de hoje, e o enterro foi marcado — em princípio — para as 16 horas, em cemitério ainda não escolhido. Provavelmente, será no cemitério da Consolação.

Uma série de discussões precedeu ontem à escolha do local em que seria velado o jovem estudante. Até às 24 horas, o corpo ainda estava no Instituto Médico Legal, na rua Teodoro Sampaio. A princípio, a família concordara em entregar o corpo aos estudantes, para que fosse velado numa sala do Conjunto Residencial da Cidade Universitária, no Butantã. Depois, decidira-se que o velório seria feito na Santa Casa de Misericórdia, na rua Cesário Mota.

Mais tarde, resolveu-se que o corpo seria levado a uma casa na rua Pedro Taques, na Consolação. O velório seria aberto ali a todos os estudantes que desejassem comparecer, e por volta das 24 horas, um grupo numeroso de estudantes já esperava reunido naquela rua, à espera da chegada do corpo de seu jovem colega.

A Morte

Dois médicos legistas procederam ontem à noite à autópsia do corpo de José Guimarães: drs. Armando Rodrigues e Irai de Souza —assistidos pelo diretor do Instituto Médico Legal, sr. Arnaldo Siqueira; pelo médico do ISSU, dr. Anibal Anderoas, e por um médico residente.

O exame cadavérico durou pouco mais de uma hora, das 19h20 às 20h45. E os médicos verificaram que a arma que vitimou o secundarista era de alta potência, superior ao projétil de um revólver calibre 38. Isto levou os legistas à suposição de que se trata de bala disparada por um fuzil ou metralhadora.

Outra conclusão a que chegaram é a de que o disparo fora feito a distância. A bala penetrou na região occipital direita, saindo pela mesma região esquerda, deslocando a base do crânio.

Nenhum outro ferimento foi encontrado no corpo de José Guimarães. Sua morte foi instantânea.

A.4.3. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 12:

Um morto em novo conflito na rua Maria Antônia

Um secundarista de 20 anos morto com um tiro na cabeça, três universitários feridos a bala e mais de uma dezena com ferimentos resultantes de pedradas, além do incêndio de 5 carros do governo estadual, e pelo menos 30 presos, esse o saldo da batalha campal travada ontem, durante 10 horas, entre alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia.

A luta entre os universitários teve como palco os prédios das faculdades e a rua em toda a sua extensão. Toda espécie de armas foi usada, desde tijolos, rifles e revólveres até bombas de gás lacrimogêneo. Mais de 500 coquetéis “Molotov” foram atirados contra o prédio da Filo-USP, provocando muitos pequenos incêndios.

Passeata e depredações

O presidente da UEE, José Dirceu comandou seus colegas durante todo o tempo, em sua tentativa de entrar no Mackenzie. Deixou o teatro da luta ao saber da morte do secundarista quando então organizou uma passeata pelas ruas da cidade, aos gritos de “ditadura assassina”.

Diversos estabelecimentos comerciais da rua Maria Antônia, foram danificados. Os bares fecharam, enquanto dos prédios de apartamentos os moradores acompanhavam a luta pelas janelas. Uma bala perdida atingiu a porta de aço do prédio 211 da rua Maria Antônia, quase acertando um homem que tentava fechá-la. Um choque da Guarda Civil e outro da Força Pública limitaram-se a observar a luta a 300 metros, mas dentro do prédio do Mackenzie uma dezena de guardas civis guardava o prédio.

A batalha começa

Às 12h15, o presidente da UEE, comanda um grupo de universitários no revide às pedras atiradas do Mackenzie, logo após um incidente ocorrido na rua entre alunos das duas escolas. Várias barricadas são armadas na rua. O número de universitários da Filo- USP aumenta e o de populares também. Alguns rojões explodem de lado a lado. Carros da FP rondam as ruas das imediações.

Mais de 200 telhas são quebradas com uma pá. Os universitários improvisam uma maca para carregar “as armas”, que são depositadas nas calçadas. Dois “brucutus” sobem a rua da Consolação, mas não entram na Maria Antônia. Do telhado do Mackenzie, dois homens atiram: um de revolver, outro de carabina contra os universitários, na rua.

José Dirceu organiza os colegas e parte para o revide. Da Filo-USP saem foguetes de São João em direção ao Mackenzie. Deste, coquetéis “Molotov” são arremessados contra a rua e a Filo-USP. O esquema de segurança comanda a “operação apaga incêndios”. Cada “Molotov” que cai na Filo-USP é apagado com cobertores ou água.

“Chegou a hora, turma”

Às 14h15, José Dirceu, aos gritos de “chegou a hora, turma”, avança para invadir o Mackenzie. Verdadeira chuva de pedras e rojões é a resposta do Mackenzie. Há um recuo de 100 metros e uma barricada é armada na entrada de um estacionamento de carros.

Três guardas civis saem do Mackenzie e são cercados. Há correria. Os guardas atiram para cima. Os estudantes não recuam, avançam. Dois conseguem escapar. O outro é agredido. Entre a confusão de tiros, rojões e molotovs um grupo de estudantes da Filo- USP arrecada fundos entre os populares, “para a nossa causa, que é derrubar a ditadura”.

Às 14h30, outra tentativa de tomar o Mackenzie. Novo recuo sob saraivada de pedras e pau. Um estudante deixa a Filo-USP carregando 5 coquetéis Molotov. Um senhor gordo o intercepta, toma as bombas e sai com ele aos empurrões. Comenta-se que é seu pai.

Às 14h35, José Dirceu pede mais gente para iniciar outro ataque. Um estudante, mão enfaixada, fica encarregado de arranjar voluntários. Seis apresentam-se e partem para arrombar as portas de uma antiga churrascaria. Tábuas e restos de cadeiras e mesas são jogados na rua, transformados em barricada. As tábuas grandes servem de escudo aos universitários da Filo-USP.

“Você é da Polícia”

Às 14h45, a violência toma conta de toda a rua Maria Antônia. Vários universitários, atingidos por pedradas, são levados para o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, onde há um ambulatório. Um rojão de grande potência é atirado do Mackenzie. Cai no meio de um pequeno grupo. Um universitário cai, é socorrido. Está apenas tonto.

José Dirceu sai correndo com um pequeno grupo. Cerca um rapaz alto, de óculos. “Você é da polícia, saia já daqui”, diz. Os gritos de “lincha”, “lincha” ecoam pela rua. O rapaz corre,

mas é perseguido. José Dirceu retira-o das mãos de seus colegas e ele vai embora.

Um morto

Os universitários da Filo-USP entram na churrascaria, para atacar o Mackenzie por trás. Três sobem ao telhado e os rojões explodem sobre suas cabeças. Na calçada, um pequeno grupo continua atirando pedras. De repente, um cai. É o estudante Endois Anastácio Sinotti. Fora atingido por uma bala nas costas. É levado para a Faculdade de Ciência Econômicas, dali para as Clínicas.

Menos de uma hora depois, o secundarista José Guimarães, de 20 anos, aluno do Colégio Maria Cintra, é retirado nos braços de seus colegas de dentro da churrascaria: fora atingido por uma bala no ouvido. Transportado no carro de um jornal, morre no HC.

Outro universitário é atingido na perna por uma bala, quando se protegia junto a uma árvore na calçada da Filo-USP. É Rudolf Briria. Está no Hospital das Clínicas.

Também no prédio da churrascaria, o estudante C.A., que os seus colegas chamam de Said, é baleado. Está internado na Santa Casa.

CCC é preso

Às 15 horas, uma ambulância do Pronto Socorro Iguatemi, desce a rua Maria Antônia. Há debandada geral. É o socorro para um estudante ferido e que já estava no HC. O ataque é reiniciado. Nova confusão surge momentos depois. Um elemento do CCC, de nome Parisi, é reconhecido pelos estudantes da Filo-USP. Perseguido, é cercado na calçada da Faculdade de Ciências Econômicas. Em seu poder os estudantes encontram um revólver. É levado para dentro do prédio da Faculdade.

Somente a intervenção de José Dirceu acalma os ânimos e impede que o rapaz do CCC não seja linchado. O presidente da UEE sobe num carro e faz um pequeno comício. Neste momento chega ao seu conhecimento a morte do secundarista José Guimarães. Aos gritos de “ditadura assassina”, José Dirceu parte com dezenas de universitários para uma passeata, na qual foram incendiados cinco carros.

Bombeiros chegam

Às 15h50, chegam dois carros do Corpo de Bombeiros. A guarnição, comandada por um tenente, fora chamada para apagar um princípio de incêndio. Os carros param na frente da Filo-USP. Uma enorme pedra afunda o capô do carro de bombeiros. Um estudante escreve com “spray” no para-choque do carro: “assassinos”.

Os bombeiros limitam-se a debelar as chamas. Um sargento explica: “Calma, pessoal, nossa missão aqui é apenas para apagar o fogo”. Depois os bombeiros vão para a Faculdade de Ciências Econômicas, onde outro incêndio irrompera. Antes, o motorista dos bombeiros recebera uma tijolada num ombro.

Muro derrubado

Às 16h05, coquetéis “molotov” choviam no telhado e janelas da Filo-USP. Os universitários, da rua, avisavam aos colegas que estavam no prédio, qual o andar que estava pegando fogo. Às 16h45, o primeiro andar da Filo-USP era quase todo fogo. Baldes de água e cobertores foram usados para apagar o incêndio.

Improvizando aríetes de pedaços de madeira, os universitários da Filo-USP derrubam o muro de um terreno baldio vizinho ao Mackenzie. Há um ataque em massa, mas não passam além dos escombros do muro. “Cuidado com os tiros”, gritam alguns!

Um estudante sobe num caixote e faz rápido comício: “A repressão começou, pessoal. Os nossos colegas estão sendo reprimidos no largo do Paçandu. Quero dizer também que já queimamos 5 carros da Polícia”.

O estudante pede aos colegas maior vigor nos ataques e encabeça um. Os alunos do

Mackenzie mudam de alvo e passam a atirar rojões no meio da rua. Alguns universitários são atingidos. Um fotógrafo solta a máquina ao explodir um “molotov” junto aos seus pés. Há outro contra-ataque aos gritos de “a Polícia está do lado deles. O Mackenzie está cheio de guardas-civis, que os ajudam”.

“É americana, turma”

Às 17 horas, os estudantes do Mackenzie começam a atirar bombas de gás lacrimogênio. A fumaça envolve a rua Maria Antônia. Os estudantes protegem os olhos com lenços. Muitos sentem o efeito do gás.

Um universitário corre em direção à porta da Filo-USP. Volta trazendo uma lata. “É bomba de gás americana, turma”, diz. É cercado. Chama os fotógrafos para documentar.

Isso serviu para mais um comício. O ataque seguinte ao Mackenzie durou 15 minutos. Correu a notícia de que o Centro Acadêmico XI de Agosto estava sendo invadido “pela turma do CCC”. Vários estudantes organizaram uma milícia para “retomar” o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito.

Às 18h30 horas as explosões dos rojões e “molotov” faziam estremecer os prédios da Maria Antônia. As chamas lavram no prédio da Filo- USP. A biblioteca é ameaçada. Na rua há vários corre-corre: era anúncio falso de que a Polícia vinha reprimir.

Camisa do jovem morto

Às 19h30 horas, a rua Maria Antônia ainda é uma praça de guerra. “Molotovs” são atirados incessantemente sobre o prédio da Filo-USP. Alunos do Mackenzie pretendem, a todo custo, incendiar o velho casarão onde está instalada a Filosofia da USP.

A multidão de curiosos e estudantes silencia quando um jovem assoma a janela de um prédio na esquina das ruas Maria Antônia e Dr. Vila Nova. É José Dirceu, que voltava da passeata. Em suas mãos, uma camisa toda suja de sangue.

Nervoso, agitado, ele se dirige a populares e estudantes. Acusa o governo do Estado “de omissão propositada. Ele arma aqueles que querem destruir a nós, estudantes”. Convida a multidão a comparecer “ainda esta noite, a uma assembleia monstro no CRUSP. Ali decidiremos por uma manifestação que São Paulo ainda não assistiu. Não é

mais possível continuar esse estado de coisas.

Enquanto o líder falava, acenando para os populares com a camisa manchada de sangue, transferida em bandeira, a refrega entre os mackenzistas e os universitários da Filo-USP continuava.

Guarda Civil explica porque não guarneceu Filosofia-USP

“A Guarda Civil deixou de guarnecer o prédio da Faculdade de Filosofia por uma razão muito simples: não houve, por parte de sua direção qualquer pedido de policiamento preventivo”.

A explicação é do major Barcelos Lessa, comandante da Guarda Civil, ao esclarecer a razão pela qual a Guarda Civil mantinha ontem um contingente protegendo o edifício da Fundação Mackenzie e nenhum homem na guarda do edifício da Faculdade de Filosofia.

“Se os responsáveis pela Faculdade de Filosofia deixaram de solicitar proteção é porque se julgavam suficientemente garantidos. Tenho certeza de que um pedido de policiamento feito às autoridades competentes seria atendido imediatamente” – concluiu o major Barcelos Lessa.

Bala atingiu secundarista quando ele tentava alcançar prédio do Mackenzie

Às 14h50, três estudantes, entre eles o secundarista José Guimarães, resolveram entrar no Mackenzie de qualquer maneira. Penetraram numa churrascaria atrás do Mackenzie, na rua Maria

Antônia e subiram ao telhado. Descobertos pelos mackenzistas, serviram de alvo para rojões.

Tiros partem do interior do prédio do Mackenzie. Um deles atinge José Guimarães na cabeça. Ele tomba nos braços de seus dois colegas, sendo retirado às pressas do telhado e levado para a churrascaria. Não há ambulância nem médico. No carro de um jornal é levado para o Hospital das Clínicas. Mas não chega com vida. O ferimento fora mortal. Era a primeira vítima da luta entre Mackenzie e a Filo-USP.

Quem era

O estudante José Guimarães – segundo depoimentos de seus familiares e amigos – era um rapaz alegre. Gostava de dançar, embora não fosse um bom bailarino, de ouvir música da juventude, e de ler. Mas o seu “hobby” preferido era a pintura, a qual se dedicava todas as tardes, quando não trabalhava.

Tinha 20 anos de idade e cursava a terceira série do Ginásio Estadual Prof.^a Marina Cintra. Não gostava de usar ternos, preferindo sempre roupas esportivas, mais de acordo com a sua idade e temperamento.

Não tinha um emprego fixo, mas já trabalhava nos mais diversos serviços, em escritórios, jornais e em fábricas. Ultimamente não estava trabalhando, e passava a parte da manhã pintando a casa da rua Loejgren, 1474, esquina da Coronel Lisboa, para onde tinha se mudado há 5 dias, com sua mãe, d. Madalena Stocowski e sua irmã Maria Eugênia, de 16 anos de idade. À tarde dedicava-se à pintura de seus quadros abstratos e, à noite, quando não havia aula, jogava cartas ou ouvia música com seu amigo Paulo Roberto e outros.

Participação

Sua irmã Maria Eugênia diz que José Guimarães não participava do movimento estudantil. Essa afirmação, todavia, é contrariada pelos seus colegas, que afirmam ter ele comparecido por diversas vezes à Faculdade de Filosofia, participando das reuniões dos estudantes.

Ontem, José Guimarães saiu de casa dizendo que ia à rua Maria Antônia comprar telas e material para seus quadros. Maria Eugênia supõe que isso tenha sido uma desculpa para ir ver o conflito entre os estudantes do Mackenzie e da Filosofia. Mas continuava afirmando que José não tinha participação ativa no movimento estudantil. “Curiosidade só” – explica ela.

O caixão para o enterro de José Guimarães foi doado pelo sr. Arnaldo Siqueira, diretor do Instituto Médico Legal. A família concordou em que o corpo fosse velado no CRUSP, para onde seguiu logo após a autópsia.

Testemunhas dão sua versão sobre os incidentes de ontem entre os estudantes da Maria Antônia

Duas testemunhas situadas em diferentes locais, mas ambas com visão panorâmica dos acontecimentos, dão a seguir seus depoimentos sobre o que viram. Uma delas afirma que guardas-civis chegaram a orientar estudantes do Mackenzie quanto à posição de onde deveriam atirar “coquetéis molotov” em direção à Faculdade de Filosofia. Essa versão, contudo, não foi confirmada.

O comandante da Guarda Civil, mais tarde, afirmou que sua corporação protegeu apenas o Mackenzie, e não a Filo-USP, porque os diretores desta faculdade não pediram policiamento preventivo, pois se julgavam suficientemente garantidos.

Primeira testemunha

É o seguinte o depoimento da primeira testemunha:

Por volta das 15 horas, policiais da Guarda Civil orientavam os mackenzistas para que se colocassem em posição estratégica no alto dos prédios, de onde eram arremessados “coquetéis molotov”, pedras e paus na fachada da Faculdade de Filosofia.

Alguns guardas-civis correram o campus do Mackenzie, em dado momento, juntamente com os mackenzistas, juntando pedras e outros projéteis que eram armazenados nos últimos andares do prédio em construção fronteiro à Filosofia.

Combustível

Às 16 horas, quando terminava a reserva de gasolina dos alunos do Mackenzie, chegou ao portão de entrada da rua Itambé um Karman-Ghia branco trazendo combustível para os “molotovs”, o qual foi barrado por um inspetor da Guarda Civil.

Nessa altura houve um diálogo rápido entre o aluno do Mackenzie, bastante agitado e colérico, e o policial. O aluno disse que “entraria de qualquer maneira”, tendo em seguida passado por entre um grupo de policiais indiferentes, levando 30 litros de gasolina, aproximadamente. Um guarda-civil, de braços cruzados, comentava sorrindo: “Hoje eles põem fogo naquilo”, referindo-se à Faculdade de Filosofia.

(Uma outra testemunha viu por outro lado quando um guarda-civil, na rua Itambé, interceptava um estudante do Mackenzie que tentava adentrar o edifício de sua faculdade; o guarda suspeitava que o estudante estivesse levando armas de defesa pessoal para dentro de sua escola.)

A segunda testemunha

Diz a outra testemunha:

“Oitavo andar de um edifício que permitia plena visão do campo de batalha. Sobre os telhados do Mackenzie, rapazes de estilingue. Rapazes sem blusa. Uma figura não muito jovem. Há uma grande movimentação. Os rojões da USP estouram, enquanto o grupo do Mackenzie parece regozijar-se.

“Meu Deus! É uma voz amiga que exclama apavorada.

“Olho e vejo a razão do temor: sobre as telhas e os tijolos vermelhos surgiram carabinas. Conto: uma, duas, três. Sete ao todo. Rapaz sem camisa de Parabellum na mão.

“Uma bomba “molotov” explode sobre o portão de madeira do Mackenzie, bem abaixo da linha de fogo. Da guarita, localizada poucos metros adiante do portão, saem dois guardas, apontando metralhadoras enquanto outros policiais lançam bombas de gás que explodem e são enfrentadas pelos jovens na rua.

“De repente, um som seco, sem a repercussão do rojão. Escondo-me. Imediatamente ouço disparos.

“Perco a noção do tempo, mas em seguida aventuro-me a olhar novamente. “Um estudante na rua está morto”.

A.4.4. Transcrição: FSP, edição de 04 de outubro – Página 13:

Estudantes incendeiam carros nas ruas de SP

Trinta minutos após a morte do secundarista José Guimarães, 300 estudantes, liderados pelo presidente da UEE, José Dirceu, iniciaram uma passeata de duas horas pelas ruas da cidade, em que foram queimados quatro carros policiais e depredados dois. A passeata começou às 15h30, na rua Maria Antônia e terminou na praça da Bandeiras, quando soldados da Força Pública prenderam 35 estudantes (sendo 10 moças) e seis jornalistas.

O começo

São 15h30. Venta um pouco, mas está calor, na rua Maria Antônia, onde, quase na porta da Faculdade de Filosofia da USP, o universitário José Dirceu, presidente da UEE, faz um discurso, de cima de um Volkswagen azul.

Trezentos estudantes ouvem o líder, que, de vez em quando, passa a mão na cabeça para arrumar o cabelo liso e um pouco comprido. José Dirceu – um jovem de 22 anos – usa frases curtas e objetivas.

Está com uma blusa preta sobre uma camisa branca e sua calça azul é do tipo rancheira. Com um pé no para-lama e outro no capô do Volkswagen, José Dirceu protesta contra a morte do estudante José Guimarães, denuncia o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) da Universidade Mackenzie e fala em “tomada do poder pelo povo”.

Depois, desce do carro e um estudante o substitui.

José Dirceu volta a falar, desta vez para propor a passeata pelas ruas centrais da cidade. Os estudantes aprovam e a passeata sai. José Dirceu à frente, protegido pelo seu corpo de segurança (cerca de dez estudantes).

Carro incendiado

A passeata sai pela rua Maria Antônia e entra na Consolação, na contramão, rumo à cidade. O trânsito congestionava-se. O povo olha das calçadas e das janelas dos prédios altos. Os manifestantes obrigam um Aero-Willys preto, chapa branca, a parar.

O motorista não quer obedecer, leva um soco na cabeça, obedece. Os estudantes quebram os vidros do carro oficial. José Dirceu sobe na capota do automóvel, dá umas ordens aos estudantes, desce, a passeata continua. O Aero-Willys desaparece em velocidade.

Na esquina da rua da Consolação com a Av. Ipiranga, os manifestantes detêm um Volkswagen preto e amarelo, chapa branca 84-61-52, do DET. Um guarda civil, que dirigia o automóvel, leva uma paulada na cabeça e foge. Os estudantes põem fogo na viatura.

O fogo aumenta. Um rolo de fumaça preta sobe e o vento o leva para o norte. As chamas quase atingem a copa de uma árvore. A passeata desce a Av. Ipiranga. Guardas civis isolam o local e desviam o tráfego.

O fogo destrói totalmente o carro oficial em 20 minutos. Estalam os vidros, os pneus estouram, explode o tanque de gasolina. Quando três carros do Corpo de Bombeiros chegam, não há mais nada a fazer.

Não há repressão

Os carros do Corpo de Bombeiros chegam pela Av. Ipiranga. Eles vêm com as sirenes abertas e as lâmpadas vermelhas giram em cima das capotas. De longe, parecem os brucutus e os carros de choque do DOPS. Os estudantes pensam em dispersa-se, mas logo identificam os bombeiros, e a passeata continua.

Os manifestantes carregam duas faixas. Uma de “viva a UNE” e a outra de “abaixo o convênio MEC-USAID”. Gritam frases, em coro, contra o governo. De vez em quando, um grupo de estudantes se desgarra da passeata. Pinta frases pretas e vermelhas nos ônibus e nos prédios. Depois, volta para se unir aos companheiros. Esta operação é executada sempre com rapidez.

As frases são curtas e objetivas: “Assassinos: Mataram um estudante”. Os estudantes usam lápis de carvão ou cera para escrever as frases. Um deles está com um spray vermelho e por isso trabalha mais rápido que os outros.

A passeata segue pela Av. Ipiranga rumo à cidade. Os discursos se multiplicam, o trânsito se congestionava, um carro já foi incendiado e os policiais não apareceram até agora. Os próprios estudantes estranham a falta de repressão.

Aplausos e vaias

Na Av. Ipiranga, entre as ruas Barão de Itapetininga e 24 de Maio, a passeata intercepta um Aero-Willys da Força Pública. O soldado que estava no volante leva uma paulada no rosto e foge. O carro sem chapa, do Serviço de Coordenação Operacional da FP, é incendiado pelos manifestantes.

Dois soldados, que trabalham num semáforo das proximidades, desviam o trânsito e isolam o local. Vinte minutos e o carro oficial está completamente destruído. Os mesmos bombeiros que foram chamados para socorrer a viatura do DET socorrem, agora, o carro da FP. Mas eles chegam tarde: o automóvel já queimou.

Os estudantes param um Volkswagen cinza e José Dirceu sobre no capô para falar. Dá duas ordens: a) a passeata deve seguir para a praça da Sé; b) os estudantes não devem atentar contra os prédios e carros particulares.

Das janelas de um prédio vêm disparos e aplausos e palmas para os manifestantes. Logo depois, entretanto, quase na esquina das avenidas Ipiranga e São João, os estudantes são vaiados por pessoas que assistem à passeata de um prédio alto. Lá de cima, descem uns dois ou três baldes d'água. Alguns estudantes, molhados, gritam insultos na direção de onde veio a água.

Rádio-Patrolha

A passeata sai da Av. Ipiranga e entra na São João (na contramão). O trânsito é interrompido. Um dos manifestantes escreve, num ônibus, que “só a greve derruba o arrocho”. Grupos de estudantes afastam-se da passeata para fazer comícios-relâmpago ao povo e logo voltam para se unir aos companheiros.

No comícios-relâmpago eles falam muito na morte do estudante. O povo, parado nas calçadas, ouve calado.

Na Av. São João, entre a praça do Correio e a rua Conselheiro Crispiniano, os manifestantes obrigam a rádio-patrolha de prefixo 602 a parar. O soldado que dirigia a viatura leva uma paulada na cabeça e foge junto com o outro que estava ao seu lado. O carro é incendiado pelos manifestantes e, como o vento diminuía, leva mais tempo que os dois primeiros para ficar totalmente destruído.

O trânsito se afasta do incêndio e um guarda-civil se incumbe de isolar o local. Uma mulher grita – “é o fim do mundo” – e corre com uma criança nos braços. A sirene da viatura toca durante 10 minutos com o carro incendiado.

Mentira que salva

Agora, os manifestantes estão na praça do Correio, em cima do pontilhão da Av. Prestes Maia. Param uma perua Rural-Willys da Chefia Policial da Zona Norte. É um carro de presos. O motorista leva um soco no rosto e foge. Um investigador, que estava ao lado, avisa os estudantes que há presos na parte fechada do carro e também foge.

Os estudantes não sabem, exatamente, se há ou não presos no carro.

Eles não podem ver lá dentro e as portas traseiras do carro, por onde entram os presos, estão trancadas com cadeados. Na dúvida, os manifestantes decidem seguir sem incendiar a perua. Limitam-se a escrever frases no carro e a quebrar, com pauladas, todos os vidros.

Quando a passeata vai embora, subindo a Av. São João, o investigador volta com o motorista e, rindo, conta aos populares, que cercam o carro, que não há nenhum preso nele. Esta mentira evitara o incêndio.

Na esquina da Av. São João com a rua Libero Badaró, a passeata para defronte ao prédio Martinelli, onde no 7.o andar, fica o Sindicato do Bancários. Deste prédio vêm aplausos para os manifestantes. José Dirceu sobe num Aero-Willys e faz um breve discurso.

Na praça da Sé

A passeata sai da Av. São João e entra na rua XV de Novembro. Na esquina desta rua com a 3 de Dezembro, aparece um carro chapa branca da Secretária da Agricultura. No carro – uma Kombi – estão o motorista e uma senhora. Os estudantes resolvem respeitar a senhora e deixam o carro ir sem incendiá-lo.

No largo do Tesouro há muita gente na rua. São vários os comícios-relâmpago neste local. Logo depois, os estudantes estão na praça da Sé, onde obrigam uma perua Rural-Willys, sem chapa, do Departamento de Polícia Federal, a parar. O motorista leva uma paulada na cabeça e foge, junto com dois policiais que estão no carro. A perua é incendiada e, em menos de meia hora, o fogo a destrói completamente.

Os estudantes param e incendeiam este carro com a mesma técnica usada nos casos anteriores: ficam na frente do veículo, dão um soco ou uma paulada no rosto ou na cabeça do motorista, tombam o carro e põem fogo na parte de baixo, onde há graxa e resíduos de fácil combustão.

A cavalaria

Os manifestantes atravessam a praça da Sé e param na porta da Catedral para três discursos, um deles de José Dirceu. Depois, entram pela rua Senador Feijó e saem no largo São Francisco. Por onde os manifestantes passam o comércio e os bancos cerram as portas.

Logo depois que a passeata sai da praça da Sé, 50 cavalarianos da Força Pública aparecem. Perguntam para onde os manifestantes se dirigiram e são informados de que foram pela rua Senador Feijó. Não se sabe por que, entretanto, a cavalaria não persegue a passeata e fica policiando a praça da Sé, onde, a esta altura, não há mais nada, além da perua do DPF que o fogo consome.

Muita gente corre de medo da cavalaria. O povo acredita que ela vai investir com violência. Isso acaba não acontecendo e o povo volta para ver o carro queimar na praça.

A dispersão

No largo São Francisco, os estudantes fazem discursos defronte da Faculdade de Direito. Os manifestantes são os mesmos desde o início: cerca de 300 (30% de moças), todos jovens. Os rapazes usam, na maioria, roupa esporte. Muitos levam pedaços de pau nas mãos. Alguns carregam cartazes. As moças estão todas de calças comprimidas ou de saia e blusa. Eles espocaram fogos de artifício durante todo o tempo.

Do largo São Francisco, a passeata desce para a praça da Bandeiras. Cinco minutos depois, desce, também, do largo São Francisco para a praça das Bandeiras, um caminhão

com uns vinte soldados da Força Pública, armados e munidos de bombas de gás lacrimogênio.

Os estudantes começam a gritar: “dispersar, dispersar”. Em menos de um minuto, todos se dispersam. Correm para todos os lados. O caminhão da FP para na praça das Bandeiras. Os soldados saem atrás dos manifestantes e prendem 35; 25 rapazes e 10 moças. Seis jornalistas também são presos na praça das Bandeiras.

Muitos estudantes fogem de ônibus. Enfiam-se pelas filas já formadas, furando-as de qualquer jeito, [texto ilegível] aos trancos nos coletivos que [texto ilegível] ponto na praça das Bandeirantes. A [texto ilegível], entretanto, foge a pé, correndo pelas ruas vizinhas daquela praça. São 17h30. Termina a passeata que durou duas horas e deixou um saldo de quatro carros queimados, dois com os vidros quebrados, muitos ônibus e paredes pichados.

DOPS libera jornalistas e dá número de prisões

Por volta das 21 horas, o DOPS colocou em liberdade os seis jornalistas que haviam sido presos durante a cobertura da passeata no centro da cidade.

Foram soltos João Habencheiss, Iara Nagel Schmidt, Antônio Celso Alkimin, Mariângela Alves de Lima, Silvio Fiorane Junior e Roberto Benevides.

Os dois últimos jornalistas, o primeiro da “Gazeta” e o segundo da “Manchete”, disseram que haviam sido espancados por milicianos da Força Pública.

Os feridos

O número de estudantes feridos da rua Maria Antônia não pode ser fixado com certeza, porquanto muitos foram medicados em vários hospitais e prontos socorros particulares, enquanto outros, com ferimentos de menor gravidade, dispensaram socorros médicos.

Dentre os casos que se tem conhecimento, estão os do estudante Walfredo Antunes da Silva e outro não identificado, que foram atendidos no Pronto Socorro Iguatemi, com queimaduras graves provocadas por bombas molotov.

Na Santa Casa de Misericórdia, estão mais dois estudantes, ambos feridos a tiros: um no pé e outro à altura do joelho.

Estudantes detidos

O DOPS forneceu a seguinte relação dos estudantes maiores de idade que foram detidos. São eles:

Eduardo Musa Freitas Guimarães, José Mauro de Moraes, Francisco Antônio de Miranda Neto, Rubens Pereira César, Lamartine Bulanger de Moura Rodomiro Benedito, Waldemir Rodrigues Guerra, José Eduardo Rodrigues Curi, Wilson Akira Whotoko, Alfredo Burg Junior, Carlos Alberto Raimundo, Delfino Galindo, Osvaldo Zuppa Filho, Eugênio de Jesus Estrada, Artur Mora Freire, Fernando Neto Safatle, Germano Vesani, Augusto Pena de Barros Crus, José Ricardo Guimarães Ometi e Luís Silva.

Foram detidos e encaminhados ao Juizado competente os estudantes menores: Silvio Florindo dos Santos, João Batista Almeida, Sérgio Schultz, Renato André

Apensa, Nelson Soares Filho, Wilson Roberto Moreira da Silva, José Roberto Valeri Walker e Fernando Bustos.

Estes e mais os seis jornalistas totalizam as 35 prisões verificadas até as 21 horas, quando o DOPS comunicava que mais dois ônibus cheios de estudantes detidos, estavam sendo encaminhados àquela dependência.

Sodré diz que porá fim aos focos de agitações

O governador do Estado fez divulgar uma nota às 21h00 em que afirma que “eliminará o foco de conflitos e de agitações”.

Eis o texto da nota:

“1 – Relativamente às violências iniciadas quarta-feira por dois grupos de estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie, que se hostilizaram reciprocamente, o governo do Estado, naquele dia, promoveu todos os esforços de persuasão conciliadora evitando, com essas medidas, a intervenção policial, com a esperança de que, sem consequências graves, as divergências fossem superadas.

“2 – Nesse sentido, manteve contato com autoridades escolares e assegurou, com reduzido número de guardas-civis – que é força policial sem caráter de choque – a proteção do patrimônio de uma das escolas e que fora solicitada por sua administração ao governo, assinalando-se que a mesma proteção patrimonial foi impedida pelo grupo que ocupou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tinha, assim, o governo do Estado fundadas esperanças de, no dia imediato, conciliar as facções estudantis desavindas.

“3 – No decorrer do dia de hoje (3), prosseguiu o governo do Estado em suas tentativas de conciliação, mantendo novos contatos com os senhores reitores da Universidade de São Paulo, do Mackenzie e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, situadas na mesma área do conflito.

“4 – Entretanto, os dois grupos de estudantes não atenderam a quaisquer apelos e levaram suas divergências às ruas, com inaudita violência, usando inclusive armas de fogo: grupos oriundos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no decorrer do conflito, deslocaram-se, com fins meramente predatórios, para outras áreas da cidade, incendiando veículos públicos e particulares, e pondo em grave risco a segurança das pessoas que circulavam nas ruas e depredando patrimônio público e privado.

“5 – Diante da violência com que os grupos se conflitaram, com perturbação da ordem pública e riscos de vida, com uso ilegal de armas de fogo, e com as depredações efetuadas, o senhor governador do Estado determinou imediatamente o isolamento policial da área em conflito, a ocupação incontinenti de ambas as Faculdades e a repressão, com todo o rigor, às violências cometidas.

“6 – Recebeu, então, o senhor governador do Estado, em seu gabinete, comissão de mães de estudantes de ambos os estabelecimentos de ensino, que lhes fez um apelo para que sustentasse a ocupação policial de toda a área, com as suas inevitáveis consequências em face da violência consumada pelos grupos conflitantes, pois a comissão de mães tentaria, como derradeiro esforço, a conciliação entre os grupos de estudantes, que se atiravam a uma luta armada insólita nas tradições brasileiras.

“7 – O governador, atendendo ao apelo das mães, permitiu está mediação, advertindo, contudo, que incompreendido o gesto das mães aflitas, o governo do Estado, cumprindo o seu dever, intervirá com todos os recursos a seu dispor para eliminar esse foco de conflitos e de agitações que culminaram com a deplorável perda, na troca de tiros entre estudantes, da vida de um adolescente.

“8 – Determinou ainda, o sr. governador do Estado, a abertura de inquérito policial para a apuração de responsabilidades, a fim de que não fiquem impunes os crimes cometidos”.

Na secretaria de segurança

Por volta das 18h00, a Secretaria da Segurança divulgou um comunicado sobre os incidentes. O professor Hely Lopes Meirelles havia acabado de conferenciar por duas horas com o diretor da Faculdade de Filosofia, professor Eurípedes Simões de Paula, que comparecera à Secretaria acompanhado de 30 outros professores da Escola, todos demonstrando grande indignação.

Eis o texto do comunicado:

“O governador do Estado foi procurado em Palácio por uma comissão de mães de alunos dos dois estabelecimentos de ensino, comissão que se propôs servir de mediadora entre os dois grupos em conflito para o encontro de uma solução pacífica. O governador do Estado autorizou essa mediação e o secretário da Segurança e os comandos militares estão facilitando este contato, a ser feito no local dos incidentes para que a referida comissão possa ter êxito em sua tarefa”.

“No conflito entre os estudantes das duas escolas há um morto sem que a Polícia tenha participado dessa ação”.

“A população pode manter-se tranquila, pois a Polícia está empenhada na normalização da ordem e na ocupação da área em conflito para que cessem os choques entre os alunos das duas escolas. Se for necessário, e para evitar o agravamento da situação, serão ocupados os prédios das duas escolas”.

Senhoras propõem “muro de mães” para pôr fim ao conflito, mas não têm êxito

Uma comissão de senhoras da “União das Mães contra a Violência” foi ontem à tarde recebida pelo governador Abreu Sodré, que se comprometeu a dar ordens para que pudessem atravessar o cerco policial e chegar até a Faculdade de Filosofia da USP e ao Mackenzie para tentar a paz entre os estudantes.

Prometeu o governador que só na hipótese de fracassar a missão das mães, é que poria em prática o plano de fechar o cerco em torno das duas escolas e tentar evacuá-las para mantê-las fechadas durante dois ou três dias, até que os ânimos estejam serenados. Afirmou o governador que aquela guerrilha era entre estudantes e que o Estado apenas procurava evitar o pior.

Muro de mães

Ao ingressar no gabinete do governador, a comissão de mães não tinha nenhum plano. Disseram ao sr. Abreu Sodré que estavam desesperadas e não sabiam o que fazer, mas acreditavam que o governador “era um democrata, tinha sido estudante e participava também de manifestações de rua” e poderia ajudar a pôr fim à violência.

O governador informou-as do seu plano de cercar as escolas e evacuá-las. As mães, afirmando temer que a polícia piorasse as coisas, levantaram a hipótese de tentar a pacificação elas mesmas e, se necessário, formar um “muro de mães” para separar os jovens em luta.

O sr. Abreu Sodré disse que os estudantes, àquela altura, não estavam apenas nas imediações da Filosofia e do Mackenzie, mas tinham se espalhado por toda a cidade, mas estava disposto a dar ordem ao secretário da Segurança para que deixasse as mães atravessar o cerco policial e chegar às duas escolas. Acrescentou que poria à disposição um delegado de polícia para acompanhá-las e defendê-las, caso necessário. As mães recusaram, alegando que desejavam ir totalmente desarmadas, mas admitiram que um carro do Corpo de Bombeiros poderia ser útil – possibilidade que foi logo abandonada ao se saber que os estudantes haviam incendiado, entre outras viaturas, também uma dos bombeiros.

A vida vale mais

As mães fizeram questão de salientar que seu movimento não tem cor política e não desejavam que o nome de nenhuma fosse mencionado pelos jornais, não para evitar perseguições, e sim explorações políticas.

O governador afirmou que tem pensado em todos os meios de evitar a violência e que, mesmo tendo sido vítima dela, no comício do dia 1º de maio, recusou-se a autorizar a polícia a revidar.

Tentava por todos os meios o diálogo com a juventude, mas não podia, por outro lado, fugir à obrigação de garantir a propriedade particular, disse. Citou o caso de um prédio particular vizinho ao Mackenzie que foi invadido pelos estudantes e depredado. A isso, uma das mães respondeu que reconhecia e elogiava os esforços do governo de São Paulo para evitar a violência, mas achava que “a vida vale mais do que a propriedade”.

Moderação

As senhoras solicitaram ao governador facilidades para fazerem um apelo através do rádio e da televisão, para que as mulheres se mobilizassem para formar o “muro de mães” e pôr fim às violências.

O governador recomendou que tivessem cuidado nos seus pronunciamentos, evitando “pôr mais lenha na fogueira”. As mães reagiram com ênfase a essa hipótese, afirmando que se quisessem pôr mais fogo não precisavam recorrer ao governador.

Acrescentaram ainda que não eram elas, e sim outras pessoas e entidades que procuravam acirrar os ânimos – citaram como exemplo uma rádio da capital que, disseram, transmitia apelos a todos os alunos e ex-alunos do Mackenzie para que fosse participar do conflito. O sr. Abreu Sodré garantiu que as rádios não voltariam a fazer isso.

“Muito azul”

Uma das mães fez ao governador um apelo para que não se restringisse às informações dos que querem convencê-lo de que tudo está “muito azul” e nem às “fornecidas pelos radicais”.

Pediram que o governador ouvisse maior número de informantes e procurasse ser imparcial.

O sr. Abreu Sodré observou que levaria em conta o apelo, acrescentando que não usava óculos de Pangloss, nem gostava de radica’s.

Informou-as de que adiara sua viagem à Guanabara e que permaneceria no seu posto pronto para o diálogo e a solução democrática.

Toda a Polícia entrou em regime de prontidão

A Polícia Federal de São Paulo está de prontidão desde às 9 horas da manhã de ontem, por causa da batalha entre os estudantes da Filosofia- USP e do Mackenzie.

Para o gen. Silvio Correia de Andrade, titular do DPF, as providências são da alçada da Polícia do Estado, pois “o que ocorre na rua Maria Antônia é desordem e briga, e não manifestação política”.

Os federais apenas observam atentamente os acontecimentos, informou-se.

Às 15 horas, o gen. Silvio Correia de Andrade foi até o local dos incidentes, observando do interior do Mackenzie tudo que se passava. O sr. João Cândido Delfino, titular do SOPS federal, também esteve presente, chefiando uma equipe de agentes especiais.

Às 18 horas, o gen. Silvio Correia de Andrade conferenciou a portas fechadas com o assessor de gabinete do governador Abreu Sodré, Marco Antônio Castelo Branco. Perguntado se a visita teria alguma relação com boatos de que a polícia estaria se preparando para invadir o prédio da Filosofia, preferiu calar-se. Momentos depois, manteve contato telefônico com o delegado João Cândido Delfino, que estava no Mackenzie, ordenando a volta para o prédio da rua Piauí de todos os agentes federais, que ali deveriam ficar concentrados, aguardando ordens.

Também o DOPS

Desde as primeiras horas da tarde de ontem, o DOPS e o quartel Tobias de Aguiar, da Força Pública, também ficaram de prontidão. O DEIC (ex-DI) em regime de sobreaviso. O DEIC cedeu 200 investigadores para o DOPS.

A Força Pública reforçou de 120 para 400 o número de soldados para ficar de plantão no DOPS (tropa de choque). Os 35 presos passaram primeiro pelo DPM da Força Pública para depois serem removidos ao DOPS.

O delegado Orlando Rozante foi com uma equipe de investigadores para a rua Maria Antônia e, no fim da tarde, fez um relatório aos seus superiores sobre os acontecimentos. Segundo a Polícia, os estudantes em luta lançaram 66 petardos e três bombas de gás lacrimogênio.

O DOPS está informado, também, de que o estudante João Parisi Filho, que cursa o 5º ano de Direito no Mackenzie, suspeito de pertencer ao CCC daquela Universidade, foi sequestrado por um Volks azul 37-15-73.

Anexo B – Reprodução dos textos sobre a Invasão da PUC-SP (1977)

Estado de S. Paulo - 1977: Reprodução de imagem

B.1.1. ESP, edição de 23 de setembro – Página 01³⁹:

TEMPO EM SÃO PAULO
 Publicado: período de manuseio pela mídia. São Paulo
 Cópia e Lixo. Transmissão via satélite. Página 01

O ESTADO DE S. PAULO
 JULIO MESQUITA (1891-1997) - JULIO DE MESQUITA FILHO (1907-1989) - FRANCISCO MESQUITA (1927-1999)
 Capital e Interior de São Paulo Cr\$ 4,00 ANO 98 SEXTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1977 Nº 31.447 Domingo Cr\$ 8,00 Assinatura Cr\$ 720,00

Manobras da NATO: 12 mortos

BONN — As manobras que as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte — NATO — acantonadas na Alemanha Ocidental, encerraram ontem, e que não deveriam ter passado de manobras exercitadas militares, acabaram apresentando um resultado surpreendente. Segundo a polícia alemã, 12 pessoas morreram e cerca de cem foram feridas durante as manobras, denominadas Reforger 77, das quais participaram 33 mil soldados dos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e Alemanha Ocidental.

As manobras causaram 186 acidentes rodoviários, nos quais 94 pessoas sofreram ferimentos graves, e muitos outros em 20 milhões de metros. O mais sério desses acidentes — quatro mortos e cinco feridos — ocorreu quando um veículo militar se chocou contra um ônibus. Em Ullingen, um caminhão-tanque carregado de querosene tombou e explodiu em chamas. Catorze casas foram destruídas e cinco pessoas ficaram feridas. Além disso, a cidade de Wesen escapou por pouco de uma catástrofe. Por dois dias, duas casas-bombardieiros Phantom da Força Aérea norte-americana se chocaram. Os quatro tripulantes das duas aeronaves conseguiram saltar de pára-quedas pouco antes do choque. Um deles, porém, morreu, porque seu pára-quedas não se abriu a tempo.

As manobras foram condenadas pelo general norte-americano David Olt, que determinou o encerramento dos exercícios dois dias antes do previsto, logo depois que as tropas defensivas chegaram às forças atacantes e se retiraram para além do rio Rier, na região de Berlim. O soldado militar sobreviveu em Bonn, general Alexander Knyrkov, acompanhado as manobras na qualidade de observador do Pacto de Varsóvia.

A esquerda divide-se na França

REALI JÚNIOR
 Nota correspondente

As delegações dos três principais partidos de oposição, PC, PC Radical e de Esquerda, estiveram reunidas durante mais de 11 horas na sede do Partido Comunista, em Paris, mas não conseguiram chegar a um acordo sobre a atualização do programa comum que seria aplicado em caso de vitória nas eleições em março de 1978. As reuniões de ontem não foram interrompidas para que os 30 membros das delegações chegassem por Mitterrand, Marx-Léon e Fabre pudessem alcançar o jantar e explicar a imprensa a posição de cada partido.

O ponto principal de bloqueio das negociações continua sendo o problema das nacionalizações. A 11h30 da madrugada, Claude Bélier, da direção nacional do Partido Socialista, comunicou aos jornalistas que a reunião estava encerrada e que, apesar das concessões feitas por seu partido, não foi possível um entendimento. Até agora nenhum dos três líderes anunciou oficialmente o fim das negociações, embora não tenha sido marcada nova reunião. Os socialistas, ao deixar a sede do Partido Comunista, dirigiram-se para a sua sede, onde, a partir das duas horas da madrugada, a Comissão Executiva do Partido se reuniu para uma análise da situação. O PC reúne esta manhã a sua Comissão Central, com o mesmo objetivo.

Após o término da sessão vespertina, alguns líderes da oposição foram aos dois principais canais de televisão. O radical Fabre afirmou que as conversações estavam bloqueadas. Reconheceu que o PC fez concessões, consideradas insuficientes. O PC propôs reduzi-los de 1.350 para 728 o número das filiais dos nove grupos empresariais que nacionalizaria. Até prevista no programa comum. Fabre disse que os radicais preferiam apoiar a proposta dos socialistas. Ele admitiu a nacionalização apenas das filiais que estão sob total controle acionário dos nove grupos.

Realizado Mitterrand falou aos franceses, afirmando que foi ele o principal responsável pela aproximação entre comunistas e socialistas. Foi também um apelo direto a Mitterrand, com ar patético: "Agora, só depende de você e a assinatura de um acordo, esta noite ou amanhã cedo".

General despede-se
 Ao se despedir do serviço ativo do Exército, por atingir a idade-limite, o general Moacyr Feltgauer, chefe do EMFA, foi homenageado

O caso Lance poderá prejudicar o governo

WASHINGTON — A forma como o Senado se conduziu no caso do diretor do Orçamento, Bert Lance, tornou difícil, a partir de agora, encontrar homens de valor dispostos a assumir cargos de responsabilidade dentro do governo norte-americano. A opção é do ex-secrário do Tesouro, William Simon, e do ex-assessor do presidente Gerald Ford, Alan Greenspan.

As reações à renúncia de Lance, anunciada quarta-feira pelo presidente Jimmy Carter, variaram da aprovação à crítica, no Congresso, na imprensa e nos meios políticos norte-americanos.

Lance, responsável pela primeira crise política enfrentada pelo presidente Carter, viajou ontem para a Geórgia. Ao desembarcar em Calhoun,

do avião que o transportou de Washington, foi aplaudido por centenas de pessoas, ao som de uma banda. Em Atlanta, o presidente da diretoria do National Bank of Georgia declarou que, se Lance quiser, poderá assumir hoje mesmo a presidência da instituição.

Para substituir Lance no cargo de diretor do Orçamento, quatro nomes são citados como os mais prováveis: James McIntyre, vice-diretor do Orçamento; Robert Strauss, ex-presidente da Comissão Nacional Democrática; Alice Rivlin, diretora do Orçamento do Congresso; e Hale Champion, ex-diretor de finanças da Califórnia. McIntyre está ocupando interinamente o cargo.

Egydio dará autonomia a São José

Do serviço local

O governador Paulo Egydio Martins, acompanhado dos deputados Roberto Marinho, do MDB, e Nabil Chedid, da Arena, recebeu a imprensa no começo da noite de ontem no Palácio dos Bandeirantes, para anunciar sua decisão de promulgar o projeto, aprovado na Assembleia Legislativa, que dará novamente autonomia política ao município de São José dos Campos.

"Venho lutando há tempo considerável por uma mudança de meus pensamentos e fazendo força para persuadir que os meus atos são exatamente os que eu preciso. Então, dizendo que agora é uma decisão que eu acabo de tomar de promulgar o projeto", respondeu Egydio, ao ser indagado sobre os motivos que o levaram a essa decisão.

Egydio afirmou que pretende assinar a lei publicamente em São José dos Campos e, para isso, pediu aos líderes das futuras eleições em São José dos Campos, cuja data será marcada pela Justiça Eleitoral, que não se opusessem ao maior esforço possível para ganhar essas eleições.

Com relação a um eventual convite que faria a Sérgio Boina de Oliveira, para disputar a Prefeitura da Arena, o governador disse que tem como norma "não intervir em decisões dos dirigentes municipais".

Entretanto, acrescentou que o atual prefeito, Ednardo de Paula Santos, será aprovado na administração pública quando terminar seu mandato, "pois já prestou relevantes serviços ao meu governo, tendo ganhado o meu respeito e minha admiração".

Gasolina: novo aumento na 2ª

Do serviço local

Os novos preços dos combustíveis entraram em vigor a partir de ontem, de segunda-feira, dia 26, e não mais no dia 1º, como anunciara o ministro Henrique Simonson. O aumento será de 5%, compreendendo a gasolina (de Cr\$ 1,30 para Cr\$ 1,36,50), o álcool (de Cr\$ 7,60 para Cr\$ 8,00), o óleo combustível (de Cr\$ 9,81 para Cr\$ 10,30), o óleo diesel (de Cr\$ 5,94 para Cr\$ 6,24), o óleo diesel (de Cr\$ 5,94 para Cr\$ 6,24).

Segundo fontes de Brasília, a decisão foi tomada pelo presidente Getúlio, diante das ponderações do ministro das Minas e Energia, Sérgio Ulkei, de que a divulgação antecipada pelo ministro da Fazenda poderia fazer com que as distribuidoras estocassem combustíveis.

Urânio de Angra está ameaçado

CARLOS CONDE
 Enviado especial

Uma lei que os Estados Unidos deveriam aprovar, refletindo a média das propostas defendidas por um projeto da Casa Branca, um do Senado e outro da Câmara dos Representantes, poderá colocar em risco o fornecimento, ao Brasil, de 12 mil quilos de urânio enriquecido, necessário ao funcionamento da usina Angra 1. Embora o Itamaraty por diversas vezes se tenha declarado contrário a essa hipótese — "Os Estados Unidos comprometeram-se mediante acordo a fornecer o urânio, não há nada a negociar ou renegociar", tem afirmado o conselheiro Luiz Felipe Lampra — o governo Carter parece inclinado a adotar orientação oposta.

O projeto formulado pela Casa Branca sustenta que, "em futuro próximo", será necessário "fortalecer as condições para a cooperação nuclear por parte dos Estados Unidos, através da renegociação de acordos existentes, com vistas a alcançar os mesmos padrões que serão exigidos para novos acordos".

Deputado lança o nome de Frota

Do serviço local

A candidatura do ministro Bívio Frota, do Exército, a presidente da República foi lançada ontem em discurso na Câmara pelo deputado armista Biquitanga Campos, que reafirmou sua "incondicional simpatia pelo nome do herói estadunidense para impedir o 3º governo da Revolução". Declarando-se obediente ao comando do general Getúlio, o parlamentar goiano aderiu, contudo, ser necessário um pronunciamento direto e definitivo do presidente a respeito da sucessão, "pois a constituinte estabeleceu a colocação em risco a estabilidade das instituições".

Ato público termina com 2 mil presos

Os lacrimogêneos, bombas de efeito moral, cerca de dois mil estudantes presos acabam assim, ontem às 22 horas, o ato público programado para a PUC, no qual, desde 21 e 20, os líderes estudantis estavam lendo uma "Carta à População", discutindo a reorganização da UNE e lendo a ata do III Encontro Nacional de Estudantes — encontro que, segundo eles, foi realizado secretamente de manhã, por 180 representantes, em um dos salões da PUC.

Da operação policial, comandada pelo secretário Raimundo Dias, participaram 800 policiais. Após o cerco do prédio, começaram a ser lançadas as bombas, e alguns estudantes se feriram ao fugir e ao pular muros. O secretário da Segurança ordenou o encaminhamento de todos os detidos para uma traseira e posterior envio ao Depsa. Quem não fosse aluno da PUC moraria, segundo ele, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

No III Encontro Nacional, segundo os estudantes, aprovou-se a criação de uma Comissão Nacional Pro-UNE.

Após 15 minutos de ato público, a polícia cercou a PUC, jogou bombas e levou os estudantes para o Depsa

³⁹ Imagens reproduzidas a partir do Acervo Online do jornal Estado de S. Paulo. Encontrado em: <<http://acervo.estadao.com.br/>> (Visitado em 11/03/2016)

23 DE SETEMBRO DE 1977 — SEXTA-FEIRA

13 — O ESTADO DE S. PAULO

Bombas e 2 mil prisões na PUC

Do serviço local
e de segurança

Atirando bombas de gás lacrimogêneo e de efeito mais dentro da universidade, a polícia diuturna, às 21 e 45 de ontem, um ato público que vinha sendo realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cerca de dois mil participantes foram presos segundo câmbios do secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias. Os que pertenciam a outras universidades ou já tinham passagens pelo Depes explicam esse sero enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

O ato começou às 21 e 30, com a leitura da ata do III Encontro Nacional de Estudantes, cuja realização foi anunciada por um aluno à tarde, na PUC. Em seguida, os alunos passaram a gritar pela criação da UNE e, quando estava sendo lida uma Carta à População, os manifestantes foram surpreendidos pela chegada de 800 policiais em

viaturas de três batalhões de choque da PM. No mesmo momento, Erasmo Dias, acompanhado do delegado geral do Depes, Rômulo Tuma, e do comandante da PM, Torres de Almeida, desceu de uma viatura em frente à universidade, gritando "vamos acabar com essa peste". Em meio às explosões de novas bombas, que quebraram alguns vidros da frente da universidade, estudantes, funcionários e professores eram retirados do restaurante e de salas de aula e levados para o estacionamento — na esquina das ruas Barão de Monte Alegre e São Carlos — para serem conduzidos em ônibus da CMTA para o quartel do batalhão Tobias de Aguiar.

No estacionamento, auxiliado pelo padre Márcus Dantas, que dava aula de Latim quando começou a invasão, Erasmo Dias, empunhando um megafone, separava os alunos por universidade, dispunha professores e funcionários, enquanto as estudantes grávidas eram colo-

cadas em ônibus especiais. Às 23 e 30, uma frota da CMTA saiu para o quartel, seguida de baúdos da PM, com quatro policiais armados dentro de cada ônibus.

Seu participante do ato público foram feridos quando tentavam fugir: quatro foram atingidos no Ponto Baccaro da Barra Funda, vítimas de queimaduras e cortes que sofreram ao pular os muros da PUC. No interior da universidade, policiais varriam a grande quantidade de faixas, panfletos e material impresso.

No final da operação, que Erasmo Dias classificou de "ação de combate", o delegado geral do Depes justificou o enquadramento dos presos na Lei de Segurança Nacional, "visto ficando como Minha ordem foi desobediência e não não pode ficar assim". Após a triagem, feita na madrugada, os presos começaram a ser encaminhados ao Depes.

Para alunos, já houve a reunião

Por volta das 14 horas, ao mesmo tempo em que cerca de 1.500 universitários participavam de uma Assembleia Metropolitana Estudantil, no Salão Beta da PUC, no começo da tarde de ontem, um aluno anunciava que o III Encontro Nacional de Estudantes acabava de se realizar. Segundo o estudante, 120 delegados, representantes de diversos Estados reunidos na sala 225 do prédio novo da PUC, haviam decidido criar uma Comissão Nacional Pro-UNE (União Nacional dos Estudantes). A reunião, que poderia durar o dia todo se fosse realizada abertamente, terminou em menos de três horas, segundo os alunos, sem conhecimento dos participantes da assembleia metropolitana.

As condições para reorganização da UNE, segundo os estudantes, serão analisadas por uma comissão que estudará a coordenação política do movimento estudantil. Ao prestar essas informações, os universitários afirmaram que a entidade "se será criada quando outros setores da população estiverem mobilizados para apoiar a UNE". Foi a possibilidade de uma nova intervenção da polícia que levou os estudantes a optar por uma reunião na sala de encontro. Foi discutida apenas a pro-

posta principal de criar a comissão para estudar a reestruturação da UNE, e até mesmo o número de delegados representantes de cada entidade estudantil foi reduzido de cinco para um. "Caso contrário — observam — seria impossível promover a reunião em uma sala de aula e secretamente". E contam que, com exceção dos delegados e dos membros da Comissão de Segurança e Comissão Executiva Nacional, poucos estudantes sabiam da decisão de promover o ENE ontem. Nem mesmo a imprensa teve acesso à reunião, embora — segundo eles — alguns grupos defendessem a presença de repórteres no local.

Egydio decidiu não usar LSN

O governador Paulo Egydio Martins afirmou ontem que os estudantes decididos quarta-feira na Faculdade de Medicina da USP não foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por determinação sua, como "não um gesto claro e positivo de que eu pretendo sempre o entendimento pelo uso da razão e não do desafio ou da violência". Quando se afastou pelo fato de não ter havido violência, Egydio não seio continuar aberto ao diálogo com os estudantes. "A prova disso é que eles me procuraram até em altas horas da madrugada e eu me incluí em minha residência particular".

O secretário da Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, assim se manifestou sobre a realização do III ENE, ontem, na PUC: "O III Encontro Nacional dos Estudantes, amplamente divulgado, não aconteceu na data marcada. Agora, se há uma reunião clandestina, numa livaria, num apartamento ou mesmo numa universidade, no dia seguinte, e se ela resolve instituir a República

de Brasília no Brasil, não tenho nada a ver com isso. A única coisa que posso fazer é apurar e analisar os acontecimentos, se é que eles existiram".

O secretário recebeu a informação de que os estudantes estavam reunidos na PUC, às 11 horas, em Guarulhos, quando acompanhava o governador na inauguração de um bloco de apartamentos e um posto policial no Conjunto Residencial Magalhães Prado. Depois de receber a informação do comandante geral da Polícia Militar, Erasmo Dias voltou para seu gabinete, abandonando a cortina do governador. "Se sai de Guarulhos depois que foi inaugurado o posto policial, os outros não vão ficar respeito à pasta da Segurança e a minha presença não era mais necessária".

Segundo Erasmo Dias, a posição do governo federal é bem clara no que diz respeito às manifestações estudantis. "Os estudantes podem se reunir dentro do tempo das universidades e promover atos de contrição, ato de solidariedade, ato de protesto e

Manifesto repudia a repressão policial

Um manifesto de repúdio aos fatos acontecidos na manhã de quarta-feira, na Faculdade de Medicina da USP, foi lido ontem, em voz alta, por 300 alunos da escola, diante da sala do diretor Carlos de Silva Lacerda. A sala foi invadida por cerca de 800 estudantes, que começaram a se reunir no chão, fazendo três alunos que chegaram ao acenotamento da reunião e ficaram comunicados. Mas, o objetivo principal da reunião não aconteceu, pois o diretor Silva Lacerda viajou ontem para a Rio e sua substituta, professor Canales, encontrou-se apenas com os representantes dos estudantes, através de eleições livres e não anuladas aos órgãos oficiais".

Uma comissão entregou o manifesto ao diretor, se ele estiver em São Paulo.

No documento, elaborado ontem no meio de uma assembleia geral dos estudantes de Medicina da FUMSP, os alunos reafirmam sua estrutura diante "do fato de autoridades universitárias não se preocuparem de forma efetiva frente a uma flagrante violação dos princípios de autonomia universitária". E tornam a dar apoio à "instituição livre e independente, livremente representativa dos estudantes, através de eleições livres e não anuladas aos órgãos oficiais".

As prisões, no campus, e a espera no estacionamento

O MAIOR FINANCIAMENTO DA HISTÓRIA DO BANCO DO BRASIL COMEÇOU COM UM GRITO.

A Independência do Brasil custou mais que idealismo. Além da indenização paga a Portugal pela perda da antiga colônia, o jovem Império assumiu pesada dívida contraída com a Inglaterra pela Coroa Portuguesa. Mas o preço da liberdade não terminou aí. Em algumas províncias, portugueses e brasileiros entraram em choque,

enquanto que nas fronteiras, mal definidas, os problemas se acumulavam. Para garantir a paz e, ao mesmo tempo, consolidar internamente a Independência, era necessário manter tropas bem armadas e bem abastecidas, com todo o custo que isso representava.

Nesse delicado momento histórico, entrou em cena o

Banco do Brasil. Coordenando exportações, de forma a garantir uma balança de pagamentos equilibrada. Arrecadando impostos. Obtendo empréstimos. Investindo seus próprios recursos nas aspirações de todo um povo.

Quando a luta pela Independência cessou, o Banco do Brasil continuou mobilizado. Agora para enfrentar e vencer a

campanha do desenvolvimento. Essa batalha até hoje, em muitas frentes. Financiando a indústria, o comércio, a agricultura. Estimulando o comércio exterior, incentivando o empreendimento destinados a promover a progressiva substituição das importações, prestando serviços a todo o país através de uma

rede de mais de mil agências. E com uma presença cada vez maior no exterior. É uma inextinguível responsabilidade. Mas desde 1808 o Banco do Brasil se dispõe a enfrentá-la.

BANCO DO BRASIL
Um grande país precisa de um banco assim.

⁴⁰ Imagens reproduzidas a partir do Acervo Online do jornal Estado de S. Paulo. Encontrado em: <<<http://acervo.estadao.com.br/>>> (Visitado em 11/03/2016)

Estado de S. Paulo - 1977: Textos transcritos e convertidos em .docx

B.2.1. Transcrição: ESP, edição de 23 de setembro – Página 01

Ato público termina com 2 mil presos

Gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, certa de dois mil estudantes presos acabou assim, ontem às 22 horas, o ato público programado para a PUC, no qual, desde 21 e 30, os líderes estudantis estavam lendo uma “Carta à população”, discutindo a reorganização da UNE e lendo a ata do III Encontro Nacional de Estudantes - encontro que, segundo eles, foi realizado secretamente de manhã, por 120 representantes, em um dos salões da PUC.

Da operação policial, comandada pelo secretário Erasmo Dias, participaram 900 policiais. Após o cerco do prédio, começaram a ser lançadas as bombas, e alguns estudantes se feriram ao fugir e ao pular muros. O secretário de Segurança ordenou encaminhamento de todos os detidos para uma triagem e posterior envio ao Deops. Quem não fosse aluno da PUC estaria, segundo ele, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

No III Encontro Nacional, segundo os estudantes, aprovou-se a criação de uma Comissão Nacional Pró-UNE.

B.2.2. Transcrição: ESP, edição de 23 de setembro – Página 13

Bombas e 2 mil prisões na PUC

De Serviço local e de sucursal

Atirando bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral dentro da universidade, a polícia dissolveu, às 21 e 45 de ontem, um ato público que vinha sendo realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cerca de dois mil participantes foram presos segundo cálculos do secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias. Os que pertencem a outras universidades ou já tenham passagem pelo Deops explicou ele, serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

O ato começou às 21 e 30, com a leitura da ata do III Encontro Nacional de Estudantes, cuja a realização fora anunciada por um aluno à tarde, na PUC. Em seguida, os alunos passaram a gritar pela criação da UNE, e quando estava sendo lida uma “Carta à população”, os manifestantes foram surpreendidos pela chegada de 900 policiais em viaturas de três batalhões de choque da PM. No mesmo momento, Erasmo Dias, acompanhado do delegado geral do Deops Romeu Tuma e do comandante da PM Torres de Melo, desceu de uma viatura em frente à universidade gritando “vamos acabar com essa passeata”. Em meio às explosões de novas bombas, que quebraram alguns vidros da frente da universidade, estudantes, funcionários e professores eram retirados do restaurante e de salas de aula e eram levados para o estacionamento - na esquina das ruas Bartira e Monte Alegre - até serem conduzidos em ônibus da CMTC para o quartel do batalhão Tobias de Aguiar.

No estacionamento, auxiliado pelo padre Mateus Garcez que dava aulas de Latim quando começou a invasão, Erasmo Dias, empunhando um megafone, separava os alunos por Universidade, dispensava professores e funcionários, enquanto as estudantes grávidas eram colocadas em ônibus especiais. Às 23 e 20, uma frota da CMTC saiu para o quartel, seguida de batedores da PM, com quatro policiais armados dentro de cada ônibus.

Seis participantes do ato público ficaram feridos quando tentavam fugir, quatro foram atendidos no Pronto Socorro da Barra Funda, vítimas de queimaduras e cortes que sofreram ao pular os muros da PUC. No interior da universidade, policiais vasculhavam as dependências recolhendo grande quantidade de faixas, panfletos e material impresso.

No final da operação, que Erasmo Dias classificou como “ação de combate”, o próprio secretário justificou o enquadramento dos presos na Lei de Segurança Nacional “estão brincando comigo. Minha ordem foi desobedecida e isso não pode ficar assim”. Após a triagem, feita na madrugada, os presos começaram a ser encaminhados ao Deops.

Para alunos, já houve a reunião

Por volta das 14h, ao mesmo tempo em que cerca de 1.500 universitários que participavam da Assembléia Metropolitana Estudantil, no Salão Beta da PUC, no começo da tarde de ontem, um aluno anunciava que o III Encontro Nacional de Estudantes acabava de se realizar. Segundo o estudante, 120 delegados, representando entidades estudantis de diversos Estados reunidos na sala 225 do prédio novo da PUC, haviam decidido criar uma Comissão Nacional Pró-UNE (União Nacional dos Estudantes). A reunião, que poderia durar o dia todo se fosse realizada abertamente, terminou em menos de três horas, segundo os estudantes, sem conhecimento dos participantes da assembléia metropolitana.

As condições para reorganização da UNE, segundo os estudantes, serão analisadas num outro Encontro Nacional, cuja data será marcada por uma comissão que estudará a coordenação política do movimento estudantil. Ao prestar essas informações, os universitários afirmaram que “só será criada quando outros setores da população estiverem mobilizados para apoiar a UNE”.

Foi a possibilidade de uma nova intervenção da polícia que levou os estudantes a optar por uma redução na pauta do encontro. Foi discutida apenas a proposta principal de criar a comissão para estudar a reestruturação da UNE, e até mesmo o número de delegados representantes de cada entidade estudantil foi reduzido de cinco para um. “Caso contrário - observam - seria impossível promover a reunião em uma sala de aula e secretamente”. E contam que, com exceção dos delegados e dos membros da Comissão de Segurança e Comissão Executiva Nacional, poucos estudantes sabiam da decisão de promover o ENE ontem. Nem mesmo a imprensa teve acesso à reunião, embora - segundo eles - alguns grupos defendessem a presença de repórteres no local.

Egydio decidiu não usar LSN

O governador Paulo Egydio Martins afirmou ontem que os estudantes detidos quarta-feira na Faculdade de Medicina da USP não foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional por determinação sua, como “mais um gesto claro e positivo de que eu pretendo sempre o entendimento pelo uso da razão e não do desafio ou da violência”. Dizendo-se satisfeito pelo fato de ter havido violência, Egydio reiterou continuar aberto ao diálogo com os estudantes. “A prova disso é que eles me procuraram até em altas horas da madrugada e os recebi inclusive em minha residência particular”.

O Secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, assim se manifestou sobre a realização do III ENE, ontem, na PUC: “O III Encontro Nacional dos Estudantes, amplamente divulgado, não aconteceu na data marcada. Agora, se há uma reunião clandestina, numa favela, num apartamento ou mesmo numa universidade, no dia seguinte, e se ela resolve instituir a República Sindicalista no Brasil, não tenho nada a ver com isso. A única coisa que posso fazer é apurar e analisar os acontecimentos, se é que eles existiram”.

O secretário recebeu a informação de que os estudantes estavam reunidos na PUC, às 11 horas, em Guarulhos, quando acompanhava o governador na inauguração de um bloco de apartamentos e um posto policial no Conjunto Zezinho Magalhães Prado. Depois de receber a informação do comandante geral da Polícia Militar, Erasmo Dias voltou para seu gabinete, abandonando a comitiva do governador “Só saí de Guarulhos depois que foi inaugurado o posto policial. Os outros atos não diziam respeito à pasta da Segurança e a minha presença não era mais necessária”.

Segundo Erasmo Dias, a posição do governo federal é bem clara no que diz respeito às manifestações estudantis: “Os estudantes podem se reunir dentro do campus das universidades e promover ato de contrição, ato de aceitação, ato de protesto e ato do que quiserem, o que não podem é desafiar a autoridade”.

Enquanto o secretário conversava com os jornalistas, o governador Paulo Egydio ligou para seu gabinete querendo informações sobre a realização do III ENE. Segundo o governador, haviam telefonado para o Palácio dos Bandeirantes, informando que o encontro havia sido realizado na PUC. “O que realmente ocorreu - explicava Erasmo Dias ao governador - foi que alguns estudantes telefonaram para todas as redações de jornais avisando da realização do encontro. Mas o que aconteceu foi um ato público dentro da universidade”.

Erasmo Dias afirmou que a única informação oficial que poderia dar é que todos os estudantes que vieram de outros Estados para participar do III ENE já tinham ido embora. “Como não pode ser realizado o encontro nacional, a maioria dos estudantes já retornou para seus Estados. Agora se eles já retornaram do retorno, nós vamos apurar”.

Manifesto repudia a repressão policial

Um manifesto de repúdio aos fatos acontecidos na manhã de quarta-feira, na Faculdade de Medicina da USP, foi lido ontem, em voz alta, por 300 alunos da escola, diante do diretor Carlos da Silva Lacaz. A nota - lida depois de serem dados diversos comunicados sobre o encontro que, segundo os estudantes foi realizado pela manhã - pedia esclarecimento do diretor da Faculdade quanto a sua atitude diante do ato repressivo e a inclusão do tema na próxima reunião da Congregação.

A manifestação em frente à sala do diretor Silva Lacaz durou cerca de 20 minutos. Os estudantes se reuniram no “hall” da escola e foram subindo, aos poucos, para o primeiro andar do prédio, onde está a sala do diretor. Lá, espalharam-se pelos corredores e pelas escadas e sentaram-se no chão, ouvindo três alunos que narraram os acontecimentos da manhã e fizeram comunicados.

Mas, o objetivo principal da reunião não aconteceu, pois, o diretor Silva Lacaz viajou ontem para o Rio e seu substituto, Professor Canelas, encontrava-se em aula. Assim, o documento pôde apenas ser lido e afixado na porta da diretoria. Provavelmente hoje, uma comissão entregará o manifesto ao diretor, se ele estiver em São Paulo.

No documento, elaborado ontem em meio a uma assembléia geral dos estudantes de Medicina da FMUSP, os alunos reafirmaram sua estranheza diante “do fato de autoridades universitárias não se pronunciarem de forma efetiva frente a uma flagrante violação dos princípios de autonomia universitária”. E tornam a dar apoio às “entidades livres estudantis, legitimamente representativas dos estudantes, através de eleições livres e não atreladas aos órgãos oficiais”.

FOLHA DE S. PAULO

Editor Responsável: Boris Casoy
Ano LVI — No 17.763 • Um jornal a serviço do Brasil • São Paulo, sexta-feira, 23 de setembro de 1977 • AL. Diário de Linceira, 325 • Cr\$ 4,00

As 21h50, a Polícia dissolve manifestação de estudantes

Presos 1.000 na PUC

O secretário da Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, comandou pessoalmente a operação policial que interrompeu a ação pública que se realizava ontem à noite diante da PUC, prendendo todos os manifestantes. Estimados em mais de mil pessoas. Todos os detidos foram transportados em 20 ônibus da CATC para o Batalhão Tobias Amaral da Polícia Militar, na avenida Tiradentes.

"O ato público está proibido", disse o secretário. "Comícios, passeatas e qualquer tipo de ato público estão proibidos. Todos serão presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Não aceitaremos diálogo. Onde é que nós estamos?"

Os manifestantes pretendiam festejar a reconstituição da União Nacional dos Estudantes e criticar a ação policial que impediu a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, quarta-feira, na USP. As 21h50 de ontem, vinte minutos depois do início do ato, os estudantes foram a pique do 111 Encontro quando agentes do Deops e da batalhão de choque, que assistiam tudo à distância, impediram o prosseguimento da manifestação.

Cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e o efeito moral foram empregados pelos policiais. Os estudantes correram para os três prédios da PUC, de onde foram retirados pela Polícia, que posteriormente liberou professores e funcionários.

Em fila indiana e de mãos dadas, os detidos foram conduzidos ao estacionamento da PUC, onde permaneceram sentados. O vice-reitor, Ednaldo Vail, disse que "vários alunos estavam assediados nua. Como é que vocês querem que eu me aliste com a Polícia Invalidez assim e eu posso? Como é que pode?"

O vice-reitor foi procurado pelo delegado Thomaz Tuma, do Deops, que o convidou para uma conversa com o secretário da Segurança. O coronel Erasmo informou então que os nomes dos detidos de ontem serão checados com as três listas de estudantes presos em manifestações anteriores.

As 22h0, o secretário se dirigiu aos detidos no estacionamento, utilizando um megafone.

"Vamos proceder a uma triagem. Os que são da USP, estão presos. Os professores e os que não são estudantes serão liberados agora. Os estudantes da PUC que não tiveram antecedentes também estão liberados. Os demais ficarão presos."

A estudante Jurema Cursino Traian Stumpf, da Faculdade de Ciências Sociais da USP, sofreu uma queimadura na mão e ferimentos nas pernas, devido à explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo, e foi conduzida a um Pronto Socorro, juntamente com outras duas, Teresa Barcos e Neto, que desmaiaram durante a ação policial.

"Vou mandar invadir a gráfica", disse o secretário ao vice-reitor.

"Para que isso? O sr. já acabou com tudo", respondeu à própria retorta, Nadir Kfour, que não assistiu ao início dos acontecimentos.

"Vou mandar invadir a gráfica", repetiu o secretário.

É recusada a invasão, concordando antes que um membro da PUC assistisse, como pediu um professor, "para ver o que vai acontecer".

Os detidos que conduziram os presos não entraram na sede do batalhão. Estacionados dentro, tiveram as portas abertas um de cada vez, com os estudantes sendo em fila indiana e entrando no "Tobias Amaral".

Folha de S. Paulo mostra grande e grande número de estudantes, no estacionamento frente à PUC, na rua Morro Negro. Os estudantes foram depois transportados para o quartel da Batalha Tobias de Aguiar.

Egídio comenta sua sucessão e fornece nomes

"Retiro que não tenho candidato, uma vez que pretendo sair à base e a cúpula do partido e todos aqueles que participam da vida do Estado para depois lançar ou anunciar um nome", disse ontem o governador Paulo Egídio, referindo-se à sua sucessão, durante a inauguração do conjunto habitacional da Cecap, em Guarulhos.

O chefe do Executivo paulista afirmou que pretende ouvir também sindicalistas e trabalhadores a fim de ter uma visão completa dos nomes que podem entrar para a sucessão estadual. Frase que não passou despercebida para aqueles que vivem aspirações ao governo do Estado, podem continuar fazendo campanha, pois isso somente fará alinhar a política."

Em relação à candidatura do prefeito Otávio Solaui, Egídio declarou que "se Setaíba fosse o nome mais forte, não haveria razão de se aventar nomes para ele substituir."

Disse ainda que deu sinal verde a seu Secretariado para que discuta a sucessão.

"Eu culdo da coordenação e não do comando, pela a Arena, como todo partido político, é livre para a escolha". Enfatizou que os nomes são muitos "e todos são capazes", citando, nominalmente, o ministro Shigetsuki Ueki, o ex-governador Lauro Nogueira, os secretários Mário Maccia, Ademar de Barros Filho, Tomás Magalhães e Rafael Bandeira e o assessor de Comunicação, Jorge Ferreira.

REUNIÃO

Os participantes da equipe do governador Paulo Egídio reuniram-se ontem à noite, na residência de sr. José Benedito Coutinho Nogueira, secretário da Educação, para dar continuidade ao que vem sendo chamado de um "exame de resistência ao governador" que facilitou a Paulo Egídio a indicação de seu sucessor.

Até o começo da madrugada de hoje prosseguirá a reunião.

Em cerimônia especial a ser marcada para o próximo mês, o governador Paulo Egídio assinará, em São José dos Campos, o projeto de lei de criação da Assembleia Legislativa e da iniciativa desta — que garante autonomia àquele órgão, em relação à criação de seu próprio legislativo.

No ANDE, em Assunção, o chefe da delegação brasileira é o ministro Roberto Marinho (primeiro à esquerda). Indicado pelo governador João Carlos. A delegação brasileira é formada por Arnaldo de Aguiar, no centro da mesa.

"Itaipu é mais real do que Corpus"

As discussões durante a solenidade de abertura das conversações trilaterais sobre o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, o chanceler paraguaio Alberto Nogueira afirmou, ontem em Assunção, que "Itaipu é uma obra em plena execução", enquanto que "Corpus (o projeto argentino) pode transformar-se numa realidade".

A afirmação foi interpretada nos círculos diplomáticos da capital paraguaia como "francamente favorável ao Brasil".

Representantes brasileiros das conversações não quiseram, no entanto, comentar o teor do discurso do chanceler paraguaio. O primeiro dia de discussões foi de exposições das teses de cada país, e os pontos em debate foram considerados satisfatórios pelas três partes. Em face disso, é provável que o encontro se conclua ainda hoje. **PAG. 6**

Gripe leva Geisel a recolher-se

O presidente Ernesto Geisel cancelou suas audiências de ontem (ministérios Direção, Navegação, dos Transportes, e Shigetsuki Ueki, das Minas e Energia) por encontrar-se enfermo, segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Toledo Camargo.

"O presidente — disse Camargo — desmarcou as audiências de manhã e não estava prevista sua ida ao Palácio do Planalto (a tarde) por estar gripado". Geisel estaria descansando no Palácio da Alvorada, para que não precisasse cancelar sua viagem, hoje, ao Paraná e Santa Catarina.

"Ele espera — acrescentou o porta-voz — que não haja motivo para cancelar esta viagem."

As tropas israelenses prosseguiram ontem seu avanço no Sul do Líbano e já se encontram apenas a 15 quilômetros das colinas de soldados sírios, estacionadas na região, aumentando perigosamente as possibilidades de ocorrer nos próximos dias um confronto entre as forças dos dois países.

As tropas de Israel, que invadiram o Sul do Líbano no início da semana para ajudar as forças libanesas na luta contra os palestinos, ocuparam na madrugada de ontem mais um povoado libanês, mantendo sob seu controle quatro aldeias em território do Líbano. **PAG. 11**

Israel mantém ofensiva no sul do Líbano

As tropas israelenses prosseguiram ontem seu avanço no Sul do Líbano e já se encontram apenas a 15 quilômetros das colinas de soldados sírios, estacionadas na região, aumentando perigosamente as possibilidades de ocorrer nos próximos dias um confronto entre as forças dos dois países.

As tropas de Israel, que invadiram o Sul do Líbano no início da semana para ajudar as forças libanesas na luta contra os palestinos, ocuparam na madrugada de ontem mais um povoado libanês, mantendo sob seu controle quatro aldeias em território do Líbano. **PAG. 11**

Formosa na expectativa de seu destino

Os governantes, políticos e homens de negócios de Formosa estão apreensivos e nervosos, esperando que Estados Unidos e China retomem as conversações iniciadas com a visita do secretário de Estado Cyrus Vance a Pequim, o mês passado, interna no caso correspondente. Osvaldo Perillo, que visita a ilha.

Os altos funcionários de Formosa demonstram que se sentem traídos e abandonados pelos Estados Unidos, cujas forças na ilha diminuíram de 9 mil homens, em 1976, para 1.500 atualmente. **PAG. 9**

Bolsas e Open

Os novos dados revelados pelo ministro Shigetsuki Ueki, das Minas e Energia, sobre a situação da Foz de Amazonas, flocam com que as Principais Bolsas do país voltaram a subir e índices recuados no ano. Mais de 42 milhões de ações da Petrópolis foram negociadas em São Paulo e Rio e o mercado aguarda com muita expectativa as novas revelações sobre o potencial petrolífero do país. A bolsa continua fechada no Open, onde o dinheiro continua em falta, e a Bolsa de São Paulo está oferecendo uma rentabilidade menor.

O tempo melhora

Tempo bom, com rebaixamento variável na maior parte do período, hoje, em São Paulo. Depressão parciais passageiras de chuva poderão ocorrer, à tarde e à noite, em regiões isoladas. A temperatura estará em elevação. Diariamente, em Capital, máxima de 26 e mínima de 14 graus.

Na coluna "AGENDA", pág. 21, a previsão para a semana de São Paulo, Litoral, interior e áreas rurais de São Paulo, e as condições do tempo para este fim de semana.

PRIMAVERA CHEGOU

Talvez o paulista não a perceba, ou apenas dela tome conhecimento ao consultar o calendário. As razões variam, mas, apesar delas, mais uma vez chegou a primavera. Segundo os meteorologistas, a estação que se iniciou hoje, dia 23, será ainda mais quente do que o inverno que acaba de finalizar.

Ponte Preta já antevê o título

Sensação do turno final do Campeonato Paulista, a Ponte Preta trabalha para manter o ritmo de vitórias até a conquista do título e para evitar a repetição dos problemas de 1976, quando pôde ser campeão e ficou vice. O técnico Zé Duarte diz que o próprio clima de decisão neste terceiro turno dá aos jogadores a experiência necessária para a grande final, enquanto os resultados vão mostrando que a força individual não falta. Afinal, o time vem de uma invencibilidade de 24 jogos e cinco vitórias seguidas (uma fase de clássicos). **PAG. 3**

B.3.2. FSP, edição de 23 de setembro – Página 21⁴²

Ex-ministro manifesta-se pelo diálogo

BRASILIA (SUCURSAL) — O ex-ministro da Educação do Governo Dória, Clemente Mariani, disse ontem, ao depor na Comissão de Educação do Senado, que, se houvesse democracia no Governo e na administração das Universidades, os estatutos acadêmicos não comportariam demagoguismo e não permitiriam os abusos movidos estudantis.

Clemente Mariani manifestou-se francamente a favor do diálogo com os estudantes e lembrou que durante a sua gestão foi obrigado a fechar a sede da União Nacional dos Estudantes, porque nela estava sendo realizado um "Congresso pela Paz", mas que, no entanto, não impediu de manter comissões permanentes com a área estudantil.

DEMOCRACIA

Era seu depoimento, sem citar nomes, Clemente Mariani acusou o atual senador Gustavo Capanema (Arena-MG) ex-ministro da Educação do período ditatorial de Getúlio Vargas, de ter impedido a transição da Câmara dos Deputados, do projeto da Lei do Juramento e da Lei de Organização dos Institutos de Ensino Superior. Segundo Mariani, utilizou-se de uma manobra política classificando a proposta de simples anexo. Para sua transformação em projeto, nos termos da Constituição vigente, criou-se uma comissão, tendo Capanema como relator.

"Em suas mãos — observou o ex-ministro Clemente Mariani — permaneceu por mais de dois anos, até que o slogan do presidente Carlos Lacerda conseguiu desqualificá-lo e transformá-lo na Lei de Diretrizes e Bases, nem sempre fiel aos princípios que haviam comandado sua elaboração".

Respondendo ao senador Francisco Franco (MDB-MG) Mariani explicou que o TTB e o PSD, partidos que representavam as correntes beneficiadas pela ditadura de Getúlio Vargas, não tinham interesse em aprovar o projeto, que estabelecia uma nova estrutura democrática do ensino, e o UDN, partido ao qual pertencia, manifestou "um surpreendente desinteresse".

Ainda em resposta ao senador Ilmar Franco, frisou que o slogan do presidente Dória — "conciliar paz governar" — que lhe permitiu um ministério integral, foi por representantes da UDN e do PSD, teve "resultados maravilhosos". Analisando esta observação, o senador Franco ressaltou que "o interesse real deve ser a conciliação nacional, com o objetivo de resolver os problemas, não entendendo porque os radicais se preocupam em aumentar as divisões existentes".

Entende o ex-ministro Clemente Mariani que "na sua revolução tem um problema, este terá de se refletir no sistema educacional, destacando a formação cada vez mais numerosa de técnicos que, antes, tinham de ser formados no Exterior. Esta observação levou o senador Ilmar Franco a declarar que "não são os regimes militares que favorecem o desenvolvimento da educação, mas sim a educação, pelo aperfeiçoamento e aprimoramento do homem, e que esta os meios para a preservação do regime da liberdade".

RECUSAS — O ensino superior, no entender de Clemente Mariani, deve ter caráter seletivo, não "nenhum país tem condições de oferecer vagas às universidades a qualquer pessoa pelo ensino fundamental e o secundário". Reconheceu que tem havido uma grande queda na qualidade do ensino superior e que "muitos dos que se formam não têm condições de exercer a profissão".

"A massificação do ensino superior — comentou — tem provocado um relaxamento cultural dos diplomados, levando-os a procurar uma melhoria de formação nos cursos de mestrado, que passaram a representar o complemento da formação dos atuais estudantes. Por outro lado, as deficiências da formação jurídica têm constituído um grave obstáculo ao bom funcionamento da vida jurídica do País, ferida ou amarrada por concepções primárias ou oportunistas, que refletem da lei à sua estabilidade e aos indivíduos à segurança de todos encontrarem a proteção jurídica dos seus direitos".

Conselheiro da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, disse que, de acordo com a proposta da Lei de Diretrizes e Bases, o que se deve é criar meios para que o estudante com qualidades alcance os melhores níveis educacionais e se integre na classe dirigente do País. "Na PUC — disse — há um sistema muito bom de auxílio aos estudantes que, dentro da capacidade, não são dispendiosos de recursos".

DIÁLOGO — O senador Eválio Vieira, vice-presidente da Comissão, que lhe pareceu estar havendo uma falta de diálogo com os estudantes, disse:

"Se há uma crise no Nordeste — comentou — o ministro do Interior vai lá. Se os empresários reclamam, os ministros da área econômica vão. Agora, existe uma reunião de estudantes e o ministro da Educação procura a Polícia. Não lhe parece errado que esta tenha vindo falta de diálogo?"

O ex-ministro Clemente Mariani respondeu que "o diálogo realmente é imprescindível". Lembrou que, na época em que foi ministro da Educação, a UNE realizou o "Congresso da Paz", denunciando a influência comunista e, que, por isso, teve de fechá-la, o que não o impediu de manter permanentes entendimentos com a área estudantil. O ex-ministro manifestou-se contra o ensino da Educação Moral e Cívica, que, segundo disse, tem apresentado poucos resultados práticos.

Comentando os atuais movimentos estudantis, disse acreditar que "se a Universidade funciona democraticamente e o o governo também, o estudante acabará se responsabilizando de forma democrática".

"Se quer criar uma educação democrática dentro de alguma coisa que não funciona como democracia, então é realmente um trabalho de corrigir algo em um curso", concluiu o ex-ministro da Educação.

FOLHA DE S. PAULO

Encontro teria sido realizado nas dependências da PUC

Estudantes dizem que realizaram ENE

Fala em uma manifestação de protesto no Colégio Politécnico (na foto) a uma assembleia geral da PUC

Greve de protesto na USP

Estudantes da USP, reunidos ontem, no prédio da Escola Politécnica, na Cidade Universitária, decidiram declarar uma greve de protesto pelo impedimento da realização do III Encontro Nacional de Estudantes, no entanto, a greve não ocorreu. Depois de uma reunião realizada às 14 horas nas dependências da USP, os estudantes foram até o prédio que se realizava o Congresso Nacional de Tecnologia e Alimentos e, em uma reunião com o diretor da USP, foram recebidos. A greve não ocorreu, e os estudantes foram recebidos pelo diretor da USP, que lhes explicou a situação. Os estudantes foram recebidos pelo diretor da USP, que lhes explicou a situação.

CAUÇIMAS — Os alunos da Unicamp pararam as aulas, ontem, em protesto contra a repressão ao III ENE quarta-feira. Depois da assembleia geral realizada às 11 horas nos campos da Universidade, os estudantes decidiram pela paralisação das aulas do período da tarde.

Também na PUC de Campinas, os estudantes realizaram reuniões informais, ontem, em repúdio à repressão dos órgãos de segurança ao III ENE.

 

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

ENHICPE — Os estudantes de Minas Gerais pararam as aulas, ontem, em repúdio à repressão ao III ENE.

Governo não vai recorrer à Lei de Segurança

O governador Paulo Egidio Martins disse ontem que o movimento estudantil do dia 21 "mostrou que os universitários têm responsabilidade" e que, por isso, não precisa esquivar-se da Lei de Segurança Nacional, "embora todos estes tivessem sujeitos ao artigo 11 da LSN".

Paulo Egidio afirmou, por outro lado, que no dia da manifestação estudantil manteve contatos telefônicos com os estudantes durante a tarde e que "a importante é que a Polícia não abuse de força e sim a razão".

Com relação à autonomia da USP, o governador salientou que "ela não foi tirada, pois todos os fatos de comum acordo e num perfeito entendimento entre o Governo, a Secretaria de Segurança e a Reitoria da USP".

No começo da noite de ontem as 21h, Paulo Egidio afirmou que não tinha conhecimento de que se realizaria, na PUC, o III Encontro Nacional de Estudantes, para tentar reorganizar a extinta UNE.

Egidio afirmou também que, até aquela hora, não tinha conhecimento de que os estudantes programavam realizar um ato público no campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Coronel Erasmo desmente a realização do Encontro

O secretário Erasmo Dias, da Segurança Pública, disse, por sua vez, que desconhecia reunião de estudantes na Pontifícia Universidade Católica, da qual teriam participado delegados de todos os Estados do Brasil e na qual teria sido decidida a criação de uma comissão Pro-UNE.

Erasmo Dias disse que "esse encontro já se deu marcado desde o dia 19 último, pelos estudantes, que chegaram a distribuir panfletos com o objetivo de reunir a reunião e a qual tinham sido decidida a criação de uma comissão Pro-UNE".

Quanto ao encontro nacional e secretário de Segurança Pública disse que "uma reunião de líderes poderia reunir-se na Avenida Orlando e Prudente, por exemplo, e de pôr dizer que há um encontro".

"Esse encontro não se realizou, como vocês viram, pois foi reprimido pelas forças policiais".

O secretário disse ainda que os estudantes não realizaram o encontro nacional, que agora "podem até dizer que instauraram uma República Socialista no Brasil. O que me consta é que a reorganização das suas cidades e não se encontram em São Paulo. Se voltarem, vamos agir".

Ministro da Justiça não faz qualquer comentário

BRASILIA (SUCURSAL) — O ministro da Justiça, Armando Falcão, recusou-se, ontem, a fazer qualquer comentário sobre as faixas ocorridas na quarta-feira entre estudantes e a Polícia na capital paulista.

"Vocês me desculpem" — disse aos repórteres — "mas não conseguirei arrancar nada de mim".

Na Câmara, deputado faz crítica à ação policial

BRASILIA (SUCURSAL) — Em nome do MDB, o vice-líder Otacílio Klein protestou ontem na Câmara dos Deputados em São Paulo, de estudantes, afirmando que "a Polícia daquele Estado violou a Constituição ao intervir para dissolver a reunião em que se pretendia comemorar o III Encontro Nacional de Estudantes".

Segundo o parlamentar oposicionista, a Polícia paulista, "ao invés de procurar cumprir a lei, vem concorrendo para a sua desobediência".

As prisões, disse ainda, são ilegais, por violar o artigo 11 da Constituição, sendo ainda a exigência da lei de autoridade calar a comunicação ao juiz competente os nomes dos detidos, o que não foi feito.

RESPONSA — Manifestando opinião contrária, em nome da Arena, falou o vice-líder Ibrahim Abi-Akel, afirmando que os estudantes, contrariando orientação expressa dos órgãos de segurança de São Paulo, persistiram em realizar reunião "abandando a lei, contrariando o parágrafo 20 do artigo 11 da Constituição".

Embora lamentando as prisões ocorridas, o vice-líder governista que "as autoridades não têm interesse em que a juventude se incendie no clima das agitações, prejudicando sua formação e o seu futuro e comprometendo o ensino para o desenvolvimento nacional".

Docentes vão ao Conselho — Com mais de mil assinaturas, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo encaminhara hoje, às 17h, um abaixo-assinado ao Conselho Universitário, por considerar que os integrantes da reforma dos Estatutos e do Regulamento Geral da USP não atenderam, nem quanto à forma de elaboração e encaminhamento, nem quanto a seu conteúdo, as aspirações dos professores docentes.

Desta maneira, solicitaram aos membros do Conselho Universitário o rejeito integral dos referidos projetos.

Ontem, a Adusp realizou às 21h, no prédio do Instituto das Ilícitações, uma reunião extraordinária do Conselho para deliberar a forma de encaminhamento do documento ao Conselho da USP.

Na oportunidade, foram somadas as assinaturas dos professores docentes dos campus universitários do Interior do Estado.

Quando os banqueiros investem num negócio, pode crer que ele é bom. É por isso que eles estão comprando ações da Bardella.

Após da Bardella, uma das maiores indústrias de base do país, renderam 22,3% nos últimos 36 meses. Disque já para 229-1511. Tem um ótimo negócio esperando do outro lado da linha. Bardella — uma ação é tão forte quanto o nome que ela tem.

B.4.1. Transcrição: FSP, edição de 23 de setembro – Página 03**Presos 1.000 na PUC**

Às 21h50, a polícia dissolve manifestação de estudantes

O secretário da Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, comandou pessoalmente a operação policial que interrompeu o ato público que se realizava ontem à noite defronte à PUC, prendendo todos os manifestantes, estimados em mais de mil pessoas. Todos os detidos foram transportados em 20 ônibus CMTC para o Batalhão Tobias Aguiar, da Polícia Militar, na avenida Tiradentes.

“O ato público está proibido”, disse o secretário. “Comícios, passeatas e qualquer tipo de ato público estão proibidos. Todos serão presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Não aceitaremos desafio. Onde é que estamos?”

Os manifestantes pretendiam festejar a reorganização da União Nacional dos Estudantes e criticar a ação policial que impediu a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, quarta-feira, na USP. Às 21h50 de ontem, vinte minutos depois do início do ato, os estudantes liam a ata do III Encontro quando agentes do Deops e do batalhão de choque, que assistiam tudo à distância, impediram o prosseguimento da manifestação.

Cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral foram empregados pelos policiais. Os estudantes correram para os três prédios da PUC, de onde foram desalojados pela Polícia, que posteriormente liberou professores e funcionários.

Em fila indiana e de mãos dadas, os detidos foram conduzidos ao estacionamento defronte à PUC, onde permaneceram sentados. O vice-reitor, Edênio Vale, disse que “vários alunos estavam assistindo aula. Como é que vocês querem que eu me sinta com a Polícia invadindo assim o campus? Como é que pode?”

O vice-reitor foi procurado pelo delegado Romeu Tuma, do Deops, que o convidou para uma conversa com o secretário da Segurança. O coronel Erasmo informou então que os nomes dos detidos de ontem serão checados com as três listas de estudantes presos em manifestações anteriores.

Às 22h40, o secretário se dirigiu aos detidos no estacionamento, utilizando um megafone:

“Vamos proceder a uma triagem. Os que são da USP, estão presos. Os professores e os que não são estudantes serão liberados agora. Os estudantes da PUC que não tiverem antecedentes também estão liberados. Os demais ficarão presos.”

A estudante Jurema Cursino Troiani Stuppi, da Faculdade de Ciências Sociais da USP, sofreu uma queimadura na mão e ferimentos na perna, devido à explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo, e foi conduzida a um Pronto Socorro, juntamente com outras duas, Tereza Borcese e Bete, que desmaiaram durante a ação policial.

“Vou mandar invadir a gráfica”, disse o secretário ao vice-reitor.

“Para que isso? O srº já acabou com tudo”, respondeu a própria reitora, Nadir Kfoury, que não assistiu ao início dos acontecimentos.

“Vou mandar invadir a gráfica”, repetiu o secretário.

E ordenou a invasão, concordando antes que um membro da PUC assistisse, como pediu um professor, “para ver o que vai acontecer”.

Os ônibus que conduziram os presos não entraram na sede do batalhão. Estacionados defronte, tiveram as portas abertas um de cada vez, com os estudantes saindo em fila indiana e entrando no “Tobias Aguiar”.

B.4.2. Transcrição: FSP, edição de 23 de setembro – Página 21

Estudantes dizem que realizaram ENE

Encontro teria sido realizado nas dependências da PUC

Segundo informações de diversos universitários, e segundo se afirma em nota distribuída ontem à tarde em Faculdades e jornais, o III Encontro Nacional dos Estudantes foi realizado ontem de manhã, à portas fechadas, numa das dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na rua Monte Alegre. Teriam participado 20 delegados de vários Estados, que formaram uma comissão Pró-UNE.

Paralelo

Estudantes disseram que ao Encontro de ontem na PUC não foi permitida a entrada de jornalistas e nem de estudantes não credenciados como delegados dos Estados. À tarde foram afixadas faixas em várias Faculdades com os dizeres “Realizado o III ENE”. Alguns universitários encarregaram-se de distribuir as notas aos jornais.

Paralelamente ao Encontro, foi realizada uma reunião de cerca de 1.500 estudantes, também na PUC.

Na Faculdade de Medicina da USP, na av. Dr. Arnaldo, cerca de 300 estudantes realizaram reunião de manhã e se concentraram à tarde em frente à Diretoria da escola, para protestar contra a invasão policial, e a prisão de colegas anteontem. Ao final da manifestação, os alunos leram um manifesto que pretendem entregar ao diretor Carlos da Silva Lacaz, em que exigem “a manifestação do diretor sobre sua atitude com respeito ao ato repressivo ocorrido no campus.”

A Nota

Eis a íntegra da nota ontem entregue às redações dos jornais, em S. Paulo.

“A tentativa de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, ontem, no campus da Universidade de São Paulo, foi violentamente reprimida pelas forças policiais do regime militar. Nesse dia, os campi da USP, PUC e FGV foram ocupados por tropas que impediram o acesso dos estudantes. No decorrer do dia, houve detenções no interior daqueles campi, nas ruas e nas estradas. É de se ressaltar que o reitor da Universidade de São Paulo, Orlando Marques Paiva, foi conivente em todos os momentos com a entrada da repressão no campus.

“Por que a repressão se abateu, pela segunda vez, sobre o III ENE?

“Toda tentativa de reorganização de setores oprimidos da sociedade brasileira tem sido sistematicamente reprimida. Para manter a exploração da maioria da população a ditadura militar utiliza-se de todas as formas repressivas, tentando calar as vozes daqueles que se levantam contra essa situação.

“Contudo, hoje, conseguimos realizar o III Encontro Nacional dos Estudantes, onde foram tiradas importantes resoluções. Criou-se a Comissão Pró-UNE, que é um definitivo passo, na reconstrução de nossa entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes.

“Portanto, convocamos todos os setores empenhados na luta pela liberdade de organização e expressão a participar do Ato Público a ser realizado hoje em frente ao TUCA, às 21 horas, á rua Monte Alegre, 984. Esse Ato tem como objetivos repudiar a ação repressiva sofrida por todos os estudantes brasileiros no dia de ontem e, ao mesmo tempo, reafirmar publicamente nossa luta em defesa da liberdade de organização e expressão a todos os setores oprimidos da sociedade.

DCE-Livre USP; DCE-Livre PUC, e DCE-Livre da Universidade Federal de São Carlos.”

Deops diz que já liberou todos os universitários

Todos os estudantes presos anteontem na Capital como parte da operação policial que impediu a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes foram libertados e por conseguinte nenhum deles está preso informou-se ontem no DEOPS em São Paulo.

“Já estão todos liberados, na rua”, disse uma fonte. Também foi distribuída, por volta das 24 horas de anteontem, uma lista desses detidos.

Alguns estudantes contaram ontem o que lhes aconteceu durante as horas que passaram no Departamento de Ordem Política e Social, no largo general Osório.

Disseram que tiveram, primeiro, que identificar-se com cédula de identidade e com a carteira do estudante. Em seguida, responderam por escrito a minucioso questionário e finalmente, alguns deles, tiveram ainda que prestar um depoimento.

Os jovens presos foram todos identificados pela Polícia, o que significa em linguagem técnica, que foram fotografados de frente e de perfil e foram tomadas as suas impressões digitais.

O tratamento a eles dispensados foi considerado bom. A Polícia preocupou-se em separar os estudantes provenientes dos outros Estados.

Os últimos presos deixaram o prédio do Dops por volta da meia-noite.

O questionário apresentado pelos agentes policiais abrangia desde itens familiares até atividades de natureza profissional e política:

“Trabalha? Onde? Quanto ganha? - Ocupação e salário dos pais? Residência dos pais? - Como tomou conhecimento do III ENE? - Tem participado de assembléias, eleições (mesmo através de simples voto), atos públicos, passeatas? Quais? Onde? - Participa de algum Centro Acadêmico, DCE ou Diretório Acadêmico? - Participou de alguma missa em homenagem póstima? - Participou de assembléias da Comissão de Defesa dos Presos Políticos e do Comitê 1 de Maio? - O quê pensa do movimento estudantil? Está de acordo? Por quê? - Tem conhecimento do movimento estudantil de 1968 e de 1971, que resultou em atos de terrorismo, assalto a banco, etc? - Sabe que o atual movimento estudantil está caminhando nos moldes dos movimentos de 1968/71? - Sabe que participar do movimento estudantil e do III ENE está proibido e que você pode ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional - Seus pais sabem que você participa do movimento estudantil? - Já foi preso ou processo alguma vez? - Já participou de algum ENE ou de um encontro de sua área de estudo? - Aonde estuda, em que escola, ano ou semestre, e curso? - Aonde cursou o primário e o secundário e qual cursinho que fez? - Onde, como e por quê e quando foi preso?”

Greve de protesto na USP

Estudantes da USP, reunidos ontem, no prédio da Escola Politécnica, na Cidade Universitária. Decidiram deflagrar uma greve de protesto pelo impedimento da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, anteontem.

Cerca de 70% das Faculdades e Institutos da USP tiveram, ontem de manhã e à tarde, suas aulas paralisadas. Após a reunião da Politécnica, os universitários foram até o prédio em que se realizava o Congresso Nacional de Tecnologia de Alimentos e, em coro, leram uma carta-aberta. Foram, depois, até o prédio da Reitoria, para onde haviam marcado uma concentração, e, em seguida, rumaram para a Pontifícia Universidade Católica, no bairro de Perdizes.

A organização

Segundo informações de representantes estudantis, o Encontro fora combinado na noite anterior, de casa em casa e por telefone, e marcado para ontem cedo na Universidade Católica. Nessa reunião estiveram cerca de 1500 universitários.

Segundo estudantes, a principal deliberação do Encontro foi a de formar uma comissão Pró-UNE, que teria como incumbência as seguintes tarefas: fazer propaganda da União Nacional dos Estudantes, divulgando seu histórico e promovendo debates; elaborar um jornal periódico nacional; organizar e garantir o IV Encontro Nacional; e coordenar e promover as campanhas estudantis a nível nacional.

Em Barretos, assembléia termina com 120 prisões

Barretos - (Do correspondente) - Estudante de Barretos realizaram ontem, às 15h30, na Faculdade de Engenharia, uma assembléia para debater os acontecimentos de São Paulo quando da tentativa de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes na quarta-feira. Depois de discutirem o problema do movimento estudantil, seguiram até a Paróquia do Rosário, onde leram um manifesto contra a repressão estudantil. A leitura estava sendo acompanhada por mais de 250 pessoas, entre estudantes e populares, quando chegaram os policiais que, munidos de cassetetes, efetuaram mais de 120 prisões. Os estudantes detidos foram levados para a delegacia local.

Na delegacia, foram fotografados individualmente e em seguida preencheram uma ficha de entrevista, como também responderam a um questionário impresso.

Segundo o delegado seccional de polícia, Irlandino Sandoval Neto, “os estudantes seriam liberados” após a complementação do esquema de identificação. Quando os estudantes estavam sendo interrogados chegavam à delegacia o advogado dos universitários, Luiz Jorge, o presidente da Câmara Municipal, Kalil Sales (Arena), o vice-presidente da Fundação Educacional de Barretos, Helio Toledo e o padre Cezar Luzio Jr., para oferecer assistência.

São Carlos

A concentração estudantil, programada para às 20 horas de ontem, não se realizou. Um forte contingente militar vindo de Araraquara cercou a rua Marechal Deodoro no centro da cidade. Guardas armados com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo entraram em forma duas vezes à tentativa de cerca de 200 estudantes de iniciarem a leitura de textos e cartas abertas.

O “Grupo Proposta” que representa os alunos de pós-graduação da USP em São Carlos, distribuiu ontem à tarde à população um manifesto de protesto ao impedimento da realização do III Encontro.

Campinas

Os alunos da Unicamp paralizaram as aulas, ontem, “em protesto contra a repressão ao III ENE, quarta-feira”. Depois de assembléia geral, realizada às 11 horas no campus da Universidade, os estudantes decidiram pela paralização das aulas do período da tarde.

Também na PUC de Campinas, os estudantes realizaram reuniões setoriais ontem “em repúdio à repressão dos órgãos de segurança ao III Encontro”.

Governo não vai recorrer à Lei de Segurança

O Governador Paulo Egídio Martins disse ontem que o Movimento Estudantil do dia 21 “mostrou que os universitários têm responsabilidade” e que, por isso, não precisou enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional” embora todos estivessem sujeitos ao artigo 13 da LSN”.

Paulo Egídio afirmou, por outro lado, que no dia da manifestação estudantil manteve contatos e que “o importante é que a Polícia não usou a força e si a razão”.

Com relação à autonomia da USP, o governador salientou que “ela não foi ferida, pois tudo foi feito de comum acordo e num perfeito entrosamento entre o Governo, a Secretaria de Segurança e a Reitoria da USP”.

No começo da noite de ontem às 20h. Paulo Egídio afirmou que não tinha conhecimento de que se realizara na PUC o III Encontro Nacional de Estudantes para tentar reorganizar a extinta UNE.

Egídio assegurou também que até aquela hora, não tinha conhecimento de que os estudantes programavam realizar um ato público no teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Coronel Erasmo desmente a realização do Encontro

O Secretário Erasmo Dias, da Segurança Pública, disse, por sua vez, que desconhecia a reunião de estudantes na Pontifícia Universidade Católica, da qual teriam participado 120 delegados de todos os Estados do Brasil e na qual teria sido decidida a criação de uma comissão Pró-UNE.

Erasmo Dias disse que “esse encontro já estava marcado desde o dia 19 último pelos estudantes, que chegaram a distribuir panfletos conclamando para a reunião e da qual tínhamos conhecimento”.

Quanto ao encontro nacional o secretário de Segurança Pública disse que “uma meia dúzia de líderes poderia reunir-se na favela Ordem e Progresso, por exemplo e depois dizer que haviam realizado o III ENE”.

Esse encontro não se realizou, como vocês viram, pois foi reprimido pelas forças policiais”.

O secretário disse ainda que os estudantes não realizaram o encontro nacional e que agora “podem até dizer que instauraram uma República Socialista no Brasil. O que me consta é que já retornaram à suas cidades e não se encontraram em São Paulo. Se voltaram, vamos apurar”.

Ministro da Justiça não faz qualquer comentário

Brasília Sucursal — O ministro da Justiça, Armando Falcão, recusou-se, ontem, a fazer qualquer comentário sobre os fatos ocorridos na quarta-feira entre estudantes e a Polícia na capital paulista.

“Vocês me desculpem” — disse aos repórteres — “mas não conseguirão arrancar nada de mim”.

Na Câmara, deputado faz crítica à ação policial

Brasília (Sucursal) — Em nome do MDB, o vice-líder Odacir Klein protestou ontem na Câmara contra a prisão, em São Paulo, de estudantes universitários, afirmando que “a Polícia daquele Estado violou a Constituição ao intervir para dissolver a reunião em que se pretendia comemorar o III Encontro Nacional de Estudantes”.

Segundo o parlamentar opositor, a Polícia paulista, “ao invés de procurar cumprir a lei, vem concorrendo para seu desrespeito. As prisões, disse ainda, são ilegais, por violar o artigo 153 da Constituição, lembrando ainda a exigência da lei de autoridade coatora comunicar ao juiz competente os nomes dos detidos, o que não foi feito.

Resposta

Manifestando opinião contrária, em nome da Arena, falou o vice-líder Ibrahim Abi-Ackel, afirmando que os estudantes, contrariando orientação expressa dos órgãos de segurança de São Paulo, persistiram em realizar reunião “sabidamente ilícita, contrariando o parágrafo 28 do artigo 153 da Constituição”, frisou.

Embora lamentando as prisões ocorridas, frisou o vice-líder governista que “as autoridades não têm interesse em que a juventude se incendeie no clima das agitações, prejudicando sua formação e seu futuro e comprometendo o esforço para o desenvolvimento nacional”.

Anexo C – Reprodução dos textos sobre a Reintegração de Posse da Reitoria da USP (2011)

Estado de S. Paulo - 2011: Reprodução de imagem

C.1.1. ESP, edição de 09 de novembro – Página A1⁴³

ESTADO - BR, A - 1 - 09/11/11 A1 - CMYK

O ESTADO DE S. PAULO

Quarta-feira 9 DE NOVEMBRO DE 2011 Nº 43122 EDIÇÃO DE 23H30 estado.com.br

Caderno 2
Personagem de si mesmo
Documentário sobre Zé Celso sua intimidade e trajetória artística

Esportes
Morte de Joe Frazier lembra que não se fazem mais pesos pesados como antes. Pág. E4

Crise italiana se agrava e Berlusconi anuncia renúncia
Premiê, que sairá dia 18, será o 7º governante europeu a cair em razão da turbulência

O premiê da Itália, Silvio Berlusconi, vai renunciar ao cargo em 18 de novembro, após a aprovação do pacote de medidas de austeridade para evitar o colapso da crise grega. A decisão é parte de acordo anunciado pelo presidente Giorgio Napolitano, em meio a tensões nos mercados europeus. A urgência da saída de Berlusconi havia ficado clara depois que a União Europeia decidiu que a Itália seria supervisionada pelo FMI – cuja direção considerou que o país padecia de “falta de credibilidade”. Berlusconi deturta o poder depois de três anos sendo acusado de corrupção e escândalos sexuais. Será o sétimo governante europeu a cair por causa da crise. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3 e B5**

Irã trabalha para ter a bomba, diz ONU
O Irã trabalha para desenvolver armas nucleares, segundo um detalhado relatório sobre o programa nuclear iraniano divulgado pela Agência Internacional de Energia Atômica, da ONU. O documento deve intensificar a pressão para a adoção de novas sanções no Conselho de Segurança da ONU e eleva o risco de uma ação preventiva israelense contra instalações do Irã. **INTERNACIONAL / PÁG. A14**

PDT ameaça deixar base se Lupi for demitido
O PDT ameaça deixar a base do governo de Dilma Rousseff se o ministro Carlos Lupi (Trabalho) for demitido. Lupi é alvo de denúncias sobre convênios com ONGs de fachada. “Para meter, só abastecendo a bala”, disse o ministro. A ameaça do PDT se dá no momento em que o governo tenta aprovar a Desvinculação das Receitas da União, que lhe permitirá gastar R\$ 63 bilhões em 2012 de forma livre. **NACIONAL / PÁG. A4**

USP: 73 alunos são presos
A PM entrou na Rectoria da USP e prendeu estudantes que invadiram o prédio no dia 1º. Os 73 detidos permaneceram em um ônibus nos fundos de delegacia. **CRIMES / PÁG. C1**

Fifa sugere ‘cota social’ para barrar meia-entrada
Em audiência na Câmara dos Deputados, o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, propôs a adoção de uma “cota social” de 12% dos ingressos de jogos da Copa de 2014 para eliminar a possibilidade de ter de vender meia-entrada a idosos e estudantes. O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, aproveitou para sugerir que comunidades indígenas e beneficiários do Bolsa Família tenham acesso a ingressos da cota. **ESPORTES / PÁG. E1**

SUS terá atendimento domiciliar
O governo lançou o Melhor em Casa, programa de assistência médica domiciliar para pacientes do Sistema Único de Saúde. A iniciativa permite que pessoas com doenças crônicas, em recuperação de cirurgias e idosos tenham atendimento em casa, o que reduz a necessidade e o tempo de internação. Pacientes de baixa renda que participem do programa e tenham equipamentos de uso contínuo em casa terão desconto na conta de luz. **VIDA / PÁG. A19**

Cidades do ABC vão restringir caminhões
A exemplo do que ocorreu na capital, as cidades do ABC paulista vão proibir a circulação de caminhões nos horários de pico em 23 vias a partir do dia 21 de dezembro. **CIDADES / PÁG. C4**

Professor municipal terá piso de R\$ 2,6 mil
A Câmara de São Paulo aprovou reajuste de 13,42% proposto pelo prefeito Gilberto Kassab (PSD) para professores municipais. O aumento foi estendido a servidores e vigias. **VIDA / PÁG. A17**

Padre é condenado por estupro de garotos em SP
VIDA / PÁG. A18

Bala perdida fere gerente de loja na Avenida Paulista
CIDADES / PÁG. C5

GILBERTO KASSAB
Os limites necessários
Nessa democracia permite hoje que os temas sejam discutidos e defendidos livremente nas urnas, sem máscaras e sem violência. **ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2**

TUTTY VASQUES
Rebelde sem causa e vice-versa
Movimentos reivindicatórios nas duas principais cidades do País confirmam o diagnóstico social: o brasileiro desengendrou a protestar. **CIDADES / PÁG. C8**

ROBERTO DAMATTA
Leitores e antileitores
Na tal biblioteca onde Rector do Brasil está na estante de bodica. O leitor surge na de psicologia e Com Amor de Sallida, na de geriatria. **CADERNO 2 / PÁG. D8**

Tempo na capital
31° Máx.
13° Min.
Sol e tempo firme
+4°C e +6°C
+10°C e +12°C
+14°C e +16°C
+18°C e +20°C
+22°C e +24°C
+26°C e +28°C
+30°C e +32°C
+34°C e +36°C
+38°C e +40°C
+42°C e +44°C
+46°C e +48°C
+50°C e +52°C
+54°C e +56°C
+58°C e +60°C
+62°C e +64°C
+66°C e +68°C
+70°C e +72°C
+74°C e +76°C
+78°C e +80°C
+82°C e +84°C
+86°C e +88°C
+90°C e +92°C
+94°C e +96°C
+98°C e +100°C
+102°C e +104°C
+106°C e +108°C
+110°C e +112°C
+114°C e +116°C
+118°C e +120°C
+122°C e +124°C
+126°C e +128°C
+130°C e +132°C
+134°C e +136°C
+138°C e +140°C
+142°C e +144°C
+146°C e +148°C
+150°C e +152°C
+154°C e +156°C
+158°C e +160°C
+162°C e +164°C
+166°C e +168°C
+170°C e +172°C
+174°C e +176°C
+178°C e +180°C
+182°C e +184°C
+186°C e +188°C
+190°C e +192°C
+194°C e +196°C
+198°C e +200°C
+202°C e +204°C
+206°C e +208°C
+210°C e +212°C
+214°C e +216°C
+218°C e +220°C
+222°C e +224°C
+226°C e +228°C
+230°C e +232°C
+234°C e +236°C
+238°C e +240°C
+242°C e +244°C
+246°C e +248°C
+250°C e +252°C
+254°C e +256°C
+258°C e +260°C
+262°C e +264°C
+266°C e +268°C
+270°C e +272°C
+274°C e +276°C
+278°C e +280°C
+282°C e +284°C
+286°C e +288°C
+290°C e +292°C
+294°C e +296°C
+298°C e +300°C
+302°C e +304°C
+306°C e +308°C
+310°C e +312°C
+314°C e +316°C
+318°C e +320°C
+322°C e +324°C
+326°C e +328°C
+330°C e +332°C
+334°C e +336°C
+338°C e +340°C
+342°C e +344°C
+346°C e +348°C
+350°C e +352°C
+354°C e +356°C
+358°C e +360°C
+362°C e +364°C
+366°C e +368°C
+370°C e +372°C
+374°C e +376°C
+378°C e +380°C
+382°C e +384°C
+386°C e +388°C
+390°C e +392°C
+394°C e +396°C
+398°C e +400°C
+402°C e +404°C
+406°C e +408°C
+410°C e +412°C
+414°C e +416°C
+418°C e +420°C
+422°C e +424°C
+426°C e +428°C
+430°C e +432°C
+434°C e +436°C
+438°C e +440°C
+442°C e +444°C
+446°C e +448°C
+450°C e +452°C
+454°C e +456°C
+458°C e +460°C
+462°C e +464°C
+466°C e +468°C
+470°C e +472°C
+474°C e +476°C
+478°C e +480°C
+482°C e +484°C
+486°C e +488°C
+490°C e +492°C
+494°C e +496°C
+498°C e +500°C
+502°C e +504°C
+506°C e +508°C
+510°C e +512°C
+514°C e +516°C
+518°C e +520°C
+522°C e +524°C
+526°C e +528°C
+530°C e +532°C
+534°C e +536°C
+538°C e +540°C
+542°C e +544°C
+546°C e +548°C
+550°C e +552°C
+554°C e +556°C
+558°C e +560°C
+562°C e +564°C
+566°C e +568°C
+570°C e +572°C
+574°C e +576°C
+578°C e +580°C
+582°C e +584°C
+586°C e +588°C
+590°C e +592°C
+594°C e +596°C
+598°C e +600°C
+602°C e +604°C
+606°C e +608°C
+610°C e +612°C
+614°C e +616°C
+618°C e +620°C
+622°C e +624°C
 
+301

C.1.2. ESP, edição de 09 de novembro – Página C1⁴⁴

ESTADO - BR - 1 - 09/11/11 C1 - CMWK

C1 | QUARTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2011

Violência
Bala perdida cruza Avenida Paulista e fere gerente na testa
Pág. C5

Tendência
Modelo 3 em 1 (shopping, casa e trabalho) se espalha pelo País
Pág. C6

Trânsito
ABC restringe caminhões em horários de pico
Pág. C4

Cidades

Polícia desocupa Reitoria da USP, mas tensão no câmpus continua

Após a detenção de 73 alunos, aulas foram suspensas e barricadas montadas em alguns prédios; PMs apreenderam sete bombas

CENAS DO CONFRONTO

1 Reintegração. Estudantes gritam palavras de ordem contra a ação da polícia, que em 15 minutos retirou os invasores do prédio da Reitoria

2 Estudante deixa prédio ocupado antes de ser encaminhado ao 81.º DP

3 Em ônibus nos fundos do DP, manifestantes mostram livros e cartazes aos policiais

4 Grupo de estudantes protesta na frente do distrito policial após prisão de colegas

A ocupação da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), iniciada no dia 1.º, terminou ontem com a ação da Tropa de Choque da Polícia Militar e a prisão dos 73 estudantes que estavam no local. Nenhum ferido, mas o clima de tensão continua na universidade, com aulas suspensas, assembleias estudantis e barricadas na entrada de prédios. A PM informou que manteve dois pelotões na área por tempo indeterminado.

A desocupação teve início às 9h. Mundos de cassetes, escudos e armas com balas de borracha, 400 policiais arrumaram um portão que dá acesso à Reitoria e foram de encontro aos estudantes, com apoio aéreo de dois helicópteros Agusta. O prédio, de seis andares, foi cercado. As 9h30, grande parte dos estudantes já havia sido retirada, pacificamente. Um grupo de alunos ainda realizou um protesto, com palavras de ordem contra a ação. Dois estudantes tentaram furar o bloqueio feito pelos PMs. Um deles foi detido.

O efetivo empregado pela corporação, segundo o comando no local, foi necessário para garantir a integridade física de todos, "fase efetiva foi deslocado para a universidade justamente para que tudo ocorresse pacificamente", afirmou o coronel Maria Aparecida de Carvalho.

Na sequência, os alunos foram revidados, embarcados no ônibus da Polícia Militar e levados para o 9.º Distrito Policial.

Entre os presos, há quatro funcionários da universidade – uma diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintuap). Os demais são estudantes, principalmente dos cursos de Ciências Humanas e simpatizantes da principal reivindicação a expulsão da PM do câmpus.

Atarde, uma passeata com cerca de 150 estudantes marchou do câmpus até a delegacia. Eles chegaram gritando palavras de ordem contra a PM e a favor dos detidos: "Libertem nossos presos! Libertem nossos presos!" Todos pararam na porta. A entrada foi impedida pela Força Tática e pela Rocam, que montaram uma barreira com escudos e cassetes.

Foi também durante a tarde, por volta das 13 horas, que a polícia ofereceu aos detidos no ônibus a oportunidade de sair do veículo – uma das reclamações dos pais dos estudantes, que chegaram logo cedo ao DP. Fazia sol e calor. Mas os alunos, desde as 8 horas dentro dos coletivos, decidiram ficar. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns diziam que seus filhos eram apenas "mentirosos".

Os alunos pisaram no painel do ônibus, acendendo alertas luminosos e sonoros. Um policial repreendeu a rebelião e foi atingido por uma míle. A mulher, que preferiu não comentar, foi detida por desacato.

"Aqui a gente pode fumar e ver o céu. Agente não é bandido. Isso é um ato político", disse Felipe Bianco, de 23 anos, sentado no banco de motorista do ônibus da PM. Ele é aluno de Letras da PUC e participou da manifestação desde a ocupação do edifício da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) no dia 17 de outubro, e comentou a ação do Choque: "Chegaram quebrando tudo, colocando joelho na cabeça e chutando ao calhar até sangrar".

Advogados e pais dos invasores alegaram que os estudantes mantinham tudo em ordem, com limpeza, e não depredaram nada. "Eles têm uma consciência ecológica, sabem", disse, sem se identificar, a mãe de uma aluna presa. Ela reconheceu que os estudantes quebraram as câmeras de segurança, mas classificou o vandalismo como autodefesa: "O que você faria?"

Atarde, a PM mostrou sete garrafas com bombas incendiárias, feitas com gasolina e panos, apreendidas na Reitoria. Também havia seis caixas de morteiros e um garrafão com 5 litros de gasolina. Pinturas nos vidros e paredes fazem alusão a uma "oficina" de fabricação de coquetéis molotov.

PEDEIRO DA BOMBA CARLOS LOREDO e FELIPE FRAZÃO

Estadão no tablet: vídeo e galeria de fotos mostram ação da polícia na USP

Assembleias e barricadas esvaziavam aulas na FFLCH

Na Letras, manifestantes bloquearam entradas e funcionários trancaram as portas para evitar uso de carteiras em protestos

Ação de madrugada repercutiu na noite da Cidade Universitária. A Reitoria manteve as aulas, mas um dos diretores do DCE, Thiago Aguiar, convidou os alunos a faltar e protestar contra a ação da PM na USP. Estudantes convocaram assembleias dentro da manhã na FFLCH e houve a instalação de barricadas na frente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

Manifestantes bloquearam as duas entradas da Faculdade de Letras da USP. Não houve aulas e apenas uma pequena turma chegou mais cedo conseguiram fazer uma prova, de láminas. Um grupo de quatro alunos e dois professores do Curso de Geografia do Grupo (Conjunto Residencial da USP) relatou que não pôde usar as salas – funcionários trancaram as portas porque alguns estavam retirando carteiras para barricadas.

A estudante Debora Sivilzer, de 18 anos, chegou às 7h30 no câmpus para uma aula às 8h. Ela saiu às 8h30 de Tênis da Serra, então ajudada para retirar as carteiras e usar em barricadas. Sua colega Odara Botelho, também de 18 anos, saiu às 9h de casa, em Itapevica da Serra, para chegar às 7h30. "Esse movimento atrapalhou muito. Vim focada para estudar e tive de passar por isso. Pelo que estou vendo, amanhã também não haverá aula. É o pior é que tem vestibular da Unicamp neste domingo", reclamou.

Alguns representantes do Centro Acadêmico da Letras (Calet) gritavam "fora PM" e convidavam alunos para uma assembleia às 10h – que de fato ocorreu, a céu aberto, na frente da entrada do térreo. "A maioria não entendia porque a faculdade estava trancada", contou um estudante, que preferiu não ser identificado. "Só perguntavam: E aí? Vai ter prova?"

JACAR DE LOREDO

Neste Natal: pague uma poltrona reclinável Lafer e leve duas (a segunda é de graça!)*

Interdomus LAFER

⁴⁴ Imagens reproduzidas a partir do Acervo Online do jornal Estado de S. Paulo. Encontrado em: <<http://acervo.estadao.com.br/>> (Visitado em 11/03/2016)

C.1.3. ESP, edição de 09 de novembro – Página C3⁴⁵

Pichação. Policiais militares na Retoria da USP observam as paredes internas do prédio pichadas com frases de protesto, muitas delas contra a própria PM, depois da desocupação

Secretário diz que PM 'não vai arredar pé da USP'

Delegado promete indiciar estudantes por dano ao patrimônio e desobediência à ordem judicial; à tarde, 3 alunos foram libertados

A cúpula de Segurança do Estado aprovou a ação de tomada da Retoria. "A polícia não vai arredar o pé da USP. Continua proibido o fumar no campus, assim como qualquer outro local", ressaltou o secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto. Dos 73 detidos pela Tropa de Choque durante a retoma do prédio na Cidade Universitária, 70 continuaram presos dentro de três ônibus da Polícia Militar até o início da noite de ontem no 91º Distrito Policial (Cagesp), na zona oeste. Per a ordem de desocupação, dez foram detidos fora da Retoria. À tarde, três foram libertados, porque não teriam tido participação.

Enquanto isso, a cúpula da Segurança Pública do Estado reuniu na posse do novo comandante da Tropa de Choque de São Paulo, César Moreira. Ele aprovou a ação dos comandados. "A Tropa foi vencedora", ressaltou. O comandante-geral da Polícia

Dentro da Retoria, sujeira, lixo e slogans pichados

Em uma das salas, uma pintura de pessoa mascarada abrindo um coquetel molotov em um carro da PM. Em outro ponto do prédio, escrito como em história em quadrinhos: "E a oficina de coquetel molotov?" e "Bang, bang". No prédio todo, muito lixo no chão e slogans pintados na parede foram rescaldo da desocupação. A reportagem não encontrou bens ou equipamentos destruídos, com exceção de portas

de madeiras arrombadas – não se sabe se por alunos ou pela PM. Estudantes deixaram para trás colchões, colchonetes, roupas, mochilas e até documentos. Além de muito papel e jornal espalhados, havia cadeiras e sofás amontoados, uma impressora no chão e garrafas de bebida alcoólica. Em uma das salas, alunos improvisaram um espaço de pintura – provavelmente para fazer cartazes. Também improvisaram uma "farmácia" em um banheiro, com gaze e mercúrio. Apesar da sujeira, os vidros ficaram intactos. Foram poucos danos de pichações os quadros de antigos reitores da USP / CL.

da Militar, Álvaro Camilo, ressaltou que a PM seguirá no campus. "Vamos manter dois pelotões na Cidade Universitária até que tudo à normalidade. A polícia

está lá para garantir a tranquilidade de dos que querem estudar." Já o secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto, foi mais contundente e comen-

rou a ação. "Todos os estudantes foram conduzidos para a delegacia, sem que fosse necessário nenhum disparo, nenhuma agressão por parte da polícia." Ele negou qualquer tipo de "excesso" na abordagem. "Se houve ofensas de alguma parte, foi da parte dos estudantes."

De acordo com o delegado De- jair Rodrigues, eles seriam indiciados por dois crimes: dano ao patrimônio público (pena de 3 anos de reclusão) e desobediência à ordem judicial (pena de 1 ano).

A Polícia Civil, no entanto, estipulou fiança de R\$ 545 (um salário mínimo) para cada um dos presos e já poderia liberar os estudantes ontem. O Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sin- tusp) arrecadou R\$ 30 mil para pagamento de fiança.

Só em julho. Até as 21h de ontem, 13 estudantes ainda eram ouvidos no DP. Segundo a Polícia Civil, todos disseram que se fariam em juízo e não quiseram responder a qualquer questionário padrão que foi oferecido pelos policiais.

Paulista estudante de Letras Ana Maria Horuchi, de 23 anos, o en- genheiro Armando Kanou, de 54, disse que a fila não refletiu mau-trato da polícia. "Ela está tranquila, pôde sair, lancar e conversar comigo", disse Kanou, que contrariou advogado particu- lar e pegou fiança na delegacia para liberar a menina. "Ela me disse que estava apenas passa- do lá para ver amigos. Nas oin- guem deve ter tratamento VIP."

MARCIO GONDI, CARLOS LORENZO, FELIPE FRAZAO, FELIPE TAU e CAMILLA HADDAD

Bastidores: Bruno Paes Manso Alunos planejam fazer piquetes e greve estudantil

A tensão política na USP, com a possibilidade de greve estudantil e piquetes, deve manter-se pelo menos até o dia 23, 24 e 25 deste mês, quando ocorrerem as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Representantes de correntes radicais que lideraram a invasão da Retoria, como a Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional (LER-QI), o Movimento da Negação da Negação (MNN) e os Partidos da Causa Operária (PCO) e Operário Revolucionário (POR) lançaram a chapa 27 de Outubro - Unidade na Luta contra a PM e os Processos (o nome faz referência ao dia em que os três estudantes da Geografia foram detidos com mochila) e ganharam visibilidade.

A estratégia da ocupação causou controvérsia entre parte dos estudantes nos últimos dias, que pensaram a se reunir em aglomerações crescentes. Na assembleia de segunda-feira, que antecedeu a reintegração de posse feita pela PM, cerca de 400 alunos votaram por aplainamento pela permanência da ocupação, considerada, consensualmente, a melhor estratégia para pressionar pela retirada da PM.

O sucesso político dessa tática também poderá ser sentido pela repressão dos atuais integrantes do DCE, ligados ao Pool, que haviam rachado com os radicais ao se posicionarem contra a ocupação da Retoria. Integrantes do DCE ajudaram na delegacia a articular a defesa dos invasores e organizaram uma nova assembleia para decidir os próximos passos dos estudantes. Todos parecem unidos em torno da proposta de greve feita pelos alunos detidos, a expectativa é de que ainda o Pool possa se juntar aos radicais na disputa pelo DCE.

Nesse caso, a esquerda concorre com as chapas do PT e de estudantes do movimento Liberdade, que se definem como apertados e lançaram a chapa Reação. A Reação defende a permanência da PM na USP e quer ampliar as condições aos estudantes. Em 2009, depois de uma série de greves e movimentos, eles perderam a eleição pela pequena diferença de 55 votos, depois que uma das Faculdades de Economia e Administração (FEA) foram impugnadas. A expectativa é de que sejam bem votados no próximo pleito. Por outro lado, a aposta das esquerdas agora é de que a leitura dos alunos da USP será favorável às bandeiras que defendem. E assim decidirá as eleições.

domingo. O Estado apurou que a Tropa de Choque estava pronta para agir na madrugada do domingo. A ação só não ocorreu por que a Justiça ampliou o prazo para negociações com os estudantes.

Policiais foram treinados contra provocações

Camilla Haddad

Ofensas, provocações até leitura de poemas cara à cara. Essa e outras tentativas dos estudantes para tirar os policiais do Choque do sério foram ressaltadas diversas vezes pelo comandante da tropa, três dias antes da ida do

efetivo para a USP. "Eles (polícia) já são treinados para agir só mediante comando, mas foi falado para eles não cederem às provocações", afirmou o major Marcel Lacerda Soffner, porta-voz da PM.

Na tarde de sexta-feira, reuniões seguidas ocorreram den-

tro da corporação. Uma das primeiras estratégias foi não levar armas de fogo para o local da desocupação para evitar uma imagem opressora. Depois, policiais escolheram chegar na universidade às 2h. A intenção era pegar os estudantes de surpresa, expli- cou o major. "Bem mais poder- daria ter confronto", acredita.

Defesa de ideias. O horário te- ria sido certo. Para a major Ma- ria Yamamoto, chefe da Comuni- cação da PM, os estudantes se-

quer perceberam a chegada da tropa. Segundo a PM, apesar de o Choque ficar de prontidão no quartel e estar acostumado com a missão de ontem, a equipe foi disposta a enfrentar uma ocor- rência "atípica", diz Soffner. "Foi algo peculiar, porque não era uma reintegração de área particular por pessoas exclud- as. Eram pessoas esclarecidas, estudantes que defendem suas ideias em um prédio público", ressaltou.

'Eles deveriam ter aula de democracia', afirma Alckmin

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou ontem que os estudantes deveriam ter lições sobre democracia e fez duras críticas ao movimento de ocupação. "Eles precisam ter aula de res-

perto à ordem judicial. Não é possível desprezar instituições que foram construídas com o dinhe- ro da população, que paga impos- tos. É inadmissível e lamentável chegar ao ponto de a polícia ter de ir lá para fazer cumprir uma ordem judicial", disse Alckmin. O governador elogiou a atuação da PM, que evitou confrontos. "A Polícia Militar mostrou mais uma vez a sua competência."

Haddad diz que USP não é cracolândia

Gustavo Uribe

O ministro da Educação, Fernando Haddad, pré-candidato do PT à Prefeitura de São Paulo em 2012, condenou ontem o movimento de estudantes invasores, mas observou que a USP não po- de ser tratada como se fosse a "cracolândia" – região do centro da capital conhecida pela presen-

ça intensa de usuários de crack. "O campus da USP não pode ser tratado como se fosse cracolândia", afirmou. "Não precisa- mos compreender que é preciso, tratando-se de um campus uni- versitário, ter todo o cuidado na interação com a comunidade universitária, seja com alunos, professores ou funcionários." A posição de Haddad pode ser

interpretada como crítica aos de- bates para as eleições de 2012. Nas redes sociais, houve reclama- ções. O tom da crítica em re- lação ao ministro, mesmo com o currículo de professor da USP, não combina a realidade.

Pré-candidato do PSD à Pre- fetura, o atual secretário esta- dual de Cultura, Andréa Matarazzo, classificou a declaração co-

mo "demagógica e descabida". "Ele está politizando uma tradi- ção social que é a cracolândia." As declarações de Haddad fo- ram dadas durante visita ao asan- to Hospital Piquitarório do Ju- queri, que deve acolher novos civis da Universidade Fede- ral de São Carlos (UFSCar), ago- ra na cidade de Franco da Rocha.

COLABOROU R.F.A.

⁴⁵ Imagens reproduzidas a partir do Acervo Online do jornal Estado de S. Paulo. Encontrado em: <<[<http://acervo.estadão.com.br/>>](http://acervo.estadão.com.br/) (Visitado em 11/03/2016)

C.1.4. ESP, edição de 09 de novembro – Página C4⁴⁶

ESTADO - SP, A - 4 - 09/11/11

C4 -

CMYK

C4 | Cidades/Metrópole | QUARTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Detidos na Reitoria, alunos ficam em ônibus e pagam fiança de R\$ 545

Eles optaram por falar só em juízo; delegado prevê indiciamento por dano ao patrimônio público e desobediência à ordem judicial

CENAS DO CONFRONTO

Reintegração. Estudantes gritam palavras de ordem contra a ação da polícia, que em 15 minutos retirou os invasores do prédio da Reitoria

A ocupação da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), iniciada no dia 1º, terminou ontem com a ação da Tropa de Choque da Polícia Militar e a prisão de 73 estudantes. 61 estavam dentro do prédio e dez, fora – três foram liberados em seguida por não estarem envolvidos na ocupação. Nenhum ficou ferido, mas o clima de tensão continuou na universidade, com aulas suspensas, assembleias estudantis e barricadas na entrada de prédios. A PM disse que manterá dois pelotões na área por tempo indeterminado.

A desocupação teve início às 5h30, para pegar os estudantes de surpresa. Múndicos de casaca, escudos e armas com balas de borracha, os policiais arrastaram um portão que dá acesso à Reitoria. O prédio, de 6 andares, foi cercado e o efetivo usou diversas entradas para ir de encontro aos estudantes, com apoio de helicópteros Agusta. "Deixei no chão, com a mão na cabeça", gritavam os PMs.

As 5h30, grande parte dos alunos já havia sido retirada. Na saída da Reitoria, policiais chegaram a impedir um deles de cobrir o rosto. "Não quer aparecer", disse. Manifestantes ainda fre-

ram um protesto, com palavras de ordem contra a ação. Os detidos foram furar o bloqueio dos PMs. Um foi detido. Duas variaram treinar os vídeos quebrou.

O efetivo empregado pela corporação, segundo o comando local, foi necessário para garantir a integridade física de todos. "Foi um efetivo foi dedicado para a universidade justamente para que não ocorresse pacifamente", afirmou o coronel Maria Aparecida de Carvalho.

Trois dias antes da reintegração, policiais do Choque foram treinados, em sucessivas reuniões, para não responderem a ofensas e provocações. Uma das estratégias foi não levar armas de fogo, para evitar uma imagem agressora. O Choque deixou a USP às 5h30.

Ônibus. Os alunos detidos foram reavaliados, embarcados na ordem da Polícia Militar e levados para o 9º Distrito Policial, de dois helicópteros Agusta. "Deixei no chão, com a mão na cabeça", gritavam os PMs.

Entre os presos, havia quatro funcionários da universidade – uma diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintus). Os demais eram estudantes, principalmente dos cursos de Ciências Humanas, simpáticos da principal reivindicação dos manifestantes: a expulsão

Em carta, eles acusam Choque de agressão. PM nega

Estudantes redigiram uma carta denunciando agressões e abusos cometidos pela Tropa de Choque. Eles assinam como "pessoas físicas da USP". "Instaurar-se um clima de terror que lembrou os tempos mais sombrios da Ditadura Militar. Resistimos. E nos obrigaram a entrar em salas escuras. Agradecemos estudantes.

Alguns dos estudantes, que chegaram logo cedo ao DP, Faria Sol e Calce. Mas os alunos, desde as 8 horas dentro dos coletivos, decidiram ficar. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns dizem que seus filhos eram apenas "institutos".

Os alunos chegaram a pisar no painel do ônibus, acendendo alertas luminosos e sonoros. Um policial repreendeu a rebelião e foi singado por uma mãe. A mulher, que preferiu não comentar, foi detida por descuido. "Aqui agente pode fumar e ouvir. A gente não é bandido. Li-

Filmaram e fotografaram nossos rostos. Homens com farda e sem identificação. Levaram todos os 24 mulheres para uma sala, obrigando-as a sentar no chão e ficar rodeadas por policiais homens com casacas nas mãos. Levaram uma das estudantes para a sala ao lado. Ela gritou por 30 minutos, levando no seio o desespero de ouvir gritos como o das torturas que ainda seguem impunes em nosso País." A reintegração foi pacífica, disse a coronel Maria Aparecida de Carvalho. A ação foi gravada. P.F.

so é um ato político", disse Felipe Bitencourt, de 21 anos, sentado no banco de madeira do ônibus da PM. Ele é aluno de Letras da FFLC, participou da manifestação desde a ocupação do edifício de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no dia 27 de outubro. "Chegaram querendo detido, colocando jodão na cabeça e chutando calcanhar até sangrar", disse, sobre a ação do Choque.

De acordo com o delegado Dejalir Rodrigues, eles seriam indiciados por dois crimes: dano ao patrimônio público (pena de 3 anos de reclusão) e desobediência à ordem judicial (pena de 1 ano). Segundo ele, todos disseram que só ficaram em juízo. A Polícia Civil estipulou fiança de R\$ 545 (um salário mínimo) para cada um dos presos. O Sindicato dos Trabalhadores da USP arrecadou R\$ 35 mil e a fiança foi paga volta da ação. Os manifestantes foram levados para o Instituto Médico-Legal (IML) para exames de corpo de delito. As 21h30, o primeiro estudante foi liberado e outros assinavam o livro de ocorrências.

Advogados pediram que os estudantes mantivessem tudo em ordem, com limpeza, e não de-

predaram o prédio da Reitoria (veja mais abaixo). "Eles têm uma consciência ecológica, saber", disse, sem se identificar, a mãe de uma aluna detida. Ela reconheceu que os estudantes quebrou as câmeras de segurança do prédio, mas classificou o vandalismo como autodefesa: "O que você faria no lugar deles?"

Atarde, a PM mostrou sete guardas com bombas incendiárias, feitas com gasolina e panos, apreendidas na Reitoria. Também havia seis câmeras de monitoramento e um garrifo com 5 litros de gasolina. O estudante de Letras Rafael Alves, de 21 anos, um dos detidos, nega que os alunos tivessem preparado as bombas. "Isso foi plantado", reagiu, rindo. Os morteiros, segundo o estudante, eram para resistir sobre a chegada da Tropa de Choque.

Pinturas nos vidros e paredes fazem alusão a uma "máquina" fabricada de coqueiros molotof. **PELODA NA NOVA, CARLOS LOISELLO • FELIPE PRAZÃO**

Estúdio no tablet: vídeo e galeria de fotos mostram ação da polícia na USP

Reitoria tinha pichações e muito lixo amontoadado

Objetos pessoais foram deixados para trás e paredes tinham frases do tipo: "Ocupa a Reitoria que existe em você"

Polvo da Rocha

Pouco depois do fechamento da Reitoria da USP, ser desocupado pelos homens da Tropa de Choque da Polícia Militar, o que mais se viu no terreno eram pichações pe-

las paredes e sujeira. "O tempo passa, o tempo voa e a Reitoria continua numa boia" e "Ocupa a Reitoria que existe em você". Aqui é um lugar de pensamento livre, entendendo" eram algumas das frases pintadas.

Logo na entrada cadeiras estavam amontoadas, dentro, algumas portas haviam sido corrompidas – não se sabe se pelos alunos ou pela polícia no momento da reintegração. Em cartazes, feitos dentro dos ônibus da Polícia Militar para onde foram levados

depois de serem detidos, estudantes escreveram "Somos acusados de quebrar e deprender as portas que a PM arrastou". Objetos pessoais dos estudantes foram deixados para trás. Biquinhos, mochilas e até um passeiro estavam espalhados pelo chão. Cadeiras, cobertores e barracas de acampamento com os quais os estudantes passaram as noites ficaram amontoadas em um dos saguões do local.

Papel e lixo. Apesar dos cartazes com os dizeres "Mantenha o ambiente limpo", feitos pelos universitários, havia muito lixo, papéis e jornais jogados pelo chão. Cadeiras e sofás foram enfiados no canto de um dos am-

bientes. Alguns equipamentos eletrônicos, como uma impressora, estavam no piso. Tintas usadas para pintar as paredes e cartazes, além de algumas "instalações artísticas" ficaram no piso. Na sala de uma televisão estava pintada o slogan "Paz de conta que escute e sua". Para as horas de lazer, havia baralhos e instrumentos musicais, como um pandeiro.

Em um vídeo em outro ponto do prédio estava escrito, como em uma história em quadrinhos, a seguinte pergunta: "E a oficina de coquetel molotov?" A resposta estava abaixo, em meio a uma explosão: "Bang, bang".

Pai relata agressão; outro critica os "baderneiros"

Raimundo Ribeiro, de 63 anos, estava afilado em busca de informações sobre o estado de saúde do filho, Antônio, de 25, estudante de Letras. Ele disse que o rapaz sofreu de artéria e denunciou agressões. "Deram uma rasteira nele e pisaram na cabeça. É muita humilhação. Preciso disso", desabafou.

Raimundo disse que o filho apoiou o movimento de ocupação da Reitoria, mas que o jovem foi preso fora do prédio. "Ele estava saindo do carro para entregar li-

vro na biblioteca. E teve de largar tudo lá na rua."

Arnaldo Kanno, de 54 anos, disse que a filha, a estudante de Letras Ana Maria Hortich, de 23, não relatou mais traços da polícia: "Ela está tranquila, pode sair, lancher e conversar". Ele contratou advogado e pagou fiança individualmente para liberar a filha. "Ela disse que estava apenas passando para ver amigos. Falei para investir em amigos que prestem. Esses só pensam em baderneira." P.F.

Haddad diz que USP não é cracolândia

Guatavo Uribe

O ministro da Educação, Fernando Haddad, pré-candidato do PT à Prefeitura de São Paulo em 2012, condenou ontem o movimento de estudantes invasores, mas observou que a USP não pode ser tratada como se fosse a "cracolândia", região do centro do capital conhecida pela presen-

ça intensa de usuários de crack. "O campus da USP não pode ser tratado como se fosse a cracolândia", afirmou. "Não precisamos compreender que o processo de ocupação de um campus universitário, ter todo o cuidado na interação com a comunidade universitária, seja com alunos, professores ou funcionários."

A posição de Haddad pode ser

interpretada como prévia aos debates para as eleições de 2012. Nas redes sociais, houve reclamações. O tom da crítica era de que o ministro, mesmo com o currículo de professor da USP, não conhecia a realidade.

Pré-candidato do PSDB à Prefeitura, o atual secretário estadual de Cultura, Andréa Marzano, classificou a declaração co-

mo "demagógica e descabida". "Ele está politizando uma tragédia social que é a cracolândia." As declarações de Haddad foram divulgadas durante o lançamento do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, que deve acolher novos clínicos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), agora na cidade de Franco da Rocha. **COLABORAÇÃO P.F.M.**

'Eles deveriam ter aula de democracia', afirma Alckmin

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou ontem que os alunos deveriam ter lições sobre democracia e fez duras críticas ao movimento de ocupação. "Eles precisam ter aula de res-

peito à ordem judicial. Não é possível desprezar instituições que foram construídas com o dinheiro da população, que paga impostos. É inadmissível e inaceitável chegar ao ponto de a polícia ter de ir lá para fazer cumprir uma ordem judicial", disse Alckmin. O governador elogiou a atuação da PM, que evitou confrontos. "A Polícia Militar mostrou mais uma vez a sua competência."

⁴⁶ Imagens reproduzidas a partir do Acervo Online do jornal Estado de S. Paulo. Encontrado em: <<[<http://acervo.estadao.com.br/](http://acervo.estadao.com.br/)>> (Visitado em 11/03/2016)

Estado de S. Paulo - 2011: Textos transcritos e convertidos em .docx

C.2.1. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página A1

USP: 73 alunos são presos

A PM entrou na Reitoria da USP e prendeu estudantes que invadiram o prédio no dia 1o. Os 73 detidos permaneceram em um ônibus nos fundos de delegacia.

C.2.2. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página C1

Polícia desocupa Reitoria da USP, mas tensão no câmpus continua

Após a detenção de 73 alunos, aulas foram suspensas e barricadas em alguns prédios; PMs apreenderam sete bombas

A ocupação da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), iniciada no dia 1o, terminou ontem com a ação da Tropa de Choque da Polícia Militar e a prisão dos 73 estudantes que estavam no local. Ninguém ficou ferido, mas o clima de tensão continuou na universidade, com aulas suspensas, assembleias estudantis e barricadas na entrada de prédios. A PM informou que manterá dois pelotões na área por tempo indeterminado.

A desocupação teve início às 5h10. Munidos de cassetetes, escudos e armas com balas de borracha, 400 policiais arrombaram um portão que dá acesso à Reitoria e foram de encontro aos estudantes, com apoio aéreo de dois helicópteros Águia. O prédio, de seis andares, foi cercado. Às 5h25, grande parte dos estudantes já havia sido retirada, pacificamente. Um grupo de alunos ainda realizou um protesto, com palavras de ordem contra a ação. Dois estudantes tentaram furar o bloqueio feito pelos PMs. Um deles foi detido.

O efetivo empregado pela corporação, segundo o comando no local, foi necessário para garantir a integridade física de todos. “Esse efetivo foi deslocado para a universidade justamente para que tudo ocorresse pacificamente”, afirmou o coronel Maria Aparecida de Carvalho.

Na sequência, os alunos foram revistados, embarcados no ônibus da Polícia Militar e levados para o 91º Distrito Policial.

Entre os presos, há quatro funcionários da universidade - uma diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). Os demais são estudantes, principalmente dos cursos de Ciências Humanas e simpatizantes da principal reivindicação: a expulsão da PM do câmpus.

À tarde, uma passeata com cerca de 150 estudantes marchou do câmpus até a delegacia. Eles chegaram gritando palavras de ordem contra a PM e a favor dos detidos: “Libertem nossos presos! Libertem nossos presos!”. Todos pararam na porta. A entrada foi impedida pela Força Tática e pela Rocam, que montaram uma barreira com escudos e cassetetes.

Foi também durante a tarde, por volta das 13 horas, que a polícia ofereceu aos detidos no ônibus a oportunidade de sair do veículo - uma das reclamações dos pais dos estudantes, que chegaram logo cedo ao DP. Fazia sol e calor. Mas os alunos, desde as 8 horas dentro dos coletivos, decidiram ficar. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns diziam que seus filhos eram apenas “meninos”.

Os alunos pisaram no pisaram no painel do ônibus, acendendo alertas luminosos e sonoros. Um policial repreendeu a rebeldia e foi xingado por uma mãe. A mulher, que preferiu não comentar, foi detida.

“Aqui a gente pode fumar e ver o céu. A gente não é bandido. Isso é um ato político”, disse Felipe Blanco, de 23 anos, sentado no banco do motorista do ônibus da PM. Ele é aluno de

Letras da PUC e participa da manifestação desde a ocupação do edifício da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no dia 27 de outubro, e comentou a ação do Choque: “Chegaram quebrando tudo, colocando joelho na cabeça e chutando calcanhar até sangrar.”

Advogados e pais dos invasores alegaram que os estudantes mantinham tudo em ordem, com limpeza, e não depredaram nada. “Eles têm uma consciência ecológica, sabe?”, disse, sem se identificar, a mãe de uma aluna presa. Ela reconheceu que os estudantes quebraram as câmeras de segurança, mas classificou o vandalismo como autodefesa: “O que você faria?”

À tarde, a PM mostrou sete garrafas com bomba incendiárias, feitas com gasolina e panos, apreendidas na Reitoria. Também havia seis caixas de morteiros e um garrafão com 5 litros de gasolina. Pinturas nos vidros e paredes fazem alusão a uma “oficina” de fabricação de coquetéis molotov.

Assembleias e barricadas esvaziam aulas na FFLCH

Na Letras, manifestantes bloquearam entradas e funcionários trancaram as portas para evitar uso de carteiras em protestos

A ação de madrugada repercutiu no dia da Cidade Universitária. A Reitoria manteve as aulas, mas um dos diretores do DCE, Thiago Aguiar, conclamou os alunos a faltar e protestar contra a ação da PM na USP. Estudantes convocaram assembleias durante toda a manhã na FFLCH e houve a instalação de barricadas na frente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

Manifestantes bloquearam as duas entradas da Faculdade de Letras da USP. Não houve aulas e apenas uns poucos alunos que chegaram mais cedo conseguiram fazer uma prova, de latim. Um grupo de quatro alunos e dois professores do Cursinho do Crusp (Conjunto Residencial da USP) relatou que não pôde usar as salas - funcionários trancaram as portas porque alunos estavam retirando carteiras para barricadas.

A estudante Débora Svizzero, de 18 anos, chegou às 7h30 no câmpus para uma aula às 8h. Ela saiu às 6h20 de Taboão da Serra, na Grande São Paulo. “Tivemos uma aula improvisada de Geografia por volta das 9h no térreo, fora da sala”, conta. “Depois subimos e ficamos uns 15 minutos numa sala do 1º andar. “Segundo ela, alunos da FFLCH pediram então ajuda para retirar as carteiras e usar em barricadas. Sua colega Odara Botelho, também de 18 anos, saiu às 5h40 de casa, em Itapeverica da Serra, para chegar às 7h50. “Esse movimento atrapalhou muito. Vim focada para estudar e tive de passar por isso. Pelo que estou vendo, amanhã também não haverá aula. E o pior é que tem vestibular da Unicamp neste domingo”, reclamou.

Alguns representantes do Centro Acadêmico da Letras (Caell) gritavam “fora PM!” e convidavam alunos para uma assembleia às 10h - que de fato ocorreu, à céu aberto, na frente da entrada do térreo. “A maioria não entendia porque a faculdade estava trancada”, que preferiu não ser identificado. “Só perguntavam: E aí? Vai ter prova?”

C.2.3. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página C3

Secretário diz que PM ‘não vai arredar pé da USP’

Delegado promete indiciar estudantes por dano ao patrimônio e desobediência à ordem judicial; à tarde, 3 alunos foram liberados

A cúpula de Segurança do Estado aprovou a ação de tomada da Reitoria. “A polícia não vai arredar o pé da USP. Continua proibido fumar no câmpus, assim como em qualquer outro lugar”, ressaltou o secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto.

Dos 73 detidos pela Tropa de Choque durante a retomada do prédio na Cidade Universitária, 70 continuavam presos dentro de três ônibus da Polícia Militar até o início da noite

de ontem no 91 ° Distrito Policial (Ceagesp), na zona oeste. Por ato de desacato, dez foram detidos fora da Reitoria. À tarde, três foram liberados, porque não teriam tido participação.

Enquanto isso, a cúpula da Secretaria Pública do Estado se reunia na posse do novo comandante da Tropa de Choque de São Paulo, César Morelli. Ele aprovou a ação dos comandados”. A Tropa foi vencedora”, ressaltou.

O comandante-geral da Polícia Militar, Álvaro Camilo, ressaltou que a PM seguirá no câmpus. “Vamos manter dois pelotões na Cidade Universitária até que volte tudo à normalidade. A polícia está lá para garantir a tranquilidade dos que querem estudar.”

Já o secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto, foi mais contundente e comemorou a ação. “Todos os estudantes foram conduzidos para a delegacia, sem que fosse necessário nenhum disparo, nenhuma agressão por parte da polícia.” Ele negou qualquer tipo de “excesso” na abordagem. “Se houve ofensas de alguma parte, foi da parte dos estudantes.”

De acordo com o delegado Dejair Rodrigues, eles seriam indiciados por dois crimes: dano ao patrimônio público (pena de 3 anos de reclusão) e desobediência à ordem policial (pena de 1 ano). Segundo ele, todos disseram que só falariam em juízo.

A Polícia Civil, no entanto, estipulou fiança de R\$ 545 (um salário mínimo) para cada um dos presos e já poderia liberar os estudantes ontem. O Sindicato dos Trabalhadores da USP arrecadou R\$ 35 mil para o pagamento de fiança.

Só em juízo. Até as 21h de ontem, 13 estudantes ainda eram ouvidos no DP. Segundo a Polícia Civil, todos disseram que só falariam em juízo e não quiseram responder a um questionário padrão oferecido pelos Policiais.

Pai da estudante de Letras Ana Maria Horiuchi, de 23 anos, o engenheiro Armando Kazuo, de 54, disse que a filha não relatou maus-tratos da polícia. “Ela está tranquila, pôde sair, lancha e conversar comigo”, disse Kazuo, que contratou advogado particular e pagou a fiança na delegacia para liberar a menina. “Ela me disse que estava apenas passando lá para ver amigos. Mas ninguém deve ter tratamento VIP.”

Dentro da reitoria, sujeira, lixo e slogans pichados

Em uma das salas, uma pintura de pessoa mascarada atirando coquetel molotov em um carro da PM. Em outro ponto do prédio, escrito como em história em quadrinhos: “E a oficina de Coquetel molotov?” e “Bang-bang”.

No prédio todo, muito lixo no chão e slogans pintados na parede foram rescaldos da desocupação. A Reportagem não encontrou bens ou equipamentos destruídos, com exceção de portas de madeiras arrombadas — não se sabe se por alunos ou pela PM. Estudantes deixaram para trás colchões, colchonetes, roupas, mochilas, e até documentos. Além de muito papel e jornal espalhados, havia cadeiras e sofás amontoados, uma impressora no chão e garrafas de bebidas alcoólicas. Em umas das salas, alunos improvisaram um espaço de pintura — provavelmente para fazer cartazes. Também improvisaram uma farmácia em um balcão com gaze e mercúrio.

Apesar da sujeira, os vidros ficaram intactos. Foram poupados de pichação os quadros dos antigos reitores da USP.

Policiais foram treinados contra provocações

Ofensas, provocações e até leitura de poema cara a cara. Essas e outras tentativas dos estudantes para tirar os policiais do Choque do sério foram ressaltadas diversas vezes pelo comandante da tropa, três dias antes da ida do efetivo para a USP. “Eles (policiais) já são treinados

para agir só mediante comando, mas foi falado para eles não cederem às provocações”, afirmou o major Marcel Lacerda Soffner, porta voz da PM.

Na tarde de sexta-feira, reuniões seguidas ocorreram dentro da corporação. Uma das primeiras estratégias foi não levar arma de fogo para o local da desocupação para evitar uma imagem opressora. Depois, policiais escolheram chegar na universidade às 5h. A intenção era pegar os estudantes de surpresa, explicou o major. “Bem mais tarde poderia ter confronto”, acredita.

Defesa de ideias. O horário teria dado certo. Para a major Maria Yamamoto, chefe da comunicação da PM, os estudantes sequer perceberam a chegada da tropa.

Segundo a PM, apesar de o Choque ficar de prontidão no quartel e estar acostumado com a missão de ontem, a equipe foi disposta a enfrentar uma ocorrência “atípica”, diz Soffner. “Foi algo peculiar, porque não era uma reintegração de área particular por pessoas excluídas. Eram pessoas esclarecidas, estudantes que defendem suas ideias em um prédio público”, ressaltou.

Domingo

O “Estado” apurou que a Tropa de Choque estava pronta para agir na madrugada do domingo. A ação só não ocorreu porque a Justiça ampliou o prazo para negociações com os estudantes.

Alunos planejam fazer piquetes e greve estudantil

A tensão política na USP, com a possibilidade de greve estudantil e piquetes, deve manter-se pelo menos até os dias 22, 23 e 24 deste mês, quando ocorrem as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Representantes de correntes radicais que lideraram a invasão da Reitoria, como a Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional (LER-QI), o Movimento da Negação da Negação (MNN) e os Partidos da Causa Operária (PCO) e Operário Revolucionário (POR) lançam a chapa 27 de outubro - Unidade na Luta contra a PM e os Processos (o nome faz referência ao dia em que os três estudantes da Geografia foram detidos com maconha) e ganharam visibilidade.

A estratégia da ocupação causou comoção entre parte dos estudantes nos últimos dias, que passaram a se reunir em aglomerações crescentes. Na assembleia de segunda-feira, que antecedeu a reintegração de posse feita pela PM, cerca de 400 alunos votaram por aclamação pela permanência da ocupação, considerada, consensualmente, a melhor estratégia pela retirada da PM.

O sucesso político dessa tática também poderá ser sentido pela reaproximação dos atuais integrantes do DCE, ligados ao PSOL, que haviam rachado com os radicais ao se posicionarem contra a ocupação da Reitoria. Integrantes do DCE ajudaram na delegacia a articular a defesa dos invasores e organizaram uma nova assembleia para decidir os próximos passos dos estudantes. Todos parecem unidos em torno da proposta de greve feita pelos alunos detidos. A expectativa é de que ainda o PSOL possa se juntar aos radicais na disputa pelo DCE.

Nesse caso, a esquerda concorre com as chapas do PT e de estudantes do movimento Liberdade, que se definem como apartidários e lançam a chapa Reação. A Reação defende a permanência da PM na USP e quer ampliar a consulta aos estudantes. Em 2009, depois de uma série de greves e movimentos, eles perderam a eleição pela pequena diferença de 55 votos, depois que urnas da Faculdade de Economia e Administração (FEA) foram impugnadas. A expectativa é de que sejam bem votados no próximo pleito.

Por outro lado, a aposta das esquerdas agora é de que a leitura dos alunos da USP será favorável às bandeiras que defendem. E assim decidirá as eleições.

C.2.4. Transcrição: ESP, edição de 09 de novembro – Página C4

Detidos na Reitoria, alunos ficam em ônibus e pagam fiança de R\$ 545

Eles optaram por falar só em juízo, delegado prevê indiciamento por dano ao patrimônio público e desobediência à ordem judicial

A ocupação da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), iniciada no dia 1º, terminou ontem com a ação da Tropa de Choque da Polícia Militar e a prisão dos 73 estudantes que estavam no local. Ninguém ficou ferido, mas o clima de tensão continuou na universidade, com aulas suspensas, assembleias estudantis e barricadas na entrada de prédios. A PM informou que manterá dois pelotões na área por tempo indeterminado.

A desocupação teve início às 5h10, para pegar os estudantes de surpresa. Munidos de cassetetes, escudos e armas com balas de borracha, 400 policiais arrombaram um portão que dá acesso à Reitoria e foram de encontro aos estudantes, com apoio aéreo de dois helicópteros Águia. “Deita! No chão, com a mão na cabeça!” gritavam os PMs.

Às 5h25, grande parte dos estudantes já havia sido retirada. Na saída da Reitoria, policiais chegaram a impedir um deles de cobrir o rosto: “Não quer aparecer?”, disse. Manifestantes ainda fizeram um protesto, com palavras de ordem contra a ação. Dois tentaram furar o bloqueio dos PMs. Um foi detido. Duas viaturas tiveram os vidros quebrados.

O efetivo empregado pela corporação, segundo o comando no local, foi necessário para garantir a integridade física de todos. “Esse efetivo foi deslocado para a universidade justamente para que tudo ocorresse pacificamente”, afirmou a coronel Maria Aparecida de Carvalho.

Três dias antes da reintegração, policiais do Choque foram treinados, em sucessivas reuniões, para não responderem a ofensas e provocações. Uma das estratégias foi não levar armas de fogo, para evitar uma imagem opressora. O choque deixou a USP às 14h30.

Ônibus. Os alunos detidos foram revistados, embarcados no ônibus da Polícia Militar e levados ao 91º Distrito Policial.

Entre os presos, havia quatro funcionários da universidade - uma diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). Os demais eram estudantes, principalmente dos cursos de Ciências Humanas, e simpatizantes da principal reivindicação dos manifestantes: a expulsão da PM do câmpus.

À tarde, uma passeata com 150 estudantes marchou do câmpus até a delegacia. Eles chegaram gritando palavras de ordem contra a PM e a favor dos detidos: “Libertem nossos presos! Libertem nossos presos!” Todos pararam na porta. A entrada foi impedida pela Força Tática e pela Rocam, que montaram uma barreira com escudos e cassetetes.

Foi também durante a tarde, por volta das 13 horas, que a polícia ofereceu aos detidos no ônibus a oportunidade de sair do veículo - uma das reclamações dos pais dos estudantes, que chegaram logo cedo ao DP. Fazia sol e calor. Mas os alunos, desde as 8 horas dentro dos coletivos, decidiram ficar. Os pais levaram lanches, água e cigarros para eles. Alguns diziam que seus filhos eram apenas “meninos”.

Os alunos chegaram a pisar no painel do ônibus, acendendo alertas luminosos e sonoros. Um policial repreendeu a rebeldia e foi xingado por uma mãe. A mulher, que preferiu não comentar, foi detida por desacato.

“Aqui a gente pode fumar e ver o céu. A gente não é bandido. Isso é um ato político”, disse Felipe Blanco, de 23 anos, sentado no banco do motorista do ônibus da PM. Ele é aluno de Letras da PUC e participa da manifestação desde a ocupação do edifício da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no dia 27 de outubro. “Chegaram quebrando tudo, colocando joelho na cabeça e chutando calcanhar até sangrar”, disse, sobre a ação do Choque.

De acordo com o delegado Dejar Rodrigues, eles seriam indiciados por dois crimes: dano ao patrimônio público (pena de 3 anos de reclusão) e desobediência à ordem policial (pena de 1 ano). Segundo ele, todos disseram que só falariam em juízo.

A Polícia Civil estipulou fiança de R\$ 545 (um salário mínimo) para cada um dos presos. O Sindicato dos Trabalhadores da USP arrecadou R\$ 35 mil e a fiança foi paga por volta das 21h. Os manifestantes foram levados para o Instituto Médico-Legal (IML) para exames de corpo de delito. Às 23h11, o primeiro estudante foi liberado e outros assinavam o alvará de soltura.

Advogados e pais dos invasores alegaram que os estudantes mantinham tudo em ordem, com limpeza, e não depredaram o prédio da Reitoria (veja mais abaixo). “Eles têm uma consciência ecológica, sabe?” disse, sem se identificar, a mãe de uma aluna presa. Ela reconheceu que os estudantes quebraram as câmeras de segurança, mas classificou o vandalismo como autodefesa: “O que você faria?”.

À tarde, a PM mostrou sete garrafas com bomba incendiárias, feitas com gasolina e panos, apreendidas na Reitoria. Também havia seis caixas de morteiros e um garrafão com 5 litros de gasolina. O estudante de Letras Rafael Alves, de 26 anos, um dos detidos, nega que os alunos tivessem preparado as bombas: “Isso foi plantado”, reagiu, rindo. Os morteiros, segundo o estudante, eram para avisar sobre a chegada da Tropa de Choque.

Pinturas nos vidros e paredes fazem alusão a uma “oficina” de fabricação de coquetéis molotov.

Em carta, eles acusam Choque de agressão. PM nega

Estudantes redigiram uma carta denunciando abusos e agressões cometidos pela Tropa de Choque. Eles assinam como “presos políticos da USP”: Instaurou-se um clima de terror que lembrou os tempos mais sombrios da Ditadura Militar. Resistimos. E nos obrigaram a entrar em salas escuras. Agrediram estudantes. Filmaram e fotografaram nossos rostos. Homens com farda e sem identificação. Levaram todas as 24 mulheres para uma sala, obrigando-as a sentar no chão e ficar rodeadas por policiais homens segurando cassetetes em suas mãos. Levaram uma das estudantes para a sala do lado. Ela gritou por 30 minutos, levando-nos ao desespero de ouvir gritos como os das torturas que ainda seguem impunes em nosso País.” “A reintegração foi pacífica,” disse a coronel Maria Aparecida de Carvalho. A ação foi gravada.

Reitoria tinha pichações e muito lixo amontoadado

Objetos pessoais foram deixados para trás e paredes tinham frases do tipo: “Ocupe a Reitoria que existe em você”

Pouco depois de o edifício da Reitoria da USP ser desocupado pelos homens da Tropa de Choque da Polícia Militar, o que mais se via no térreo eram pichações pelas paredes e sujeira. “O tempo passa, o tempo voa e a Reitoria continua numa boa” e “Ocupe a Reitoria que existe em você! Aqui é um lugar de pensamento livre, entendeu?” eram algumas das frases pintadas.

Logo na entrada cadeiras estavam amontoadas e, dentro, algumas portas haviam sido arrombadas - não se sabe se pelos alunos ou pela polícia no momento da reintegração. Em cartazes, feitos dentro dos ônibus da Polícia Militar para onde foram levados depois de serem detidos, estudantes escreveram: “Somos acusados de quebrar e depredar as portas que a PM arrombou”.

Objetos pessoais dos alunos foram deixados para trás. Roupas, mochilas e até um passaporte estavam espalhados pelo chão. Colchões, cobertores e barracas de acampamento com os quais os estudantes passaram as noites ficaram amontoados em um dos saguões no local.

Papéis e lixo. Apesar dos cartazes com os dizeres “Mantenha o ambiente limpo”, feitos pelos universitários, havia muito lixo, papéis e jornais jogados pelo chão. Cadeiras e sofás foram empilhados no canto de um dos ambientes. Alguns equipamentos eletrônicos, como uma impressora, estavam no piso. Tintas usadas para pintar as paredes e cartazes, além de algumas “instalações artísticas” ficaram no piso. Na tela de uma televisão estava pintado o slogan “Faz de conta que a escolha é sua”. Para as horas de lazer, havia baralhos e instrumentos musicais, como um pandeiro.

Em um vidro em outro ponto do prédio estava escrito, como em uma história em quadrinhos, a seguinte pergunta: “E a oficina de coquetel molotov?”. A resposta estava abaixo, em meio a uma explosão: “Bang, bang”.

Pai relata agressão; outro critica os ‘baderneiros’

Raimundo Ribeiro, de 55 anos, estava aflito em busca de informação sobre o estado de saúde do filho, Antonio, de 25 anos, estudante de Letras. Ele disse que o rapaz sofre de arritmia e denunciou agressões”. Deram uma rasteira nele e pisaram na cabeça. É muita humilhação. Precisava disso?”, desabafou.

Raimundo diz que o filho apoia o movimento de ocupação da Reitoria, mas que o jovem foi preso fora do prédio. “Ele estava saindo do carro para entregar livros na biblioteca. E teve de largar tudo lá na rua.”

Armando Kazuo, de 54 anos, disse que a filha, a estudante de Letras Ana Maria Horiuchi, de 23, não relatou maus-tratos da polícia: “Ela está tranquila, pôde sair, lanchar e conversar. “Ele contratou advogado e pagou fiança individualmente para liberar a filha. “Ela disse que estava apenas passando para ver amigos. Falei para investir em amizades que prestem. Esses só pensam em baderna.”

Haddad diz que USP não é Cracolândia

O ministro da Educação, Fernando Haddad, pré-candidato do PT à Prefeitura de São Paulo em 2012, condenou o movimento de estudantes invasores, mas observou que a USP não pode ser tratada como se fosse a “cracolândia” - região do centro da capital conhecida pela presença intensa de usuários de crack.

“O câmpus da USP não pode ser tratado como se fosse a crackolândia”, afirmou. “Nós precisamos compreender que é preciso, tratando-se de um câmpus universitário, ter todo o cuidado na interação com a comunidade universitária, seja com alunos, professores ou funcionários.”

A posição de Haddad pode ser interpretada como prévia aos debates para as eleições de 2012. Nas redes sociais, houve reclamações. O tom da crítica era de que o ministro, mesmo com o currículo de professor da USP, não conhecia a realidade.

Pré-candidato do PSDB à Prefeitura, o atual secretário estadual de Cultura, Andrea Matarazzo, classificou a declaração como “demagógica e descabida”. “Ele está politizando uma tragédia social que é a crackolândia.”

As declarações de Haddad foram dadas durante vistoria ao antigo Hospital Psiquiátrico do Juqueri, que deve acolher novo câmpus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), agora na cidade de Franco da Rocha.

“Eles deveriam ter aula de democracia”, afirma Alckmin

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou ontem que os alunos deveriam ter lições sobre democracia e fez duras críticas ao movimento de ocupação.

“Eles precisam ter aula de respeito à ordem judicial. Não é possível depredar instituições que foram construídas com o dinheiro da população, que paga impostos. É inadmissível e lamentável chegar ao ponto de a polícia ter de ir lá para fazer cumprir uma ordem judicial”, disse Alckmin.

O governador elogiou a atuação da PM, que evitou confronto. “A Polícia Militar mostrou mais uma vez sua competência.”

Folha de S. Paulo - 2011: Reprodução de imagem

C.3.1. FSP, edição de 09 de novembro – Página A1⁴⁷

⁴⁷ Imagens reproduzidas a partir do acervo físico da hemeroteca do Arquivo Público do Estado de S. Paulo.

C.3.2. FSP, edição de 09 de novembro – Página C3⁴⁸

FOLHA DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2011 ★ ★ ★ cotidiano C3

Invasores deixam rastro de pichação e lixo

Paredes e o piso da reitoria da USP foram pintados; para especialista penalização individual por depredação será difícil

Mascarados atacando carro da PM e usando bomba incendiária são retratados em desenho feito no prédio invadido

tos na reitoria. Alunos, no entanto, afirmam que eles não fizeram os artefatos e que os coquetéis teriam sido colocados pela PM no local.

Os estudantes da USP dizem, sim, ser responsabilizados pela invasão da reitoria, afirma Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, professor de direito constitucional, da PUC (Pontifícia Universidade Católica). Para o especialista, o processo que culminou com a detenção dos alunos é legal.

Ele lembra, no entanto, que dificilmente os invasores serão penalizados pela suspeita de dano ao patrimônio público porque esse crime só pode ser aplicado quando há a individualização do ato, ou seja, é preciso discriminar "quem fez exatamente o quê" na depredação.

CRISTINA MORENO DE CASTRO
EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

Lixo por todo canto — papéis, latinhas de cerveja, maços de cigarro —, cadeiras reviradas e chão molhado. Esse foi o cenário visto pela **Folha** na reitoria dez minutos após os alunos saírem.

O saguão, com os retratos dos últimos reitores, não apresentava nenhum dano. No corredor, dois colchonetes, cobertas, isquitos e um carregador de celular. Daí para frente, a bagunça passou a ser maior a cada cômodo.

No primeiro, três colchões, muitos cigarros, duas garrafas de vinho e uma de vodka.

No segundo, paredes riscadas com toda sorte de mensagens, das filosóficas ou poéticas às escatológicas.

"Fálco o bastante?", é a indagação ao lado de um pênis desenhado. Acima dele, uma caricatura do reitor João Grandino Rodas. "Comam brioches!", comanda o desenho de Maria Antonieta.

Poemas, cartazes, desenhos: tudo pintado (ou pichado) nas paredes, janelas, portas e no chão. Até as bromélias do jardim ganharam tinta azul, do guache largado perto dali.

Em outro cômodo, um cooler, uma "farmácia" (com uma garrafa de conhaque entre seus remédios), um acampamento de colchões e tendas, equipamentos e móveis revirados nos quatro cantos.

Em uma parede, uma imagem se destaca: um carro da PM sendo destruído por três mascarados, um deles com uma garrafa incandescente nas mãos.

COQUETÉIS MOLOTOV
A polícia afirma ter encontrado no local sete coquetéis molotov, que estavam expos-

ANIVERSÁRIO SONDA

Ofertas imbatíveis para VOCÊ comemorar.

Ofertas válidas para o dia 9/11/2011.

Batata monalisa ou cebola kg **0,49**

aurolat
Leite UHT Integral
1 L
1,75

Leite longa vida Aurolat integral/desnatado ou semi 1 L

Com R\$ 100 mil você pode: Tirar férias por 1 ano.

⁴⁸ Imagens reproduzidas a partir do acervo físico da hemeroteca do Arquivo Público do Estado de S. Paulo.

Pais apoiam invasores e até brigam com polícia

Mãe de um deles chegou a ser detida; 'clima é uma loucura' afirma delegado

Enquanto aguardavam em ônibus, estudantes divulgaram carta em que dizem ser 'os novos presos políticos da USP'

LAURA CAPRIGLIONE
DE SÃO PAULO
REYNALDO TURULLO JR.
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

"Moço, posso dar um beijo na minha mãe?", perguntou a jovem de 18 anos, estudante da história da USP, ao soldado encouraçado da Tropa de Choque da PM.

"Não", disse o policial. A menina nem ligou. Correu ao encontro da mãe, estalou-lhe um beijo sonoro na bochecha e voltou para a guarda do PM. A cena ilustra o clima que se instalou no 9º Distrito Policial, na zona oeste de São Paulo, depois que a Tropa de Choque ali despejou os 72 estudantes e funcionários detidos por participar da invasão da reitoria da universidade.

A PM bem que tentou organizar a situação. Mas o cenário era de caos. Nos fundos do DP, estavam estacionados os três ônibus da polícia com os manifestantes, que preferiram ficar ali, à vista da imprensa, de amigos e familiares, a ser colocados no andar de cima da delegacia, mais espaçoso e confortável.

"Nem na Marcha da Macanha [protesto pela descriminalização da droga] eu vi tanta gente doída", disse à Folha um delegado que trabalhava no flagrante.

A poucos metros do policial, um jovem vestido com uma espécie de uniforme de super-herói, na cor rosa, esticava o livro "As Palavras e as Coisas", do filósofo francês Michel Foucault, para as câmeras de televisão.

O foucaultiano adversário das instituições repressivas posava junto a um colega, que exibia a obra "Lutando da Espanha", o relato do escritor George Orwell sobre a guerra civil da Espanha, que entre 1936 e 1939 opôs os fascistas de Francisco Franco aos defensores da República.

Os jovens pediram a todo momento para ir ao banheiro — tinham de ser ser escotados até o interior da delegacia. Aproveitavam o caminho para beijar as mães (como no caso relatado no início deste texto), acenar para os amigos, esticar as pernas. Cerca de 20 pais de estudantes presos desesperavam-se do lado de fora do DP.

COMUNICADOS

"Estamos indignados com o fato de que uma instituição educativa utilize a força policial como principal instrumento de solução de conflito social. Nossos filhos são estudantes e não bandidos", escreveram, sem se identificar, em nota à imprensa.

De dentro dos ônibus, um grupo redigiu uma nota rapidamente postada na internet, em que se denominavam "novos presos políticos da USP". Por volta das 15h, os jovens ligaram o giratório de um dos ônibus (aquela luz brilhante e rotativa que fica em cima dos carros da polícia).

Irritado com a confusão, um PM gritou com a mãe que conversava com a filha pela janela do ônibus. A mulher respondeu e acabou também detida — por desacato. Foi liberada horas depois.

Na saída, 200 estudantes que protestavam na calçada ovacionaram-na. A faixa "Libertem nossos presos políticos" foi esticada na porta.

Dentro do DP, a bagunça não era menor. Os alunos eram levados em grupos de dez para um salão com bancos de cimento. Ali, no meio do corredor, policiais colhiam as impressões digitais.

Pais, mães, amigos e militantes solidários conseguiram introduzir nos ônibus e dentro do DP litros e litros de Coca-Cola, pães, mortadela, maçãs, bananas e mamões para alimentar os detidos.

De pé, uma soldado da Tropa de Choque via os meninos comendo as delícias e lamentava: "E nós aqui, de pé, desde as 3h da manhã". Eram 19h. Segundo essa policial, a tropa acompanhava toda a ocorrência até o seu término.

CENAS DA DESOCUPAÇÃO

5h15 Policiais da Tropa de Choque da PM chegam à reitoria com ônibus e carros

5h18 Policiais entram no prédio e retiram os alunos, que estavam dormindo

5h31 Com o prédio esvaziado, alunos são colocados de volta para serem revistados

6h16 Do lado de fora, estudantes protestam contra a operação e tentam ultrapassar o cerco policial. Um carro da PM tem o vidro danificado

6h39 Estudantes começam a sair em grupos de 20 e são levados para os ônibus, com destino ao 91º DP (Ceagesp)

8h46 Delegado do 91º DP chega para isolar a área e averiguar danos; havia paredes pichadas e lixo espalhado

10h28 Protestos do lado de fora continuam. Tropa, que estava nos ônibus para isolar a área, volta para isolar o prédio da multidão

11h40 Manifestantes saem em passeata até 91º DP

14h Do lado de fora da delegacia, manifestantes leem nota escrita pelos detidos, criticando a "militarização da universidade"

15h Mãe de uma estudante é detida por desacato após discutir com policial; ela foi liberada horas depois sob aplausos

21h Após começar a receber as fianças, polícia anuncia que detidos seriam liberados

'USP não é a cracolândia', afirma Haddad

VERA MAGALHÃES
DE SÃO PAULO

O ministro Fernando Haddad (Educação) criticou ontem, em Franco da Rocha (Grande SP), a forma como a PM faz o policiamento no campus da USP.

"Não se pode tratar a USP como se fosse a cracolândia. Nem a cracolândia como se fosse a USP", disse, durante vistoria ao antigo hospital do Juquei.

A crítica atinge o governo do Estado — ao qual estão subordinadas a USP e a PM — e a prefeitura, pelo fato de usuários de crack interditar suas ruas no centro.

O ministro também criticou a invasão da reitoria, que considerou um ato "arbitrário" e "autoritário" de uma minoria.

Haddad é pré-candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PT e estava com Edson Aparecido, secretário estadual de Desenvolvimento Metropolitano.

Outro pré-candidato, o secretário de Estado da Cultura, Andréa Matarazzo (PSDB), rebateu a afirmação. "Essa declaração mostra que o ministro Haddad não conhece o que se passou na USP nem na cracolândia", disse. "A USP trata-se de baderna misimada e a cracolândia é um problema de saúde pública."

Para ele, "depreciação de patrimônio público por meia dúzia de mimados se resolve com polícia".

"Já a cracolândia tem de se tratar com médicos, internação e retaguarda para os usuários", afirmou.

FOLHA.com

COTIDIANO

VEJA MAIS NA INTERNET

VÍDEO

Vídeos mostram ação da polícia na USP
» folha.com/no1003601

ÁUDIO

Reitoria tem sujeira e pichação; ouça relato
» folha.com/no1003253

FOTO

Confira imagens da reintegração de posse na USP
» folha.com/fp5316

TWITTER

Siga a editoria
» twitter.com/folha_cotidiano

FACEBOOK

Curtia o perfil da Folha
» facebook.com/folhadesp

⁴⁹ Imagens reproduzidas a partir do acervo físico da hemeroteca do Arquivo Público do Estado de S. Paulo.

Folha de S. Paulo – 2011: Textos transcritos e convertidos em .docx**C.4.1. Transcrição: FSP, edição de 09 de novembro - Página A1****PM prende invasores da USP; alunos farão greve**

Cerca de 400 policiais, usando cavalos e até helicóptero, retiraram os invasores que desde quarta passada ocuparam a reitoria da USP para protestar contra a presença da PM no campus.

Ao todo, 72 pessoas foram transportadas de ônibus até a delegacia de polícia.

Elas foram indiciadas sob suspeita de desobediência a ordem judicial e ainda dano ao patrimônio público.

À noite, uma assembleia com 2.000 participantes, segundo cálculo dos organizadores, decretou greve geral dos alunos a partir de hoje na USP.

C.4.2. Transcrição: FSP, edição de 09 de novembro - Página C3**Invasores deixam rastro de pichação e lixo**

Paredes e o piso da reitoria da USP foram pintadas; para especialistas penalização individual por depredação será difícil

Mascarados atacando carro da PM e usando bomba incendiária são retratados em desenho feito no prédio invadido

Lixo por todo canto - papéis, latinhas de cerveja, maços de cigarro -, cadeiras reviradas e o chão molhado. Esse foi o cenário visto pela Folha na reitoria dez minutos após os alunos saírem.

O saguão, com os retratos dos últimos reitores, não aparentava nenhum dano. No corredor, dois colchonetes, cobertas, isqueiros e um carregador de celular. Dali para frente, a bagunça passou a ser maior a cada cômodo.

No primeiro, três colchões, muitos cigarros, duas garrafas de vinho e uma de vodka.

No segundo, paredes riscadas com toda sorte de mensagens, das filosóficas ou poéticas às escatológicas.

“Fálico o bastante?”, é a indagação ao lado de um pênis desenhado. Acima dele, uma caricatura do João Grandino Rodas. “Comam brioches!”, comanda o desenho de Maria Antonieta.

Poemas, cartazes, desenhos: tudo pintado (ou pichado) nas paredes, janelas, portas e no chão. Até as bromélias do jardim ganharam tinta azul, do guache largado perto dali.

Em outro cômodo, um cooler, uma “farmácia” (com uma garrafa de conhaque entre seus remédios), um acampamento de colchões e tendas, equipamentos e móveis revirados nos quatro cantos.

Em uma parede, uma imagem se destaca: um carro da PM sendo derrubado por três mascarados, um deles com uma garrafa incandescente nas mãos.

Coquetéis Molotov

A polícia afirma ter encontrado no local sete coquetéis molotov, que estavam expostos na reitoria. Alunos, no entanto, afirmam que eles não fizeram os artefatos e que os coquetéis teriam sido colocados pela PM no local.

Os estudantes da USP devem, sim, ser responsabilizados pela invasão da reitoria, afirma Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, professor de direito constitucional, da PUC (Pontifícia Universidade Católica).

Para o especialista, o processo que culminou com a detenção dos alunos é legal.

Ele lembra, no entanto, que dificilmente os invasores serão penalizados pela suspeita de dano ao patrimônio público porque esse crime só pode ser aplicado quando há a individualização do ato, ou seja, é preciso discriminar “quem fez exatamente o quê” na depredação.

C.4.3. Transcrição: FSP, edição de 09 de novembro - Página C4

Pais apoiam invasores e até brigam com polícia

Mãe de um deles chegou a ser detida; `clima é uma loucura` afirma delegado

Enquanto aguardavam em ônibus, estudantes divulgaram carta em que dizem ser ‘os novos presos políticos da USP’

“Moço, posso dar um beijo na minha mãe?”, perguntou a jovem de 18 anos, estudante de história da USP, ao soldado encouraçado da Tropa de Choque da PM.

“Não”, disse o policial. A menina nem ligou. Correu ao encontro da mãe, estalou-lhe um beijo sonoro na bochecha e voltou para a guarda do PM.

A cena ilustra o clima que se instalou no 91º Distrito Policial, na zona oeste de São Paulo, depois que a Tropa de Choque ali despejou os 72 estudantes e funcionários detidos por participar da invasão da reitoria da universidade.

A PM bem que tentou organizar a situação. Mas o cenário era de caos. Nos fundos do DP, estavam estacionados os três ônibus da polícia com manifestantes, que preferiram ficar ali, à vista da imprensa, de amigos e familiares, a ser colocados no andar de cima da delegacia, mais espaçoso e confortável.

“Nem na Marcha da Maconha [protesto pela descriminalização da droga] eu vi tanta gente doida”, disse à **Folha** um delegado que trabalhava no flagrante.

A poucos metros do policial, um jovem vestido com uma espécie de uniforme de super-herói, na cor rosa, esticava o livro “As Palavras e as Coisas”, do filósofo francês Michel Foucault, para as câmeras de televisão.

O foucaultiano adversário das instituições repressivas, posava junto a um colega, que exibia a obra “Lutando da Espanha”, o relato do escritor George Orwell sobre a guerra civil da Espanha, que entre 1936 e 1939 opôs os fascistas de Francisco Franco aos defensores da República.

Os jovens pediam a todo momento para ir ao banheiro - tinham de ser escoltados até o interior da delegacia. Aproveitavam o caminho para beijar as mães (como no caso relatado no início deste texto), acenar para os amigos, esticar as pernas.

Cerca de 20 pais de estudantes presos desesperavam-se do lado de fora do DP.

Comunicados

“Estamos indignados com o fato de que uma instituição educativa utilize a força policial como principal instrumento de solução de conflito social. Nossos filhos são estudantes e não bandidos”, escreveram, sem se identificar, em nota à imprensa.

De dentro dos ônibus, um grupo redigiu uma nota rapidamente postada na internet, em que se denominavam “novos presos políticos da USP”.

Por volta das 15h, os jovens ligaram o giroflex de um dos ônibus (aquela luz brilhante e rotativa que fica em cima dos carros da polícia).

Irritado com a confusão, um PM gritou com a mãe que conversava com a filha pela janela do ônibus. A mulher respondeu e acabou também detida - por desacato. Foi liberada horas depois.

Na saída, 200 estudantes que protestavam na calçada ovacionaram-na. A faixa “Libertem nossos presos políticos” foi esticada na porta.

Dentro do DP, a bagunça era menor. Os alunos eram levados em grupos de dez para um salão com bancos de cimento. Ali, no meio do corredor, policiais colhiam as impressões digitais.

Pais, mães, amigos e militantes solidários conseguiram introduzir nos ônibus e dentro do DP litros e litros de Coca-Cola, pães, mortadela, maçãs, bananas e mamões para alimentar os detidos.

De pé, uma soldado da Tropa de Choque via os meninos comendo as delícias e lamentava: “E nós aqui, de pé, desde as 3h da manhã”. Eram 19h. Segundo essa policial, a tropa acompanharia toda a ocorrência até o seu término.

‘USP não é a cracolândia’, afirma Haddad

O ministro Fernando Haddad (Educação) criticou ontem, em Franco da Rocha (Grande SP), a forma como a PM faz o policiamento no campus da USP.

“Não se pode tratar a USP como se fosse a cracolândia. Nem a cracolândia como se fosse a USP”, disse, durante vistoria ao antigo hospital do Juqueri.

A crítica atinge o governo do Estado - ao qual estão subordinadas a USP e a PM - e a prefeitura, pelo fato de usuários de crack interditarem ruas do centro.

O ministro também criticou a invasão da reitoria, que considerou um ato “arbitrário” e “autoritário” de uma minoria.

Haddad é pré-candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PT e estava com Edson Aparecido, secretário estadual de Desenvolvimento Metropolitano.

Outro pré-candidato, o secretário de Estado da Cultura, Andrea Matarazzo (PSDB), rebateu a afirmação.

“Essa declaração mostra que o ministro Haddad não conhece o que se passou na USP nem na cracolândia”, disse. “A USP trata-se de baderneiros mimados e a cracolândia é um problema de saúde pública.”

Para ele, “depredação do patrimônio público por meia dúzia de mimados se resolve com polícia”.

“Já a cracolândia tem de se tratar com médicos, internação e retaguarda para os usuários”, afirmou.

Cenas da desocupação

5h15 - Policiais da Tropa de Choque da PM chegam à reitoria com ônibus e carros.

5h18 - Policiais entram no prédio e retiram os alunos, que estavam dormindo.

6h16 - Do lado de fora, estudantes protestam contra a operação e tentam ultrapassar o cerco policial. Um carro da PM tem o vidro danificado.

6h39 - Estudantes começam a sair em grupos de 20 e são levados para os ônibus, com destino ao 91º DP (Ceagesp)

8h46 - Delegado do 91º DP chega para isolar a área e averiguar danos; havia paredes pichadas e lixo espalhado.

10h28 - Protestos do lado de fora continuam. Tropa, que estava nos ônibus para ir embora, volta para isolar o prédio da multidão.

11h40 - Manifestantes saem em passeata até 91º DP.

14h - Do lado de fora da delegacia, manifestantes leem nota escrita pelos detidos, criticando a “militarização da universidade”.

15h - Mãe de uma estudante é detida por desacato após discutir com policial; ela foi liberada horas depois sob aplausos.

21h - Após começar a receber as fianças, polícia anuncia que detidos seriam liberados.